

oportunidade para a reflexão e, conseqüentemente, para identificar atitudes efetivas em prol do respeito à dignidade humana, rompendo as barreiras da homofobia e do heterossexismo.

Desconstruir conceitos estigmatizantes, apontar novas perspectivas de ação, identificar os efeitos positivos da aliança entre a visibilidade social e a promoção da saúde, reforçar a importância do respeito à identidade e/ou orientação sexual frente à prevenção da AIDS e conceituar as novas expressões culturais associadas ao homoerotismo, são alguns dos elementos presentes e marcantes deste livro. Ampliar a divulgação destes textos, viabilizando com isso uma maior compreensão e abordagem mais consistente e adequada das homossexualidades, é um dos desafios também associados à trajetória do Projeto Juventude e Diversidade Sexual. Assim, ultrapassamos as fronteiras de uma atuação mais direta e direcionada, permitindo que todas as pessoas envolvidas no enfrentamento da epidemia do HIV/AIDS possam também ter maior clareza do duplo compromisso dessa luta: aliar o combate e prevenção da infecção do HIV/AIDS à construção e fortalecimento de uma sociedade mais justa e cidadã.

Lília Rossi

Assessora do Programa Nacional de DST/AIDS



HOMOSSEXUALIDADE: PRODUÇÃO CULTURAL, CIDADANIA E SAÚDE



# HOMOSSEXUALIDADE: PRODUÇÃO CULTURAL, CIDADANIA E SAÚDE

Organizadores: Luís Felipe Rios, Vagner de Almeida, Richard Parker, Cristina Pimenta e Veriano Terto Jr.

Convivemos com a AIDS há mais de vinte anos e no Brasil – assim como no mundo inteiro – aprendemos a transformar o medo, a tristeza e a ignorância em ação, estudos e novas diretrizes para as políticas de saúde. Aprendemos também a exercitar nas batalhas do cotidiano das esferas públicas e não governamentais, uma outra luta além daquela contra a epidemia: combater o preconceito e defender os direitos humanos e sexuais. Assim, temos a certeza de que o enfrentamento da epidemia não pode ser mais desvinculado da luta – constante e persistente – contra as atitudes discriminatórias, a homofobia e a falta de informação e conhecimento sobre as diferentes formas de expressão sexual.

Nessa perspectiva, várias estratégias têm sido desenvolvidas por diferentes instituições; desse conjunto se destaca – pela excelência e seriedade na abordagem de temas e pela realização de atividades relacionadas à promoção da saúde e cidadania e à prevenção à AIDS – o Projeto Juventude e Diversidade Sexual, desdobramento de uma das ações mais tradicionais no campo do combate da epidemia junto aos homens que fazem sexo com homens no cenário nacional. Entre várias outras, uma comprovação do êxito de tal trajetória está neste livro, elaborado a partir da realização, em outubro de 2003, no Rio de Janeiro, do “Seminário Homossexualidade: produção cultural, cidadania e saúde”.

Aqui estão reunidos textos significativos de profissionais, já reconhecidos nacionalmente, envolvidos em diferentes campos de atuação e do conhecimento associados às homossexualidades. A coletânea ora apresentada – por contextualizar aspectos fundamentais para o entendimento das homossexualidades e sua relação com a saúde e a cidadania – oferece uma excelente

APOIO:



FORD FOUNDATION



DST/AIDS  
MINISTÉRIO DA SAÚDE

ABIA 2004



# ABIA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA INTERDISCIPLINAR DE AIDS

# HOMOSSEXUALIDADE: PRODUÇÃO CULTURAL, CIDADANIA E SAÚDE

Organizadores: Luís Felipe Rios, Vagner de Almeida, Richard Parker, Cristina Pimenta e Veriano Terto Jr.

Rio de Janeiro, 2004

2004 © copyright by Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS

## **ABIA**

Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS  
Rua da Candelária, 79/10º andar - Centro  
20091-020 Rio de Janeiro RJ  
Tel.: (21) 2223-1040 Fax: (21) 2253-8495  
E-mail: [abia@abiids.org.br](mailto:abia@abiids.org.br) <http://www.abiids.org.br>

## **Diretoria**

Diretor-Presidente: Richard Parker  
Diretora Vice-Presidente: Regina Maria Barbosa  
Secretária Geral: Miriam Ventura  
Tesoureiro: José Loureiro  
Coordenação Geral: Cristina Pimenta e Veriano Terto Jr.

Coordenação do projeto *Juventude e Diversidade Sexual*: Luís Felipe Rios e Vagner de Almeida

Coordenação editorial: Wilma Ferraz  
Projeto gráfico: Rangé Design  
Ilustração da capa: Fábio de Sá  
Elaboração parcial dos textos: Andréa Blois  
Revisão dos textos: Ana Arruda Callado

Apoio: Fundação Ford e Programa Nacional de DST/AIDS  
Tiragem: 1 mil exemplares

As opiniões apresentadas neste livro são de exclusiva responsabilidade dos autores.

CIP-Brasil. Catalogação na Fonte  
Sindicado Nacional dos Editores de Livros, RJ

H731

Homossexualidade : produção cultural, cidadania e saúde  
/ organizadores Luís Felipe Rios... [et al.]. - Rio de Janeiro :  
ABIA, 2004

il. ;

Inclui bibliografia  
ISBN 85-88684-16-0

1. Homossexualidade - Aspectos sociais. 2. Homossexuais - Saúde e  
higiene. 3. Direitos dos homossexuais.

I. Rios, Luís Felipe, 1970-. II. Associação Brasileira  
Interdisciplinar de AIDS.

04-1716.

CDD 306.76

CDU 316.346.2-055.3

*Em memória de Janaína Dutra, advogada, ativista do  
movimento travesti e da luta contra a epidemia de HIV/AIDS.  
(1960-2004)*



# SUMÁRIO

<b>Apresentação</b> - <i>Luís Felipe Rios, Vagner de Almeida, Richard Parker, Cristina Pimenta e Veriano Terto Jr.</i> .....	7
<b>Conferência de Abertura</b>	
Emponderamento Erótico e Cidadania Sexual para Homens que Fazem Sexo com Homens e Tribos Afins - <i>Richard Parker</i> .....	11
<b>Sessão 1: Por Dentro do Armário</b>	
Identities Discretas - <i>Mario Pecheny</i> .....	16
Mulheres, Diversidade Sexual, Saúde e Visibilidade Social - <i>Regina Facchini</i> .....	34
Experiência Homossexual e Juventude: perspectivas novas para uma análise - <i>Marcelo Santana Ferreira</i> .....	44
<b>Sessão 2: No Plural das Eroticidades: Novas Produções (Sub)Culturais</b>	
O Impacto da AIDS, a Afirmação da “Cultura Gay” e a Emergência do Debate em Torno do “Masculino” – fim da homossexualidade? - <i>Carlos Alberto Messeder Pereira</i> .....	52
Imagens Identitárias Homossexuais, Carnaval e Cidadania - <i>Fabiano Gontijo</i> .....	63
Educação e Pesquisa de Práticas Sexuais de Risco ( <i>Barebacking sex</i> ) - <i>Luís Henrique Sacchi dos Santos</i> .....	69
<b>Sessão 3: Homossexualidades e Fases da Vida</b>	
Jovens Homens que Fazem Sexo com Homens – comportamento sexual e antiretrovirais em São Paulo - <i>Cristiane Gonçalves Meireles da Silva, Dreyf de Assis Gonçalves, Júlio César Barroso Pacca, Norman Hearst</i> .....	84
Projeto “Prazer Não Tem Idade” – despertando para a bichice veterana - <i>Luís Gustavo Weiler</i> .....	95
Parcerias Sexuais na Comunidade <i>Entendida</i> do Rio de Janeiro – notas etnográficas em torno de questões etárias e do amor romântico - <i>Luís Felipe Rios</i> .....	100

<b>Sessão 4: Processos de Estigmatização e Estratégias de Resistência</b>	
Violência, Exclusão e Sofrimento Psíquico - <i>William Siqueira Peres</i> .....	116
Políticas Públicas Contra o Preconceito e a Discriminação e a Participação da Sociedade Civil - <i>Karen Bruck</i> .....	123
A Guerra dos Mundos Homossexuais – resistência e contra-hegemonias de raça e gênero - <i>Osmundo Pinho</i> .....	127
<b>Sessão 5: Mídia, Consumo e Redescrições das Homossexualidades</b>	
Na Mira do Mercado - <i>Ronald Assumpção</i> .....	136
A Influência da Mídia na Formação da Identidade Homossexual Brasileira - <i>André Fischer</i> .....	138
<b>Sessão 6: Direitos Sexuais, Direitos Civis e Direitos Humanos</b>	
Parentalidade – de que direito se está falando? - <i>Anna Paula Uziel</i> .....	142
Direitos Sexuais, Direitos Civis e Direitos Humanos – convergências, divergências e humanidades - <i>Samantha Buglione</i> .....	146
Uma Reflexão sobre Direito Sexual - <i>Sérgio Carrara</i> .....	154
<b>Sessão 7: Saúde e Qualidade de Vida: Para Além do HIV</b>	
Desconstruindo as Sexualidades - <i>Janaína Dutra</i> .....	158
Saúde dos Homossexuais – uma questão de resiliência - <i>Lula Ramires</i> .....	161
A Mídia Perversa e o Universo de Homens que Fazem Sexo com Homens - <i>Vagner de Almeida</i> .....	163
<b>Sessão 8: Construindo Projetos de Mudança – Entre Nós e Para o Mundo</b>	
Homofobia em Foco – compartilhando experiências e impressões - <i>Benedito Medrado</i> .....	176
Formação de Parcerias – o caminho para a construção de projetos de mudança - <i>Beto de Jesus</i> .....	180
Soropositividade, Homossexualidade e Direitos Sexuais - <i>Roger Raupp Rios</i> .....	183
<b>Programa</b> .....	195

# APRESENTAÇÃO

Em outubro de 2003, o projeto Juventude e Diversidade Sexual realizou no Rio de Janeiro, o seminário Homossexualidade: produção cultural, cidadania e saúde. Esse encontro teve como proposta trazer para discussão as produções culturais relativas às homossexualidades e suas implicações para as qualidades de vida das pessoas com práticas homossexuais. Na ocasião, foram convidados para o debate atores envolvidos nas diferentes frentes da luta por uma sociedade que realmente respeite os direitos sexuais, destacando-se representantes do Movimento Gay, Lésbico e Transgênero do Brasil; profissionais no campo da saúde e dos direitos sexuais de Organizações Governamentais e Não-Governamentais; e estudiosos e acadêmicos com pesquisas reconhecidas no campo das homossexualidades. Esta publicação, em linhas gerais, segue o formato do evento que lhe deu origem e pretende disseminar as discussões geradas na ocasião. Temos aqui o total de 24 textos organizados em nove sessões.

Abrindo o conjunto dos textos temos uma síntese do que foi a conferência de Richard Parker, que conta aspectos da história do projeto HSH da ABIA, no qual se insere o desdobramento mais recente, voltado aos jovens com práticas homossexuais. No texto, Parker identifica as principais fases do projeto HSH, apontando os caminhos teóricos e metodológicos utilizados, demandados pelos próprios percursos tomados pela epidemia de AIDS, ao longo dos 10 anos de existência do projeto.

A segunda sessão de textos, fruto das contribuições de Mario Pecheny, Regina Facchini e Marcelo Santana Ferreira, aborda a temática da visibilidade social de gays, lésbicas e transgêneros e suas implicações em termos de cidadania e saúde sexuais.

Tomando a tematização da visibilidade como pano de fundo, a terceira sessão de textos traz à cena da discussão as novas produções (sub)culturais que se organizam em torno do homoerotismo. Nesta sessão, temos interessantes contribuições do Luís Henrique Sacchi dos Santos, Fabiano Gontijo e Carlos Alberto Messeder Pereira.

Na quarta sessão, Cristiane Gonçalves, Dreyf de Assis Gonçalves, Júlio César Barroso Pacca e Norman Hearst, Luís Felipe Rios e Luís Gustavo Weiler analisam as imbricações entre as fases da vida e outros marcadores sociais na configuração de diversas problemáticas que afetam a saúde e a cidadania das pessoas com práticas homossexuais.



Os processos de estigmatização e as estratégias de resistência são discutidos por Karen Bruck de Freitas, Wiliam Siqueira e Osmundo Pinho na quinta sessão de textos. As instigantes análises sobre o lugar dos processos de estigmatização na configuração dos agravos sociais e o modo como as coletividades afetadas se organizam para responder-lhes, podem servir de instrumental para se ler, de forma crítica, os argumentos de Ronald Assumpção e André Fischer, na sexta sessão, quando tratam do papel da mídia e do consumo nas redescrições das culturas sexuais das comunidades homossexuais e da sociedade brasileira mais ampla.

As questões do estigma e da discriminação são retomadas na sétima sessão. Dessa vez, é discutida por Sérgio Carrara, Samantha Buglione e Anna Paula Uziel, sob o olhar jurídico e antropológico, a construção das categorias direitos sexuais, direitos civis e direitos humanos. Em seguida, é a vez de Lula Ramires, Vagner de Almeida e Janaína Dutra aprofundarem, a partir de um olhar mais ampliado sobre saúde – incluindo em sua conceitualização a possibilidade de acesso a bens, a serviços e a dignidade – a temática da qualidade de vida.

Finalmente, na última sessão, temos os textos de Benedito Medrado, Roger Raupp Rios e Beto de Jesus que, retomando temáticas como as da homofobia, dos direitos sexuais, da visibilidade social e do mercado, colocam em perspectiva a construção de projetos de mudança para a cultura sexual brasileira, em vista à construção de uma sociedade realmente equitativa em termos de sexualidade e de gênero.

Se quiséssemos resumir em um parágrafo os três dias de intensas e ricas discussões, optá-  
ríamos por enfatizar um importante tema que permeou todas as apresentações: a importância de mobilizar e reforçar o ativismo cultural como uma forma de responder aos desafios impostos pela violação dos direitos sexuais, que se desdobram em agravos tais como a suscetibilidade ao HIV/AIDS, aos problemas psicossociais, à violência pública e/ou doméstica, entre outros. Processos intrinsecamente marcados pela discriminação e pela estigmatização das homossexualidades e das transgerações.

Sublinhamos que o fato de podermos discutir a plêiade de temáticas acima mencionadas, na “nossa casa”, com outras pessoas também comprometidas com o avanço das reflexões em prol da construção dos direitos sexuais, vem em muito contribuindo para o incremento das ações que temos realizado no projeto Juventude e Diversidade Sexual. Reiteramos que este livro é fruto de nosso desejo de compartilhar daquele precioso momento com um número maior de pessoas, de modo que as idéias aqui registradas possam servir de subsídios para aprofundar pesquisas e ações no campo da promoção da cidadania e saúde para as pessoas com práticas homossexuais. Em última instância, que possam instrumentalizar o maior número possível de pessoas para a árdua tarefa de dismantelar o que no âmbito do seminário – e fazendo eco à última conferência internacional de AIDS, que teve lugar em Barcelona em 2002 – ficou demarcado como os dois principais entraves para uma resposta mais eficaz à epidemia de AIDS: os processos de discriminação e de estigmatização.

Queremos finalizar esta apresentação agradecendo ao Programa Nacional de DST e AIDS do Ministério da Saúde, na figura de Lilia Rossi, por confiar em nosso trabalho e apoiar tanto a

realização do seminário como a elaboração e publicação deste livro. Também à Fundação Ford, que vem apoiando pontualmente diferentes ações do projeto Juventude e Diversidade Sexual. Ainda no âmbito dos reconhecimentos, não poderíamos deixar de nomear algumas pessoas que foram fundamentais para a realização do seminário, nos referimos ao apoio logístico de Josias Freitas e Fábio de Sá, integrantes da equipe do projeto; Alainaldo e Caio, que estagiavam no projeto àquela época; Wilma Ferraz e Cristina Albuquerque, da equipe de eventos da ABIA. Queremos ainda registrar nossos agradecimentos aos jovens que participam das oficinas do projeto Juventude e Diversidade Sexual, razão de nossas ações e co-parceiros em suas elaborações e implementações.

*Luís Felipe Rios, Vagner de Almeida, Richard Parker,  
Cristina Pimenta e Veriano Terto Jr.*



CONFERÊNCIA DE ABERTURA



# EMPONDERAMENTO ERÓTICO E CIDADANIA SEXUAL PARA HOMENS QUE FAZEM SEXO COM HOMENS E TRIBOS AFINS

Richard Parker<sup>1</sup>



Para trabalhar o tema HIV/AIDS com o público homossexual, é necessário, por um lado, respeitar a diversidade erótica que existe dentro dessa população e, por outro, a cidadania. É preciso haver também um respeito pelos direitos e uma luta constante contra a violência, a discriminação e o estigma que cercam esse campo. Ao longo desses dez anos de trabalho da ABIA, esses dois pólos, o erótico e a cidadania, têm sido uma constante no nosso dia-a-dia.

Podemos dividir nossa trajetória em duas etapas. A primeira etapa, compreendida entre os anos de 1993 até 1998, mais ou menos, foi marcada pelo Projeto Homossexualidades ou Projeto HSH – Homens que Fazem Sexo com Homens. A segunda etapa, iniciada em 1999, abrange o Projeto Juventude e Diversidade Sexual, as vezes denominado de HSH Jovem, que tem vários sub-projetos sobre a prostituição masculina, a homossexualidade dentro do contexto das religiões afro-brasileiras, entre outros.

A primeira etapa desse trabalho, a partir de 1993, foi desenvolvida em parceria com várias outras organizações – quase todas do movimento homossexual, como os grupos Pela Vidda do Rio de Janeiro e de São Paulo, o Instituto de Medicina Social, os grupos Atobá, Arco-Íris e 28 de junho – e o apoio financeiro de diversas fontes. A existência de diferentes linhas de financiamento, inclusive, impediu que nos tornássemos dependentes de uma única agência, nos permitindo ter mais liberdade para desenvolver trabalhos para o público homossexual.

O Projeto HSH teve dois pontos de partida. O primeiro foi o que em inglês chamamos de *the cap gap* – pesquisas comportamentais, realizadas no início dos anos noventa entre vários grupos, que mostravam que, apesar do alto nível de conhecimento sobre o HIV/AIDS, as práticas de risco ainda persistiam. O segundo ponto de partida foi a distinção feita entre os conceitos de identidade sexual e comportamento e prática sexual, uma vez que no Brasil as práticas homossexuais não significam necessariamente a construção de uma identidade gay.

## Um Produto Cultural

A idéia de que a sexualidade é social e culturalmente construída foi muito importante para o

<sup>1</sup> Diretor-Presidente da ABIA, Professor e Chefe do Departamento de Ciências Sociomédicas na Escola de Saúde Pública da Universidade de Columbia em Nova Iorque.

desenvolvimento desse trabalho. É ela que nos permite pensar que a sexualidade também pode ser des-  
construída e reconstruída dentro do contexto de programas de prevenção e de um trabalho político.

O desenho do Projeto HSH foi construído com base em uma dinâmica de intervenção, na tentativa de alcançar as pessoas onde elas estão e de iniciar um diálogo. Tinha, também, um componente de pesquisa muito importante, a fim de mapear onde o trabalho deveria ser realizado, e a construção do que chamávamos de espaços seguros, para onde as pessoas podiam ir a fim de receber apoio social e psicológico. Essas atividades incluíam também a pesquisa formativa; um trabalho de produção de material educativo; a colaboração com estabelecimentos comerciais, tais como bares, saunas etc.; a colaboração com a rede de saúde pública no Rio de Janeiro e em São Paulo; a realização de uma série de seminários; a distribuição de preservativos; entre outras.

Nos dois primeiros anos de trabalho, tínhamos uma ênfase muito forte na erotização do sexo seguro, a fim de contra-argumentar a idéia de que ele seria uma forma de impedir o prazer. Havia, também, a intenção de alcançar públicos diferenciados, como o de homens que não se identificam como homossexuais. Criamos, baseados em um mapeamento feito no Rio de Janeiro e em São Paulo, guias gays, no intuito de apoiar a construção de comunidades homossexuais mais fortes e unidas nessas cidades.

### Convite ao Diálogo

Ao longo dos anos, o trabalho foi caminhando para um compromisso com uma identificação com o ativismo e com a política. Adotamos, por exemplo, o uso de alguns dos símbolos internacionais da luta contra a AIDS. O famoso símbolo do movimento gay mundial foi aparecendo cada vez mais e passamos a utilizar os participantes dos nossos projetos como modelos e concebedores do material que produzíamos.

O objetivo desses materiais era fazer um convite ao diálogo, possibilitando um engajamento político mais amplo. Eles eram usados muito mais como um cartão de visita do que como uma peça educativa, no seu sentido tradicional. Esse cartão de visita foi o ponto de partida para o trabalho de intervenção realizado em diversos locais e, principalmente, na sede da ABIA.

Naquela primeira etapa, até 1997, a produção do projeto foi bastante ampla e o mais notável é que cobria, por um lado, um grande leque de produtos mais acadêmicos, e produtos muito mais populares, por outro. Os métodos de avaliação, naquele primeiro momento, foram três: pesquisas transversais consecutivas, que foram realizadas em 90, 93 e 95 e depois não foram continuadas por falta de verba; o monitoramento etnográfico contínuo, realizado entre 1990 e 1997; e os grupos focais com diversas populações envolvidas no projeto, a fim de avaliar a penetração deste dentro da comunidade, independentemente da participação que o indivíduo teria ou não dentro do projeto. Os resultados mostraram que houve um aumento considerável no uso de preservativo e uma mudança de atitude frente à AIDS, com uma redução do estigma na própria comunidade homossexual e uma conscientização em relação aos direitos.

### Segunda Etapa

A segunda etapa desse trabalho, realizado ao longo dos últimos anos, basicamente de 2000 até o presente, é chamado de Juventude e Diversidade Sexual. Ele tem como objetivo priorizar um trabalho para os jovens, destacando a vulnerabilidade em potencial dos jovens homossexuais.

A violência estrutural que existe na sociedade brasileira faz com que a epidemia atinja cada vez mais os jovens em situação de pobreza, da periferia das grandes cidades, marginalizados pelo sistema. Há pelo menos cinco eixos dessa desigualdade que devem ser levados em conta: a idéia da pobreza e exploração econômica; a opressão de gênero; a questão sexual; o racismo e a discriminação étnica; e a diferença de idade e a desigualdade de poder que muitas vezes existe em interações de pessoas de diversas faixas etárias.

As atividades dessa segunda etapa não foram muito diferentes das atividades da primeira, mas acrescentamos algumas questões com base na violência estrutural e a sua importância, principalmente para os jovens. Foram organizadas atividades de capacitação profissional; desenvolvidos materiais específicos, dirigidos não só para os jovens gays, mas também para os pais; criados materiais direcionados a grupos específicos como o de transformistas, travestis, trabalhadores do sexo etc.

A valorização da diversidade e a conquista dos direitos têm sido constantes nesse trabalho. Outro ponto de fundamental importância tem sido escutar o que esses jovens têm a dizer e servir como fonte de pesquisa para eles e para outros grupos/instituições que trabalham com esse tema.

### **Desafios para o Futuro**

Após fazer essa retrospectiva da atuação da ABIA no enfrentamento à epidemia de HIV/AIDS no Brasil, lembro que a falta de dados sobre as práticas sexuais frente à epidemia de AIDS dificultam a nossa ação. Há uma necessidade urgente de realizar pesquisas, tanto epidemiológicas – com dados quantitativos sobre comportamentos sexuais que possibilitem o monitoramento comportamental da epidemia – quanto sociais e culturais, que trabalhem melhor as questões de identidades, de construção, de subjetividades, que também são fundamentais para entender o trabalho que fazemos.

| 13 |

Um segundo desafio nesse momento, que poderíamos chamar de Desafio da Discriminação, é enfrentar, fora e dentro do meio gay, o racismo, a discriminação de gênero e de idade, a homofobia externa, mas também internalizada na própria comunidade homossexual, e a discriminação, ainda presente no mundo gay, frente às pessoas vivendo com HIV/AIDS. Sem enfrentar essas discriminações não vamos avançar de uma maneira significativa.

Há, ainda, um terceiro desafio: o Desafio das Práticas Eróticas. Trabalhamos muitas vezes com uma sexualidade quase imaginária, diferente do que está acontecendo nas ruas. Isso faz com que as nossas ações educativas não atinjam de fato o resultado que esperamos, por isso, precisamos entender que práticas são realmente adotadas.

Um último desafio não pode ser esquecido: o da Transformação Cultural. A reprodução e mediação eletrônica da homossexualidade como um fenômeno é inegável hoje em dia. O chamado Capitalismo Cor-de-Rosa está cada vez mais presente na mídia, mas as ONGs ainda não sabem muito bem o que fazer com isso.

O enfrentamento desses desafios vai nos ajudar a fundamentar melhor o nosso trabalho. Através dele poderemos pensar sobre os próximos caminhos que a comunidade gay deve seguir na luta contra a epidemia de HIV/AIDS.





SESSÃO 1

# POR DENTRO DO ARMÁRIO

Identities Discretas

*Mario Pecheny*

Mulheres, Diversidade Sexual, Saúde e Visibilidade Social

*Regina Facchini*

Experiência Homossexual e Juventude –  
perspectivas novas para uma análise

*Marcelo Santana Ferreira*

# IDENTIDADES DISCRETAS <sup>1</sup>

Mario Pecheny <sup>2</sup>



Discretas son las personas que hablan o actúan con tacto o moderación, que se preocupan por no molestar a los demás; indiscretas son las personas sin tacto, que intentan saber con una curiosidad chocante lo que se trata de no develar. También se llama así a las acciones de tales personas. Son discretas las personas que saben guardar un secreto; indiscretas son las que revelan lo que debería haber quedado en secreto. Se califica asimismo como discreto a aquello que no atrae demasiado la atención (“el discreto encanto de la burguesía”, “un vino con discretos aromas a frutos rojos”). Por último, al menos en este primer campo de significado, discretos son los espacios que favorecen el aislamiento y el misterio (“un rincón discreto”).

En un segundo campo de significado, discretas son las partes de un todo caracterizadas por la discontinuidad. En matemática como en lingüística, los elementos discretos son físicamente distintos, desagregados, delimitables o separados (en sociales, ¿podríamos decir “alienados”?).

En el texto que sigue planteamos cinco hipótesis que nos parecen fecundas para estudiar los modos en que se estructura la sociabilidad de las personas homosexuales, cuyas identidades – insinuamos aquí – pueden ser calificadas de “discretas” según varios de los sentidos mencionados más arriba. Estos modos de sociabilidad se refieren tanto a las relaciones socio-personales entre homosexuales como a las relaciones con el entorno no-homosexual.

Las hipótesis son las siguientes:

- 1) La homosexualidad constituye un secreto fundante de la identidad y las relaciones personales de los individuos homosexuales.
- 2) Dado este secreto, los lazos de sociabilidad se estructuran según tres mundos definidos en función del conocimiento del secreto: el de aquellos que no saben nada, el de aquellos que están al corriente y el de los pares del mundo homosexual.
- 3) Las fronteras entre tales mundos son permeables y flexibles.
- 4) Los lazos personales establecidos entre pares homosexuales tienen consecuencias importantes para

---

<sup>1</sup> Diversas versiones de este artículo fueron presentadas en varios encuentros y una de ellas publicada en Arfuch Leonor comp., *Identidades, sujetos y subjetividades: narrativas de la diferencia*. Buenos Aires: Prometeo, 2003.

<sup>2</sup> Instituto Gino Germani (UBA/Conicet).



distintos aspectos del desarrollo individual como ser social (en términos de movilidad geográfica, acceso al mercado laboral, a círculos económicos y culturales distintos del original etc.).

- 5) El desarrollo de un movimiento sociopolítico gay y la aparición del sida comenzaron a romper las fronteras entre los mundos.

El tema de la identidad homosexual, la estructuración de los lazos en distintos mundos y el impacto del movimiento gay y de la aparición del sida, fueron examinados en investigaciones previas (Kornblit *et al.*, 1998; Pecheny, 2000a; Pecheny, 2000b). La cuestión relativa al peso de los lazos personales entre homosexuales como determinantes de la movilidad individual en términos económicos, culturales y profesionales apareció en el curso del estudio sobre los otros temas, pero es un aspecto sobre el cual no tenemos evidencia empírica sistemática.

*1) La homosexualidad constituye un secreto fundante de la identidad y las relaciones personales de los individuos homosexuales*

Tomamos aquí la definición de “homosexualidad” como la tendencia a buscar placer sensual mediante contactos físicos con personas del mismo sexo más que con personas del sexo opuesto<sup>3</sup>. No en todas las culturas existe la noción de persona homosexual ni todas las personas que tienen o han tenido relaciones sexuales con personas del mismo sexo se consideran a sí mismas homosexuales. Un individuo homosexual “identitario” es alguien que considera que el hecho de tener deseo y/o mantener relaciones sexuales y/o amorosas con personas del mismo sexo define en mayor o menor medida su propia identidad. Este reconocimiento es en principio ante sí mismo y puede ser asumido públicamente o no, y en distintos niveles.

La identificación homosexual no siempre es adoptada autónomamente. Por el contrario, desde su invención, dicha identificación ha sido atribuida en general de modo heterónomo, por parte de los diversos especialistas<sup>4</sup>. Es por ello que numerosos autores desconfían de esta categoría de origen médico para definir una identidad social, y prefieren por ejemplo el término “gay”, o ninguno (Butler, 1993; Foucault, 1993). En el presente trabajo, cuando hablamos de homosexuales nos referimos exclusivamente a personas que sienten deseo hacia las de su mismo sexo, sin intentar adoptar la apariencia física del sexo opuesto – como en el caso de las personas travestis. El sustantivo y el adjetivo “homosexual” se utilizan de modo genérico, en tanto que

<sup>3</sup> Esta definición amplia es suficiente para dar cuenta de prácticas que adoptan y han adoptado históricamente formas, identidades y sentidos múltiples. La definición es la de Dover (1982:13).

<sup>4</sup> La “identidad homosexual” es el producto de un conflicto entre la heteronomía que implica la taxonomía impuesta, y la autonomía de la reapropiación y redefinición, por ejemplo – pero no exclusivamente – en términos de la identidad gay. Si bien la crítica de espíritu foucaultiano diría que toda definición no hace sino poner límites a la pura práctica, estamos de acuerdo con el planteo de Jeffrey Weeks (1995), según el cual las identidades sexuales, especialmente las alternativas a la identidad hegemónica heterosexual, son “ficciones necesarias” que sirven de apoyo y dan un sentido de pertenencia útiles para asumir ante sí mismo y ante los demás una práctica conflictiva con los modelos presentados casi universalmente durante la socialización infantil y adolescente, y con los valores sociales predominantes.

los sustantivos y adjetivos “gay” y “lesbiana” se utilizan más precisamente para referirse a los individuos homosexuales que asumen con cierto grado de publicidad su orientación sexual.

En nuestra sociedad, la homosexualidad es una dimensión de la personalidad que constituye un motivo de estigmatización, discriminación y exclusión. Esta dimensión tiene dos rasgos que determinan su especificidad: por un lado, en general, la homosexualidad no es evidente ante los ojos de los demás, ya que se puede ocultar con relativa facilidad; por el otro, en principio no es compartida por el núcleo de socialización primaria, formado por la familia, amigos de la infancia etc.<sup>5</sup> (Con esto queremos decir que normalmente el niño o adolescente que desarrollará una vida homosexual se cría en un ambiente heterosexual).

El primer rasgo, la no-evidencia, permite a los individuos manejar la información acerca de su sexualidad en función de los distintos interlocutores, espacios y momentos. En un contexto de discriminación de la homosexualidad, la capacidad de simular constituye un recurso de protección, del que carecen, por ejemplo, aquellos que poseen un color de la piel diferente de la norma, en un contexto racista.

El segundo rasgo, la no-comunidad de destino con su núcleo primero de socialización, plantea un problema particular a los individuos homosexuales. Esto los diferencia de los miembros de categorías discriminadas que forman grupos sociales, como los judíos en un contexto antisemita. En este caso, por ejemplo, si un niño judío es hostigado en su escuela, muy probablemente encuentre apoyo material y afectivo en su familia y sus amigos cercanos. En cambio, un adolescente que va descubriendo su deseo hacia personas de su mismo sexo, y vive esta situación con angustia o temor, no sólo es raro que encuentre apoyo en su núcleo familiar y amistoso, sino que la angustia o el temor residen justamente en el eventual rechazo que pudiere surgir de ese entorno primario de otros significativos<sup>6</sup>.

Investigaciones realizadas en Argentina (Kornblit *et al.*, 1998) y en otros países muestran que en el proceso de formación de la identidad personal la relación con los otros significativos está fuertemente determinada por el modo de compartir o no la información relativa a la orientación homosexual. Esto que aparece en la adolescencia o juventud temprana prosigue en los distintos estadios vitales, incluyendo – si cabe – en lo que se refiere a la relación de las madres lesbianas o los padres gays con sus propios hijos biológicos o adoptados.

<sup>5</sup> Nos parece interesante citar los datos de una investigación francesa realizada con los lectores (varones) de una revista gay de dicho país, destinada a conocer en qué medida el sida representa un factor que alienta la comunicación de la homosexualidad al entorno familiar y afectivo (Schiltz 1994: 49). Según esta investigación, la homosexualidad es desconocida por el padre en un 45% de los casos de los gays seronegativos y 27% de los seropositivos, por la madre en un 38% y 20%, por los hermanos en un 31% y 15%, por los compañeros de trabajo en un 37% y 25% y por los amigos heterosexuales en un 28% y 13%, respectivamente. Teniendo en cuenta que la muestra no es representativa del conjunto de los homosexuales (ya que estos datos corresponden a los casos de gays adultos, lectores activos de una revista gay y dispuestos a participar de una investigación sobre el tema), puede suponerse que los porcentajes de no-conocimiento de la orientación homosexual por parte del entorno afectivo de una persona son en promedio mayores.

<sup>6</sup> Las experiencias típicas ligadas a las distintas formas de estigmatización han sido ampliamente analizadas por Goffman (1989: 44-57).

Independientemente de que a lo largo de la vida la mayoría de los individuos homosexuales dan a conocer a los demás su orientación sexual (lo que los anglosajones llaman el proceso del “*coming out*”), nuestra hipótesis es que la homosexualidad constituye un secreto fundante de la identidad y las relaciones personales de los individuos homosexuales.

Ahora bien, un secreto puede querer decir muchas cosas: es aquello que se calla, aquello de lo que no se habla, aquello de lo que se habla en voz baja o a espaldas de los demás, aquello de lo que no se debe hablar, aquello de lo que no se puede hablar... Lo que nos interesa subrayar aquí es que el secreto instituye lazos sociales específicos entre los que lo comparten y respecto de aquellos que no, pero que pueden intuirlo o alguna vez conocerlo. El secreto da lugar así a un tipo particular de interacción y de conflicto.

El antropólogo Andras Zempleni (1984), inspirado en Simmel, al analizar las formas de resistencia de los pueblos colonizados y/o primitivos que tradicionalmente estudia la antropología, llama la atención sobre el secreto, “una forma de resistencia mucho más general, simple y discreta [que los movimientos político-religiosos] [...]: el secreto es el medio más común del que se sirven los pueblos sometidos y los grupos oprimidos para preservar su identidad social y cultural (102)”.

Para este autor, “es secreto, según la etimología, lo que ha sido separado y puesto aparte (*se-cernere*). El acto constitutivo del secreto es un acto de rechazo que implica al menos dos seres – personas o grupos – *ligados* por una relación negativa: *el que detenta* el contenido puesto a un lado y el *destinatario* al que se apunta por dicho contenido negado [...] Salvo para la teología, no hay secreto en sí, sin blanco o destinatario al menos originario. Una vez consumada la separación, ¿en qué se transforma la sustancia puesta a un lado? [...] en algo oprimido, apretado, constreñido, es decir *cargado de tensión*. Cargado de la tensión del rechazo que ha instituido el secreto y que hay que mantener o preservar. El análisis de los actos lingüísticos relativos al secreto autoriza a distinguir tres modos de descarga o de regulación de dicha tensión interna, es decir tres modos que manifiestan *la tendencia incoercible del secreto a franquearse una vía hacia sus destinatarios*”(103). Como veremos más adelante, tales modos son la revelación, la comunicación y la secreción.

En una sociedad que discrimina a la homosexualidad, los individuos homosexuales pueden ser caracterizados como individuos “estigmatizables”, según el término de Goffman (1989). A diferencia de las personas que presentan un estigma visible, las personas estigmatizables son aquéllas cuyo estigma no es evidente a los ojos de los demás, pero puede llegar a serlo. Los sociólogos estudiaron las biografías de este tipo de personas en términos de gestión del estigma a lo largo del tiempo y en los distintos espacios sociales. En este sentido, la gestión de la comunicación y del secreto constituye un recurso fundamental del que dispone el individuo estigmatizable.

A pesar de cierta evolución, la homosexualidad sigue siendo en Argentina una práctica fuertemente estigmatizada. Por esta razón, los individuos homosexuales se reservan en general el derecho de decidir cuándo y a quién comunicar su identidad sexual. Los estudios hablan en este sentido de un proceso o momento típico de la biografía de los homosexuales. Es el momento denominado “salida del placard”, en el cual el individuo deja de esconder su homosexualidad



y comienza a exponerla públicamente<sup>7</sup>. La salida del placard puede ser un acto voluntario, incluso político y reivindicativo, o puede ser impuesto por alguna circunstancia.

La cuestión del secreto es ilustrada por la expresión en inglés “*closet*”, la cual resume la experiencia común de los individuos homosexuales, sin necesidad de atribuir esencia o universalidad alguna al homosexual en singular (Kosofsky-Sedwigck, 1993). Lo que tienen en común tales individuos es una contingencia histórica: la de haber nacido en sociedades hostiles a la homosexualidad (calificadas de “homofóbicas”), que los obligan a permanecer – en mayor o menor medida, por más o menos tiempo – ocultos en “el placard” en cuanto a su vida sexual y amorosa. Es necesario en este punto aclarar que no se trata de una dicotomía oculto-visible, sino de una gradación dinámica y permanente.

Posiblemente, la dificultad mayor que se plantea en una sociedad homofóbica no sea la dimensión puramente sexual de la identidad homosexual, sino su expresión pública como afecto, amor o compromiso. En efecto, incluso en sociedades o Estados intolerantes, las actividades sexuales *non-sanctas* pueden ser practicadas gracias al refugio de la oscuridad o de las paredes del cuarto. Lo que plantea mayores problemas es la manifestación de la homosexualidad como relación amorosa, cuyo reconocimiento social y político – bajo la forma del matrimonio entre personas del mismo sexo – parece estar aún hoy muy lejano. En este sentido, como señalan los testimonios en todas las investigaciones consultadas, la influencia de la discriminación se percibe más en el cercenamiento de algunos gestos cotidianos, por ejemplo la posibilidad de caminar del brazo en la calle o de besarse en público.

| 20 |

Si la sexualidad y las relaciones amorosas juegan un papel central en la génesis y desarrollo de toda subjetividad, en el caso de las personas homosexuales este papel está mediado permanentemente por el secreto, la observación y la auto-observación, que llevan a desarrollar un sentido de la ironía sobre sí mismos típica del humor homosexual, como del humor judío.

Como señalara Andrew Sullivan (1995), el modo predominante de interacción social respecto de la homosexualidad conforma un sistema “hipócrita”, calificado así porque presupone y reproduce un doble estándar de juicio según se trate del espacio privado o del espacio público. Este sistema ha durado por lo menos un siglo. Sin embargo, como veremos al final del artículo, desde hace unos veinte o treinta años los cimientos de tal sistema están siendo debilitados a partir del desarrollo de un movimiento y una comunidad gays y del advenimiento de la epidemia de sida, factores que contribuyeron – por diversas razones – a sacar de la invisibilidad pública a los homosexuales y a la homosexualidad (Pecheny, 2000b).

En el territorio argentino, desde la abolición del Santo Oficio en 1813, la legislación no prohíbe las relaciones sexuales consentidas entre personas adultas del mismo sexo. Lo único que se les pide a los homosexuales, es su discreción. Como reza la Constitución Nacional de 1853, todo aquello que depende del orden privado de los individuos, en la medida en que no afecte

<sup>7</sup> La expresión “salir del placard” es la traducción de la expresión en inglés “*coming out of the closet*”, o simplemente “*coming out*”. Un análisis de historias de vida de gays y lesbianas focalizado en el momento de la salida del placard se encuentra en Plummer (1995).

el orden público, está permitido. Los problemas surgen cuando se transgreden los límites de lo privado y la homosexualidad se vuelve públicamente visible.

Desde el siglo XIX y durante casi todo el siglo XX, la discreción pública es la característica principal de la mayor parte de los individuos homosexuales, quienes han debido llevar distintas vidas e identidades según los espacios y vínculos sociales. La situación es más difícil fuera de Buenos Aires y los otros centros urbanos importantes, ya que si los individuos homosexuales son visibles, a menudo deben asumir el papel de chivos emisarios o de personajes del pueblo; y si no, su doble vida puede implicar la migración hacia la Capital y/o el temor de eventuales chantajes.

Hasta los años setenta, la vida de los homosexuales transcurre en una relativa tranquilidad, interrumpida periódicamente por el acoso de la policía que se vale de los edictos para reprimir y extorsionar a los homosexuales en las calles (Sebreli, 1997). Las detenciones durante veinticuatro horas de presuntos homosexuales, como también de las prostitutas, constituyen una fuente de ingresos ilegales para las comisarías. Pero más allá del lucro, es difícil comprender la lógica de tales detenciones arbitrarias en tanto políticas disuasivas o represivas. Las detenciones y el temor de la revelación de la homosexualidad no son eficaces para impedir los actos homosexuales, sino para crear un contexto represivo que determina un tipo de interacción social favorable a la disociación de la sexualidad y el afecto, al privilegio del anonimato, a la búsqueda de la máxima eficacia en el levante, a la creación de códigos y subculturas, y al aprendizaje de la simulación (Pollak, 1993:186; Kornblit *et al.*, 1998).

| 21 |

A partir de los años ochenta y el retorno a la democracia, la situación de los homosexuales empieza a modificarse. La liberalización política y la impronta dejada por el movimiento de defensa de los derechos humanos surgido durante la dictadura conforman un contexto favorable al planteo de reivindicaciones de nuevos derechos y el desarrollo de nuevos actores, como el movimiento de mujeres y el de minorías sexuales.

Como decíamos, el orden de interacción social constituido en torno a la homosexualidad sigue un doble estándar moral, que condena públicamente las prácticas homosexuales pero las tolera siempre y cuando ellas tengan lugar fuera de la mirada pública. Dicho brevemente, la sociedad parece tolerar mejor la sexualidad homosexual practicada en privado que el amor homosexual que se manifiesta públicamente. Esto puede interpretarse como si los no-homosexuales y los homosexuales hubieran establecido una suerte de pacto implícito en cuanto al estatus de la homosexualidad: la tolerancia social a cambio de la discreción y la invisibilidad.

Si la tolerancia implica el respeto de la libertad del otro, de sus maneras de pensar y de vivir, ella significa al mismo tiempo admitir la presencia del otro a regañadientes, la necesidad de soportarlo o simplemente dejarlo subsistir. La tolerancia no equivale pues a la plena aceptación ni al reconocimiento social. Sin embargo, ese mínimo de aceptación convenía, y aún conviene, a muchos homosexuales. En efecto, con un poco de discreción, una vida homosexual más o menos feliz puede ser vivida en el interior de los límites que impone la sociedad, a pesar de las complicaciones derivadas del hecho de mantener una doble vida. Este sistema de interacciones “hipócrita”

sólo puede funcionar en la medida en que las personas espontáneamente estén dispuestas a practicarlo. Exige asimismo la demarcación de la homosexualidad en dos ámbitos separados, el público y el privado, y una sociedad que se encuentre cómoda con dicha distinción. Históricamente, homosexuales y heterosexuales cooperaron para cristalizar ese modo de interacción. Buscando evitar el riesgo de la burla y la discriminación que implicaría develar su sexualidad, los homosexuales aparentemente se contentan con que se les deje la posibilidad de conducir su vida sexual y emocional en privado. En el seno de sus familias, mientras se respeten las convenciones públicas de la discreción, los miembros homosexuales pueden integrarse sin problemas a la vida social. Como escribe Sullivan (1995: 121), “son solteros empedernidos o viejas solteras, tíos divertidos o tías excéntricas, hermanos complicados, personajes del pueblo... Al cabo de un tiempo, cuando no logran conformarse a los modelos maritales esperados, una extraña pero resistente convención se crea a su alrededor, una reticencia tenaz a develar sus deseos y sentimientos, sus vidas interiores y sus esperanzas para el futuro. Más que ‘no-personas’, son ‘semi-personas’; públicamente bien definidos (*sharp*), íntimamente opacos. La mayoría de la gente sabe de alguna manera que son ‘raros’, y se muestran perfectamente tolerantes con ellos. Pero no se dice nada explícito; no se abre ningún corazón, a excepción quizá de los momentos de gran estrés, de una inopinada y vergonzosa revelación o en ocasión de una partida precipitada o de una ruptura. Como tales personas cooperan a su propia evisceración psicológica, la barrera entre sus identidades es particularmente fuerte”. Los no-homosexuales, por su parte, dejan espacios para los “excesos” de los homosexuales, en la medida en que éstos acepten no perturbar la paz social y la esfera pública.

| 22 |

Este modo de organización social (espacial y temporal) de las prácticas homosexuales repercute además en las modalidades mismas de la interacción homosexual, en cuanto a la seducción, a la vida en pareja y a la actividad sexual. A partir de los estudios sobre riesgos relativos a la transmisión del VIH, pudo conocerse en qué medida la discriminación y el contexto dificultoso del cortejo entre personas del mismo sexo alientan por ejemplo la toma de riesgos o la disociación entre sexo y afecto, entre otras prácticas sociales devenidas típicas (incluso clichés) de las relaciones homosexuales (Pollak, 1988 y 1993; Schiltz, 1994; Pecheny, 2000).

Como lo señalan los estudios efectuados en distintos países (Sullivan, 1995; Pollak, 1993), mientras unos y otros respetaban los límites entre lo privado y lo público, el sistema de discreción en torno a la homosexualidad pudo funcionar sin grandes sobresaltos. Las consecuencias principales de este modo predominante de interacción social, basado en la discreción y la hipocresía, en la formación de espacios de sociabilidad y en la determinación de sus dinámicas, son descriptas en los párrafos que siguen.

2) *Dado este secreto, los lazos de sociabilidad se estructuran según tres mundos definidos en función del conocimiento del secreto: el de aquellos que no saben nada, el de aquellos que están al corriente y el de los pares del mundo homosexual.*

Esquemáticamente, podemos decir que las relaciones personales de los homosexuales se estructuran en tres mundos entrecruzados, definidos por su posicionamiento respecto del cono-



cimiento de la orientación homosexual: el de los que no saben nada, el de los que están al corriente y el de los pares del mundo homosexual. Estos mundos no sólo se cruzan entre sí, sino que atraviesan los distintos niveles que van desde lo privado-íntimo hasta lo más público-político.

El hecho de que exista un vasto mundo de relaciones personales formado por aquellos “que no saben nada” de la vida sexual y afectiva de una persona que les es en otros sentidos muy cercana, se explica por la situación de discriminación de la que es objeto la homosexualidad.

La discriminación puede ser ejercida directa o indirectamente. Es directa cuando una norma o actitud apuntan directamente a alguna categoría de actos o personas, o cuando distinguen arbitrariamente entre categorías. La discriminación es indirecta cuando una norma o actitud son de apariencia universal, pero sus efectos discriminatorios son sufridos exclusivamente por una categoría determinada de actos o personas (por ejemplo, según la norma vigente, el matrimonio entre un hombre y una mujer es universalmente accesible, pero sus efectos son discriminatorios únicamente para aquellos que aman a una persona de su mismo sexo). Por otra parte, la discriminación puede ser real o sentida. Es real cuando es efectivamente ejecutada, mientras que es sentida cuando el individuo, anticipándose a un rechazo, se autodiscrimina (Green, 1995). En materia de homosexualidad, la discriminación es importante bajo su forma indirecta y como discriminación sentida o anticipada. El miedo frente a la hipotética revelación de la homosexualidad opera como una causa eficiente de auto-exclusión y de vergüenza personal. La anticipación de la discriminación favorece además los riesgos respecto del sida y otras ETS, impide el acceso a los servicios de salud y judiciales, y lleva al alejamiento del entorno afectivo.

| 23 |

Nuestro estudio empírico mostró que el mundo subjetivo (formado por el individuo frente a sí mismo), el íntimo-privado (formado por aquellos que cuentan afectivamente para el individuo) y el público-político, no son coherentes ni homogéneos respecto al modo de considerar la homosexualidad.

Las actitudes subjetivas son, por supuesto, muy diversas. Los sentimientos de los individuos son contradictorios y ambiguos, lo que entre otras cosas se explica por la socialización previa a la toma de conciencia de la homosexualidad. En la mayoría de los casos, los individuos saben y sienten que la homosexualidad es motivo de vergüenza, de burla, de exclusión, etc., mucho antes de saberse atraídos por personas de su mismo sexo. Luego, los sentimientos pueden evolucionar positivamente a lo largo del proceso de *coming out*, pero las ambigüedades no desaparecen nunca completamente. Además, la percepción personal de la discriminación social – percepción que está a la base de la discriminación anticipada – es muy fuerte.

En lo que se refiere a la familia, la discriminación sentida aparece como más fuerte que la discriminación real. Una vez superada la discriminación anticipada y/o revelado aquello que se encontraba oculto, la actitud de la familia generalmente es de aceptación o tolerancia, pero no siempre. Según los testimonios, la homosexualidad genera a menudo reacciones hostiles por parte de los miembros de la familia cercana, sobre todo del padre y de los hermanos. Las expulsiones de la casa, los silencios y las recriminaciones recíprocas son moneda corriente. Por

esta razón, muchas veces la homosexualidad se mantiene oculta. En la mayoría de los casos, si la homosexualidad es conocida por la familia, la regla es no hablar de ello.

Respecto de los amigos, pueden establecerse tres casos típicos: aquellos homosexuales que participan de un mundo amistoso formado exclusivamente de gays y/o de lesbianas (y, en el caso de los homosexuales masculinos, de las “mujeres-amigas-de-gays”); aquellos que llevan una doble vida, cuya frontera se establece mediante el compartir o no el secreto respecto de la homosexualidad; finalmente, el caso, minoritario, de aquellos que se integran completamente en tanto gays o lesbianas a un mundo de amigos sin distinción de orientación sexual.

En cuanto a los vecinos y compañeros de trabajo, la regla general es la discreción y la tolerancia. Sin embargo, en algunas profesiones, la homosexualidad es percibida como un verdadero tabú. La idea predominante es que el conocimiento público de la homosexualidad de alguno significaría el fin de su carrera profesional. Según los testimonios, éste es el caso de los docentes, militares, médicos, psicoanalistas, políticos, eclesiásticos, deportistas (hombres), árbitros, diplomáticos, jueces, policías, entre otros.

Un capítulo particular es el de los médicos y del personal de salud. Para las mujeres y los hombres homosexuales, la relación con los médicos generalmente es conflictiva, salvo que encuentren médicos “que entienden” específicamente la situación. Esto es particularmente importante, por ejemplo, para el control ginecológico de las mujeres lesbianas, o la prevención y el tratamiento de sida y otras ETS en varones homosexuales.

Finalmente, en el seno del mundo de aquellos que cuentan para el individuo, puede hablarse de los “otros indeterminados”, de “la sociedad”, la cual es percibida por los entrevistados como “claramente discriminatoria”, “hipócrita” o “ignorante”.

Los breves comentarios que acabamos de hacer muestran que la discriminación opera de modo diferente según los espacios sociales y según los interlocutores que están en interacción con los individuos real o potencialmente discriminados. Dicho fenómeno también se verifica en el mundo público y político propiamente dicho.

En el seno de la opinión pública, la mayoría se declara por la tolerancia, quizá sin un total convencimiento. El rechazo total y la plena aceptación de la homosexualidad aparentemente son actitudes minoritarias (Vujosevich *et al.*, 1997). El discurso políticamente correcto de los medios de comunicación, los intelectuales y otras voces autorizadas, no es uniforme, si bien desde hace algún tiempo la homosexualidad es objeto de un discurso liberal y de aceptación. En oposición a la discriminación directa, la idea considerada correcta es la “no-discriminación”, la cual, por otra parte, está lejos del pleno reconocimiento.

Finalmente, hay que tomar en cuenta la ley, en tanto regulación jurídica de los comportamientos y en tanto mensaje que el Estado formula en dirección de la sociedad. En Argentina, la ley no habla de homosexuales o de homosexualidad. La desigualdad jurídica se deriva sobre todo del no-reconocimiento legal de las parejas de mismo sexo. En el curso de los últimos años, sin embargo, la aplicación de las leyes vigentes paradójicamente parece algo más favorable a los homosexuales que la letra de las leyes. En este sentido, hubo algunos casos de extensión, a las

parejas y a individuos homosexuales, de algunos derechos y beneficios originalmente destinados a concubinos heterosexuales o a solteros sin precisión de orientación sexual (en materia de protección social, de adopción etc.).

Dado este contexto de discriminación – real o ejecutada, y temida o anticipada – no es extraño que las personas homosexuales consideren conveniente mantener sus vidas sexuales y afectivas al resguardo de eventuales actitudes hostiles. En los testimonios recogidos en nuestra investigación (Kornblit *et al.*, 1998; Pecheny, 2000a), el no comunicar la orientación homosexual parece ser la actitud más habitual de la mayoría de los homosexuales y ante la mayor parte de sus interlocutores.

El secreto de la propia homosexualidad se guarda con particular celo en los llamados ámbitos homosociales, es decir aquellos formados exclusivamente o casi por personas del mismo sexo. Ejemplos de este tipo de ámbitos son las bandas de adolescentes, las barras y los equipos deportivos, los parroquianos de un bar, o instituciones como las Fuerzas Armadas y las órdenes religiosas. Según varias investigaciones, tanto en la conformación de la identidad sexual individual como de la identidad grupal de los colectivos homosociales, la homosexualidad constituye un “exterior constitutivo” (Laclau, Mouffe, 1987), una diferencia cuya negación aparece tan importante como la afirmación positiva de la propia identidad. En particular, respecto de la construcción de la masculinidad en un contexto “machista”, los autores afirman que la negación de la homosexualidad constituye un elemento tan definitorio como la conquista de mujeres.

La simulación, bajo la forma pasiva de la discreción o la forma activa del simulacro (apelando a signos “desidentificadores”), constituye un recurso de protección del que se valen los individuos estigmatizables. Esto no se da sin costos, como lo analizara Goffman. Por un lado, los individuos homosexuales, cuando se encuentran en ámbitos en los que su orientación sexual permanece oculta, pueden enterarse crudamente de aquello que “verdaderamente” se piensa acerca de los de su misma condición. Por otro lado, el denominado laberintismo “empuja al disimulador a internarse cada vez más en los meandros de la mentira, con el fin de prevenir una divulgación amenazadora” (Goffman, 1989:103).

Un segundo mundo está compuesto por “los que están al corriente”. Éstos no necesariamente constituyen la mayoría de los miembros de los entornos sociales o familiares de un individuo homosexual.

Si bien es cierto que las relaciones personales cambian radicalmente por el hecho de compartir o no la información sobre la homosexualidad de una persona –justamente por ello distinguimos entre distintos mundos– debemos aclarar que los matices existen. En un extremo, al interior de los que están al corriente, se encuentran aquellos que “saben pero no hablan de ello” – un caso más que típico, según los entrevistados – y en el otro extremo se encuentran aquellos que a partir de su inclusión en el mundo más íntimo o privado hasta refuerzan sus lazos de confianza y apoyo.

En este mundo, la simulación disminuye o desaparece, aunque en general se mantienen los códigos de discreción propios del orden de interacción del que hablábamos más arriba.

Finalmente, según los estudios, uno o más mundos de pares homosexuales han existido siempre. Lo que cambia históricamente es su grado de visibilidad (D’Emilio, 1983; Chauncey,



1994; Sebreli, 1997). Sebreli ilustra este fenómeno con la imagen de las “ciudades bajo ciudades”. Tal mundo posee sus propios códigos de lenguaje y de comportamientos, incluyendo modos de vestirse o de mirarse en la calle. En términos tradicionales de la jerga homosexual, este mundo se denomina “ambiente”, y está formado por “los que entienden”, diferenciados de “los nada que ver” (Sívori, 2000).

En el transcurso de los últimos años, como en otras grandes ciudades, en Buenos Aires la existencia de una “comunidad gay” se acompaña de una organización económica, política y espacial homosexual. Si esta comunidad es más visible que las subculturas homosexuales de la primera mitad del siglo XX, no es menos cierto que ella más bien “se yuxtapone” a la vida social normal, en lugar de atravesarla.

Para Michael Pollak (1993:216–217), “la conquista de las libertades sexuales se hizo gracias al refuerzo de una sociabilidad específica e, indirectamente, de una segregación como la que indica el término ‘ghetto’[...] En efecto, la liberación sexual, sinónimo – en el caso de la homosexualidad – de emancipación de una diferencia, se traduce en el establecimiento de un espacio privado del homosexual que, de alguna manera, se pone al abrigo de la mirada heterosexual. Por consiguiente, *la vida homosexual se distingue por fronteras específicas trazadas entre ‘vida privada’ y ‘vida pública’, que inscriben en todas las relaciones sociales la diferencia en las preferencias sexuales*. Así, muchos homosexuales tienden a ubicar las relaciones familiares ya sea del lado de la vida pública, representada por el trabajo y sus exigencias (*contraintes*), ya sea en una zona intermedia, pero en todo caso fuera de lo que ellos definen, casi siempre, como su ‘verdadera vida’ o su ‘vida privada’ (el subrayado es nuestro)”.

En ciertos casos, en algunas subculturas gays, el modo de interacción lingüística está fuertemente pautado, incluyendo un vocabulario propio y una gramática específica. Un ejemplo, en lo estrictamente lingüístico, es “la jerga hablada por quienes se identifican a sí mismos como *locas* [...que] resulta de transformaciones claramente definibles operadas sobre las marcas de género del léxico del rioplatense estándar”, hablando en femenino, tanto en primera, segunda, como en tercera persona, y refiriéndose tanto a varones como a mujeres (Sívori, 2000:1). Por otra parte, en contextos abiertos o indefinidos, se desarrollan “estrategias instrumentales de mostración u ocultamiento, destinadas a identificar cómplices pasando desapercibido para quienes no comparten el código; lo que en el argot se denomina ‘tirar plumas’” (*idem*).

Los espacios físicos de sociabilidad homosexual están en principio ligados a los encuentros de seducción y sexuales: bares, lugares de levante, saunas, es decir espacios casi clandestinos. Esto plantea dificultades específicas para la constitución de un movimiento sociopolítico, que por definición aspira a ser público. A pesar de esta contradicción, la salida a la política y a la opinión pública por parte de las minorías sexuales se produjo en este tipo de espacios: en Nueva York, la primera asamblea militante a raíz del entonces llamado cáncer gay se produjo en un local de sauna (Bayer, 1989), en París fue en un bar gay (Pollak, 1988) y en Buenos Aires la creación de la primera organización pública homosexual, la CHA, fue decidida en una asamblea llevada a cabo en una discoteca (Jáuregui, 1987).

Ante la epidemia del sida, los lazos desarrollados en el mundo homosexual se revelaron como uno de los soportes materiales y afectivos principales para las personas viviendo con la enfermedad – inclusive las no-homosexuales. Tanto en los países donde ya existían comunidades gays más o menos fuertes, como en nuestro contexto en que una comunidad comienza a esbozarse paralelamente al surgimiento del sida, es en el seno de las redes amistosas gays de donde surgen los primeros intentos de respuesta ante el avance de la epidemia (Altman, 1994; Pecheny, 2000a). Durante los años ochenta y gran parte de los noventa, cuando la estigmatización del sida era particularmente grave, las relaciones reticulares de amistad gay constituyeron, como las llama Pollak (1993), verdaderas “familias ampliadas” de las víctimas de la enfermedad.

### 3) *Las fronteras entre tales mundos son permeables y flexibles*

La adopción de distintos roles, la “doble vida”, que parece caracterizar la vida de los homosexuales en un contexto discriminatorio, ha sido facilitada por el desarrollo urbano. Si éste permite la organización espacial y temporal (según horarios) de los vínculos sociales atravesados por el posicionamiento respecto de la orientación sexual, los límites entre los mundos recién descriptos no son fijos ni infranqueables.

Como decíamos al principio, siguiendo a Zempleni (1984: 104-111), el secreto – en tanto forma de relación social – está cargado de tensión y manifiesta una “tendencia incoercible” a abrirse paso. Este proceso se da bajo tres formas típicas: la revelación, la comunicación y la secreción, que Zempleni analiza en términos de pragmática lingüística.

La revelación (“decir”, “divulgar”, “traicionar”, “confesar”) implica un alivio brusco de la tensión que anula la separación y por consiguiente el secreto. Por ello, dice este autor, “ningún secreto puede cumplir sus promesas al revelarse” (104). En materia de homosexualidad, la revelación puede darse a partir de circunstancias fortuitas, o a partir de ciertos acontecimientos típicos: rumores, chantajes, *outings* (delaciones por parte de otros homosexuales), o a raíz de la infección por el VIH/sida, que actúa como una suerte de “revelador”.

La comunicación (“confiar”, “transmitir”, “comunicar”, “contar”), en lugar de abolir la separación, preserva el secreto pero alivianando su peso y tensión. La comunicación implica una elección y transforma el secreto en “soporte de un lazo social ambivalente” (104). A diferencia de la revelación, la comunicación del secreto se realiza a confidentes elegidos por decisión, quienes pasan a ser “depositarios” – amigos, íntimos, pares – distintos de los destinatarios excluidos. Lo interesante, dice Zempleni, es que “contrariamente a la creencia, [...] la proximidad social de los depositarios y los destinatarios es una de las condiciones corrientes de la comunicación del secreto. Lo transmitimos preferentemente a quien *puede* traicionarlo [...] Al confiarlo a otro, no le pedimos solamente que lo conserve intacto y nos alivie el peso de nuestro ocultamiento; le pedimos también que lo tome a su cargo y lo ‘comparta’, [...] defendiéndolo de su propia propensión a manifestarlo [...] ante nuestros destinatarios – a partir de ahora – comunes (104)”.

Por estas razones, la comunicación que inaugura el compartir el secreto puede tener

como efecto el cimientto de un lazo social fuerte y ambivalente que se nutre de la tensión constante entre un adentro y un afuera.

Por último, Zempleni afirma que la “secreción” – “dejar escapar”, “filtrar” – es sin duda el medio más corriente de regulación de la tensión y de la preservación del secreto y constituye su “propiedad más remarcable y paradójica” (106). El secreto parece no poder subsistir como tal sin mostrarse de alguna manera a sus destinatarios, mediante fragmentos o señales, lo que no significa que exista revelación o comunicación. “La función de la secreción es la de *regular* y *mantener* la tensión del secreto [...] Pues, en el fondo, el secreto se ve amenazado tanto por la disminución como por el aumento excesivo de su tensión” (106).

En conclusión, el mantenimiento de los límites del secreto – límites difusos, inestables, dinámicos – requiere un esfuerzo compartido por unos y otros. La invisibilidad homosexual no es un estado de equilibrio o de reposo, sino que implica un esfuerzo activo, sobre todo en los últimos años en que lo gay interpela cada vez más desde el espacio público a quienes no se enteran de las sexualidades o relaciones afectivas mantenidas en secreto.

*4) Los lazos personales establecidos entre pares tienen consecuencias importantes para distintos aspectos del desarrollo individual como ser social (en términos de movilidad geográfica, acceso al mercado laboral, a círculos económicos y culturales distintos del original etc.)*

Como dijimos al principio, no contamos con evidencia empírica sistemática para sustentar esta cuarta hipótesis, pero la planteamos porque pistas que van en tal dirección surgieron del análisis de los otros aspectos. En síntesis, argumentamos aquí a favor del interés de explorar empíricamente en qué medida esta hipótesis es cierta.

La hipótesis según la cual, para los individuos homosexuales, los lazos personales establecidos entre pares tienen consecuencias importantes en términos de movilidad social, puede desdoblarse en dos afirmaciones: primero, que existe una solidaridad entre homosexuales, que los lleva a privilegiar los lazos socioprofesionales con sus pares; segundo, que dicha solidaridad atraviesa vertical y horizontalmente los clivajes y diferencias sociales.

Más allá del hecho de que cualquier tipo de red social tiene alguna influencia en cuanto a la inserción profesional de sus miembros, la primera afirmación se sustenta específicamente en numerosos indicios que hablan del apoyo recíproco entre quienes experimentan vicisitudes similares. No es difícil en este sentido que un homosexual pueda ponerse en el lugar de otro, en cuanto a ciertas experiencias típicas de la vida, y que lo “entienda”. Además de esto, el lazo puede estrecharse a partir de códigos compartidos en la socialización homosexual, amén de intereses sexuales, afectivos o amistosos comunes.

La segunda afirmación es quizá la más interesante, y se resume en la idea de que los lazos personales entre homosexuales – incluyendo las relaciones de pareja y de amistad – son más exogámicos en términos de clase, de geografía, de edad y de estatus sociocultural, que entre el resto de las personas. Incluso, para algunos autores éste es el rasgo particularmente perturbador

de la homosexualidad, la cual no respetaría los cánones establecidos de las relaciones sociales consideradas legítimas.

Esquemáticamente, si esto es así, si los lazos personales entre homosexuales atraviesan clases, edades y niveles socioculturales, no es extraño que individuos situados en algún punto más bajo de la escala social puedan ascender gracias al vínculo con otros individuos situados más alto<sup>8</sup>.

En otro orden de cosas, el propio recorrido vital de las personas homosexuales incentiva la movilidad, en el sentido geográfico: las migraciones internas y externas, la “des-socialización” etc.

Por último, como explica Michael Pollak (1993:191), “la concentración de homosexuales en ciertas categorías socioprofesionales no tiene nada que ver con la mitología de la sensibilidad natural, de los dotes artísticos innatos, de una especie de inteligencia o brillo particulares. Es la lógica social y la lógica del medio que fabrican esta intrusión de las estrategias sexuales en la carrera profesional. Y la sensibilidad específicamente homosexual refleja ante todo una lucidez proveniente del juego permanente de roles, de la toma de distancia respecto de sí en respuesta a una exclusión siempre sentida, pero nunca pronunciada”.

Dicho en pocas palabras, a partir de estos elementos, sugerimos la idea de investigar hasta qué punto el modo de vivir la sexualidad y los sentimientos amorosos en las personas homosexuales constituye una variable importante para comprender la movilidad social horizontal y vertical de tales personas.

*5) El desarrollo de un movimiento sociopolítico gay y la aparición del sida comenzaron a romper las fronteras entre los mundos.*

| 29 |

Según nuestro análisis, la estructuración y los límites de los mundos descriptos más arriba dependen de la vigencia del sistema hipócrita del estándar doble respecto de la homosexualidad. Ahora bien, como vimos, tal sistema enfrenta una crisis, acelerada por dos factores: el desarrollo de un movimiento social de minorías sexuales y la epidemia de sida.

No tenemos espacio para describir la historia, estrategias y objetivos del movimiento de minorías sexuales (Bernstein, 1997; Adam *et al.*, 1999; Pecheny, 2000a). Sólo nos interesa señalar que este movimiento plantea la visibilidad como un objetivo y un medio político, que echa por tierra el lugar de discreción tradicionalmente atribuido a los homosexuales. El movimiento de minorías sexuales redefine el sentimiento de vergüenza o indiferencia en términos positivos, incluso de “orgullo”. Un argumento central del movimiento gay a favor de la visibilidad es que si todos los homosexuales se dieran a conocer como tales, se pasaría un umbral a partir del cual el sistema hipócrita se volvería insostenible. Este movimiento permitiría banalizar la diferencia sexual, constituyendo así un principio de aceptación efectiva.

---

<sup>8</sup> Esto vendría a ratificar la idea de que “dada la posición del sujeto en la estructura y la existencia de oportunidades, las relaciones personales pueden explicar los diferenciales de acceso entre gente situada en posiciones similares en cuanto a origen social y educación y enfrentadas a un universo similar de oportunidades estructurales” (Feldman, Murmis, 2000:3).



El análisis de la situación política de las minorías sexuales nos permite presentar algunas modalidades de la dialéctica que existe entre lo privado y lo público. Esta dialéctica implica la redefinición de los límites entre dichos ámbitos, la cual permite a su vez la transformación pública y política de las relaciones privadas e íntimas.

Como se sabe, socialistas y feministas han criticado las relaciones de dominación inherentes a la división liberal de la sociedad en un ámbito público y uno privado. Tales críticas señalan correctamente que, en un sistema capitalista y patriarcal, la igualdad política se monta sobre una estructura social basada en la opresión entre las clases y entre los sexos. Sin embargo, la división entre lo público y lo privado no sirvió únicamente para cristalizar relaciones de dominación. En efecto, la evolución histórica y social sigue una dialéctica conflictiva, susceptible de expresarse a través de las oposiciones entre derechos, y entre sujetos de derechos. Tales antagonismos permiten, de manera contingente, tanto la reproducción como la transformación pública de las relaciones sociales privadas. En este sentido, la legitimidad pública basada en la igualdad de derechos juega un papel de referente crítico respecto del cual la realidad desigual puede ser puesta en cuestión.

En las sociedades modernas, un conjunto de aspectos fundamentales de la vida, entre ellos la sexualidad, se consideran legítimamente protegidos de la mirada pública y por ello exclusivos del ámbito privado-íntimo. Ahora bien, junto con otros factores, fue la lucha contra el sida la que permitió incorporar a la agenda política la discusión de algunos de esos aspectos que, en tiempos normales, permanecen invisibles y de los cuales no se habla públicamente. Este fenómeno muestra en qué medida las prácticas y las relaciones sociales privadas, que son consideradas como no problemáticas porque son invisibles, pueden ser cuestionadas cuando se convierten en objeto de debate y decisión colectivos.

En este sentido, el movimiento de politización presupone la desnaturalización de las relaciones entre e intra géneros, es decir el reconocimiento de su carácter social e históricamente construido<sup>9</sup>, e implica la ruptura del orden hipócrita tributario de la demarcación entre público y privado.

Una “salida del placard” obligada, tanto en términos individuales como colectivos, se produjo por la epidemia del sida. Por diversas razones, el sida obligó a numerosos homosexuales que viven con el VIH/sida a develar su sexualidad, que hasta entonces se encontraba protegida por los límites del espacio íntimo (Sontag, 1990:112-113). Un fenómeno similar tuvo lugar a escala social, ya que desde la epidemia del sida la homosexualidad se convirtió en un tema del cual se

---

<sup>9</sup> La similitud de los argumentos invocados, ayer y hoy, para discriminar a las mujeres y a los homosexuales, es notable: la naturaleza biológica, la moral, el interés de los niños, la educación de la juventud, la preservación del orden social... En los dos casos, lo que cuenta no es la diferencia en sí misma, sino el juicio efectuado sobre ella en nombre de lo que la sociedad juzga deseable o aceptable en un momento dado, según alguna concepción determinada de la normalidad. Por ello, las mujeres pudieron reivindicar con éxito los mismo derechos que los hombres recién a partir del momento en que se desplazó la frontera entre lo considerado normal y anormal, y las discriminaciones aparecieron como arbitrarias y ya no más como naturales. Del mismo modo, la reivindicación de derechos equivalentes para todos los individuos sin distinción de su orientación sexual no podrá ser satisfecha mientras la homosexualidad siga apareciendo como anormal respecto de una heterosexualidad considerada como la única sexualidad natural.

habla en los medios de comunicación y en las instancias gubernamentales. A partir del sida y de la luz que éste aportó a las formas ocultas de sexualidad, algunos límites implícitos y explícitos de protección recíproca entre los homosexuales y su entorno no-homosexual se desdibujaron.

El sida contribuyó a que temas invisibles y de los que no se habla públicamente, como la homosexualidad (o la sexualidad, simplemente) no sólo sean ineludibles de las agendas públicas, sino que se vuelvan necesarios. La visibilización de la homosexualidad y de los homosexuales que aportó la aparición del sida ha tenido como efecto el resquebrajamiento de ese orden hipócrita del que hablábamos antes, así como la catalización de la organización homosexual, de la demanda de derechos y de la discusión pública del tema (Roberts, 1995).

La experiencia del sida creó así, paradójicamente, un contexto que alentó la redefinición del estatus subordinado de la homosexualidad como práctica estigmatizada y relegada al ámbito privado de la discreción, acelerando el ingreso del tema de la discriminación y de los derechos de las minorías sexuales a la escena pública. El sida hizo hablar públicamente de diversas formas de sexualidad, no sólo en términos de relaciones sexuales, sino también en términos de amor, de manifestaciones públicas del amor, de derechos sociales y de derechos de ciudadanía. En particular, la epidemia del sida aceleró el debate sobre el estatus jurídico y sobre la protección social de las parejas no casadas y de las parejas homosexuales.

En última instancia, la politización de la sexualidad persigue el fin de garantizar el respeto de la vida íntima libremente elegida. Si se tiene en cuenta que la definición del estatus social de la homosexualidad concierne el reconocimiento de los individuos como seres autónomos, el análisis de esta relación entre privado y público nos autoriza a situar las problemáticas sexuales en el plano de la ciudadanía.

La aceptación de la homosexualidad (como la de la anticoncepción y el aborto) supone la legitimidad de la disociación entre sexo y procreación. La propia noción de derechos sexuales implica el reconocimiento del valor de la sexualidad para la realización personal, independientemente del fin reproductivo al cual puede estar asociada. Dicho de otra manera, la autonomía individual, determinada en parte por la libre disposición del cuerpo, es una condición necesaria para hablar de una verdadera ciudadanía hecha de responsabilidades y de derechos.

La epidemia de sida puso al descubierto la brecha entre la igualdad formalmente declarada y la realidad de los derechos de los homosexuales. Al mismo tiempo, las reacciones frente a la epidemia catalizaron la voluntad de transformar tal estado de cosas. La defensa de la salud, un valor en principio compartido universalmente, aparece así como un vector de legitimación de derechos humanos.

## Referencias Bibliográficas

ADAM, Barry; DUYVENDAK, B.; KROUWEL, A. (eds.). *The Global Emergence of Gay and Lesbian Politics. National Imprints of a Worldwide Movement*. Philadelphia: Temple University Press, 1999.

ALTMAN, Dennis. *Power and Community. Organizational and Cultural Responses to AIDS*. Londres: Taylor & Francis, 1994.

BAYER, Ronald. *Private Acts, Social Consequences: AIDS and the Politics of Public Health*. New York: Free Press, 1989.

BERNSTEIN, Mary. Celebration and Suppression: The Strategic Uses of Identity by the Lesbian and Gay Movement. *American Journal of Sociology*, vol. 103, n. 3, p. 531-565, nov. 1997.

BOURDIEU, Pierre. Quelques questions sur le mouvement gay et lesbien. In: *La domination masculine*. Paris: Seuil, 1998. p. 129-134.

BUTLER, Judith. Imitation and Gender Insubordination. In: ABELOVE, Henri; AINA BARALE, Michele; HALPERIN, David M. (eds.). *The Lesbian and Gay Studies Reader*. New York y Londres: Routledge, 1993, p. 307-320. Art. orig. 1991.

CHAUNCEY, George. *Gay New York: Gender, Urban Culture, and the Making of the Gay Male World 1890-1940*. New York: Basic Books, 1994.

D'EMILIO, John. *Sexual Politics, Sexual Communities: The Making of a Homosexual Minority in the United States 1940-1970*. Chicago y Londres: The University of Chicago Press, 1983.

DOVER, Kenneth J. *Homosexualité grecque*. Grenoble: La Pensée Sauvage, 1982.

FELDMAN, Silvio; MURMIS, Miguel. Algunas discusiones teórico metodológicas, mimeo, Universidad Nacional de General Sarmiento, 2000, 5 p.

FOUCAULT, Michel. *Histoire de la sexualité 1. La volonté de savoir*. Paris: Gallimard, 1993.

GAYS POR LOS DERECHOS CIVILES. *Violaciones de Derechos Humanos y Civiles en la República Argentina basadas en la orientación sexual de las personas y de las personas viviendo con VIH/SIDA*. Tercera Edición. Corregida y Actualizada. Buenos Aires, mimeo, diciembre de 1995.

GOFFMAN, Erving. *Stigmaté. Les usages sociaux des handicaps*. París: Editions de Minuit, 1989.

GREEN, Gill. Attitudes toward people with HIV: Are they as stigmatizing as people with HIV perceive them to be?, *Social Science and Medicine*, vol. XLI, n. 4, p. 557-568, 1995.

HABERMAS, Jürgen. Desarrollo de la moral e identidad del yo (1971). In: *La reconstrucción del materialismo histórico*. Madrid: Taurus, 1985. p. 57-83.

JAUREGUI, Carlos L. *La homosexualidad en la Argentina*. Buenos Aires: Tarso, 1987.

KAPLAN, Morris B. *Sexual Justice: Democratic Citizenship and the Politics of Desire*. New York y Londres: Routledge, 1997.

KORNBLIT, Ana Lía; PECHENY, Mario; VUJOSEVICH, Jorge. *Gays y lesbianas: Formación de la identidad y derechos humanos*. Buenos Aires: La Colmena, 1998.

KOSOFSKY-SEDGWICK, Eve. Epistemology of the Closet. In: ABELOVE, Henri; AINA BARALE MICHELE; HALPERIN David M. (eds.). *The Lesbian and Gay Studies Reader*. New York y Londres: Routledge, 1993. p. 45-61.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemonía y estrategia socialista. Hacia una radicalización de la democracia*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1987.

PECHENY, Mario. *La construction de l'avortement et du sida en tant que questions politiques: le cas de l'Argentine*. Tesis de doctorado en Ciencia Política. París: Universidad de París III, 2000a.

\_\_\_\_\_. La salud como vector del reconocimiento de derechos humanos: la epidemia de sida y el reconocimiento de los derechos de las minorías sexuales. In: DOMÍNGUEZ, Mon A.; FEDERICO, A.; FINDLING, L.; MENDEZ, Diz A. *La salud en crisis. Una mirada desde las ciencias sociales*. Buenos Aires, 2000b. p. 199-215.

PECHENY, Mario; VUJOSEVICH, Jorge; KORNBLIT, Ana Lía. Discriminación basada en la orientación sexual: un problema de derechos humanos. In: CELS, *Informe anual sobre la situación de los Derechos Humanos en la Argentina. 1996*. Buenos Aires: Publicación del CELS, 1997. p. 323-340.

PERLONGHER, Néstor. La represión del homosexual en Argentina, *Cerdos y Peces - El Porteño*, n. 22. Buenos Aires, octubre de 1983, p. 8-9 y, n. 24, diciembre de 1983, p. 16.

PLUMMER, Ken (ed.). *The Making of the Modern Homosexual*. Londres: Hutchinson, 1981.

PLUMMER, Kenneth. *Telling Sexual Stories. Power, Change and Social Works*. Londres y New York: Routledge, 1995.

POLLAK, Michael. *Une identité blessée. Etudes de sociologie et d'histoire*. Paris: Métailié, 1993.

\_\_\_\_\_. *Les homosexuels et le sida. Sociologie d'une épidémie*. Paris: Métailié, 1988.

SALESSI, Jorge. *Médicos maleantes y maricas. Higiene, criminología y homosexualidad en la construcción de la nación Argentina. Buenos Aires: 1871-1914*. Buenos Aires: Beatriz Viterbo, 1995.

SCHILTZ, Marie-Ange. Les homosexuels séropositifs: trois années d'enquêtes. In: DUROUSSY, Michèle (ed.). *Les personnes atteintes: des recherches sur leur vie quotidienne et sociale*. París: ANRS, octubre de 1994. p. 41-51.

SEBRELI, Juan José. Historia secreta de los homosexuales de Buenos Aires. In: *Escritos sobre escritos, ciudades bajo ciudades*. Buenos Aires: Sudamericana, 1997. p. 275-370.

SIVORI, Horacio. *Rehearsing morality at the margins. Contexts of gay interaction in a provincial city of Argentina*, Master of Arts. Department of Anthropology, New York University. New York, 1994.

\_\_\_\_\_. Locas, chongos y gays. Autoría y autoridad de género en el habla homosexual, Congreso Argentino de Antropología Social. Mar del Plata, septiembre del 2000.

SONTAG, Susan. *Illness as Metaphor / AIDS and Its Metaphors*. Nueva York: Anchor Books, 1990.

SULLIVAN, Andrew. *Virtually Normal. An Argument about Homosexuality*. New York: Alfred A. Knopf, 1995.

VUJOSEVICH, Jorge; PECHENY, Mario; KORNBLIT, Ana Lía. La homofobia en la Ciudad de Buenos Aires, *Acta Psiquiátrica y Psicología de América Latina*. Buenos Aires, vol. 43, n. 3, p. 212-221, set. 1997.

WEEKS Jeffrey. History, Desire and Identities. In: PARKER, R.; GAGNON, H. (eds.). *Conceiving Sexuality*. Nueva York y Londres: Routledge, 1995.

ZEMPLINI Andras. "Secret et sujétion. Pourquoi ses 'informateurs' parlent-ils à l'ethnologue?", *Traverses*, n. 30-31, p. 102-115, 1984.



# MULHERES, DIVERSIDADE SEXUAL, SAÚDE E VISIBILIDADE SOCIAL<sup>1</sup>

Regina Facchini<sup>2</sup>



Minha fala para este seminário se concentrará nos resultados preliminares do estudo Mulheres, Gênero, Saúde e Diversidade Sexual, que parte de um diálogo com a literatura voltada para lésbicas e bissexuais ou mulheres que fazem sexo com mulheres – MSM – na área de saúde sexual e reprodutiva. Os estudos existentes, concentrados majoritariamente nos EUA, apontam algumas demandas específicas desse grupo populacional no que toca a câncer de mama<sup>3</sup> e de colo de útero<sup>4</sup>, abuso de álcool e drogas ilícitas<sup>5</sup>, doenças sexualmente transmissíveis<sup>6</sup> e transmissão do HIV<sup>7</sup>. As pesquisas que se debruçam sobre os cuidados à saúde indicam baixa proporcionalidade do exame de papanicolaou e de exames preventivos do câncer de mama<sup>8</sup>. As razões apontadas para esse perfil sugerem que essas mulheres enfrentam problemas com relação à discriminação e, que nem sempre procuram tratamento quando necessitam, só o fazendo quando surgem sérios problemas e em períodos de maiores agravos à sua saúde (O’Hanlan, 1995).

Nos dados disponíveis para o Brasil, obtidos em quatro estudos<sup>9</sup> com diferentes graus de refinamento metodológico, a proporção de mulheres que fazem sexo com mulheres que não acessam serviços ginecológicos anualmente variou de 70% a 13%. Desses estudos, três fornecem informações sobre o perfil da população estudada, que poderia ser descrita como composta ma-

<sup>1</sup> Este texto é uma versão acrescida de notas da fala originalmente preparada para o Seminário Homossexualidade: produção cultural, cidadania e saúde. Agradeço à ABIA pelo convite para participar do evento; ao IX Programa de Metodologia de Pesquisa em Gênero, Sexualidade e Saúde Reprodutiva, no interior do qual foi produzida a pesquisa que deu origem a esse texto; e às organizações da sociedade civil que possibilitaram a localização de entrevistadas: Associação do Orgulho GLBT de São Paulo, Grupo Umas e Outras, Centro de Convivência É de Lei e Grupo Minas de Cor.

<sup>2</sup> Doutoranda em Ciências Sociais pela Unicamp.

<sup>3</sup> Ver Deevy (1990); Haynes (1995); Roberts *et al.* (1998).

<sup>4</sup> Ver Bailey, Kavanagh, Owen *et al.* (2000); Ferris, Batish, Wright *et al.* (1996).

<sup>5</sup> Ver Diamant, Wold, Spritzer *et al.* (2000); Gay (2000).

<sup>6</sup> Ver Denenberg, (1995); Gay, *op cit.*

<sup>7</sup> Ver Raiteri, Baussano, Giobbia *et al.* (1998); Young, Weissman, Cohen (1992); Kwakwa, Ghobrial (2003).

<sup>8</sup> Ver Deevy, *op cit.*; Denenberg (1997); Diamant, Wold, Spritzer *et al.*, *op cit.*

<sup>9</sup> Ver Brasil (2002); Coelho (2001); Granado (1998); Pinto (2002).

ajoritariamente por mulheres brancas, pertencentes aos extratos sócio-econômicos médios e com 11 anos e mais de escolaridade. Outros achados desses estudos apontam que, entre as mulheres que acessam cuidados ginecológicos, cerca da metade (40 a 60%) não revela sua orientação sexual, e, entre as que o fazem, mais da metade relata reações negativas/discriminatórias ou de surpresa por parte do profissional. Esses dados, em que pesem as críticas relativas ao rigor metodológico de parte desses estudos, permitem afirmar que, em relação a essas mulheres, tanto o princípio de universalidade quanto os de integralidade e equidade adotados pelo Sistema Único de Saúde estão sendo descumpridos, visto que há um contingente de mulheres excluído da assistência e que elas tendem a ser vistas de modo unidimensional e, muitas vezes, são discriminadas e desestimuladas a acessar serviços de saúde. O quadro de parco conhecimento sobre as demandas e condutas adequadas a essa população atesta a persistência de pré-noções –, como a de que o sexo entre mulheres “não oferece riscos” ou de que as mulheres são todas heterossexuais –, cujas implicações no âmbito da saúde coletiva são, por exemplo, o desperdício de recursos com indicação de contraceptivos e aconselhamento de prevenção às DSTs inadequados, aliado a uma assistência à saúde incapaz de responder adequadamente às demandas destas mulheres, que resultam em diagnósticos de patologias e tratamentos não realizados.

O estudo em que está baseada este texto toma por referência as indicações dos estudos internacionais, que remetem à baixa proporcionalidade de cuidados com a saúde sexual e reprodutiva entre *mulheres que fazem sexo com mulheres*, ao preconceito dos profissionais e ao temor em relação a esse preconceito. Toma também por referência os estudos sobre homossexualidade no Brasil, que indicam que as categorias e distinções relativas à sexualidade podem guardar relação com distinções referentes à diferença sexual, operando com representações de gênero (Aquino, 1995; Carvalho, 1995; Fry, 1982; Heilborn, 1996). Isso tem sido especialmente ressaltado em estudos que trabalham com sistemas e categorias classificatórias referentes à sexualidade e têm demonstrado que, em alguns segmentos sociais, o comportamento homoerótico é compreendido como estando associado ao desempenho de “papéis sociais” e comportamentos durante o ato sexual que são socialmente esperados do sexo oposto. Nesse sentido, delineou-se por objetivo investigar as práticas de saúde entre diferentes perfis de *mulheres que fazem sexo com mulheres*, especialmente no que diz respeito à saúde sexual e reprodutiva, tomando por referência as representações sobre saúde, serviços de saúde, corpo, gênero e sexualidade presentes nessa população. E colocou-se como hipótese que tanto as representações e/ou experiências negativas em relação aos serviços de saúde quanto as construções identitárias relativas a gênero e sexualidade, seu possível impacto sobre a gramática corporal e os estilos de vida presentes entre essas mulheres mantêm relação com a dificuldade em acessar cuidados efetivos e integrais com a saúde.

A metodologia utilizada lança mão de estratégias qualitativas - observação etnográfica e entrevistas em profundidade. O conjunto de informantes está sendo composto de acordo com o seguinte critério: *mulheres que fazem sexo com mulheres*<sup>10</sup> residentes na grande São Paulo, com

<sup>10</sup> Um grande desafio em relação à pesquisa com populações não-heterossexuais é o possível descompasso entre práticas/comportamentos e identidades sexuais e a maior possibilidade de convergência entre comportamento e identidade apenas entre determinados segmentos populacionais. Nesse sentido, no que diz respeito

idade entre 18 e 45 anos; e está sendo dividido em dois segmentos sociais: camadas médias e populares. A escolha das informantes procura manter diversidade em termos de cor/raça, idade e comportamento homo ou bissexual.

Apesar do caráter qualitativo do estudo não permitir generalizações, o material obtido em campo começa a apontar a importância de experiências corporais em grande medida relacionáveis com representações de gênero, tais como a maternidade e o engajamento em relações heterossexuais durante a vida, para se pensar as práticas de cuidado e auto-cuidado com a saúde entre as *mulheres que fazem sexo com mulheres*. Os resultados parciais do trabalho realizado em campo, a partir da realização de 13 entrevistas, começam a permitir que se afirme uma coincidência entre ser mais “masculinizada” ou “ser um pouco masculina”, como elas dizem, não ter tido (ou ter tido muito poucas) experiências sexuais com homens na vida, recusar a possibilidade de maternidade biológica e não ter ido ou ter ido poucas vezes a serviços de saúde ginecológicos; e entre ser “mais feminina”, ter como porta de entrada para as consultas ginecológicas o início da vida (hetero)sexual ou a maternidade e ter maior preocupação/adesão a cuidados em termos do que se convencionou chamar “saúde reprodutiva”. Entendo que essas evidências, além de serem algo “bom para pensar”, indiquem a necessidade da exploração desse tipo de questões em estudos cujo desenho seja adequado a produzir generalizações.

No que toca à temática proposta para esta mesa, a visibilidade e sua relação com a promoção da saúde e da cidadania, gostaria de trazer alguns casos do material obtido em campo para reflexão, sugerindo pensar a questão da visibilidade para além da idéia de que a mulher deva relatar sua orientação sexual ao profissional de saúde. O ato de assumir uma identidade e/ou práticas homossexuais, na verdade, aparece como só mais uma das necessidades que me parecem colocadas. Penso que deveríamos refletir em que medida a própria relação entre homossexualidade e saúde não permanece “no armário”, ao menos no que diz respeito a questões que não envolvam o HIV/AIDS. Observem que não se trata aqui de uma crítica à vinculação entre HIV/AIDS e homossexualidade, visto ser esta de fato uma das questões de saúde que afeta pessoas com qualquer orientação sexual, inclusive os homossexuais. Penso que, antes de qualquer coisa, trata-se da necessidade de estender a mesma visibilidade que se deu à questão do HIV/AIDS a outras questões de saúde presentes no cotidiano dos sujeitos que têm práticas não-heterossexuais. Meu argumento vai no sentido de sugerir que, para além da invisibilidade da sexualidade de cada mulher que transa mulher e vai ao ginecologista sem relatar sua orientação sexual, a própria questão da saúde das mulheres que transam com mulheres está ainda hoje “dentro do armário”. Procurarei desenvolver meu argumento partindo da descrição de casos.

---

à definição conceitual da população e na operacionalização dessa definição na identificação de participantes para a pesquisa, esta proposta de estudo procurou evitar os problemas causados pelo referido descompasso ao propor que a população seja definida e localizada a partir de seu comportamento sexual e que a questão mais complexa da identidade sexual, sua relação com as práticas e seu impacto sobre o problema estudado possa ser compreendida a partir da perspectiva dos sujeitos sob estudo. Desse modo, procurou evitar também que a busca pela convergência entre identidade e prática/comportamento se colocasse como barreira para o acesso à diversidade de perfis e estilos de vida presentes na população.

O primeiro caso que gostaria de compartilhar com vocês é o de uma garota que chamaremos aqui de Sandra. Sandra tem 23 anos, é branca, técnica em enfermagem, mora em um município próximo à cidade de São Paulo com a companheira e sua filha, e com uma irmã que também se relaciona com mulheres e trabalha no setor de diagnóstico por ultra-som num hospital maternidade de referência para HIV/AIDS no município de São Paulo. Sandra se descreve como tendo uma aparência masculina e conta que, já no início da adolescência, foi cantada por professoras e colegas:

*Eu acho que é porque eu tinha, apesar de não ser, eu tinha muito estereótipo. Apesar de ter cabelo comprido, eu nunca fui meiga, delicada. Eu sempre usei roupa larga assim, sabe, eu sempre tive um estereótipo, né? Tanto que minha mãe perguntava muito para mim: “Nossa, por quê que você é assim?” “Por quê que... o quê que você é afinal, você é um homem, você é uma mulher, o quê que você é?” Porque eu sempre... as minhas roupas, assim, nunca foram femininas. Então, eu acho que isso chamou a atenção nelas, que elas perceberam em mim que eu era, né, por mais que elas não soubessem que eu não era ou que eu ainda não tinha descoberto, tal, elas perceberam isso, foi isso que chamou a atenção nelas.*

Normalmente, Sandra veste-se com roupas largas, esportivas, ou com calça e camisa. Quando vai a boates ou festas GLS, veste calça, camisa, gravata, suspensórios e sapatos masculinos. Conta que já foi confundida com homem várias vezes ao procurar usar banheiros públicos, mas que não liga muito para isso porque vê esse tipo de reação como consequência da maneira como se veste e corta os cabelos. Conta também situações em que ela e a parceira manipulam isso de modo a frequentar lugares heterossexuais *tranqüilamente*, sem que as pessoas se dêem conta de que se trata de duas mulheres. Sandra transou pela primeira vez aos dezessete anos, com um namorado, e diz que não achou muita graça. Depois, só “ficou” com mais alguns meninos. Aos dezenove, transou com sua primeira namorada e, de lá para cá, só “ficou” com mulheres, estando “casada” com sua “mulher” atual há dois anos. Teve 10 parceiros sexuais entre os 17 e os 23 anos, a maioria mulheres. Demonstra preocupação com DSTs: sempre usou camisinha nas transas com homens e sua maior preocupação ao fazer isso eram as DSTs. Com as garotas, diz que evita fazer sexo oral e o contato entre genitais, apenas se não se trata de uma namorada. Diz que se preocupa com HIV por conta do trabalho, mas não com a via sexual, porque “não há casos de AIDS entre lésbicas” e porque tem uma relação estável e monogâmica com uma pessoa que fez teste e é soronegativa. Com relação a câncer de colo de útero, ela não se preocupa porque considera que o maior risco para isso estaria no HPV<sup>11</sup>, que aponta como uma “doença de homens”. Ela foi ao ginecologista apenas duas vezes na vida. Nessas consultas, seu objetivo era tentar tratar cólicas menstruais muito dolorosas. Nessas ocasiões, não foi examinada e não lhe foi proposto papanicolaou ou exame clínico de mama. Perguntada sobre o motivo de sua não frequência ao ginecologista, Sandra diz que não vai ao ginecologista “por sem-vergonhice”, “por descuido”, mas também porque *não sentiu necessidade*.

---

<sup>11</sup> HPV é a sigla para nomear o *Humam Pappilona Virus*, causador da DST Condiloma Acuminado, popularmente conhecida como **crista de galo**, quando ocorre nas regiões genitais, ou **brincas**, quando ocorre na região do ânus.



Gostaria de chamar atenção, neste caso, para a falta de informação sobre a ocorrência de DST entre *mulheres que fazem sexo com mulheres*, algo que poderia ser suprido por campanhas que veiculassem informações específicas ou, ao menos, citassem que as informações se estendem tanto a homens quanto a mulheres, independente do sexo de seus/suas parceiros/as. Essa falta de informação se agrava com a idéia, muito presente nas mulheres que transam com mulheres, de “contaminação” ou “poluição” presente no contato sexual com homens, cuja contrapartida seria um caráter protetivo ou a ausência de risco no contato entre mulheres.

Outro fator a ser observado é a idéia de não ir ao ginecologista por *não sentir necessidade*. Esse tipo de argumento aparece também numa pesquisa realizada pelo Instituto Kaplan, em 1998 (Coelho, *op. cit.*). Em nossas entrevistas, vem se configurando a idéia de que o senso de necessidade passa pela existência de incômodos ginecológicos, pela vida sexual ativa com homens ou pela gravidez/maternidade. Por outro lado, as falas a respeito de que os profissionais no serviço público se restringem a atender as queixas formuladas pelas pacientes são muito comuns, e algumas mulheres têm referido que, ao relatarem sua orientação sexual ao ginecologista – o que não foi o caso de Sandra – este perde o referencial de como tratar a mulher, passando mesmo a lhe perguntar se quer ser examinada.

Esse é o caso de Elaine, que tem 25 anos, nasceu em São Paulo, na região de Santo Amaro, zona sul, e mora atualmente num município vizinho. Tem cerca de 1,55m de altura, é magra, tem os cabelos compridos, cacheados, sobancelhas feitas; quando nos encontramos, ela não usava maquiagem, usava uma calça esporte tipo corsário, camisetinha justa e tênis. Está desempregada e fazendo um curso técnico em enfermagem, mora com sua filha e com sua “mulher”. É umbandista e a rede social do terreiro foi seu ponto de entrada para o universo das *mulheres que transam com mulheres*. Suas primeiras relações sexuais e afetivas foram com homens, teve um namorado entre os 14 e 17 anos, que foi seu primeiro parceiro sexual, e mais dois parceiros, antes de começar a se relacionar com mulheres. Depois disso, só voltou a ter relações sexuais com um homem quando quis engravidar, já durante uma relação estável com uma mulher. Teve cerca de 30 parcerias sexuais entre os 17 e os 25 anos, entre estas, três relações estáveis com mulheres. Dessas relações estáveis, todas resultaram em co-habitação. Diz que nunca sofreu nenhuma situação muito séria de discriminação e credita isso ao fato de não ter um *estereótipo masculinizado*. As informações que possui sobre saúde e homossexualidade vêm de livros, revistas, amigos e internet. Considera, porém, que é difícil encontrar informações mais direcionadas, e que eventualmente tem que procurar *adaptar* as informações que encontra às suas necessidades.

Elaine engravidou apenas uma vez, e é contra o aborto. Usou camisinha e pílula como métodos contraceptivos. Com relação à frequência ao ginecologista, diz que vai, em média, uma vez a cada dois anos. Sua última visita ao ginecologista foi há sete meses, motivada por suspeita de infecção urinária. Acha que deveria ir com mais frequência, por rotina, e não só quando tem sintomas, mas cita a dificuldade de agendar uma consulta como um obstáculo a isso. Sua primeira visita ao ginecologista foi acompanhando a irmã mais velha, quando ainda era virgem. Depois, as primeiras relações sexuais representaram uma frequência mais constante.

Durante a gravidez, fez cerca de cinco consultas de pré-natal, tendo chegado ao serviço no 3º mês de gestação. Durante o pré-natal, relatou, sem maiores problemas, ao profissional o fato de que era “homossexual” e que o bebê era uma “produção independente”. Ela relata aos ginecologistas o fato de ter relações com mulheres desde o início de sua vida sexual ativa. No entanto, o último pânico foi que fez foi depois de ter tido a filha, há três anos. Perguntada se não achava necessário ou o médico não lhe propôs tais exames, ela disse, a princípio, que o médico não propunha. Depois, acrescentou que, em suas últimas consultas, os médicos lhe perguntaram se ela queria ser examinada e ela ficou sem saber o que fazer, porque acha que eles deveriam seguir a rotina deles, independente do fato dela ter relações com mulheres. Conta também que não lhe fizeram exame clínico das mamas depois que passou a relatar a homossexualidade:

*Acho que eles têm medo de colocar a mão na gente, acho que eles acham que a gente vai rosnar (risos) (...) Então, eu acho que o médico, ele tem conhecimento; não há tanta diferença entre as práticas de homossexuais e as de hetero, ele só não sabe usar esse conhecimento. Sabe, eu acho que ele não foi... ele não tem estrutura psicológica para isso. Porque eles se sentem desconcertados com a gente, né?*

Elaine fez teste de HIV na doação de sangue e no pré-natal. Atualmente não faria um exame específico para HIV porque está numa relação estável e monogâmica, mas se estivesse “beijando várias garotas”, faria. Como prevenção na relação com outras mulheres, diz que procura não ter práticas como “sexo oral e colocar mucosas em contato” (referência à prática conhecida como “chana-com-chana”) nos primeiros encontros, mas acha que isso é “falível”, “porque só depois de dois anos de casada é que fui saber que minha mulher teve relações como uma garota bissexual”. Perguntada sobre o risco do “sexo com bissexuais”, disse que o risco é maior porque há doenças que são “específicas dos homens” e que também tem nojo de ter relação com uma garota que tenha tido sexo na noite anterior com um homem – “o cara ficou a noite inteira bombando ali em cima e eu ir lá chupar a mina...”. Nesse sentido, cabe observar a presença das já referidas concepções acerca do homem e/ou do sêmen como fontes de poluição/contaminação e de uma mistura, que aparece em outras entrevistas, entre o risco emocional da perda ou da traição e o risco físico de contaminação por uma DST. Elaine não lembrava de ter tido nenhum dos sintomas que eu especifiquei de DSTs, apenas que uma vez tomou remédio para uma doença “proveniente do homem”. Não lembrava que doença era, apenas que ela e o parceiro tomaram remédio. Com relação à prevenção de DST/AIDS, com homens, a única prática preventiva que relata é o uso de preservativo, que ela diz ter deixado de usar apenas duas vezes, em sua primeira relação sexual e com o rapaz com quem transou para engravidar. Com mulheres, evita sexo oral e práticas envolvendo contato entre genitais e não compartilha “brinquedinhos”, mas faz isso apenas com algumas parceiras e em situações específicas; com suas parceiras fixas, ela abre mão. Tem mais preocupação com DST do que com HIV, e mais preocupação com câncer de colo do que de mama, mas parece possuir informações equivocadas: o câncer de colo seria motivado por “machucados causados na relação sexual” e o câncer de mama foi relacionado apenas a casos na família.

Reproduzo a seguir uma fala de Elaine sobre sua relação com profissionais de ginecologia:

*Não, não diria que tenho uma relação boa [com profissionais de ginecologia]. Não em relação a mim, mas eu acho que os profissionais de ginecologia, eles fazem diferenciação, sabe. Eles não trabalham o constrangimento, porque é constrangedor a pessoa questionar sabe, porque... eles não questionam, eles não te abordam assim: “qual sua opção sexual?” Eles te abordam assim: “Qual o método anticoncepcional que você usa?” Ou, é: “você usa camisinha?” “Não”. “Você usa anticoncepcional?” “Não”. “Então o quê você usa?” Eles já partem do pressuposto que você é hetero. Ai você fala “não, não uso porque eu sou homossexual”. E aí a fisionomia muda. Sabe, diz “ah tá!” e aí abaixa a cabeça. Quer dizer o “ah tá!” não deveria ser um “ah tá!”, né? E aí as perguntas, elas não passam a ser voltadas pelo fato de você ser homossexual, sabe aquele lance de: “tá penetração, vocês têm o cuidado de estar com a unha cortadinha para não...”. Não, não tem essa! Sabe, aí pulam essa parte todinha... “Vamos partir para o exame!” Não tem nenhuma orientação, então... Sabe, ninguém pergunta. Eu não sei, eu acho que eles não têm, eles não imaginam como seja a relação sexual de homossexuais femininos, sabe? Porque eles não perguntam se tem penetração anal sabe, não perguntam nada! Eu acho que esse... é falta de informação do profissional. E, e, eles se sentem constrangidos, né? Impressionante! E eles não questionam.*

Essa fala de Elaine aponta situações recorrentes na de outras mulheres. As entrevistadas que relatam ao ginecologista sua orientação sexual o fazem, em geral, ou após uma indicação de tratamento do parceiro sexual, ou durante a anamnese, particularmente após perguntas que pressupõem a heterossexualidade. Boa parte não o faz por esperar alguma orientação ou conduta mais específica por parte do profissional, mas como maneira de *encurtar* uma lista de perguntas que percebem como não lhes dizendo respeito.

| 40 |

Essa fala também me faz refletir sobre a proposta que ouvi de uma técnica do Ministério da Saúde, num evento realizado em agosto deste ano por grupos de militância lésbica de São Paulo. Nessa ocasião, questionada sobre os planos do Ministério com relação a uma política de saúde voltada para *mulheres que fazem sexo mulheres*, a técnica fez uma longa e detalhada fala sobre a questão da humanização da assistência, sobre a orientação e capacitação dos profissionais de saúde no sentido de agirem em relação a seus pacientes tratando-os como sujeitos e não como objetos. Sem discordar da necessidade de ações que visem “humanizar” a atenção à saúde, gostaria de ponderar sobre a possibilidade de que medidas nesse sentido não sejam suficientes para melhorar a atenção à saúde de mulheres como as que tenho entrevistado. Creio que é necessário pensar em que medida, ainda que o/a profissional de saúde aborde sua paciente/cliente como sujeito, ela não seguirá sendo pensada *a priori* como um “sujeito heterossexual”. Como evitar que a revelação de orientação ou práticas não-heterossexuais, ou mesmo o olhar para um corpo feminino marcado pela androginia ou por uma aparência masculinizada, leve a um estranhamento em relação à paciente? “Humanizar” talvez reduza a ocorrência de situações em que o/a profissional apresente uma reação violenta após o relato de práticas homossexuais por parte da paciente/cliente, receitando práticas heterossexuais para queixas de mulheres que se apresentam como *lésbicas* ou punindo-as durante o exame físico, como é comum ouvir em relatos. No entanto, vê-las como humanas ou sujeitos não garante preparo para que o/a profissional se veja confrontado/a com suas próprias pré-noções sobre mulher e sobre sexualidade. Elaine diz que sente que os médicos parecem ter medo de tocá-la, o que se agrava quando a parceira vai com ela à consulta e o médico chega a perguntar se ela quer ser examinada, olhando para a parceira,

como se pedisse sua autorização para tocá-la. Como romper com pré-noções na ausência de informação mais específica? Como esperar que profissionais – socializados na mesma sociedade que procura, num casal de mulheres, pela figura “o sapatão” e as imagina como uma cópia malfeita de um “padrão heterossexual” – possam superar tais pré-noções no momento da atenção sem apoio específico, para isso, em sua formação? Como esperar que essas mulheres busquem por serviços, profissionais e cuidados que não são pensados – por elas mesmas e pelos profissionais e serviços – como lhes dizendo respeito?

O caso de Marcela, a seguir, nos dá idéia do grau de complexidade e das dificuldades de comunicação que podem se dar mesmo num cenário que envolve paciente de classe média e profissionais particulares. Marcela tem 19 anos, mora no ABC paulista, é uma garota de classe média, nunca trabalhou, é estudante do curso de Artes numa universidade pública, e frequenta apenas ginecologistas particulares, escolhendo-os por indicação e pela qualidade de seus currículos. Ela frequenta o ginecologista mais de uma vez ao ano desde o início de sua vida (hetero)sexual e diz nunca ter relatado ao profissional sua orientação sexual pelo fato de *não ter sentido necessidade*. Relata também que disse ao ginecologista que usa preservativos em suas relações sexuais, o que de fato faz com os rapazes. No ano passado, Marcela teve uma vaginose bacteriana e o “parceiro”, na verdade uma parceira, não foi tratada. Talvez pudéssemos imaginar que o profissional não sugeriu tratar “o parceiro” porque a informação que possuía era a de que ela “usava preservativo com o parceiro”. Marcela, por sua vez, talvez tivesse contado ao profissional que “seu parceiro” era uma mulher se ele tivesse mencionado a necessidade de tratar o parceiro.

Pela complexidade das situações aqui apresentadas, pode-se perceber que não se trata do caso de propor soluções unilaterais, ou seja, que abordem apenas os profissionais ou apenas as pacientes. Em acordo com o que eu, Maria Luiza Heilborn e Regina Barbosa sugeríamos num *paper* sobre saúde, direitos humanos e orientação sexual escrito para a Fundação Ford (Heilborn, Facchini, Barbosa, 2003), creio que as medidas para mudar esta situação e visibilizar essa população e suas demandas só alcançarão resultado se forem concebidas de modo integrado. Nesse sentido, devem se integrar ações de atores presentes nos movimentos feminista e lésbico, pesquisadores e profissionais e técnicos na área da saúde, a partir de medidas como: a inclusão do quesito orientação sexual em fichas médicas; o financiamento de pesquisas rápidas e com divulgação dos resultados para subsidiar a prática clínica dos profissionais; a organização de seminários para divulgação de estudos e avaliação de experiências em serviços de saúde; a produção e veiculação de campanhas de comunicação contra o preconceito e informando direitos. Por outro lado, deve-se apoiar os movimentos que lutam contra as barreiras culturais ao reconhecimento dos direitos dos sujeitos com práticas não-heterossexuais e promover a capacidade de vocalização dos direitos das mulheres que fazem sexo com mulheres. No entanto, o mais importante é que, ao propor qualquer estratégia de inclusão dessas mulheres nos serviços ou políticas tendo em vista suas demandas, leve-se em conta a diversidade desse “segmento” e se evite responder ao preconceito e/ou à invisibilidade com a construção de um corpo ou sujeito de direitos hiper-real.



## Referências Bibliográficas

AQUINO, L. O. R. Discurso lésbico e construções de gênero. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 1, n. 1, p. 79-94, 1995.

BAILEY, J. V.; KAVANAGH, J.; OWEN, C. *et al.*. Lesbians and cervical screening. *The British Journal of General Practice*, v. 50, n. 455, p. 481-482, jun. 2000.

BRASIL. Coordenação Nacional de DST/AIDS. *Pesquisa de opinião pública – Mulheres que fazem sexo com mulheres*, 2002. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/final/novidades/opp%20130%20-%20Mulheres.ppt>>. Acesso em: 20 jan. 2003.

CARVALHO, T. T. de. *Caminhos do desejo*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas – SP, 1995.

COELHO, L. M. A Representação Social da Homossexualidade Feminina nos Ginecologistas do Ponto de Vista das Mulheres Lésbicas e Bissexuais. *Revista Tesseract*, n. 4, maio 2001. Disponível em: <<http://www.tesseract.psc.br/textoleilacoelho.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2003.

DEEVY, S. J. Older lesbian women: an invisible minority. *Journal of Gerontological Nursing*, v. 16, n. 5, p. 35-9, 1990.

DENENBERG, R. Report on lesbian health. *Women's Health Issues*, Washington, v. 5, n. 2, p. 181-191, summer, 1995.

\_\_\_\_\_. A History of the Lesbian Health Movement. In: MARTINEZ, M. C.; WHITE, J. C. (eds.). *The Lesbian Health Book: caring for ourselves*. Seattle: Seal Press, 1997. p. 3-22.

DIAMANT, A. L.; WOLD, C.; SPRITZER, K. *et al.* Health behaviors, health status, and access to and use of health care: a population-based study of lesbian, bisexual, and heterosexual women. *Archives of Family Medicine*. Philadelphia, v. 9, n. 10, p. 1043-1051, Nov./Dec. 2000.

FERRIS, D. G.; BATISH, S.; WRIGHT, T. C. *et al.*. A neglected lesbian health concern: cervical neoplasia. *The Journal of Family Practice*; v. 43, n. 6, p. 581-584, Dec. 1996.

FRY, P. Da hierarquia à igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil. In: *Para Inglês Ver: Identidade e Política na Cultura Brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 87-115.

GAY AND LESBIAN MEDICAL ASSOCIATION; Columbia University. Joseph I. Mailman School of Public Health. Center for Lesbian, Gay, Bisexual, and Transgender Health. *Lesbian, Gay, Bisexual, and Transgender Health: Findings and Concerns*. Conference Edition (work in progress) Jan. 2000. Disponível em: <<http://www.glma.org.br/policy/whitepaper/hpwp.html>>. Acesso em: 27 ago. 2002.

GRANADO, L. Mitos sobre a relação entre mulheres e a transmissão de DST/HIV. *Ousar viver*. São Paulo, ano 4, n. 6, jan. 1998. Distribuído encartado no periódico – Um Outro Olhar. São Paulo: Rede de Informação Um Outro Olhar, ano 12, n. 27, jan./abr. 1998.

HAYNES, S. Breast cancer risk: comparisons of lesbians and heterosexual women. In: BOWEN, D. J. *Cancer and Cancer Risks Among Lesbians*. Seattle: Fred Hutchinson Cancer Research Center Community Liaison Program, 1995.

HEILBORN, M. L. Ser ou estar homossexual: dilemas de construção de identidade social. In: PARKER, R.; BARBOSA, R. M. (orgs.). *Sexualidades Brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; ABIA; IMS/ UERJ, 1996. p. 136-145.

HEILBORN, M. L.; FACCHINI, R.; BARBOSA, R. M. Public Health and Human Rights: policies on sexual diversity. In: Sexuality and Reproductive Health Learning Group. *Learning to Dance: Bringing Together the Fields of Public Health and Human Rights to Promote Women's Well-Being*. New York: Ford Foundation, 2003, p. 151-160.

KWAKWA, H. A.; GHOBRIAL, W. M. Female-to-Female Transmission of Human Immunodeficiency Virus. *Clinical Infectious Diseases*. Chicago, v. 36, n. 3, p. 40-41, Feb. 2003.

O'HANLAN, K. A. Lesbian health and homophobia: perspectives for the treating obstetrician/gynecologist. *Current Problems in Obstetrics and Gynecology*, n. 18, p. 93-136, July/Aug. 1995.

PINTO, V. M. *Mulheres que fazem sexo com mulheres*. Apresentado ao Congresso Brasileiro de Doenças Sexualmente Transmissíveis, 4, 2002. Manaus. Não publicado.

RAITERI, R.; BAUSSANO, I.; GIOBBIA, M. *et al.* Lesbian sex and risk of HIV transmission [letter]. *AIDS*, v. 12, n. 4, p. 450-451, 5 Mar. 1998.

ROBERTS, S. A. *et al.* Differences on risk factors for breast cancer: lesbian and heterosexual women. *Journal of the Gay and Lesbian Medical Association*, San Francisco, v. 2, n. 3, 1998, p. 93-101.

YOUNG R. M.; WEISSMAN, G.; COHEN, J. Assessing Risk in the Absence of Information: HIV Risk Among Injection Drug Users Who Have Sex with Women. *AIDS & Public Policy Journal*. Hagerstown, v. 7, n. 3, p. 175-183, fall 1992.

# EXPERIÊNCIA HOMOSSEXUAL E JUVENTUDE – PERSPECTIVAS NOVAS PARA UMA ANÁLISE

*Marcelo Santana Ferreira*<sup>1</sup>



Há um conto de Pasolini, presumivelmente autobiográfico, em que o narrador nos leva a experimentar muitos afetos e sensações quando nos remete à “pequena praia” que adolescentes inventaram nas margens de um rio no sul da Itália. O narrador nos obriga a mergulhar nas águas frescas e turvas em que suas personagens brincaram. O narrador nos carrega para os cinemas e as noites em que os rapazes gritaram suas canções prediletas e reviram seus filmes mais marcantes. Uma personagem em particular está sofrendo por não encontrar o seu amado. Nas festas, ele não o encontra. Nas margens do rio, o menino não vai mais. É um texto sobre o frescor do amor adolescente.

| 44 |

Condenaríamos facilmente a literatura de Pasolini se enxergássemos nela somente um naturalismo descolado de contexto. Pasolini nos inspirará a buscar uma atitude antipsicologista acerca do desejo entre rapazes, já que não podemos – por que o amamos – submeter seu texto a uma estética homoerótica ou mesmo às amarras de uma literatura sobre as minorias. A adolescência aparece no texto de Pasolini contextualizada pelos ruídos dos aviões das tropas militares envolvidas na II Guerra Mundial e pelas urgências do desejo pelo corpo do outro. Muitas vezes visitado, o texto de Pasolini é a inspiração para pensarmos sobre as múltiplas nuances que caracterizam a relação entre juventude e homossexualidade.

Primeiramente, é necessário reconhecer a ousadia do autor. No cerne de uma tradição heterossexista, ele escreve memórias sobre o tempo de emergência de seu desejo por rapazes. A partir de sua ousadia, ele endereça uma mensagem a nós, homens do presente: o contexto da experiência sexual pode elucidá-la, mas não explicá-la definitivamente. Atualmente, após a intensa valorização histórica da juventude, vemos que os rapazes – no caso das sexualidades masculinas – estão presentes cada vez mais precocemente nos lugares onde se desenvolve uma sociabilidade homossexual. Muitos desses rapazes relatam, inclusive, que encontraram diferentes posturas em suas famílias acerca de suas inclinações eróticas e sexuais.

O que nos revela o contexto da contemporaneidade em relação às práticas sexuais entre rapazes, ou práticas onde estão envolvidos rapazes? Inicialmente, o contexto nos obriga

---

<sup>1</sup> Doutorando em Psicologia pela PUC Rio de Janeiro.

a sair de uma causalidade psicológica vulgar, onde tudo deveria ser remetido aos complexos familiares e aos processos de identificação parentais. Há uma pública e notória promoção da beleza da juventude, da graciosidade do corpo juvenil, da transitoriedade e da tensão do corpo adolescente. Outras culturas assistiram a processos similares, mas a nossa re-edita a noção de juventude como fonte de novos desejos. A adolescência é a fase a que queremos chegar e de onde não gostaríamos de sair. Talvez um dos efeitos mais imediatos deste processo seja exatamente uma maior desenvoltura de jovens nos espaços sociais anteriormente conquistados de forma tão onerosa por indivíduos de outras gerações. Mas isso não explica tudo.

Em contextos históricos diversos, como no caso da cultura grega antiga, a ambigüidade e a transitoriedade da juventude eram objetos de uma importante problematização moral e mesmo filosófica. Na modernidade, juventude remete, genericamente, à ruptura, ao abandono, à crítica, à busca de autonomia psíquica. A experiência homossexual se travestiria de uma função transitória para a juventude, ao permitir a abertura para novos espaços e laços sociais a partir do lugar social dos jovens. Mas se resumíssemos a relação a esse aspecto, empobreceríamos a densidade da experiência homossexual na juventude.

É cada vez mais cedo que se experencia, no caso das sexualidades masculinas, o corpo de um outro homem em nossa sociedade. Mas o destino desta precocidade nem sempre será a elaboração de uma identidade homossexual ou mesmo a identificação de si mesmo como homossexual. Insuficiência sêmica da palavra? Talvez não. Mas há a necessidade de revisarmos, enquanto especialistas e ativistas, a configuração daquilo que defendemos e problematizamos.

| 45 |

Na história de nossa cultura, a própria emergência da homossexualidade masculina não é entendida de forma consensual. A experiência da juventude, desde o momento em que a mesma assume um sentido psicológico e político, se aproximou, diversas vezes, da região confusa e nebulosa das experiências sexuais periféricas. Na história do Brasil, durante o período colonial, grupos de jovens de diferentes nacionalidades e etnias podiam ser vistos bebendo e promovendo relações sexuais contrastantes com os valores dominantes. Na história da própria cultura ocidental, inúmeras vezes o corpo e a experiência juvenil foram objetos de desejos clandestinos e imediatamente catalogáveis. Retornando ao contexto colonial na história do nosso país, diferentes sanções eram sofridas pelos indivíduos pegos praticando a sodomia. Os jovens podiam ser submetidos a sanções mais leves, mas não menos violentas que as sanções sofridas pelos mais velhos.

No contexto medieval, segundo Jeffrey Richards, principalmente em alguns países da Europa ocidental, se inicia a promoção da idéia de que a juventude é uma época de rebeldia e mesmo da existência de uma sexualidade não inteiramente controlável. As linhas históricas que compuseram a noção de juventude se elaboraram num tempo amplo, em que diferentes contextos e sociedades nos ajudam a perceber como o tempo da juventude e a temporalidade noturna eram abrigos provisórios e problemáticos de práticas periféricas. Mas isto não era vivido da mesma forma por diferentes segmentos sociais. Aos futuros operários, aos filhos dos trabalhadores, a temporalidade da clandestinidade e da experimentação do corpo custou um

preço muito mais alto do que aquele pago pelos herdeiros da hegemonia burguesa nas sociedades ocidentais.

Em alguns textos de Jack London, por exemplo, veremos o relato da memória de uma personagem adolescente que contabiliza as horas perdidas no ventre de uma fábrica fedorenta de tecidos nos Estados Unidos no alvorecer da modernidade. Nenhum traço de experiência sexual periférica e muito menos tempo para a emergência de desejos tão sutis. A crescente visibilidade da adolescência e mesmo da sexualidade adolescente é tributária de um modo de vida burguês e de uma literatura que herda suas principais preocupações.

Há, desde muito tempo, uma dicotomia entre a experiência do corpo para as classes populares e para as classes abastadas. Não há uma só juventude, como sabemos. Múltiplas juventudes convivem, hoje, na história da nossa sociedade. Uma experiência com múltiplos sentidos se incorpora na polissemia do próprio desejo por indivíduos do mesmo sexo. Há diferentes faixas de individualidades numa mesma categoria analítica, como na categoria de juventude em sua relação com a experiência homossexual. Encontramos garotos de programas, profissionais de boates para públicos gays e simpatizantes e garotos de diferentes segmentos sociais que frequentam lugares disponíveis para o encontro de parceiros e para o divertimento em geral. Não poderemos ver o mesmo fenômeno quando nos debruçarmos sobre o lazer dos homens jovens que gostam de homens. Condições históricas, políticas e econômicas auxiliam na complexificação do nosso objeto de estudo. Mas, afinal de contas, por que um objeto como esse seria digno o suficiente para merecer a nossa problematização?

| 46 |

Arrisco a pensar que é importante considerar a necessidade de reflexão sobre as gerações mais novas que experenciam a relação com pessoas do mesmo sexo, pois isto implica os saberes, as práticas, as políticas públicas e os especialismos que se dedicam e se dedicarão a desvendar os diferentes sentidos que essas experiências possuem. O projeto de autonomia individual e de sociedade que está implícito nas reflexões dessa envergadura precisa se dedicar ao reconhecimento de uma especificidade do tempo presente e da própria experiência homossexual na juventude, já que essa experiência pode superar o que se pensa sobre as relações entre homens. E mais do que isso: pode implicar uma mudança de rumo da história das sexualidades periféricas, no capítulo da relação entre homens.

A não constituição hegemônica de identidade homossexual – pelo menos no sentido de uma correspondência entre prática sexual e identidade – permite o início de uma importante problematização acerca das políticas identitárias. Sabemos que a identidade não é constituída apenas de acordo com a biografia dos indivíduos, mas também e principalmente a partir das instituições e práticas discursivas e não discursivas que se elaboram sobre os corpos e os desejos entre homens, no caso da discussão em questão.

Vivemos um outro momento da história das práticas sexuais e eróticas entre homens. As gerações mais novas encontram suportes e problemas diferentes das gerações anteriores para constituírem suas experiências. Mesmo que as experiências sejam transitórias, elas provocam um importante abalo nas significações hegemônicas do desejo entre homens. Os movimentos



sociais que se constituíram a partir da luta por um reconhecimento da cidadania dos homens que se relacionam com homens necessitam de um espaço e de um tempo para a reflexão consistente acerca do destino que se pode dar à politização dos nossos corpos e dos nossos desejos.

Não há um só destino para o nosso desejo. É preciso tomar cuidado com a noção de que todos os indivíduos que se relacionem com outros do mesmo sexo sejam necessariamente homossexuais. A noção de “homossexualidade” é histórica e transitória. Existem e existirão outras palavras que dêem conta, provisoriamente, dos sentidos articulados socialmente sobre a relação entre homens. Mais importantes do que palavras, discursos e interpretações, as próprias experiências podem se tornar instrumento de análise e de discussão no campo das ciências humanas.

As experiências entre homens não se articulam num espaço vazio e num tempo homogêneo e repetitivo. As experiências não são selvagens nem imponderáveis, mas dialogam com o tempo histórico em que elas se tornam visíveis. Importante salientar que a validade das experiências não se resume a sua visibilidade. Práticas e desejos clandestinos podem fugir ao fascismo do consumo e da padronização, mesmo que os argumentos da total visibilidade sejam aparentemente bem intencionados.

Não existe uma única forma de se constituir a si mesmo como sujeito de seu desejo. Não precisamos ver “homossexualidade” em tudo e em todos para que o nosso desejo seja relevante e tenha sentido. A juventude, objeto costumeiro da promoção da felicidade e do prazer no mundo contemporâneo, pode ser o tempo ideal para a descartabilidade de categorias aparentemente universais e trans-históricas. Para além do consumismo e da transitoriedade da própria juventude, a experimentação do corpo e do desejo pode permitir que um caminho novo seja dado à experiência homossexual, ou seja, uma nova história pode ser elaborada a partir da urgência que se endereça aos indivíduos mais jovens.

Novas pesquisas podem ser feitas nos lugares em que os indivíduos se encontrem para se divertir e namorar, no sentido de abrir novas redes de escuta e de interpretação das formas contemporâneas de se relacionar com indivíduos do mesmo sexo. Para além do modismo televisivo e de outras mídias – que só ficam ansiosos por novos nichos de consumidores – a veracidade do desejo e da experiência entre homens, mesmo que mais jovens, necessita da nossa presença para que aquilo que foi difícil e insuportável para os mais velhos não se torne obstáculo para o tempo misterioso do próprio corpo de quem deseja outro homem.

Mesmo que determinadas características das gerações sejam inconciliáveis, que os interesses sejam diferentes, que as alegrias e as esperanças sejam diferentes, há uma tradição psicológica e de outros especialistas que insiste em submeter o desejo à história dos indivíduos de forma mecânica e patologizante. Precisamos abdicar da ditadura da correção dos corpos e dos desejos, mas, para isso, precisamos entender que a nossa própria forma de desejar e de se relacionar com outro homem é contingente.

Precisamos dar múltiplas respostas à intolerância e à banalidade, mesmo que seja quase irresistível se submeter às lógicas hegemônicas dos diferentes momentos históricos. Precisamos

entender que a politização do corpo e do desejo não encontra uma só forma de expressão. Existem histórias solitárias e noturnas que estão encharcadas de força política, que podem dobrar as referências acadêmicas e midiáticas acerca do desejo entre homens. Não precisamos ser necessariamente ativistas para contribuir para uma crítica aos padrões de sexualidade e de compreensão da sexualidade em voga na nossa sociedade. Mas não devemos abdicar da urgência de construir outros movimentos que incidam sobre as identidades, sobre as políticas públicas no caso das epidemias e das campanhas de prevenção, como no caso da AIDS. Não devemos abdicar da responsabilidade com o tempo presente; afinal de contas, os homens que se relacionam com homens não são só os mais jovens e muito menos as histórias das outras gerações se findaram.

O tempo da juventude, no entanto, merece mais algumas considerações no que diz respeito à constituição de novas subjetividades. Nos traços do que se chama de uma história das mentalidades, os jovens aparecem, na lenta emergência da modernidade europeia e mesmo no contexto dos países periféricos, como os objetos de uma nova austeridade das gerações mais velhas em relação às gerações mais recentes. Em outros tempos históricos, a autoridade dos adultos sobre os jovens não era acompanhada por uma naturalização dos corpos e das condutas dos mais jovens.

Recentemente, ou melhor, há alguns séculos, as gerações mais novas se tornaram alvo de preocupação das gerações mais antigas. Uma reflexão mais imediata, provavelmente, pode ser feita no campo da educação, em que tradicionalmente se pensa a transmissão de conhecimentos para os indivíduos que nascem, permanentemente, no mundo. Enquanto não parar o nascimento de pessoas no mundo<sup>2</sup>, o problema da validade da experiência dos mais velhos se colocará diante dos mais jovens.

No entanto, a experiência dos mais velhos não pode ser o instrumento que revelará a natureza dos mais jovens. As gerações estão permanentemente em trânsito na história de nossa sociedade e, especificamente, na história das práticas sexuais entre homens. Existe uma história que prossegue, para além daquilo que se diferencia, que é o fato de que não há tolerância em relação às minorias. Talvez, aí, a invisibilidade seja uma boa saída para a dificuldade de aparecer para os outros significativos de um indivíduo. Já que não há tolerância, a catalogação do corpo dos homens que se relacionam com homens prossegue, lançada agora a novos parâmetros e novas perguntas.

Existe um estereótipo da juventude no mundo contemporâneo e a lassidão e a efeminização parecem se confundir com um certo traço da experiência juvenil. No entanto, o corpo suportável das imagens divulgadas pelas mídias é sempre o corpo rijo e gracioso dos mais jovens. Mas o desejo não precisa sempre do estereótipo para se realizar. Poderiam ser citados inúmeros filmes, textos, espetáculos em que uma outra imagem do desejo entre homens se constitui, implicando a própria juventude. Para que o texto não fique longo e explicativo demais, é possível que o conto de Pasolini tenha que comparecer de novo. Mas desta vez, para além da noção de juventude, para além da biografia do autor, para além das discussões e polêmicas acadêmicas

---

<sup>2</sup> Referência tomada no texto de Arendt (2002).

e políticas, é possível arriscar que o conto fala da juventude do próprio desejo, ou melhor, da irrupção, de um começo do próprio desejo entre homens.

O começo do desejo sempre coloca a vida de uma forma solene e memorável, mesmo que rodeado de dificuldades e de dores. O corpo sempre sabe exatamente o que deve ser feito, como se houvesse uma misteriosa ligação entre o olhar e o que suscita o desejo. Como se tudo o mais desaparecesse diante da urgência de consumir uma força que implica toda a existência, mas só aparentemente, porque a existência é sempre maior. O desejo, em seu começo, implica um trabalhoso adiamento da entrega e da oportunidade de satisfação. Mas em seu começo ele é sempre radiante e intenso, como o frescor da água do rio em que os meninos de Pasolini se banharam. Ele é sempre intenso demais para o que sabemos, para o que vimos, para o que suportamos. Ele implica a necessidade de uma forma outra de se lidar com a vida, mesmo que a vida seja sempre maior do que o mapa que o nosso desejo constrói. A juventude do desejo não tolera a sisudez dos que se fartaram do mundo, da noite e da força que já foi sua. Ela arrisca começar de novo, onde outros passos já marcaram a polpa da terra. A juventude do desejo implica que sejamos, também, outros a perceber os passos de uma história que não sabemos aonde vai terminar.

Quando era adolescente, caiu-me um livro nas mãos em que uma personagem passava exatamente pelas agruras da adolescência. Frequentei muitas vezes o mesmo texto para buscar as mesmas sensações: mais uma vez o cheiro do jardim no quarto do menino que tirava água prateada do seu corpo com o auxílio do primo mais velho, mais uma vez a doçura do mar sobre a pele ainda tenra demais para a dureza e a mesquinharia de uma parte do mundo, mais uma vez a mesma estação do rádio em que se podia ouvir Maísa. O que cantava Maísa na história do texto que lia tantas vezes? A mesma dúvida me assola quando acabo de escrever o texto que leio para vocês, pois é preciso sentir saudade dos começos e mais do que isso, é preciso cultivar a irregularidade da saudade nas histórias que se iniciam. Não seremos nós a dizer quando é o começo ou do que seja o começo, mas podemos nos aliar à intensidade do presente e da juventude, para que suportemos que o nosso corpo é um frágil marcador do nosso próprio tempo e outros tempos precisam vir, perfumados pela alegria, pela dor, pela urgência que nós mesmos sentimos e continuaremos a sentir. Bom argumento para lutas políticas que busquem justificar o que somos, o que nos tornamos e o que desejamos.

### Referências Bibliográficas

ARENDDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

LONDON, Jack. *De Vagões e Vagabundos*. Porto Alegre: L&PM, 2001.

PASOLINI, Pier Paolo. *Amado Meu*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

RICHARDS, Jeffrey. *Sexo, Desvio e Danação: as minorias na Idade Média*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1993.

VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos Pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.



SESSÃO 2

# NO PLURAL DAS EROTICIDADES

NOVAS PRODUÇÕES (SUB)CULTURAIS

O Impacto da AIDS, a Afirmação da “Cultura Gay” e a Emergência do  
Debate em Torno do “Masculino” – fim da homossexualidade?

*Carlos Alberto Messeder Pereira*

Imagens Identitárias Homossexuais, Carnaval e Cidadania

*Fabiano Gontijo*

Educação e Pesquisa de Práticas Sexuais de Risco (*barebacking sex*)

*Luís Henrique Sacchi*



# O IMPACTO DA AIDS, A AFIRMAÇÃO DA “CULTURA GAY” E A EMERGÊNCIA DO DEBATE EM TORNO DO “MASCULINO” – FIM DA HOMOSSEXUALIDADE?

Carlos Alberto Messeder Pereira<sup>1</sup>



A discussão, hoje, em torno da questão da homossexualidade – especialmente a masculina –, ou melhor, do homoerotismo, deve levar em conta pelo menos três grandes eixos. Inicialmente, o impacto da AIDS tanto no plano social e político quanto naquele das formulações teóricas. Em seguida, a grande visibilidade de uma “cultura gay”, fortemente marcada, tanto pela emergência de novas formas de organização e mobilização, quanto pela dinâmica da globalização com a conseqüente rearticulação entre fluxos locais e globais. Finalmente, a crise de uma visão tradicional do “masculino”, com a emergência de um debate acalorado e mobilizador tendo, como uma de suas conseqüências, a consolidação de um campo de reflexão e de pesquisa (bem como de mobilização e de organização social) já conhecido como o campo dos “estudos masculinos”.

A partir da combinação complexa desses três eixos, pode-se repensar o debate contemporâneo em torno de noções como “gay” ou “homossexualidade”, posicionando-o mais adequadamente diante do momento sócio-cultural que vivemos hoje, marcado pela enorme fragmentação e fragilização do campo identitário, fenômeno paralelo a uma certa estilização espetacularizada deste mesmo campo, o que se traduz, por exemplo na grande visibilidade de estilos de comportamento e de vida, num sentido mais geral, que se expressam através da moda, de festas ou de produtos artísticos-culturais, num ambiente fortemente ritualizado. A própria exibição do corpo (tanto masculino quanto feminino) se articula com essas determinações culturais mais gerais, o que se expressa em discussões ou em práticas referidas ao universo *transgender*, aos rituais da *body modification*, à prática do sexo virtual na rede, enfatizando um lidar “lúdico” com as questões identitárias, especialmente no que diz respeito aos campos sexual e de gênero. Não se trata, evidentemente, do fim das identidades; ao contrário, o que verificamos é uma espécie de pluralização lúdica das possibilidades identitárias, agora profundamente flexibilizadas e estilizadas.

---

<sup>1</sup> Antropólogo, professor e pesquisador da Escola de Comunicação da UFRJ, Coordenador Geral do Núcleo de Estudos e Projetos em Comunicação (NEPCOM), da ECO/UFRJ.

Nesse sentido, o ganho de visibilidade adquirido contemporaneamente pelo universo “gay/homossexual” associado a uma espécie de “banalização” da “condição homossexual” poderia nos permitir falar numa espécie de “fim da homossexualidade” – pelo menos daquela inventada no século XIX – e da entrada em cena de uma “pluralização espetacularizada” de comportamentos sexuais e de gênero mais afeitos às invenções do estilo do que às determinações de qualquer ordem, o que explicaria, pelo menos em parte, as dificuldades enfrentadas por um movimento gay/homossexual de recorte mais identitário ou a necessidade urgente de produção de instrumentais teóricos mais capazes de apreender esse universo sexual/erótico contemporâneo, em processo de acelerada e constante transformação. A reflexão em torno dos três eixos propostos acima pode nos ajudar a melhor compreender os processos em andamento.

O aparecimento da AIDS, no começo dos anos 80, após um período de intensa modificação das convenções sociais e do comportamento sexual de segmentos significativos da população mundial (segmentos estes com grande influência na formação da “opinião pública” e com forte interferência no debate intelectual), bem como de grande mobilização e organização em torno das identidades sexuais e de gênero, teve, pelo menos num primeiro momento, um efeito surpreendente e desorganizador da experiência social. Ao mesmo tempo, o caráter “epidêmico” assumido pela expansão da síndrome vinha intensificar o clima de verdadeiro pânico coletivo que se instalou em num primeiro momento. Por outro lado, as associações entre a presença de uma epidemia incontrolável e o “fim de século” não demoraram a se fazer presentes<sup>2</sup>.

Em artigo escrito nos anos 80 e, me parece, nunca publicado, Nestor Perlongher, em texto de rara beleza, e num tom um tanto melancólico, assim referia-se à forte presença da morte que a AIDS vinha trazer ao um dia feérico “mundo gay” – “Arquipélagos de lantejoulas, toucados de penas iridescentes (em cada requebro da coxa trepidante, as galas de cem flamingos que flutuam no ar tornados um pó rosado), constelações de purpurina transformando o rosto numa máscara a mais, como esses bonecos de Martha Khun-Weber tão fascinantes quanto horríveis dependendo do perfil, toda uma alvenaria kitsch, de uma impostada beleza, de uma estridência artificial, desaba sob o impacto (é preciso dizê-lo) da morte. A homossexualidade (pelo menos a homossexualidade masculina, que dela trata-se) desaparece do cenário que tão rebuscadamente armara, some de mansinho, apaga-se como a esfumação de um pincelzinho em torno da pestana rígida, melada. Toda uma melifluidade relaxada de lencinhos e papel picado irrompendo na paz conjugal do dormitório, por elas (ou por eles: oh as **eláceas**), a gazelas montadas e por touros pegadas e rasgadas, flocos de algodão doce feito de açúcar mas no fundo no fundo com

---

<sup>2</sup> Para uma discussão do caráter “epidêmico” deste final de século, no plano do imaginário social, bem como da inserção do debate em torno da AIDS neste contexto, ver as sugestões contidas no trabalho de Rieusset-Lemarié (1992). “Parmi les phénomènes qui marquent cette fin de siècle, qu’ils soient biologiques, économiques, technologiques ou sociaux, une même structure dominante se dégage: celle de la propagation épidémique. Pour autant leur diversité ne se réduit pas à cette structure commune. L’analyse qui sera ici menée de faits aussi différents que le SIDA, la déréglementation européenne, la mise en place des réseaux informatiques ou encore la recrudescence du fanatisme et du nationalisme, ne prétendra donc pas à l’exhaustivité. Elle visera seulement à montrer dans quelle mesure ils manifestent une analogie structurelle et non pas seulement métaphorique qui réside dans leur nature épidémique”. (p. 11)

um ressaibo de fel, toda essa parafernália de simulações cênicas jogadas normalmente em torno aos trocadilhos da identidade sexual, desaba – dir-se-ia, por inércia do sentido, com estrépito, mas na verdade quase que suavemente, num desfalecimento geral. (...)” (Perlongher, s.d.).

Inicialmente identificada, no imaginário social, como uma “doença gay” – provocando o aparecimento de expressões como “câncer gay” ou “peste gay”, carregadas de preconceito e de verdadeira animosidade – ela foi, pouco a pouco, sendo reconhecida como capaz de atingir os mais diferentes grupos sociais sem que, entretanto, essa sua proximidade simbólica com o mundo homossexual, esta sua “marca de origem” tenha jamais se apagado inteiramente.

Os anos 60 e 70, um período de intensas e variadas “experimentações” nos vários campos do comportamento em particular e da cultura em geral, haviam deixado a impressão de que a “revolução cultural” vivida, talvez de modo mais intenso, por parcelas da juventude e da intelectualidade tinha efetivamente liquidado, em caráter definitivo, certas idéias e certos preconceitos. A crescente “politização” do comportamento cotidiano e a valorização do espaço de ação privado dos sujeitos individuais, características que tanto marcaram essas duas décadas, se tornaram visíveis de maneiras variadas mas todas bastante expressivas. Foi assim nos primórdios do movimento *hippie* norte-americano – com o novo ativismo político do *flower power* ou a reivindicação intransigente e radical pela paz e por uma “revolução pacífica” – no maio de 68 francês – no qual palavras de ordem como “é proibido proibir” ou “a imaginação no poder” ganharam as ruas – foi assim, enfim, em todas as manifestações dessa onda de “rebeldia anárquica” que varreu boa parte do mundo ocidental ao longo dos anos 60.

| 54 |

Pouco a pouco, ao longo de toda essa década, o termo “contracultura” foi se tornando mais e mais conhecido. Diante da crise cada vez mais evidente do pensamento tradicional de esquerda (aí compreendida a crise também cada vez mais discutida do então chamado “socialismo real”), a utopia rebelde e anárquica proposta pelos diferentes representantes da contracultura ganhava um lugar de destaque na configuração de um discurso crítico diante das idéias e das instituições que então se afirmavam como hegemônicas. A famosa trilogia “sexo, drogas e *rock’n-roll*” ganhava ares de bandeira política de toda uma geração. É no interior deste processo que se situa a história mais recente de movimentos como o feminista, o negro ou o *gay*, dando voz e peso político-social às “minorias” ou aos novos sujeitos que se afirmavam na cena cultural. Novas formas de racionalidade, novas formas de comportamento, novas formas de contestação política, novas formas culturais; enfim, um novo *ethos* se fazia presente<sup>3</sup>.

É neste contexto, especialmente durante os anos 70, que vamos ver a consolidação de um “movimento homossexual”. Paralelamente a este processo de consolidação de lideranças, de organizações, de espaços de lazer e de palavras de ordem, observamos a afirmação de um certo “estilo de vida” gay, de uma sub-cultura gay – a qual, ao longo dos anos 90, reivindica o adjetivo *queer* como marca de sua radicalidade política – que, pouco a pouco, vai se tornando bastante presente na moda, no discurso da publicidade, na vida cultural em geral. Falando muito mais (é bom que se diga) de homossexualidade *masculina* do que feminina (embora inúmeros

<sup>3</sup> Para uma discussão do movimento da contracultura na perspectiva aqui apontada, ver Pereira (1983).

grupos “lésbicos” tenham se organizado bem como produzido vasta literatura) e desenhando os contornos de uma identidade homossexual também marcadamente masculina (além de fortemente influenciada pelo movimento gay norte-americano), esta movimentação vai contribuir de modo especial para a legitimação *pública* de sujeitos e práticas homossexuais.

“Foi ao longo dos anos de militância homossexual, marcadamente os 60 e os 70, que se afirmou o direito à *cidadania* das chamadas minorias sexuais (...) afirmando rótulos e os questionando, o movimento homossexual, assim como o movimento feminista ou o movimento negro, se afirmou na cena cultural e política internacional. Generalizaram-se as *gay pride parades*, lideranças se afirmaram, bares/saunas/restaurantes gays se tornaram pontos de encontro de destaque na complicada geografia das grandes cidades, enfim, um *cidadão* homossexual/gay ganhava um lugar. Até que o espectro da AIDS viesse perturbar esta cena – com a emergência de uma profunda depressão que viria neutralizar a alegria às vezes feérica dos 70 – esse espaço de *cidadania* conheceu grandes vitórias. (...) A afirmação pública e sistemática de uma identidade homossexual possível e mesmo desejável do ponto de vista de certos agentes sociais constituía-se num fato importante, cultural e politicamente. É nessa direção que devem ser entendidas as ações e a perspectiva da militância homossexual dos 70. Abria-se um espaço de discussão e, principalmente, de prática de comportamentos legítimos, espaço este que, por sua vez, permitiria o surgimento, mais recentemente, de uma tentativa de ultrapassar a própria categoria *homossexualidade*”<sup>4</sup>.

Assim, chegava-se ao final dos anos 70 com a “questão homossexual” posta na mesa enquanto uma prática e um comportamento legítimos, com um “lugar social” assegurado, capazes de sustentar os contornos de uma identidade socialmente reconhecida, embora, evidentemente, preconceitos localizados persistissem com grande vigor. Este momento representava o fim de uma etapa longa, e bastante conflituosa em certos momentos, no sentido da afirmação de uma avaliação positiva da homossexualidade, pelo menos nos grandes centros urbanos e nos limites do espaço público.

Num certo sentido, a presença desta sub-cultura gay, afirmada pelo movimento homossexual, “contaminava” várias áreas do universo social e cultural, havendo mesmo uma espécie de “hegemonia gay” em certos meios artístico-intelectuais. Em edição da revista *Veja*, no começo dos anos 80, quando o fantasma da AIDS já rondava o cotidiano de determinados grupos sociais, uma conhecida atriz brasileira (Dina Sfat) falava, em tom de grande novidade, do começo, no Rio de Janeiro – um dos “paraísos gays” dos anos 70 – de um “verão heterossexual”, numa referência indireta à decadência que começava a se deixar perceber da forte presença, inclusive na mídia, de um certo *ethos* homossexual. Ainda não estava claro, para ninguém, o que estava por vir; entretanto, os ventos da moda já sopravam para outras plagas.

Esta idéia da “contaminação”, pelo movimento gay, de diferentes áreas da vida socio-cultural me parece tanto mais importante quanto, no momento seguinte, quando a presença da AIDS se revela implacável, é esta mesma idéia de uma “contaminação” incontrolável, vinda de todas as

---

<sup>4</sup> Pereira (1993). Para uma ampla discussão da organização de um movimento homossexual no Brasil, ao longo dos anos 70/80, ver o trabalho de MacRae (1990).

partes e por todos os meios, que vai se constituir numa das grandes fontes de um certo “pânico coletivo” que, pelo menos inicialmente, toma conta do imaginário social, reacendendo velhos preconceitos e fazendo ressurgir um discurso violento e excludente que buscava, desesperadamente, reconstruir barreiras e fronteiras recém derrubadas diante de sujeitos sociais que, até há pouco, haviam vivido uma trajetória marcada por vitórias significativas e crescentes. Inicialmente de modo discreto, mas com velocidade cada vez maior, começava a se desenhar no horizonte uma certa postura “anti-gay” que os anos 80 viriam testemunhar em diferentes setores da vida social.

É neste momento e neste contexto que a presença da AIDS, não apenas enquanto mais uma doença mas na qualidade de fenômeno social com as mais diversas implicações, se afirma definitivamente. A alegria às vezes feérica que dominou de alguma forma o “mundo gay” ao longo dos anos 70 é rapidamente substituída por uma profunda depressão. Além da dor, entretanto, havia no ar uma enorme *perplexidade*; não era fácil acreditar no que estava acontecendo. A posição de força que o movimento gay havia atingido, com conseqüências evidentes tanto no plano do cotidiano dos sujeitos individuais quanto no espaço público, parecia dar garantias de conquistas inabaláveis. No entanto, não apenas velhos e novos preconceitos voltavam à tona como também novas formas de repressão reapareciam com grande vigor através de um discurso acusatório profundamente violento.

A velha concepção da homossexualidade como “doença”, que já parecia um pouco perdida no horizonte, reaparece de formas variadas. Embora o debate entre essencialistas e construtivistas continue o seu percurso<sup>5</sup>, há uma nova onda de *medicalização* da homossexualidade. Mesmo sem acreditar que esta concepção tenha hoje grandes chances, acho importante marcar seu reaparecimento no debate. O discurso da “perversão”, por exemplo, com toda a carga de preconceito contida nesta noção, começa, aqui e ali, a ser reacionado. Ao mesmo tempo, a antiga questão da determinação “biológica” da homossexualidade é freqüentemente rediscutida em artigos e revistas científicas, a partir, por exemplo, da configuração do cérebro e assim por diante, como se certos comportamentos pudessem, mecanicamente, ser compreendidos a partir do biológico. E tudo isso, é bom que se repita, aparecendo não apenas em formulações de senso comum, mas também no discurso de certos intelectuais. De alguma forma, é como se a barreira que impedia a formulação pública de preconceitos tivesse sido derrubada pelo aparecimento da AIDS.

Um dos pontos que passa a ser constantemente reafirmado, por exemplo, nesses novos discursos acusatórios que começam a se espalhar por diferentes ambientes mais ou menos intelectualizados é a questão do comportamento dito “promíscuo” de boa parte, especialmente, dos homossexuais masculinos. O que estas formulações discursivas não pareciam levar em consideração era o intenso processo de transformação por que categorias como “promiscuidade” e tantas outras haviam passado em função da “revolução cultural” dos anos 60/70. O caráter problemático da troca maior ou menor de parceiros sexuais já havia sido há muito superado e parecia um verdadeiro pesadelo que questões como essa pudessem voltar à tona. De alguma forma, fazia-se tábula rasa de boa parte das idéias da “revolução sexual” que havia animado o

---

<sup>5</sup> Para uma discussão dessas duas posições, ver o artigo de autoria de Schippers (1989).



debate cultural e as práticas comportamentais de boa parte do mundo ocidental desde os anos 60. Ao mesmo tempo, não se pode deixar de dizer que a AIDS vai também trazer à cena, e muito rapidamente, novas formas de solidariedade e novas formas de organização social, o que, de alguma forma, expressava uma primeira reação ao clima inicial de profunda repressão que havia marcado o surgimento da AIDS.

Diante dessa onda conservadora, a figura do gay, um dos símbolos da liberação sexual e cultural dos anos 60/70, é aos poucos substituída, ao longo dos anos 80, pela figura do *yuppie*, marcado por um estilo mais controlado e por um comportamento mais estilizado, com forte inserção no mercado de trabalho (respeitando todas as suas regras), valorizando o consumo (ainda que contrariando as regras mais evidentes da então sociedade de consumo) e minimizando a dimensão erótico-sexual da vida cotidiana.

Dos anos 90 até hoje, temos presenciado a configuração e a consolidação do que vem sendo chamado, tanto aqui quanto em outros países, uma “cultura gay” ou um certo *gay way of life*. No conjunto da mídia (tanto na imprensa especializada – voltada para um público basicamente constituído de gays e lésbicas – quanto na grande imprensa), a expressão “cultura gay” e as referências a um *modo de vida gay* vão se tornando cada vez mais presentes. Sem a radicalidade dos 60 ou dos 70, esse *modo de vida gay* vai ganhando espaço, legitimidade e simpatizantes, independentemente da orientação sexual dos que com ele simpatizam.

No Brasil, temas associados à evidência cada vez maior dessa “cultura gay” vêm aparecendo sucessivamente na grande imprensa. A chegada ao Brasil (e especialmente ao Rio de Janeiro) dos festivais de cinema gay e lésbico (tão frequentes na Europa e nos Estados Unidos), entretanto, não deixou de causar polêmica. Todos devem se lembrar que, em 93, a versão carioca da Mostra de Cinema Mix Brasil que deveria acontecer na Casa de Cultura Laura Alvim (em Ipanema) quase foi impedida de acontecer pois a diretora da Casa, por razões absolutamente morais, e depois de já haver concordado com a realização da mostra, resolveu impedi-la; foi então necessário que rapidamente se encontrasse um novo espaço. Na televisão, a temática homossexual, trazida à tona com razoável “naturalidade”, fez sua estréia na novela das 8h00, em pleno horário nobre, com o personagem Sandrinho, na novela “A Próxima Vítima”.

Dirigida a um público prioritariamente gay, uma publicação intitulada ENT&, datada de out./nov. 94, apresentava a seguinte chamada de capa – “Tá na moda ser gay?”, assim continuando no texto principal: “De repente, parece que não se fala em outra coisa. (...) Afinal, que moda é essa? (...) Com as lésbicas, a coisa não é tão forte, porque o preconceito ainda é muito arraigado. (...) A nova onda gay é flagrante: estamos na moda, sim – no mundo e também no Brasil. O problema é que, no caso brasileiro (...) e dando uma ênfase ao poder aquisitivo gay como se só houvesse gays ricos. Isso é perigoso, porque (...) corre-se o risco de só se aceitar o gay se ele tiver grana”.

No plano internacional, por exemplo, o jornal *The New York Times* havia publicado, em 12/3/93, matéria com o sugestivo e intrigante título “How many sexes are there?”. Na França, um jornal intitulado *Le Frondeur*, auto-definido como uma “publicação mensal de informação da comunidade gay e lésbica”, datado de fevereiro de 1997 e editado em Paris, apresenta maté-

ria de capa intitulada “A moda está conosco...”. Nessa matéria, traça-se um panorama geral do que vem sendo publicado, na grande imprensa (com destaque para publicações como *Le Nouvel Observateur*, *Der Spiegel* ou a tradicional *The Economist*), em torno de temáticas tais como homossexualidade, bissexualidade, união civil entre pessoas do mesmo sexo, *drag queens* e assim por diante, mostrando como esses assuntos, até há algum tempo verdadeiro tabu, vêm sendo tratados não apenas com maior frequência mas também com maior *naturalidade*. Um dado importante: chama-se a atenção para o fato de que a presença de gays<sup>6</sup> (homens) é maior que a de lésbicas.

Também na Internet, a presença de uma “cultura gay” e das temáticas a ela associadas é já bastante visível. O *minitel* francês já havia, por sua vez, inaugurado essa forma de comunicação entre os grupos gays, lésbicos, etc. há muito tempo. Na mostra de cinema de Veneza de 1996, a temática gay e a revisão de preconceitos antes muito mais arraigados estiveram vivamente presentes.

Quando um homossexual não se assume, diz-se em inglês que ele está *in the closet*, ou no armário. O cinema americano sempre foi um dos maiores armários da história e sua relação com as imagens homossexuais acabou impregnada de preconceitos e estereótipos. Foi pesquisando imagens de centenas de filmes, desde o primeiro de Thomas Edson até *Filadelfia*, passando por cenas censuradas, que a dupla nova-iorquina Rob Epstein e Jeffrey Friedman fez o excelente documentário *The Celluloid Closet*, atração (...) na mostra ‘Uma janela sobre a imagem’ do 52º Festival de Veneza.

No mundo inteiro, a expressão *orgulho gay* tornou-se, ao longo dos últimos anos, um verdadeiro grito de guerra, marcando sua presença através de marchas, eventos variados e mesmo produtos. Por outro lado, seja no cotidiano dos agentes sociais (especialmente aqueles localizados nos grandes centros urbanos) – independentemente de seu pertencimento, identitário ou não, a uma “comunidade gay” mais ou menos claramente definida (não esquecendo a dificuldade, teórico/política, cada vez maior e mais visível no emprego da noção de “comunidade”) ou a grupos gays – seja nas artes (cinema, teatro, literatura etc.), as marcas do que, até há alguns anos, foi uma espécie de “sub-cultura” urbana gay (existente quase que somente dentro de determinados “guetos” e que hoje ocupa um espaço muito mais arejado e complexo), vão ganhando ares de uma respeitabilidade crescente (além, é claro, de uma visibilidade pública não menos evidente).

Num certo sentido, estas marcas chegam a se afirmar como uma verdadeira “moda” ou constituem-se em referências “politicamente corretas” de um imaginário *intelectual/cult* ou mesmo da grande mídia. Paralelamente, em sintonia com os dados dessa nova pauta cultural, desenvolvem-se tanto um *estilo de vida* quanto de *consumo* próprios. Os exemplos são muitos e variados. No Rio de Janeiro, por exemplo, as festas *clubber* (e similares) tornaram-se um “must” *cult*, atraindo um público cujo núcleo é aquele conhecido como um público GLS (gays, lésbicas e simpatizantes), com uma afluência sempre crescente de *simpatizantes* – categoria que me parece chave para a melhor compreensão desse “momento sexual contemporâneo”.

Um dado importante e que deve ser bastante salientado é a constituição e a complexificação crescentes de um *mercado gay* (hotéis, agências de viagem, restaurantes etc., além das tradicionais boates, saunas e assim por diante) com enorme rentabilidade. Cada vez mais, a

<sup>6</sup> Ainda que não exclusivamente, a palavra *gay* é geralmente empregada com referência a homens.

forte rentabilidade de mercado desse novo espaço cultural e de comportamento – esse espaço de “novas possibilidades sexuais” – parece ser um fator de peso na direção do enfraquecimento de preconceitos fortemente arraigados. Donde a interessante questão de se verificar o quanto de avanço e o quanto de “absorção” pelo “sistema” há no conjunto desse processo.

Tendo tido como ponto de partida e motor principal de sustentação inicial o *movimento gay organizado* – especialmente aquele voltado para os homens (o que, entretanto, não exclui a presença feminina) – esta “cultura gay” ultrapassa os limites desses grupos e mesmo aqueles de uma suposta “comunidade homossexual”, fazendo dos GLS importantes personagens sociais, com impacto razoável sobre o mercado, nos campos mais variados. Ao mesmo tempo, a cada momento, novos dados parecem se acrescentar (seja pela ação da mídia quanto pela dos grupos organizados e militantes) a essa idéia de uma “cultura gay”, a qual passa a se constituir enquanto enorme *bricolage* de alternativas contemporâneas de comportamento erótico/sexual/afetivo.

Um dado que, já há alguns anos, faz parte do universo mais geral dessa “cultura gay” é a AIDS. Se, de um lado, ela veio reforçar antigos preconceitos que já pareciam ultrapassados, como vimos anteriormente, por outro, ela, pelo enorme drama social que evoca, coloca as sociedades e os Estados em confronto direto com a necessidade de implementar, por exemplo, políticas de prevenção, o que os obriga, em muitas situações, a lidar diretamente com os grupos gays organizados. Ao mesmo tempo, a presença da AIDS, aliada às enormes dificuldades de seu controle – quando as *políticas de prevenção* parecem ser a única alternativa capaz de garantir algum sucesso – trouxe à tona um forte sentimento de impotência e um certo *sentimento trágico*, marcado pelo horizonte da morte, o qual passa a orientar uma parte considerável da produção cultural gay, configurando o que se poderia chamar de um “neo-romantismo” de marcas fortemente trágicas; ao mesmo tempo, numa demonstração de grande vitalidade social, filmes como, por exemplo, *Zero Patience*, ao tratar o universo da AIDS com razoável humor, abrem novas perspectivas para o debate cultural em tempos de AIDS. Por sua vez, as novas práticas, os novos comportamentos que começam a se engendrar na “comunidade gay” internacional em função de seu contato privilegiado com a experiência da AIDS, assumem um caráter freqüentemente inovador em termos de comunicação e de experiência social, com conseqüências importantes em termos de formas de solidariedade e de tomada de consciência.

Um fato que gostaria de destacar no sentido de estimular a discussão com relação às questões que envolvem a reflexão em torno de uma “cultura gay” refere-se a sua maior e mais sistemática consolidação no exato momento em que é cada vez mais visível, no campo teórico-metodológico, a tentativa e o interesse teórico na desconstrução da própria categoria “homossexual/homossexualidade” (bem como seus correlatos e afins). Esse movimento é visível tanto no campo de uma literatura mais militante quanto até mesmo no interior, por exemplo, do discurso psicanalítico.

Ao mesmo tempo, ela (a “cultura gay”) afasta-se, pouco a pouco e de uma certa maneira, de um referencial mais direta e/ou explicitamente “homossexual”, afirmando-se enquanto campo de questões e de ação próprio; dissolve-se o “homossexual”, afirma-se uma “cultura gay”. Neste sentido, o processo aproxima-se do que ocorreu com relação ao *feminismo* que, nos

últimos anos, ganhou relativa independência com relação ao movimento de mulheres, afirmando-se enquanto “patrimônio cultural coletivo”. Ambos, o feminismo (especialmente sua produção teórica) e a “cultura gay” vão ganhando uma espécie de estatuto “cult” que os coloca acima ou além de referenciais empíricos mais concretos e/ou objetivos; sendo exatamente esse processo, me parece, que torna, hoje em dia, tanto a discussão das questões referentes ao feminismo quanto aquelas referentes à “cultura gay” tão interessantes para o debate intelectual e tão instigantes tendo em vista a compreensão do momento cultural contemporâneo.

É a esse ambiente que vem se somar a afirmação mais recente do campo dos estudos masculinos, o que não apenas coloca a categoria *masculino* no centro do debate de gênero mas o faz no rastro de uma longa movimentação teórico-política em torno das questões de gênero. Agora, após uma longa trajetória, podia-se finalmente discutir *do ponto de vista do masculino*, ou seja, daquele *lugar* que fora, até então, o ponto de amarração de toda uma perspectiva a partir da qual foram construídas visões de gênero hegemônicas e responsáveis, pelo menos de modo geral, visões fortemente preconceituosas seja do universo feminino seja do universo *gay*.

Ao longo dos últimos 30 e poucos anos, desde a emergência mais forte dos movimentos em torno das questões de gênero, nos meados dos 60 – seja o movimento feminista, seja o movimento gay – vem sendo delineado um campo de reflexão e de pesquisa capaz de permitir a formulação de questões efetivamente novas no que diz respeito à compreensão das articulações entre gênero, sexualidade e cultura. Apoiada e estimulada por fortes movimentos sociais, a discussão teórica vem sendo capaz de colocar em cena problemas novos, os quais vão, pouco a pouco, abrindo um lugar especial para a revisão de categorias até então consideradas praticamente como intocáveis e enfatizando a importância da dimensão cultural e das dinâmicas sócio-culturais. Ao mesmo tempo, a literatura de viés mais psicanalítico, a qual, até um certo momento, tinha um espaço de circulação bastante específico e restrito, veio, através de um debate ampliado, se somar – ainda que gerando inúmeros conflitos e contradições – ao conjunto de discussões, sofrendo, evidentemente, fortes efeitos do novo campo de discussões no qual se via inserida. Os estudos antropológicos, por sua vez, também tiveram uma importância destacada na formulação da nova problemática a que venho me referindo aqui. Com a emergência dos chamados “estudos culturais”, esse campo transdisciplinar em torno das questões de gênero, sexualidade e cultura ganhou enorme destaque, assim como ganhou a possibilidade de articulações com outros conjuntos de questões.

Tanto a produção teórica decorrente do impulso fornecido pelo movimento feminista quanto aquela decorrente do impulso fornecido pelo movimento gay – as quais se organizaram na forma de “estudos feministas” e “estudos gay”, ou, mais recentemente, “queer studies” – foram fundamentais para colocar em discussão a categoria “masculino”. Embora diferentes e de modo não necessariamente consciente de parte dos diferentes agentes sociais, as razões político-teóricas de cada uma destas áreas forçou uma discussão muito mais consistente e aprofundada da natureza, da dimensão (ou das dimensões) e do(s) sentido(s) da categoria “masculino”. No decorrer desse processo, os próprios homens, na qualidade de sujeitos sociais, premidos por circunstâncias variadas, viram-se obrigados a colocar em discussão certos atributos do masculino ou mesmo atributos de um certo comportamento masculino, gerando forte movimentação social

em torno dessa temática. Ao mesmo tempo, vem se consolidando uma reflexão teórica que, cada vez mais, começa a tomar o “masculino” como pauta de uma intrincada discussão, consolidando e dando visibilidade a um campo de estudos masculinos, assim como em passado não muito distante se consolidaram tanto um campo de “estudos feministas” quanto aquele de “estudos gay”.

Nesse processo, algumas temáticas e discussões vão se destacando. De início, visualiza-se uma certa pluralização da categoria “masculino”; pouco a pouco, várias e diferentes noções de “masculino” vão se tornando claramente perceptíveis e passíveis de análise e discussão. Outro campo que merece destaque é aquele que se refere à temática da *erotização*; entra em cena – na mídia, na moda, no debate cultural maior – uma figura masculina fortemente erotizada, sedutora, abrindo para os homens novas possibilidades de comportamento bem como o acesso a novos espaços sociais e simbólicos. Ao mesmo tempo, essa figura masculina fortemente erotizada vem ganhando, no imaginário cultural contemporâneo, um lugar de cada vez maior destaque. E aí, na abertura desses novos espaços e caminhos, tanto o movimento feminista quanto o movimento gay têm um papel de destaque. Gostaria de chamar a atenção, por exemplo, para o papel de uma certa “cultura gay” – já, agora, bastante “descomprometida” com qualquer orientação sexual – na afirmação da legitimidade dessa figura masculina erotizada.

Em artigo publicado em março de 90, no Brasil, eu colocava da seguinte maneira a questão dos contornos contemporâneos da reflexão e da militância em torno da homossexualidade: “E hoje? Em que ponto nos encontramos? Ao contrário dos 70, quando se defendia a definição e a afirmação (às vezes bastante radical) dos contornos de uma identidade, atualmente desconfiamos sobretudo da própria noção de identidade. Por sua vez, todo o discurso centrado sobre a *perversão* começa a sofrer um processo significativo de desconstrução. A lógica mesma da compreensão disto que aprendemos a chamar de *sexualidade* começa a demonstrar sinais sutis mas fortes de fragilização. É nesse contexto que a própria noção de *homossexualidade* começa a ser rediscutida e reavaliada no seu caráter de categoria totalizadora, capaz, por si só, de definir um espaço, um perfil completo de identidade<sup>7</sup>.”

| 61 |

Como não podia deixar de ser, esse novo contexto se faz sentir no plano da militância. Cada vez mais, ao longo dos anos 80, explicitam-se as diferenças entre duas posições: de um lado, uma postura de caráter fundamentalmente essencialista; de outro, preocupações de natureza marcadamente construtivista, privilegiando a reflexão sobre o caráter *discursivo* da discussão em torno da

---

<sup>7</sup> “Mas o que significaria, efetivamente, ‘homossexualidade’? Num sentido geral, esta noção refere-se a formas de comportamento sexual entre indivíduos do mesmo sexo. E o que quer dizer ‘do mesmo sexo’? Embora, num primeiro momento, esta pergunta possa parecer absurda, acredito que valha a pena colocá-la, uma vez que a suposta ‘naturalidade biológica’ que serviria de base última ao *recorte sexual* é, ela mesma, uma construção social, histórica. Assim, ao operarmos este recorte e não outro estamos privilegiando e marcando certos aspectos em nada naturais (e, neste sentido, *construindo* um determinado fenômeno) e, conseqüentemente, omitindo (ou deixando escapar) outros aspectos, igualmente possíveis de serem acentuados. Na verdade, construímos um universo de categorias de percepção e análise, estabelecemos relações entre elas, delimitamos um campo de percepção bem como um elenco possível de questões e, ao final de todo este complicado processo de elaboração discursiva, não o reconhecemos enquanto tal e acreditamos numa suposta anterioridade dos ‘fatos’” (Pereira, 1994).



homossexualidade. Como conseqüência, abre-se o caminho para a fragilização e a eventual dissolução das fronteiras que marcaram boa parte da discussão até aqui. No horizonte, uma nova forma de militância ainda pouco estruturada. Antes de procurar definir e legitimar seja o homossexual ou a homossexualidade, essa nova postura militante que ainda não parece ter-se organizado em movimento começa a relativizar e a desconstruir os vários discursos que se construíram (positiva e/ou negativamente, pouco importa agora) em torno do que historicamente aprendemos a chamar de homossexualidade. Novo espaço de militância, de um lado, diluição da própria militância *homossexual*, de outro. Não mais uma cidadania homossexual mas, pura e simplesmente, um espaço de cidadania aberto a diferentes práticas e preferências homossexuais” (Pereira, *op cit.*, 1993)

Talvez hoje, diante de todas as idas e vindas dos debates sobre sexualidade, gênero ou mesmo transformações no plano da cultura, tenha chegado a hora de se tentar superar teórica e, por que não, politicamente a oposição “moderna” entre hetero e homossexualidade, abrindo tanto novas possibilidades de compreensão das questões de gênero quanto novas formas de ação política nesse momento já marcado, de certa forma, pela possibilidade de uma perspectiva pós-identitária. É nesse contexto, acredito, que talvez já se possa falar de um *fim da homossexualidade*, o que, obviamente, não significa pensar o fim das práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo mas, antes, o fim de um conjunto de categorias a partir do qual essas práticas foram compreendidas, aceitas ou recusadas. Ao mesmo tempo, surge, evidentemente, a possibilidade de formulação de um novo tipo ou novos tipos de militância. Apesar da importância que tiveram os movimentos identitários no sentido da afirmação da possibilidade legítima de comportamentos até então objeto de forte repressão, eles nunca deixaram de reforçar as categorias (e as contradições) sobre as quais se apoiavam – e, evidentemente, não podia ser diferente. Hoje, porém, abrem-se possibilidades novas que podem e devem ser aproveitadas na direção da concretização de novas possibilidades de comportamento marcadas por um *trânsito* de caráter mais amplo, transformando antigas fronteiras claramente demarcadas em limites sem sentido.

## Referências Bibliográficas

- MACRAE, Edward. *A Construção da Igualdade - Identidade Sexual e Política no Brasil da Abertura*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990.
- PERLONGHER, Nestor. *O Desaparecimento da Homossexualidade*, mimeo, s.d.
- PEREIRA, Carlos A. M. *O que é Contracultura?* São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983.
- \_\_\_\_\_. Homossexualidade e Cidadania. In: *Em Busca do Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Ed. No-trya, 1993.
- \_\_\_\_\_. Direito de Curar. Homossexualismo e Medicina Legal no Brasil dos anos 30. In: HERSCHMANN, Micael; PEREIRA, Carlos Alberto. *A Invenção do Brasil Moderno - medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1994.
- RIEUSSET-LEMARIÉ, Isabelle. *Une Fin de Siecle Épidémique*. Paris: Actes Sud, 1992.
- SCHIPPERS, Jan. Homossexual Identity: Essentialism and Constructionism. INTERNATIONAL CONFERENCE ON GAY AND LESBIAN STUDIES: *Which Homosexuality?* London: GMP Publishers and Amsterdam: London and Uitgeverij An Dekker/Schorer, 1989.

# IMAGENS IDENTITÁRIAS HOMOSSEXUAIS, CARNAVAL E CIDADANIA

Fabiano Gontijo<sup>1</sup>



Eu deveria falar aqui sobre carnaval e homossexualidade, que era mais ou menos o que eu tinha proposto, mas eu mudei de ontem para hoje algumas coisas e no final eu vou falar muito pouco de carnaval como produção cultural e vou tentar falar mais de cidadania e carnaval. Inicialmente, eu convido a platéia para uma certa viagem. No final, nós vamos nos perguntar se as produções culturais não são, afinal de contas, no caso das culturas homossexuais, criadoras de cidadania, ou pelo menos de meios de se adquirir ou de se exercer novas formas de cidadania, dentro de um mundo de novas legalidades.

Os “estudos gays”, em geral, ou os estudos sobre homossexualidades e homoerotismos, chegaram à delimitação, um tanto quanto didática e esquemática, de três grandes concepções de práticas homoeróticas pelo mundo afora. Por um lado, observa-se o que eu chamo de *homoerotismos institucionais*. Algumas sociedades apresentam, de maneira institucionalizada, práticas homoeróticas a partir da inversão de gênero: um indivíduo, considerado inicialmente por aquela sociedade como sendo do sexo masculino, é “transformado”, num determinado momento do ciclo vital, em indivíduo considerado como do sexo feminino – na verdade, há uma “ressignificação” desse indivíduo mais do que uma “transformação”. Esse indivíduo passa, então, dentro das regras sociais vigentes, a desempenhar um papel idêntico ou muito parecido ao das mulheres daquela sociedade. Este é o caso dos famosos *berdaches* de tribos indígenas norte-americanas, tão bem descritos por muitos viajantes, missionários, naturalistas e primeiros etnógrafos – *avant la lettre* – dos séculos XVI a XIX. Também é o caso dos *mahu* do Taiti.

Por outro lado, eu chamo de *homoerotismos rituais* ou *ritualizados*, não mais os homoerotismos que implicam inversão de gênero, mas aquelas formas de homoerotismos permitidos e regulamentados, porém baseados numa necessária desigualdade entre os parceiros, geralmente tratando-se de uma diferença de idade. Aqui, podemos citar como exemplo as práticas de pederastia da Grécia Antiga. Também é o caso dos “guerreiros amantes” em muitas sociedades atuais. Na Nova Guiné e em toda a área da Oceania, são praticados inúmeros ritos de iniciação

---

<sup>1</sup> Departamento de Ciências Sociais, Mestrado em Políticas Públicas, Mestrado em Letras, Universidade Federal do Piauí.

de meninos que partem da “inseminação” desses meninos por homens adultos – “*boy inseminate rites*”, brilhantemente estudados pela equipe de G. Herdt.

Enfim, algumas sociedades praticam formas de homoerotismos que se institucionalizam a ponto de se transformarem em “culturas” ou “subculturas”: *identidades*. Aqui, estamos no âmbito do que chamo de *homossexualidades identitárias*. No Brasil, por mais que tenhamos sociedades minoritárias que praticam homoerotismos institucionalizados ou ritualizados, predominam, no discurso midiático, as homossexualidades identitárias. Poderíamos avançar que o Ocidente inventou a *homossexualidade*: a homossexualidade, tal qual nós a definimos como forma identitária – daí o sufixo “-idade” e não “-ismo” –, foi inventada a partir da própria invenção da heterossexualidade. Isso aconteceu ao longo dos últimos quatro séculos e, em particular, se legitimou no século XIX através da medicina e da ascensão da burguesia instituindo a sexualidade/o corpo como valor por oposição ao sangue da nobreza.

A heterossexualidade é elaborada socialmente no século XIX em cima de quatro pilares:

- o *adultismo* – o prazer sexual é limitado aos adultos –;
- o *sexismo*;
- a *misoginia*;
- e a *homofobia*.

Isso se desdobra numa necessidade e obrigatoriedade do casamento estável, de uma percepção da sexualidade feminina a partir de uma visão masculina, logo, do rebaixamento e do desprezo da sexualidade feminina, da condenação das dissidências sexuais, quaisquer que sejam elas – e aí entra a questão das práticas homoeróticas – e, principalmente, a heterossexualidade se institui como *heteronorma* coitocêntrica, genitalista e visando sempre a reprodução. Todas as instituições sociais vão ser, de uma forma ou de outra, perpassadas por essa visão e essa imposição de novos valores (ou novas interpretações de valores antigos). A medicina vai legitimizar esse *status quo* novo, biologizando aquilo que até então era pecado, transformando em perversão e em doença a ser tratada. E as instituições jurídicas, baseadas nos princípios modernos da “igualdade, liberdade, fraternidade”, vão dar a tudo isso um caráter de crime e delito.

A partir dos anos 50 e 60 do século XX, vê-se uma crítica severa à heteronorma. A sexologia talvez esteja na base dessa mudança de concepção: o sexo começa a ser ressignificado, considerado como algo “bom”, mas que tem que ser controlado de outra forma. O marxismo, a nova psicanálise e a sexologia, juntos, vão erigir o sexo em forma de se atingir a tão sonhada liberdade ou liberação, a revolução. Mas uma liberação controlada, não uma liberação total, e, hoje em dia, nós nos perguntamos se, com o sexo seguro, nós não estaríamos repensando as formas de controle (social) da (ou através da) sexualidade...

A homossexualidade identitária brasileira é fruto desse modelo que acaba de ser descrito muito rapidamente: temos uma cultura heteronormativa que determina todas as instituições sociais e todas as manifestações culturais; as homossexualidades identitárias surgem a partir dessa heteronorma ortodoxa, inicialmente como um adendo ruim e, hoje, já como “uma outra

coisa”. Hoje, a homossexualidade parece estar se diluindo; pelo menos as “subcultura gays” que surgiram nos anos 70 no Brasil vão se diluindo dentro dessa heteronorma. Do século XIX até os anos 60 do século XX, o referente simbólico das homossexualidades identitárias brasileiras é o gênero oposto – o *viado* é a mulherzinha, vai se vestir de mulher, vai viver como mulher, vai se adequar àquele modelo do gênero oposto ao seu sexo biológico, ao passo que a *sapatão* vai ser o homenzinho, se vestir como homenzinho e se adequar aos padrões do gênero masculino. Isso começa a ser questionado nos anos 70 pelos movimentos de liberação sexual. No entanto, achando que estavam criando a liberdade, esses movimentos sociais parecem cair numa outra prisão: a prisão da redefinição do gênero, que faz, então, com que os homossexuais masculinos tenham que ser mais viris do que os “homens hetero” e as mulheres, mais femininas do que as “mulheres hetero”...

Esse modelo de heterossexualidade parece, o meu ver, estar em crise. Adoto aqui o ponto de vista de alguns antropólogos e cientistas sociais espanhóis, entre eles Oscar Guasch-Andreu, da Universidade de Barcelona, Juan Vicente Aliaga, da Universidade de Valencia, e Ricardo Llamas, não vinculado a instituições. Eles vêm desenvolvendo essa idéia de uma crise da heterossexualidade e que por sua vez, se a cultura-matriz está em crise, as “subculturas” criadas por ela, ou permitidas por ela, como é o caso da “subcultura gay” – que se acha revolucionária por se apresentar como crítica da cultura-matriz, mas que, na verdade, não está criticando, está reproduzindo –, também está em crise.

O que é essa crise da heterossexualidade? Os valores da “subcultura gay” parecem estar se diluindo dentro do modelo heteronormativo. Estou falando em termos de modelo, e modelos de camadas médias. Os elementos que apontam para essa diluição, dentre outros, são os seguintes:

- A “subcultura gay”, instituída principalmente a partir nos anos 1960 e desenvolvida nos anos 1970 – e, no Brasil, nos anos 1980 e 1990, junto com outro modelo que vai surgindo, o modelo da AIDS –, é parte de uma cultura do lazer e da festa – o orgiástico, gay é festa. Hoje, o heterossexual já costuma criticar o trabalho como valor, o trabalho como princípio-meio-e-fim da existência humana e passa a desenvolver essa cultura do ócio, do lazer e da festa como princípio;
- a juvenilização: a cultura gay sempre foi uma cultura da juventude, não há espaço para idosos, nem para crianças. E, de repente, nos anos 1980, isso se transforma numa vertente da corporatária. O modelo heterossexual e heteronormativo já adotou essa corporatária. Isso quer dizer que o homossexual, hoje, lança moda, dita que corpo se deve ter e como deve se portar;
- o terceiro elemento seria a própria redefinição do gênero masculino; durante os anos 1960 e 1970, o homossexual era aquele que criticava o modelo masculino, propondo um modelo alternativo; porém, hoje, isso já não é o apanágio exclusivo de homossexuais, quando os próprios heterossexuais redefinem os componentes de suas formas de masculinidade. Por exemplo, aquele homem que afirma que gosta de fazer comida ou, como me disse uma aluna, que o namorado dela adora lavar roupas e, em particular, suas roupas íntimas;
- e o quarto elemento seria a organização da própria comunidade ou do que chamo aqui, de

forma imprecisa, de “subcultura”. A organização da “subcultura gay” se dava contra a própria organização tradicional da família nuclear e os grupos de amigos se tornam mais importantes, muitas vezes, do que a família; o fato de a família ter uma importância secundária já não é mais, também, um patrimônio dos homossexuais. Porque, como uma sociedade que se estrutura cada vez mais sobre valores individuais ou individualistas, acaba-se tendo, também, uma diluição desse valor – que era marcadamente homossexual – na sociedade heteronormativa.

Então, essa dissolução, vamos dizer assim, desses valores, da “cultura gay” norte-americana e europeia acabam se “globalizando” e fazendo com que nós, homossexuais identitários, não nos sintamos mais tão “gays” diante de certas situações... Até pouco tempo, as identidades pareciam ser entidades fixas e pouco flexíveis, inclusive as identidades homossexuais também o eram. Em minha tese de doutoramento, desenvolvo a idéia de não mais falar de *identidade*, preferindo *imagens identitárias*, baseadas em aparências que identificam. Estamos sempre negociando cinco ou seis imagens identitárias ao longo de nosso cotidiano. E talvez isso seja mais flagrante ainda nesses homossexuais identitários de hoje, aqueles do pós-AIDS.

Foi através do carnaval que eu decidi pesquisar essa construção, formulação e reformulação de imagens identitárias homossexuais. O carnaval é um conjunto ritual, um dispositivo simbólico através do qual se criam identidades, pois através das situações ritualizadas é que o mesmo se confronta com outro, por um lado, e que, por outro lado, o indivíduo se confronta com a coletividade. O ritual permite e faz a junção desses dois eixos, segundo Marc Auge. Percebi que existe uma situação do carnaval do Rio que é cada vez mais homossexualizada, com forte presença de imagens identitárias homossexuais se negociando ali: as bandas.

Observei três grandes grupos de situações ritualizadas: os ensaios e desfiles das escolas de samba, os bailes e as bandas/blocos. Foi um estudo pioneiro, pois os trabalhos sobre carnaval de que se tinha conhecimento deixavam sempre de lado uma parte da “vivência” real dos participantes. Pegava-se uma escola de samba e desenvolvia-se alguma coisa sobre isso, sem que os homossexuais aparecessem como os protagonistas que realmente são; ninguém contava o que acontecia por trás dos carros alegóricos nos barracões, nos bastidores da “farra”. Cheguei a observar, em alguns barracões, que, depois que batia o sinal às 20h00 e todo mundo ia embora, os carros alegóricos se mexiam, sozinhos. Algo estaria acontecendo para que, mesmo depois do expediente, os carros se mexessem... Aprendi que o bom antropólogo é aquele que olha pelo buraco da fechadura.

Aqui, gostaria de falar mais das bandas. Pouco foi escrito sobre o tema. A primeira banda “oficial” da zona sul foi criada nos anos 60, a Banda de Ipanema, que logo se desdobrou em diversas bandas, às vezes dissidências. Inicialmente, bandas de bairros (Banda do Leblon, Banda de Copacabana, Banda da Tijuca, por exemplo); depois, “bandas setoriais ou categoriais” (Imprensa Que Eu Gamo, Banda do Museu da Imagem e do Som, por exemplo); enfim, bandas bastante específicas, como a Banda Carmem Miranda, dissidência da pioneira, criada em meados dos anos 1980, a primeira “oficialmente” gay.



Pode-se falar de dois grandes modelos de carnaval, que representam, talvez, dois grandes modelos sociais cariocas. Por um lado, o modelo dos anos 1970, que ajudava na reprodução dessa heteronorma de que eu venho falando, e, por outro lado, um outro modelo, surgido nos anos 1980 e 1990 que, apesar de continuar reproduzindo sutilmente a heteronorma, traz-lhe uma crítica. No carnaval, eu chamo o primeiro modelo de “Joãozinho Trinta” e o segundo de “Milton Cunha”. Não que o carnavalesco Milton Cunha seja o principal ator desse segundo modelo, mas porque ele visibilizou isso de uma forma que ninguém antes tinha feito. Trata-se também de modelos estéticos: o modelo dos anos 1970, pré-AIDS, seria o da Banda de Ipanema. Na Banda de Ipanema, vê-se travestis, poucos transexuais, “entendidos”, “mariconas” e, principalmente, muitas “barbies” e “boys” – as “barbies” sendo os homossexuais identitários musculosos, geralmente profissionais da “nova economia” ou das “camadas médias urbanas” da zona sul, ao passo que os “boys” são os homossexuais identitários musculosos que, apesar de se acharem *como* as “barbies”, ocupam cargos “inferiores” na hierarquia das posições profissionais e geralmente moram nos bairros da zona norte e subúrbios, além de terem a cor de pele mais escura que as primeiras – quanto aos músculos, as “barbies” os adquirem em academias e, às vezes, com o uso de anabolizantes, e os “boys” os herdaram do serviço militar e trabalho “braçal” do cotidiano. Além dessas “imagens identitárias”, tem-se, ainda, as “transformistas”, “caricatas” e “drag-queens” convivendo na Banda de Ipanema.

Na Banda Carmen Miranda esse convívio é menos polifônico, menos diversificado. Na concentração da Banda Carmem Miranda, pode-se até ver uma certa diversificação; porém, ao longo do desenvolvimento da banda, a homogeneidade das imagens virilizantes e masculinizantes se impõe pouco a pouco. Percebemos ainda que as situações ritualizadas freqüentadas por “barbies” sempre têm “drag queens”; e, inversamente, onde tem travesti/transsexual, tem “maricona”, “bichinha quaquaquá”, “boy” e multiplicidade de imagens identitárias, mais típica dos anos 1970. Podemos extrapolar e falar de “modelo Copacabana” – representado pela “Bolsa de Copacabana”, trecho freqüentado por homossexuais da praia, em frente ao Copacabana Palace Hotel – heterogêneo e diversificado *versus* “modelo Ipanema” – representando pelo trecho da praia em frente à rua Farne de Amoedo – homogêneo, onde bonito é ser igual – daí o próprio termo “barbie”, a boneca padronizada e fabricada em série, sempre idêntica.

Percebe-se, na Banda Carmem Miranda, que, num determinado momento, quando a Banda passa pela rua Joana Angélica, a homogeneidade começa a predominar. Tudo parece ser feito para que a Banda passe por esta rua durante a noite escura para que o ritual permita uma espécie de grande orgia ou confraternização carnal dos participantes. As “drag queens” somem, pois suas caras roupas rasgariam na passagem pela rua estreita, os músicos param de tocar, os carros e pequenos trios elétricos que acompanham tomam outro rumo... São trinta ou quarenta minutos em que o espaço-tempo parece ser revisto.

Em 1999, dois rapazes estavam se beijando no meio da Banda, o que não é surpreendente; esses rapazes, num determinado momento, saíram pela rua Prudente de Moraes e eu os acompanhei. Uns cinqüenta metros adiante, não mais do que isso, os meninos pararam, encostaram-se num carro e continuaram se beijando. Quatro outros rapazes, bem vestidos,

com roupa de marca conhecida, brancos e aparentemente habitantes da zona sul viram os dois primeiros rapazes se beijando e os atacaram violentamente. Um dos rapazes violentos disse algo como: “Que absurdo! Dois machos se lambendo! Tem é que levar porrada para parar de fingir que é macho!” Chamei alguns porteiros de edifícios vizinhos e tentamos impedir que a briga continuasse. Depois, então, conversei com os dois homossexuais. Tinham acabado de se conhecer, começaram a se beijar na Banda e preferiram sair da “agitação” da rua Joana Angélica para melhor se conhecer. Um deles estava ensangüentado e o outro só pensava no amigo com quem vive num apartamento no bairro da Glória, que estava ainda na Banda. Fomos à procura do amigo, chamado Lúcio (pseudônimo). Lúcio, ao saber do ocorrido, disse: “Mas, pra que é que você tinha que fazer “pegação” fora da Banda? Aqui fora não é da gente, você tinha que estar lá dentro!”

Alguns teóricos dizem que o carnaval é inversão social (DaMatta). Não me parecia haver inversão ali; na passagem da Banda, talvez, tudo estivesse invertido, ou, pelo menos, as fronteiras estavam eviradas. Outros dizem, como Pereira de Queiroz, que, ao contrário, o carnaval só aumenta ainda mais as desigualdades e, logo, ajuda na reprodução do *status quo*. Porém, a meu ver, algo parece acontecer no carnaval que vai muito além da reprodução social. Sendo assim, o carnaval seria tudo isso ao mesmo tempo, ele pode até reproduzir a sociedade tal qual, mas ele abre brechas para um questionamento do *status quo*, através da inversão que essas situações “quentes” permitem.

| 68 |

É aqui que entra a questão da cidadania. Cidadania é incorporação dos mecanismos de formulação e reformulação das legitimidades vigentes num determinado campo social específico, sejam essas legalidades legítimas ou ilegítimas. Mas, é no confronto dessa legalidade com a legitimidade hegemônica predominante – aquela dos códigos –, que se dá justamente a construção da cidadania. Sendo assim, a cidadania não é uma coisa fixa, um dado. Cidadania é um projeto, então, de objetivação da subjetividade, que se transforma numa trajetória de respeito às diferenças, de entendimento dessas diferenças e da minha posição dentro dessas diferenças, para construir então, o respeito dessas diferenças. *Projeto, trajetória e processo* de conscientização das posições que eu ocupo nos diversos campos dos quais eu faço parte ao longo do meu cotidiano e das minhas interações cotidianas. Projeto, processo, trajetória = cidadania. Sendo assim, através da permissividade ou da permissibilidade do carnaval e da visibilidade incentivada pela situação ritualizada, esses homossexuais estão construindo, aos poucos, uma forma de cidadania. Isso talvez seja uma hipótese forte. Talvez por isso é que a Parada Gay no Rio tenha demorado tanto a deslanchar, visto que o carnaval sempre serviu como um momento de reivindicação. É ali, nas situações ritualizadas do carnaval, nos ensaios nas quadras das escolas de samba (as “praças” de um subúrbio abandonado pelos poderes públicos), nos bailes dos cabarês escuros, nas ruas das bandas e blocos, que essas pessoas se tornam mais visíveis, confrontando-se com o *outro* e com o *coletivo* e, a partir daí, se posicionando no mundo, construindo cidadania.

# EDUCAÇÃO E PESQUISA DE PRÁTICAS SEXUAIS DE RISCO (*barebacking sex*)<sup>1</sup>

Luís Henrique Sacchi dos Santos <sup>2</sup>



*O comportamento e as práticas sexuais de homens que fazem sexo com homens foram exaustivamente pesquisados e o que antes era restrito às alcovas e às penumbras dos locais de encontros homossexuais veio à luz, exposto pela mídia e por cientistas, e discutido em eventos científicos e pela opinião pública em geral.*

(Parker, Terto, Miranda, 1998, p. 6)

Este ensaio, assim como muitos daqueles relacionados à temática do HIV/AIDS, trata de uma prática recente e polêmica. Polêmica porque diz respeito, precisamente, às questões relacionadas aos atualizados investimentos na produção da vida (fazer com que todos vivam mais) e na evitação da morte – no caso da AIDS, por exemplo, e em especial no Brasil, a distribuição gratuita e universal dos anti-retrovirais. Essa prática diz respeito, também, ao público e ao privado, às necessidades coletivas e à satisfação individual, aos usos do corpo individual e os seus efeitos no corpo coletivo. Falo, aqui, do sexo *intencional*, freqüentemente anônimo, sem o uso do preservativo entre homens gays<sup>3</sup>: o *barebacking sex* (cuja tradução literal é “montar sem sela”<sup>4</sup>).

---

<sup>1</sup> Os tópicos discutidos neste ensaio foram apresentados, de modo ainda mais incipiente, no Seminário Homossexualidade: produção cultural, cidadania e saúde, promovido pela Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS, no Rio de Janeiro, de 28 a 30 de outubro de 2003. Este texto, no formato atual, também foi apresentado na V Reunião da ANPED-SUL (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação – Regional Sul), realizada em Curitiba/PR, em 29 de abril de 2004.

<sup>2</sup> Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Educação e da Faculdade de Educação da Universidade Luterana do Brasil – Canoas/RS.

<sup>3</sup> Para os fins deste ensaio usarei, alternadamente, as expressões ‘homens gays’ e ‘homens que fazem sexo com homens’ (HSH), mesmo que elas não sejam expressões completamente “tranqüilas”.

<sup>4</sup> Osmar Rezende (Disponível no site <[www.beagay.com/bareback/oque.htm](http://www.beagay.com/bareback/oque.htm)>, acessado em 17 dez. 2003) refere que a expressão *bareback* pode ser traduzida como “traseiro careca” e que foi empregada inicialmente, nos rodeios dos Estados Unidos, referindo-se a “montar cavalo em pêlo”, sem os apetrechos do arreo.

Há uma pequena variedade de definições para o que vem a ser *barebacking*. Apesar disso, em termos gerais, é possível dizer que ele se caracteriza *pelo envolvimento intencional/deliberado/voluntário e consciente (dos riscos envolvidos) em práticas sexuais sem o uso do preservativo entre homens gays*. Além do intercuro anal desprotegido (IAD) entre parceiros anônimos e casuais, na prática do *barebacking* também podem estar envolvidos o sexo oral (com a ingestão de sêmen) e o *fisting*<sup>5</sup> sem luvas. Eric Rofes refere, ainda, que o termo *barebacking*, além de ser popularmente usado (nos Estados Unidos) para descrever sexo sem camisinha, é empregado para descrever “a pequena subcultura de homens que freqüentam festas, *websites* e que, crescentemente, adotam identidades focadas na emoção de fazer sexo sem preservativo” (Rofes, *op. cit.*, p. 1).

Convém destacar o ‘intencional’, porque sabemos que homens e mulheres, gays ou não, antes e durante o advento do HIV/AIDS, faziam e fazem sexo sem usar preservativo por inúmeras razões<sup>6</sup> – do contrário não teríamos novos números no campo da AIDS, em especial em direção às mulheres heterossexuais com parceiros estáveis<sup>7</sup>, tampouco teríamos novos nascimentos. O que há de *novo sob o sol* é, exatamente, o caráter intencional (voluntário e consciente) de participar de uma prática que envolve risco e prazer sexual (e, também, o *prazer de viver o risco*, tal como destacam, *e.g.*, Castiel, 1999, 2003; Spink, 2001; Barreto, 2003), justificada como um direito à liberdade de escolha individual, um direito ao prazer, e a assunção de que as pessoas estão suficientemente informadas quanto aos riscos que estão correndo, não sendo necessário informá-las (ou preservá-las) quanto à condição sorológica frente ao HIV<sup>8</sup>. Talvez possamos pensar o *barebacking* como uma forma contemporânea e atualizada de politizar o sexo (*i.e.*, politizar o não uso do preservativo), de colocá-lo, mais uma vez, em discurso (Foucault, 1999). Na direção dessa politização cabe referir Osmar Rezende<sup>9</sup> (2003) quando ele destaca que o *barebacking* foi recentemente adotado por grupos gays militantes nos Estados Unidos numa

---

<sup>5</sup> Trata-se da introdução da mão (ou mais exatamente do ‘punho fechado’) dentro do ânus de um parceiro.

<sup>6</sup> ‘Conhecer’ o/a parceiro/a e a conseqüente ‘confiança’ advinda de tal ‘conhecer’ é uma delas.

<sup>7</sup> Para uma revisão acerca do crescimento da epidemia de HIV/AIDS entre as mulheres, vide Francisco I. Bastos (2001).

<sup>8</sup> Em diferentes textos, sejam eles ‘científicos’ ou não, é comum encontrarmos relatos de praticantes do *barebacking* que assumem que o parceiro, por não propor o uso do preservativo, não é soropositivo para o HIV (*i.e.*, não acreditam, por assim dizer, que alguém soropositivo colocaria outro em risco), ou, ainda, que o outro, por não requerer o uso do preservativo, também seria soropositivo.

<sup>9</sup> Um aspecto metodológico importante a ser destacado neste trabalho é que ele se vale de pelo menos dois tipos diferentes de fontes bibliográficas. De um lado, os artigos, denominados científicos (ainda esparsos na literatura internacional) sobre o *barebacking* e, de outro, de um vasto conjunto de textos publicados na Internet (em português, são 218 textos até a data de 17 de dezembro de 2003), escritos por diferentes tipos de pessoas (especialistas, leigos, ativistas de ONGs, praticantes do *barebacking*, entre outros). Esse último conjunto de textos serve, paradoxalmente, tanto como uma fonte de informações (mas não de teorização) quanto de análise. Ainda, esse caráter ambíguo, por assim dizer, desse conjunto de textos, deverá ser melhor problematizado na medida em que, em termos metodológicos, se possa proceder à *triangulação metodológica* (vide Arias, 2002) a partir de sua confrontação com as observações-participantes nas salas de bate-papo e com as entrevistas decorrentes dessas inserções nas referidas salas.

tentativa de pressionar o governo a liberar mais verbas para a pesquisa da AIDS. Segundo ele, a justificativa era, no princípio, a seguinte:

até hoje a AIDS tem me controlado, regido minha vida, meu comportamento. Contraindo a doença [sic] passo a fazer uso dos coquetéis do tratamento e, desta forma, inverteo o jogo: passo a controlar a AIDS, acabou-se o pânico, adeus camisinha (Rezende, *op. cit.*).

Talvez o *barebacking* até tenha se colocado como um instrumento de pressão política inicialmente (e no contexto estadunidense onde surgiu), mas o fato é que ele se espalhou por várias partes do mundo, não exatamente como um movimento político, de pressão, mas como uma “nova onda”, uma novidade que talvez só tenha vindo dar nome a (e ao fazer isso também atualizar) práticas que já eram adotadas entre homens que fazem sexo com homens (HSH). No Brasil, assim como em outros lugares, o *barebacking* ficou marcado (nas reportagens da mídia e na Internet) como uma erotização/glamourização do sexo anal desprotegido, frequentemente associado ao risco de contrair o HIV e, assim, à vontade de morrer (suicídio) e de matar (assassinato/passar um vírus mortal para outra pessoa).

O que está em jogo na emergência, ou na visibilidade que essa prática<sup>10</sup> adquiriu é uma *suposta* liberdade para decidir o que fazer com o seu corpo. O escritor paulista Ricardo Aguierras, por exemplo, que se apresentou e (foi apresentado) na mídia brasileira como um praticante assumido de *barebacking* (num interessante processo de “dar cara” a uma prática que tenho entendido como se dando nos “subterrâneos”, ou seja, através da Internet, em locais privados como saunas, *dark rooms* etc.) disse: “*quem acha que tem de transar de camisinha, que use. Mas penso que temos de ter o direito de escolher os riscos que a gente quer correr para sermos felizes*” (vide Alvarenga, 2003). De um lado, em uma arena nada homogênea, reunida no jargão HSH, está uma comunidade virtual/imaginada<sup>11</sup>, sustentada pelas novas tecnologias da comunicação e pelos processos instaurados pela globalização<sup>12</sup> (acesso à informação e possibilidades de consumo

<sup>10</sup> Alguns se referem ao *barebacking* como uma ‘ideologia’ (*i.e.*, um discurso claro e articulado contra o sexo seguro), ou mesmo como uma ‘filosofia’.

<sup>11</sup> Ainda, como um movimento, uma prática, que partilha determinados princípios, um certo repertório comum de termos e de práticas sexuais, pode-se considerar o *barebacking* como uma *comunidade imaginada*. Esse conceito, trabalhado por Andersen (1989), é útil para se pensar o *barebacking* a partir de um conjunto de características que parecem ser comuns em diferentes locais e que promovem, por assim dizer, o sentimento de partilhar de uma dada comunidade: a) a liberdade de escolha (em busca da felicidade) e a liberdade para decidir acerca dos usos do corpo e do sexo; b) uma vez que o *barebacking* se constitui como uma prática “proibida”, que se opõe às recomendações tidas como corretas em relação ao sexo seguro, seus praticantes referem a existência de festas, organizadas por irmandades/confrarias (e ‘*E-grupos*’), que congregam aquelas pessoas ‘efetivamente’ interessadas nessa prática; c) e como uma prática cultural, o *barebacking* apresenta também um certo repertório de termos que é compartilhado e que identifica os seus praticantes (*e.g.*, *Bug Chaser* ou *inseto perseguidor de problemas*: HIV- querendo ser HIV+; *Gift Givers* ou *doadores de presentes*: HIV+ querendo contaminar HIV-; *The Gift* ou ‘*o presente*’: o HIV; *Conversion Parties* ou *festas de conversão*: festas onde os *Bug Chaser* são convertidos em *Gift Givers*).

<sup>12</sup> Entendo globalização, aqui, na perspectiva apresentada por Ortiz (2003) na introdução de seu livro *Mundialização e Cultura*, qual seja, a da “existência de processos globais que transcendem os grupos, as clas-



que penetram no nosso cotidiano), (re)clamando pela liberdade de usar seus corpos e prazeres individuais e, por outro, um conjunto de saberes e de práticas (saúde pública, campanhas de prevenção, serviços de saúde, ativistas de ONGs, especialistas de toda ordem etc.) que referem que essa liberdade ameaça o corpo coletivo, a população. Não se trata de uma arena binária, com oposições rigidamente estabelecidas, mas de uma gradação de discussões, em que estão em jogo algumas posições. Assim, encontramos na mídia brasileira afirmações do seguinte tipo feitas por praticantes brasileiros do *barebacking*: “o sexo real e livre é muito melhor. Não importam as conseqüências, pois o prazer sempre deve estar em primeiro lugar” (Publicitário Neto, 33 anos)<sup>13</sup>, ou “o que importa nessa questão é a pessoa decidir ou não se quer usar preservativo e não uma campanha contra o sexo seguro (...) colocar o sexo sem camisinha como um fenômeno gay é falso, pois os heterossexuais continuam transando sem nenhuma proteção” (Ricardo Aguiéiras)<sup>14</sup>. Por sua vez, os especialistas, isto é, médicos, educadores e psicólogos, em especial esses últimos, recorrem às “velhas explicações psicologizantes”<sup>15</sup>, associando o *barebacking* ao desejo de morte, e, portanto, ao assassinato e ao suicídio. Para continuar no âmbito brasileiro, convém destacar o trecho da fala de uma psicóloga que refere que são vários os fatores que motivam esse tipo de comportamento: “como não são aceitos pela família e são rejeitados pela sociedade, muitos homossexuais acabam procurando esses grupos que dão a eles o sentido de pertencer a alguma coisa e de serem aceitos”, ou ainda, “se o prazer está concentrado de forma obsessiva e possessiva no sexo é porque alguma outra área não está indo bem” e, por fim, “a sociedade não permite que os gays expressem melhor o seu lado afetivo, dessa maneira a troca de sêmen parece ser a maneira mais próxima de afetividade possível” (Maria Cristina Martins, 44 anos)<sup>16</sup>.

O *barebacking*, como uma prática/um movimento contemporâneo, tornou-se conhecido do grande público (e de uma parcela da “comunidade gay”) através da mídia no ano de 1999. Um dos motivos destacados para isso é a apresentação de um ator pornô, ativista e soropositivo, Tony Valenzuela, nu na capa da revista *Poz*, em fevereiro de 1999, assumindo ser um adepto do *barebacking*. Como refere Vitor Ângelo (2002), bem como a epígrafe que abre este texto, “o que antes estava escondido através [sic] das festas fechadas e dos encontros via Internet, ganhou relevância, voz e corpo”<sup>17</sup>. O marco para tal divulgação na mídia brasileira (em especial a imprensa)

---

ses sociais e as nações” (p. 7), o que faz com que “... o planeta, que no início se anunciava tão longínquo, se em[carne] assim em nossa existência [cotidiana], modificando nossos hábitos, nossos comportamentos, nossos valores” (p. 8).

<sup>13</sup> Vide Alvarenga (2003).

<sup>14</sup> Alvarenga, *op. cit.*

<sup>15</sup> Neste ensaio não me deterei na crítica a esses “velhos psicologismos”, apenas reitero a crítica feita por Rofes (1999), quando ele diz que “se os esforços para a prevenção do HIV são menos efetivos hoje do que eram há uma década atrás talvez seja porque muito do trabalho [de prevenção] atual reluta em aceitar as realidades modificadas em que os homens gays vivem hoje. Aqueles que estão tendo sexo sem preservativo não estão com falta de auto-estima ou internalizaram a homofobia que desencadeia neles a auto-destruição. Eles tampouco são necessariamente ingênuos ou enganados, acreditando que eles são invulneráveis ao perigo ou à doença...” (p. 3).

<sup>16</sup> Alvarenga, *op. cit.*

parece ter sido a matéria *A roleta-russa da AIDS*, publicada na revista *Veja* (04 set. 2002). Em tal matéria, o pesquisador André Barreto, que havia feito uma pesquisa de doutorado com HSH que praticavam sexo desprotegido mesmo “sabendo como evitá-lo e tendo os meios necessários para tal” (Barreto, 2003), comentava acerca da introdução dessa modalidade de prática sexual no Brasil.

Tanto aqui no Brasil quanto em vários outros países, e isso antes de “chegar ao Brasil” como notícia na mídia impressa nacional (nas revistas *Veja* e *Isto é*, em setembro de 2002), o *barebacking* (aqui reduzido meramente ao ato de fazer sexo anal sem preservativo) vinha sendo destacado, em inúmeros textos (e.g., Koblin *et al.*, 2000; Stall *et al.*, 2000; Wolitiski, *et al.*, 2001; Catania *et al.*, 2000), como um possível responsável por aquilo que se caracterizava, a partir de meados dos anos 1990, como *um novo aumento de casos de HIV/AIDS entre HSH*<sup>18</sup>.

Alguns autores fazem, ainda, a distinção entre *barebacking* e *sexo relapso*. Diferentemente do *barebacking*, o sexo relapso se constituiria como uma omissão no uso do preservativo, seja porque as pessoas esqueceram dele, seja porque, como alguns sugerem, elas subestimam os riscos do sexo sem proteção devido aos avanços na terapia anti-HIV, o que teria promovido uma “ressurreição” daqueles homens gays que, infectados pelo HIV, tiveram uma boa recuperação e voltaram, por assim dizer, “à ativa”. Assim, uma questão importante em relação ao *barebacking* e que tem a ver com as políticas de identidade é, precisamente, quem vamos considerar como *barebackers*. Isto é, devemos considerar como *barebackers* todos aqueles que fazem sexo sem preservativo, de modo intencional ou não, mesmo que eles desconheçam o nome desta prática? Ou, devemos considerar como *barebackers* somente aqueles que se auto-identificam – ou, ainda, como refere Rofes (1999), “...adotam, crescentemente, identidades focadas na emoção de fazer sexo sem preservativo” – e se inscrevem, assim, no repertório das práticas e trocas preconizadas pelo *barebacking* enquanto um movimento ou *comunidade imaginada*?

Como refere Capó (2001), “no final das contas, não faz diferença se o cara transa sem camisinha por ideologia (*barebacking*) ou por descuido (relapso). Os riscos são os mesmos”. E a distinção entre ambos não é simples, já que, como referem, Suarez e Miller (2001),

permanece obscuro se os indivíduos que se identificam como *barebackers* são os mesmos que fracassaram no uso [continuado] do preservativo ao longo da epidemia, ou se este grupo inclui indivíduos que se engajaram no intercurso anal desprotegido pela primeira vez.

Apesar da discussão acerca da imprecisão quanto às classificações que podemos fazer enquanto pesquisadores do tema, a opção, no âmbito da pesquisa que passo a relatar a seguir, tem sido por considerar como *barebackers* aqueles que se auto-identificam como *barebackers*, conhecendo e partilhando dos códigos da prática (jargão, uso da Internet como *comunidade imaginada*,

<sup>17</sup> Vide a matéria “Usar ou não usar camisinha: eis a questão”. Disponível em <<http://mixbrasil.uol.com.br/cultura/especiais/bareback/bareback.shl>>, acessado em 17 dez. 2003.

<sup>18</sup> Stall *et al.* (*op cit.*), em um artigo de revisão, contestam esse “novo aumento” a partir de uma discussão que articula as tendências no comportamento de risco e a sorodiscordância entre HSH (vide as p. s108 e s109).

participação em festas de *barebacking*). Os limites podem parecer muito tênues entre aqueles que fazem sexo sem camisinha porque “esqueceram” de usá-la e entre aqueles que não a usam por uma “opção política”, mas essa diferença, é, tal como refere Capó (2001), crucial na direção “... da elaboração de novas estratégias para atacar o problema”. Ou seja, a idéia é a de que precisamos conhecer as lógicas que orientam a prática do *barebacking*, para que, no âmbito da educação em saúde, possamos (como ao percorrer os caminhos de um labirinto), encontrar elementos que nos permitam problematizar as práticas de prevenção propostas, bem como pensar em outras que visem à redução dos riscos de se contrair o HIV ou outras infecções sexualmente transmissíveis.

No contexto da pesquisa *Conversando com a morte: barebacking sex, transgressão e os imperativos da saúde pública*<sup>19</sup> estamos assumindo, como um pressuposto teórico que orienta a investigação, o *barebacking* como um movimento de transgressão, ou, melhor dizendo, de resistência àquilo que, a partir de Lupton (1995), podemos chamar de *imperativos da saúde pública*. Ou seja, aquilo que devemos fazer, segundo os discursos biomédicos, para o nosso ‘próprio bem’ e em nome do coletivo – no caso em questão, o sexo seguro tal como recomendado, *e.g.*, pelas campanhas de prevenção. Trata-se, portanto, de discutir as tensões entre os desejos individuais, criados e alimentados por diferentes instâncias, e os imperativos da saúde pública que, por falarem em nome do coletivo, se sobrepõem àqueles em termos de importância.

Ao analisarmos os diferentes textos produzidos no contexto brasileiro acerca do *barebacking* (disponíveis na Internet<sup>20</sup>) e realizarmos observações-participantes (vide Bull, MacFarlane, 2000) nas salas de bate-papo gays ([www.uol.com.br](http://www.uol.com.br)) temos como objetivo geral dessa pesquisa compreender, mais detidamente, os fatores que motivam os homens que fazem sexo com outros homens (HSH) a praticarem o sexo intencional sem camisinha (*bareback sex*). Isso envolve entender e descrever as motivações intrínsecas dos homens que têm sexo anal desprotegido, de forma intencional, com outro homem cujo status sorológico para o HIV é desconhecido; identificar quais são os fatores de risco envolvidos nessa prática; identificar quais são as estratégias de redução de risco utilizadas pelos seus praticantes, bem como descrever e ilustrar as tensões existentes entre o discurso dos informantes (aqueles que aceitam responder às perguntas na sala de bate-papo<sup>21</sup>) e aqueles dos médicos (orientados pelos saberes da saúde pública) que “repetem”

<sup>19</sup> Desenvolvida no âmbito do PPGEDU-ULBRA Canoas/RS como parte de uma pesquisa internacional de mesmo nome realizada em cidades como Toronto, Montreal e Ottawa (Canadá), Barcelona (Espanha) e São Paulo (Brasil), coordenada pelos Dr. Dave Holmes (Universidade de Ottawa) e Dra. Denise Gastaldo (Universidade de Toronto). No Canadá, através de anúncios em bares, saunas e outros estabelecimentos gays, os praticantes do *barebacking* foram convidados a participar da pesquisa, respondendo a uma entrevista em profundidade (vide [www3.sympatico.ca/holmesdave/frameset.htm](http://www3.sympatico.ca/holmesdave/frameset.htm)). Alguns dados dessas entrevistas, previamente analisados, podem ser encontrados em Holmes e Warner (2003, no prelo). No Brasil, capturamos os textos relativos ao *barebacking* (com vistas a uma análise do discurso desses textos) e realizamos vinte sessões de observação-participante nas salas de bate-papo gays <[www.uol.com.br](http://www.uol.com.br)> de São Paulo.

<sup>20</sup> A busca foi realizada no site <[www.google.br](http://www.google.br)> através da palavra-chave “*barebacking*”.

<sup>21</sup> A entrada nas salas de bate-papo tem se dado através do *nick* “Pesquisador”, que se apresenta do seguinte modo: *Sou um pesquisador brasileiro, envolvido em uma pesquisa internacional que está discutindo a sexualidade e a*

rotineiramente, por assim dizer, aquilo que as pessoas já sabem: *use camisinha*. Por fim, com base nos dados da pesquisa, e baseados nas estratégias de *redução de danos*, nosso objetivo passa por promover o desenvolvimento de estratégias de intervenção que levem em consideração o desejo, a experiência e as escolhas daqueles tidos como “desobedientes” (quanto às recomendações do sexo seguro) ou “transgressores”. Em outras palavras, e de modo resumido, talvez eu deva dizer, concordando com Rofes (1999), que o desafio está em não continuar tratando a epidemia de HIV/AIDS tal como ela foi tratada no início dos anos 1980, com base em modelos de educação em saúde baseados no terror, no medo, na vergonha ou na culpa como “ferramentas pedagógicas”. Segundo esse mesmo autor, o modo como o *barebacking* tem sido apresentado na mídia e, conseqüentemente, como os HSH têm sido representados, tem servido apenas para reforçar a homofobia e a sexofobia que divide os homens gays em “bons” (aqueles que seguem os imperativos da saúde pública) e os “maus” (aqueles que transgridem as normas, colocando não só a sua vida, mas também a de outros em risco).

Penso que neste ponto cabe discutir duas questões. Uma delas diz respeito ao motivo pelo qual utilizamos a Internet como *campo* de pesquisa. A outra questão diz respeito ao último de nossos objetivos nessa pesquisa, qual seja, o de investigar quais são as estratégias de negociação de riscos (que se aproximam das estratégias de redução de danos<sup>22</sup>) adotadas pelos praticantes do *barebacking*, mesmo quando eles sabem que tal prática envolve a contaminação pelo HIV (ou mesmo, em alguns casos, desejam se contaminar por esse vírus). É nesta última direção que a pesquisa se insere, talvez de um modo mais tradicional, naquilo que entendemos como educação, ou educação em saúde. Ou seja, é neste âmbito que se tornará possível sugerir a adoção de práticas, por parte daqueles/as que trabalham em políticas públicas, que visem à redução dos riscos envolvidos no *barebacking*. É com esta discussão, acerca da dimensão educativa da pesquisa, que encerrarei este ensaio.

Quanto à Internet cabe dizer que a maior parte dos trabalhos realizados nos Estados Unidos, Inglaterra e Austrália, que discutem as práticas sexuais de homens que fazem sexo com outros homens, fazem alguma relação entre uso da Internet e procura de parceiros sexuais. Para

---

*prevenção de doenças sexualmente transmissíveis no ciberespaço. Essa pesquisa tem como objetivo geral compreender, mais detidamente, os fatores que motivam os homens que fazem sexo com outros homens a praticarem o sexo intencional sem preservativo (o chamado “bareback sex”) (...) “Para começar, eu faria a seguinte pergunta: alguém, nesta sala, já fez sexo anal sem preservativo (camisinha), DE MODO VOLUNTÁRIO/INTENCIONAL, nos últimos seis meses, como ativo ou passivo?”. Essa “chamada” é lançada várias vezes na sala de bate-papo até que alguém responda à mesma. As perguntas, segundo um roteiro de questões semi-estruturadas e de caráter aberto, são freqüentemente realizadas no espaço reservado da sala a que só o Pesquisador e o respondente têm acesso. O Pesquisador pode conversar com mais de um respondente ao mesmo tempo. Ao final de cada sessão de observação-participante, de aproximadamente uma hora, as conversas são copiadas e coladas em um arquivo de Word, devidamente identificadas.*

<sup>22</sup> As estratégias de redução de danos no campo da epidemia de HIV/AIDS são mais conhecidas no que tange ao uso de drogas injetáveis. Nesse caso, por exemplo, uma das estratégias adotadas tem sido o estabelecimento de postos de trocas de seringas. Para Mesquita e Bastos (1994) “... a idéia central de redução de danos é simples. Se o uso de drogas, e mais especificamente o seu uso injetável, provoca danos para os usuários e seu entorno, e uma vez que as tentativas de impedir o uso de drogas vêm se mostrando muito falhas, nada

Ross, Tikkanen e Mansson (2000), por exemplo, “a Internet está se tornando um novo *oásis erótico* para a obtenção de sexo *on line* ou pessoalmente”. Tal oásis permitiria o anonimato ao mesmo tempo em que possibilitaria o compartilhamento de determinadas fantasias (Ibid.). Na mesma direção, Halkitis, Parsons e Bimbi (2001) referem que “os *sites* da Internet tornaram-se as ‘*bathhouses*’ do novo milênio”. Já Stall *et al.* (*op cit.*) dizem que a Internet teve um impacto importante relativamente à mistura entre homens HIV+ e HIV-. “Designada como os ‘*bares gays dos anos 90*’, as salas de bate-papo têm proliferado e criado espaços em que os homens gays podem encontrar parceiros sexuais estabelecendo uma comunicação mais detalhada *a priori* sobre as preferências sexuais e o próprio status para o HIV” (Ibid., p.109).

A pesquisa, ao utilizar as salas de bate-papo na Internet como um campo de investigação, assume como pressuposto que a Internet pode ser um meio tanto para se inserir em uma comunidade (virtual/imaginada), partilhando determinados significados, quanto para que as pessoas troquem informações e preferências sexuais (expressas, *e.g.*, nos próprios *nicks*) e marquem encontros reais (vide, *e.g.*, Stall *et al.*, *op cit.*; Bull, MacFarlane; 2000; Ross, Tikkanen, Mansson, 2000). Ao assumir esse pressuposto estamos fazendo um recorte bastante específico e que pode, provisoriamente, ser reunido no termo “classe”, já que envolve o acesso a recursos financeiros e nível sócio-econômico que permite comprar computadores e acessar a Internet. Nem todas as pessoas que acessam a Internet têm, também, a possibilidade de se deslocar de um lugar a outro a fim de encontrar parceiros – uma outra característica apontada como fazendo parte das práticas de *barebacking*. Alguns deles, no entanto, tal com um de nossos informantes referiu, participam de várias ‘festinhas de *barebacking*’ em diferentes lugares do mundo: “*minha primeira vez foi em Miami e a última no Chile há três semanas*”, disse ele (*barebacker passivo*, 14 set. 2003). O acesso a tais recursos e viagens permitem inferir que a prática do *barebacking* (como movimento/comunidade imaginada) está associada a um status sócio-econômico mais elevado e dado grau de instrução (e conseqüente acesso a informações em língua inglesa, que dão acesso a mais de cinco mil *websites* com informações e discussões acerca do *barebacking*), o que, muito provavelmente, explica o pouco conhecimento do termo entre os internautas brasileiros<sup>23</sup>.

Já quanto à possibilidade de estudar o *barebacking* como um modo de testar empiricamente estratégias que se aproximam daquelas de redução de danos, cabe começar citando Auerbach e Coates (2000) quando eles referem que é difícil conseguir empatia e apoio para atividades de

---

mais lógico do que desenvolver programas que tenham como objetivo reduzir os danos causados por essas substâncias” (p. 16). No campo das práticas sexuais, as estratégias de redução de danos tem sido, tal como apontam os autores que passo a empregar a seguir (Suarez, Miller, 2001; Stall *et al.*, *op cit.*), freqüentemente negligenciadas em nome do imperativo do sexo seguro. Segundo esses autores (cujas proposições vemos como interessantes e provocativas para pensar o *barebacking*) é preciso que compreendamos essas práticas e que possamos, por exemplo, através do estudo do *barebacking*, testá-las e documentá-las empiricamente (vide Stall *et al.*, *op cit.*).

<sup>23</sup> Na pesquisa-piloto, realizada entre agosto e setembro de 2003, dos 53 participantes que se interessaram, de alguma forma, pelo tema de pesquisa apresentado pelo *Pesquisador* na sala de bate-papo, apenas três conheciam o termo e um deles apresentava-se como “*barebacker passivo*”.



prevenção endereçadas a usuários de drogas injetáveis, usuários de *crack*, HSH, trabalhadores/as do sexo, seja nos EUA, seja em outros países, onde essas populações e seus comportamentos são tidos como indesejáveis, ou mesmo fora-da-lei. Eles destacam, assim, que os pesquisadores e as pessoas envolvidas com prevenção continuarão a lidar com o preconceito e o estigma<sup>24</sup> relativamente ao HIV/AIDS. Nessa direção, de uma persistente contestação quanto à validade (moral) de investir recursos em pessoas que “fogem” às regras instituídas como normais, ou aos imperativos da saúde pública, cabe perguntar “onde se ‘encaixam’ os *barebackers*?”. Tal pergunta é oportuna especialmente quando encontramos manifestações do seguinte tipo:

... O que me irritou foi não conseguir dar nome a um troço tão filha da puta desses. Anos de estudo, verbas gastas aos milhões (o Brasil é um modelo de tratamento da AIDS no mundo todo, principalmente porque oferece isso através do sistema público), gente jovem, velha, ainda criança morrendo e o sofrimento se alastrando e esses idiotas fazendo isso. A priori, se eles morrem, *que morram mesmo*, afinal, estavam cometendo suicídio. (...) Aí depois, quando está doente, quase morrendo, pede ajuda. Aí o Estado arca com a filha da putice desses idiotas...<sup>25</sup> (destaque meu).

Ou ainda, embora em uma outra direção:

... O aspecto mais negativo do *bareback* atual para a comunidade gay é o fato que a divulgação de tal forma de conduta está reforçando a homofobia por parte dos heterossexuais, que chegam a questionar se os recursos empregados na prevenção da AIDS, direcionados aos homossexuais, não estão sendo mal utilizados, tendo em vista que esta parcela gay ligada ao *bareback*, ruidosa e ávida de notoriedade, está divulgando desesperadamente perante à imprensa seus valores e princípios questionáveis...<sup>26</sup>

| 77 |

Podemos supor que, dentro do termo guarda-chuva ‘HSH’, os praticantes do *barebacking* constituem um subgrupo em que os riscos para a infecção (e re-infecção) pelo HIV são especialmente altos, embora eles não sejam igualmente distribuídos. Além disso, sabemos, a partir de alguns estudos, que o uso do preservativo, como *a tecnologia mais eficaz* em termos de prevenção de DSTs/HIV, não se mantém por longos períodos de tempo, ocasionando aquilo que alguns autores têm denominado de *fadiga da camisinha* (vide Stall *et al.*, *op cit.*; Newman, 1998; Wolitiski *et al.*, 2001).

No que se segue, destaco algumas das questões levantadas por Stall *et al.* (*op cit.*) e Suarez e Miller (2001), que são aquelas que têm norteado, por assim dizer, as dimensões educativas que essa pesquisa pretende atingir. Esses autores destacam, por exemplo, que depois de 20 anos lidando com a epidemia de HIV/AIDS, os “homens gays podem ter desenvolvido estratégias de pre-

---

<sup>24</sup> Para uma discussão acerca do estigma (ainda) associado à aids, vide Parker e Aggleton (2002).

<sup>25</sup> Disponível em <[www.ocinematographo.blogspot.com/2003\\_02\\_16\\_ocinematographo\\_archive.html](http://www.ocinematographo.blogspot.com/2003_02_16_ocinematographo_archive.html)>, acessado em 19 de maio de 2003.

<sup>26</sup> Disponível em <[www.cronicabear.hpg.ig.com.br/cb5.html](http://www.cronicabear.hpg.ig.com.br/cb5.html)>, acessado em 17 dez. 2003.

venção que ainda não foram bem avaliadas pelos pesquisadores” (Stall *et al.*, *op cit.*; vide também Marks, Burris, Peterman, 1999). Entre essas, esses autores referem, por exemplo, que a afirmação de que o ‘sexo desprotegido’ necessariamente coloca alguém em risco de se infectar com o HIV não é tecnicamente verdadeira, já que para que a transmissão do HIV aconteça é necessário que um dos parceiros esteja infectado e outro não. Esse tipo de informação é silenciada nos programas de prevenção, incluindo as campanhas de prevenção apresentadas via televisão, que reforçam e generalizam o “imperativo” do sexo seguro como a única forma de prevenção possível<sup>27</sup>. Stall *et al.* (*op. cit.*) referem também que os pesquisadores, quando falam de um aumento da incidência de infecções pelo HIV entre os HSH devido ao sexo desprotegido, podem não estar levando em conta em seus levantamentos que uma parcela deles é HIV- (que só faz sexo com outro parceiro HIV-, ou mesmo que é um HIV+ que só faz sexo com outro HIV+)<sup>28</sup>.

Suarez & Miller (2001) mostram que os HSH parecem ter desenvolvido no contexto da epidemia de AIDS, junto e apesar do imperativo do sexo seguro, estratégias adicionais de prevenção que se aproximam daquelas estratégias de *redução de danos* em termos de riscos de infecção pelo HIV. Essas estratégias envolveriam, por exemplo, conhecer as *características dos parceiros* (se é conhecido de longa data; se é parceiro soronegativo monogâmico; ou mesmo fazer um rápida avaliação da aparência física – “*ele parece saudável, (...) deve ser HIV- ou pelo menos deve ter uma carga viral indetectável*”), obter informações acerca de sua *biologia* (saber a carga viral do parceiro; avaliar a quantidade de líquido pré-seminal liberada antes do sexo oral ou anal, evitando a ejaculação na boca ou no ânus), adotar determinadas *práticas sexuais* (*e.g.* transar sem camisinha, mas retirar o pênis antes de ejacular durante o intercurso anal desprotegido –IAD; optar em ser ativo ou passivo no IAD, o que envolve níveis de risco diferenciados) e mesmo adotar *medidas anti-hiv* (usar espermicidas, preservativos etc). Como esses autores destacam, “esses homens podem acreditar que eles estão reduzindo seus riscos frente ao HIV engajando-se somente em determinados tipos de comportamento com parceiros específicos” (Suarez, Miller, 2001, p. 289). E eles usam esses fatores para avaliar comportamentos e negociar níveis confortáveis de risco, mesmo sem usar preservativos.

---

<sup>27</sup> Convém reforçar que não estou sugerindo que as campanhas de prevenção dêem conta de todas as particularidades relacionadas às práticas sexuais. O que quero destacar é que, a despeito do imperativo do sexo seguro ser apresentado em todas as campanhas de prevenção, as pessoas, com diferentes níveis de conhecimento, têm negociado com os riscos de contrair o HIV segundo os conhecimentos que elas julgam ter sobre o tema e sobre os parceiros envolvidos.

<sup>28</sup> Em outras palavras, Stall *et al.* (*op cit.*) fazem uma crítica às metodologias adotadas pelos estudos que relacionam o “novo aumento de casos entre homens gays” ao sexo desprotegido sem levar em conta questões relativas à soroconcordância ou à sorodiscordância. Ainda, na opinião desses autores, a Internet, além de ser um “local” para encontrar parceiros sexuais, tem possivelmente permitido que essas escolhas se dêem também a partir do status sorológico frente ao HIV (*e.g.*, soropositivos procurando soropositivos e soronegativos procurando soronegativos). Essa escolha, teorizam eles, “poderia levar a um decréscimo de novas transmissões do HIV a despeito de um aumento observado no sexo anal desprotegido” (Stall *et al.*, *op. cit.*, p. s109).

Esses autores enfatizam, assim, que é necessário que se entenda as *influências contextuais* (*i.e.*, quais são os fatores que influenciam os HSH nas negociações com os riscos de contaminação pelo HIV), para que se possa desenvolver programas de prevenção mais efetivos. Essas influências têm sido subsumidas sob o imperativo do sexo seguro, que se apresenta, nos discursos da saúde pública e da educação em saúde como a única possibilidade de prevenção, em espacial para os homens gays. O que o *barebacking* e outras situações (*e.g.*, de homens e mulheres heterossexuais que não usam o preservativo por *confiarem* em seus parceiros) têm nos mostrado, é que as pessoas lidam com diferentes níveis de risco, escolhendo dentro de um *portfólio* de riscos (Oliveira, 2001) aquilo que, com base em suas informações e experiências prévias, elas julgam menos arriscado. Nesse sentido, o *barebacking*, para além da crítica moralizante e reducionista realizada por diferentes setores, coloca-se como um campo propício de investigação.

Tendo feito essas considerações quero justificar porque esta pesquisa se inscreve no campo da educação. Ela diz respeito à educação porque trata dos processos de produção de identidades, ou seja, de demarcar os limites, as fronteiras, de incluir e de excluir, de nomear, de classificar alguns sujeitos em hierarquias de normalidade segundo determinados padrões. Em termos de pesquisa, trata-se, enfim, de entender “como funciona” o *barebacking*, de conhecer os seus modos de operação com vistas a colonizar determinadas práticas e ao conhecê-las colonizá-las ainda mais. Conhecimento, aqui, significa ter um saber especializado que pode ser usado na direção de governar, de conduzir, de dizer o que deve ser feito. Em outras palavras, a tensão que se coloca em termos de pesquisa, especialmente no referencial teórico em que ela se inscreve (das teorias pós-estruturalistas inspiradas em Michel Foucault), é que se busca precisamente conhecer mais, capturar uma dada prática (que se diz e é classificada como transgressora) dentro de determinados tipos de saber (no caso, as estratégias de prevenção ao HIV) a fim de diminuir os riscos de transmissão de *um vírus que pode matar*. É nesse âmbito que o *barebacking* coloca novos desafios para aqueles e aquelas que lidam com a educação em saúde: como vamos apreender/capturar esses “transgressores” e trazê-los, mais uma vez, para um “lugar seguro” (para eles e para nós enquanto população) sem que isso passe por voltar aos “velhos moralismos”, às velhas formas de educar de campanhas em saúde, através do medo, da culpa e da demarcação entre homens gays “bons” e “maus”?

Não parece haver saídas muito tranqüilas<sup>29</sup>... Mas talvez o que se deva fazer seja, assim como refere Castiel (2003) ao discutir a metáfora do labirinto, “... deixar explicitado que não se tem a obrigatoriedade de encontrar saídas, mas sim de explorar os vários caminhos que o mito do arquiteto ateniense Dédalo nos oferece” (p. 79).

---

<sup>29</sup> Embora algumas leituras estejam apontando para um caminho “interessante” de análise e problematização do *barebacking*, *e.g.*, a *Teoria Queer* no campo da educação (vide Louro, 2001).

## Referências Bibliográficas

ALVARENGA, Darlan. “Barebacking”, onde de só fazer sexo sem camisinha, chega ao Brasil. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/home/cadernoi/artigo/0,2945,916692,00.html>>, acessado em 17 dez. 2003.

ANDERSEN, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

ARIAS, María Mercedes. La triangulación metodológica: sus principios, alcances y limitaciones. In: MERCADO, Francisco; GASTALDO, Denise; CALDERÓN, Carlos. *Paradigmas y Diseños de la Investigación Cualitativa em Salud – una antología iberoamericana*. Guadalajara: Universidad de Guadalajara, 2002. p. 481-499.

AUERBACH, Judith & COATES, Thomas. HIV prevention research: accomplishments and challenges for the third decade of AIDS. *American Journal of Public Health*, v. 90, n. 7, p. 1029-1032, 2000.

BARRETO, André. A prática das relações sexuais desprotegidas entre homens: momentos trágicos na pós-modernidade? Texto Digitado, apresentado no XII Encontro Nacional da ABRAPSO, PUCRS. Porto Alegre, 14 a 17 de outubro de 2003.

BASTOS, Francisco I. *A feminização da epidemia de AIDS no Brasil: determinantes estruturais e alternativas de enfrentamento*. Rio de Janeiro: ABIA, 2001. (Coleção ABIA – Saúde Reprodutiva e Sexual, n. 3)

BULL, Sheana; McFARLANE, Mary. Soliciting sex on the internet -what are the risks for sexually transmitted diseases and HIV? *Sexually Transmitted Diseases*, v. 27, n. 9, p. 545-550, Oct. 2000.

CAPÓ, Suzy. Barebackers deixam camisinha de lado por ideologia e prazer. *Jornal do Commercio*, Recife, 16 set., 2001.

CASTIEL, Luís David. *A Medida do Possível – saúde, risco e tecnobiociências...* Rio de Janeiro: Contra Capa/FIOCRUZ, 1999.

\_\_\_\_\_. Dédalo e os dédalos: identidade cultural, subjetividade e os riscos à saúde. In: CZERESNIA, Dina; FREITAS, Carlos Machado (orgs.). *Promoção da Saúde – conceitos, reflexões, tendências*. Rio de Janeiro: Editora da Fiocruz, 2003. p. 79-95.

CATANIA, Joseph, *et al.* The continuing HIV epidemic among men who have sex with men. *American Journal of Public Health*, v. 91, n. 6, p. 907-914, June 2001.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade – a vontade de saber*. 13 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

HALKITIS, Perry; PARSONS, Jeffrey; BIMBI, David. Intentional unsafe sex (barebacking) among gay men who seek sexual partners on the Internet. In Press, 2001-2.

HOLMES, Dave; WARNER, Dan. The anatomy of a forbidden desire: men, penetration and semen exchange. In Press, 2003.

KOBLIN, Baryl *et al.* High prevalence of HIV infection among young men who have sex with men in New York City. *AIDS*, v. 14, n. 12, p. 1793-1800, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria Queer – uma política pós-identitária para a educação. *Estudos Feministas*, v. 2, p. 541-553, 2001.

LUPTON, Deborah. *The Imperative of Health – public health and the regulated body*. London: Sage, 1995.

MARKS, Gary; BURRIS, Scott; PETERMAN, Thomas. Reducing sexual transmission of HIV from those who know they are infected: the need for personal and collective responsibility. *AIDS*, v. 13, n. 3, p. 297-306, 1999.

MESQUITA, Fábio; BASTOS, Francisco I. *Drogas e AIDS – estratégias de redução de danos*. São Paulo: Hucitec, 1994.

NEWMAN, Peter A. Discursive condoms in the age of AIDS: queer(y)ing HIV prevention. *Journal of Gay and Lesbian Social Services*, v. 8, n. 1, p. 83-102, 1998.

OLIVEIRA, Dora L. *Adolescent woman talk of HIV/AIDS risk: reconceptualizing risky sex – what implications for health promotion?* Tese (Doutorado em Educação) – Institute of Education, University of London. London: 2001.

ORTIZ, Renato. *Mundialização e Cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

PARKER, Richard; TERTO Jr., Veriano; MIRANDA, Washington. Apresentação. In: PARKER, Richard; TERTO Jr., Veriano (orgs.). *Entre Homens – homossexualidade e AIDS no Brasil*. Rio de Janeiro: ABIA, 1998.

PARKER, Richard; AGGLETON, Peter. *Estigma, Discriminação e AIDS*. Rio de Janeiro: ABIA, 2002. (Coleção ABIA – Cidadania e Direitos, n. 1)

ROFES, Eric. Barebacking and the new AIDS hysteria. *The Stranger*, p. 1-7., 12 April 1999. Disponível em: <<http://www.managingdesire.org/sexpanic/rofes499.html>>, acessado em 31 dez. 2001.

| 81 |

ROSS, Michael; TIKKANEN, Ronny; MANSSON, Sven-Axel. Differences between Internet samples and conventional samples of men who have sex with men: implications for research and HIV interventions. *Social Science & Medicine*, v. 51, p. 749-758, 2000.

SPINK, Mary Jane. Trópicos do discurso sobre risco: risco-aventura como metáfora na modernidade tardia. *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, v. 17, n. 6, dez. 2001.

STALL, Ronald *et al.* The gay '90s: a review of research in the 1990s on sexual behaviour and HIV risk among men who have sex with men. *AIDS*, v. 14 (suppl 3), p. s101-s114, 2000.

SUAREZ, Troy; MILLER, Jeffrey. Negotiating risks in context: a perspective on unprotected anal intercourse and barebacking among men who have sex with men – where do we go from here? *Archives of Sexual Behavior*, v. 30, n. 3, p. 287-300, 2001.

WOLITSKI, Richard *et al.* Are we headed for a resurgence of the HIV epidemic among men who sex with men? *American Journal of Public Health*, v. 91, n. 6, p. 883-888, 2001.





SESSÃO 3

# HOMOSSEXUALIDADES E FASES DA VIDA

Jovens Homens que Fazem Sexo com Homens - comportamento sexual e  
antiretrovirais em São Paulo

*Cristiane Gonçalves Meireles da Silva, Dreyf de Assis Gonçalves,  
Júlio César Barroso Pacca e Norman Hearst*

Projeto “Prazer Não Tem Idade” - despertando para a bichice veterana

*Luís Gustavo Weiler*

Parcerias Sexuais na Comunidade *Entendida* do Rio de Janeiro -  
notas etnográficas em torno de questões etárias e do amor romântico

*Luís Felipe Rios*

# JOVENS HOMENS QUE FAZEM SEXO COM HOMENS – COMPORTAMENTO SEXUAL E ANTIRETROVIRAIS EM SÃO PAULO

*Cristiane Gonçalves Meireles da Silva*<sup>1</sup>; *Dreyf de Assis Gonçalves*<sup>2</sup>  
*Júlio César Barroso Pacca*<sup>3</sup>; *Norman Hearst*<sup>4</sup>



## Apresentação

A pesquisa cujos resultados serão apresentados foi feita em parceria com a Coordenação Estadual de DST/AIDS São Paulo, que ainda é o meu vínculo institucional neste momento, NEPAIDS e Universidade da Califórnia – São Francisco. A autoria da pesquisa, divido com Dreyf de Assis Gonçalves, Júlio César Barroso Pacca e Norman Hearst.

Os dados que serão apresentados ainda são bem incipientes e, apesar disso, acreditamos que podem contribuir para apontar alguns elementos para reflexão, neste seminário e na nossa prática cotidiana.

Para iniciar, farei uma pequena transgressão, chamando atenção para o lugar que estou ocupando no momento – pesquisadora, como algo “dissociado” do papel de técnica que ocupo dentro da estrutura governamental. Neste seminário ouvimos e ouviremos apresentações de ativistas e da universidade. Aqui estou também como técnica do serviço de saúde e técnica com atuação no campo da definição de políticas públicas. Nesse lugar, deve parecer óbvia a apropriação entre a produção do conhecimento e a definição de políticas ou a definição de práticas para o campo da prevenção. A transgressão a que me refiro é sair dos resultados da pesquisa e tentar demonstrar o quanto essa dissociação é complicada e o quanto isso nos desafia (Parker, 2002).

Já foi dito neste seminário que necessitamos realizar mais pesquisas; sem dúvida. Mas precisamos muito mais, talvez, criar mecanismos que tornem viáveis a apropriação dos estudos realizados, seus resultados e implicações para o trabalho de prevenção. Esse é um campo muito complicado para parte dos técnicos, e precisa ser revisto.

---

<sup>1</sup> Núcleo de Estudos em Prevenção à AIDS – NEPAIDS/USP. Programa Nacional de DST/AIDS.

<sup>2</sup> Núcleo de Estudos em Prevenção à AIDS – NEPAIDS/USP.

<sup>3</sup> Programa Nacional de DST/AIDS – PN DST/AIDS.

<sup>4</sup> Universidade da Califórnia – UC.

Um bom exemplo disto consiste, por exemplo, em que ainda na fase de desenho da pesquisa deve ser previsto e planejado como ocorrerá, ou mesmo que estratégias serão adotadas para se construir uma relação entre os resultados e a definição de ações. Da mesma forma que a experiência no campo da prevenção deve permitir a construção de hipóteses para novos estudos.

## Justificativa do Estudo

### *Jovens Gay: recrudescimento e contexto*

Parece haver uma sensação entre os profissionais da área, no que tange ao caminho da epidemia, de haver recrudescimento da epidemia entre gays jovens. Esta sensação não é atual porque vem desde o final dos anos 90. Necessariamente temos que entender o que realmente está sendo dito e o que causou a sensação. Estamos falando em sensação porque nem sempre usamos e dispomos de afirmações científicas. Trabalhamos com a análise e a percepção de elementos do senso comum. Muitas pesquisas nascem para dar conta de questionamentos trazidos pelo senso comum.

Sem definir o que de fato é esta sensação, está na competência técnica pensar, de maneira antecipada, porque estamos atuando na prevenção, em formas de evitar que haja, de fato, recrudescimento da epidemia. Esse é o pano de fundo da pesquisa. A minha formação em Ciências Sociais me permite ainda considerar o contexto sócio-cultural da epidemia na metrópole. São Paulo, capital, é um contexto muito específico. Podemos nos valer de inúmeros indicadores de saúde. No nosso caso, temos que olhar para a história da violência e da discriminação da população de homens que fazem sexo com homens. Ainda temos que considerar a penetração de fenômenos sociais, como aqui apontado, de outras localidades e culturas. Muitas vezes, não temos tempo de nos apropriar do fenômeno “original” e já temos que nos apropriar da forma como ele foi reelaborado em São Paulo, que é diferente de outros lugares do Brasil. Além disso, temos que considerar a especificidade dos próprios espaços gays, quando pensamos prevenção.

No caso específico da metrópole, temos que levar em consideração também a exclusão geográfica existente. Em São Paulo isso é muito forte. Há lugares em São Paulo que se demora duas horas para chegar. Nos lugares mais afastados, é provável que o lazer seja determinado por essa exclusão geográfica. Quando estamos considerando espaço, estamos considerando tempo, processo histórico, elementos todos da cultura como definidores deste espaço.

Como a população homossexual que mora em Parelheiros se diverte? Considerando as possibilidades e as limitações, o se agrega na vulnerabilidade da população de Parelheiros ao HIV/AIDS que temos que entender?

Já sabemos que a pobreza é determinante para as regiões mais periféricas, mas ainda há outras especificidades que devem ser buscadas. Também temos que conhecer as respostas já existentes. De maneira resumida, podemos contar com diversas ações executadas por organizações governamentais e não governamentais.

Neste ponto é necessário chamar atenção para o fato de que, pelo menos no estado de São Paulo, ainda são poucas as ações executadas por secretarias municipais de saúde que sejam voltadas para HSH. Até o ano de 2000 eram pouquíssimas organizações governamentais que tinham ações efetivas para a população homossexual e hoje ainda são poucas, se consideramos a magnitude do estado e a demanda existente.

As razões para esta baixa cobertura são muitas: carência e qualidade dos recursos humanos, falta de conhecimento específico sobre a população, acesso restrito a ambientes de capacitação, o fato de que a população homossexual ser oculta, pouco visível. Em municípios menores é mais difícil de encontrar locais de socialização, como bares e similares.

## O Estudo e a Prevenção

### *O desafio do específico*

Sendo os homossexuais uma população de certa invisibilidade, o que fazer para realizar um trabalho de prevenção? Como lidar com o específico do município de São Paulo? Como fazer ações de prevenção para a população que mora em Parelheiros ou em outros lugares distantes e/ou de difícil acesso? Como considerar a questão metropolitana de municípios vizinhos e de, portanto, população flutuante? Sabemos que existe uma migração importante da população gay moradora de outras cidades para locais de cidades vizinhas que possuam uma maior concentração de áreas de lazer e socialização. No caso da região metropolitana de São Paulo, assim como as pessoas saem de suas cidades para trabalhar em São Paulo, elas vão a São Paulo para paquerar e estabelecerem relações afetivas e sexuais.

Como vemos, quando estamos pensando em prevenção, temos que considerar este cenário, utilizando algum instrumento que permita contemplar essas questões na definição da ação.

Há ainda as respostas, que pretendem prevenir a epidemia que foram construídas com base nas parcerias. Do ponto de vista das políticas de prevenção para a população Homens que fazem Sexo com outros Homens – HSH, a questão da cidadania e a utilização de estratégias que busquem a inclusão social sempre foram uma regra na gestão das ações. E tem sido cada vez mais forte nos últimos anos. Estamos trabalhando com uma perspectiva de prevenção que não é simplesmente uma reprodução de discursos higienistas do “use camisinhas e camisinhas e camisinhas”. Vamos apenas exemplificar com a Campanha Nacional de comunicação que não enfocou o uso do preservativo e sim a existência de relação afetiva entre homens e enfocou também a aceitação desta relação dentro da família<sup>5</sup>.

Apesar disso, ainda há um discurso higienista presente na forma como a rede pública de saúde está organizada. Há tradição do serviço de saúde que permite a reprodução do preconceito. Entretanto, aprendemos com o estabelecimento de parcerias com as organizações não-

---

<sup>5</sup> Recall de campanha de prevenção dirigida a homossexuais – Pesquisa de opinião pública – Relatório não publicado. CN DST/AIDS/NEPAIDS/Criterium. São Paulo, junho de 2002.



governamentais que a inclusão e o combate à discriminação são questões fundamentais para a definição de políticas de prevenção.

*Os meios: insumos e acesso*

A disponibilização de insumo é ação básica para o desenvolvimento de ações de prevenção. Entretanto, ainda há muitos problemas. Sabemos que nem sempre podemos garantir o acesso ao insumo na ponta. As razões são várias: jogo político, desconhecimento dos trabalhos realizados pela ONG. Por exemplo, a disponibilização do gel lubrificante ainda não é a ideal, apesar do investimento constante para atingir esse ideal. Em São Paulo, que é pioneiro na disponibilização do gel, teve-se que definir uma população prioritária para o insumo, considerando o custo, especialmente. Isso significa não distribuir gel para mulheres profissionais do sexo. É muito comum que na área de atuação de algumas instituições haja, no mesmo espaço físico, michês, travestis – que recebem gel, e prostitutas que não o recebem. Obviamente que isto gera conflito. Temos que trabalhar na perspectiva de que esta é uma situação urgente e temporária.

Outro importante instrumento é a produção e distribuição de materiais educativos muito utilizados por ONGs e instituições governamentais. Uma produção, sem dúvida, maravilhosa mas que ainda merece mais atenção. Entretanto, apesar dessas respostas, precisamos de maior cobertura, melhor qualidade e maior sustentabilidade para as ações de prevenção com esta população.

Além desses desafios todos para a questão da prevenção entre HSH, temos que considerar uma mudança importante no perfil da epidemia, que dirigiu esforços para outros grupos populacionais. Mas, para fazer prevenção (significa “chegar antes”) não se pode deixar de ter um foco central em uma população cuja vulnerabilidade social é fato.

Além da ótica do desafio constante que se tem ao pensar a pesquisa no contexto de trabalho em prevenção, outro desafio que também motivou esta pesquisa foi a análise de artigos que mostravam que em outras regiões do mundo, como Montreal no Canadá<sup>6</sup>, e em Londres<sup>7</sup>, havia uma associação e/ou uma tendência importante de associação entre o relato de sexo desprotegido e a demonstração de uma percepção otimista sobre a terapia de antiretrovirais. Assim, além da sensação de recrudescimento, existem informações sobre a existência dessa associação, em um novo cenário de epidemia, pela inserção dos antiretrovirais no contexto de vida da população.

Esses são os pontos específicos que devemos considerar quando pensamos em estratégias para gays jovens, porque eles não viveram tanto o período mais complicado da epidemia, talvez, não tenham perdido amigos/parceiros em função do HIV. Embora não possamos aprofundar esta questão neste momento, essa discussão também apareceu de modo bastante curioso nas entrevistas qualitativas e por isso pretendemos aprofundar este ponto posteriormente.

---

<sup>6</sup> Ver Cox, Otis, Allard *et al.* (1999).

<sup>7</sup> Ver Dilley, Woods, McFarland (1997); Van de Ven, Crawford, Kippax *et al.* (2000); Van de Ven, Kippax, Knox *et al.* (1999).

Eu tinha esses pontos rabiscados, quanto surgiu a oportunidade, através da minha vinculação como pesquisadora do NEPAIDS, de fazer o curso de Metodologia de Pesquisa, na Universidade da Califórnia, um programa de formação de pesquisadores em DST/AIDS, que resultou na elaboração desse projeto e no financiamento para execução do estudo, que teve todos os seus prazos estendidos no tempo em função das, já apontadas, dificuldades de produção e definição de políticas públicas de modo concomitante, ou mesmo da dificuldade devida às diferenças entre os tempos do processo da pesquisa e o tempo de formulação de políticas públicas.

Estranhamente, em alguns momentos, parece que a natureza do trabalho técnico e a da pesquisa são diferentes. O ambiente de trabalho, apesar de viabilizar o afastamento das atividades para a realização do curso, bem como proporcionar importantes aspectos relacionados a infra-estrutura para a realização da pesquisa, como contrapartida ao financiamento para o projeto, também dificulta muito o processo de pesquisa, pois o cotidiano de trabalho é centrado na necessidade de respostas às demandas administrativas, burocráticas, políticas, etc. etc. Infelizmente ainda há defasagem de complementação entre o campo do fazer e o campo do diagnóstico que se tem pela produção de estudos.

As etapas da busca e produção do conhecimento, a transformação do dado em resultado e a necessária utilização do resultado na ação estão descompassadas. Precisamos do respaldo das pesquisas na formulação de políticas, precisamos de um processo de trabalho para formulação de políticas que conceba a pesquisa como um ponto de partida, e não apenas como “dados”, como “informações” a serem consideradas na fundamentação da política.

| 88 |

O exemplo que utilizarei a seguir pretende ilustrar como há descompasso entre o conhecimento produzido na academia e a necessidade de efetivar ações na ponta. Um pequeno município do estado de São Paulo, com 15.000 habitantes. O técnico que trabalha na rede pública de saúde desse município é justamente a pessoa que tem a responsabilidade de fazer prevenção, é a pessoa que deve desenvolver a ação. Essa pessoa foi criada numa cidade com características próprias de pequenas cidades, onde geralmente a presença da Igreja é super-forte, onde as escolas reproduzem uma educação que contribui para acirrar discriminação e é operadora da discriminação. Nesse contexto, essa pessoas tem que acolher a população de homens que fazem sexo com homens. Qual a preparação dela?

Infelizmente, devemos incluir no repertório desta pessoa a importância de desenvolver trabalho para homossexuais. Não há uma única fórmula para isso, porque essa inclusão também depende do contexto.

Com certeza, não poderei utilizar um dos conceitos expostos aqui, de que “o conceito de homossexualidade é transitório e histórico”! Isto está muito aquém da possibilidade de entendimento e da capacidade de sensibilizar. Precisamos de uma maior aproximação entre o campo da teoria e o da práxis (Paiva, Buchala, Ayres *et al.*, 2002).

Com certeza, o campo de atuação traz contradições muito profundas. O preconceito se reproduz no serviço de saúde. Trata-se, no limite, de negociar com o prefeito as prioridades entre prevenção para homossexuais e auxílio para gestante HIV positiva?

## O Estudo

### *Desenho e resultados*

O estudo transversal foi precedido de um estudo qualitativo. Essa escolha tem relação com a linha de pesquisa da Universidade da Califórnia. Nosso estudo foi realizado com a população de homens que fazem sexo com homens de 18 a 30 anos, em locais de socialização e lazer.

Até aquele momento da elaboração do projeto, não havia muitas pesquisas com foco na questão dos antiretrovirais relacionada com comportamento sexual. Outra razão para a elaboração da pesquisa foi a minha inserção institucional e, por essa razão, minha “extensa” introdução na minha apresentação. Definitivamente, a pesquisa foi pensada como uma contribuição para a instituição de políticas de saúde de forma mais estruturada.

O estudo qualitativo ocorreu com a realização de 17 entrevistas em profundidade, sendo 14 entrevistas com soronegativos e três com soropositivos. Estas entrevistas serviram de base para a elaboração do questionário, em especial as afirmações para um posicionamento de concordância ou discordância. Até o momento, não foi possível aprofundar a análise das entrevistas qualitativas.

As entrevistas foram realizadas com a utilização de um roteiro temático e precedidas de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). As entrevistas foram transcritas e analisadas a partir de dois eixos temáticos de maior importância – *Percepções sobre os antiretrovirais*, e *Percepções sobre a AIDS* e sobre *Comportamento sexual*. O estudo transversal foi realizado em um universo total de 166 entrevistas, sendo 155 com soronegativos e 11 com soropositivos. Para a apresentação das informações desta apresentação, bem como para as análises estatísticas, iremos trabalhar com uma análise geral dos dados, utilizando somente as 155 entrevistas com soronegativos.

Os questionários foram aplicados entre a população gay, por uma equipe de entrevistadores, selecionados entre profissionais de saúde e educadores da área de prevenção. Em função das especificidades do contexto da coleta de dados e da população alvo, foi considerada como fundamental a experiência prévia de entrevistas em pesquisas e experiências em atividades de aconselhamento/prevenção em DST/AIDS; a equipe selecionada era composta por seis entrevistadores e um coordenador de campo e estes, além de para os procedimentos de abordagem e de coleta das informações, também foram orientados para a realização de uma ação educativa de prevenção. A atividade consistiu na realização de um breve aconselhamento sobre práticas de sexo seguro, auto-percepção e vulnerabilidade, enfatizando principalmente as informações relacionadas às práticas de risco relatadas pelo entrevistados e/ou relacionadas a afirmações/percepções sobre AIDS, Antiretrovirais, dentre outros temas.

Esta é uma atividade muito importante de ser feita e assegurada durante a realização da pesquisa, que é efetivar uma intervenção após a obtenção do consentimento e da coleta de dados. Assim, após a aplicação, foram oferecidos além da orientação do entrevistador o que chamamos de *kit-seguro* (pequena embalagem de tecido, com materiais educativos produzidos

por ONGs e instituições governamentais, contendo informações sobre prevenção, relação de serviços de DST/AIDS na cidade de São Paulo, um tubo de 15g de gel lubrificante, 12 preservativos e um *bottom* com tema gay) e um trabalho de orientação a dúvidas mais específicas, caso solicitado.

#### *Descrição dos entrevistados do estudo transversal*

A realização do estudo nos locais de lazer do centro da cidade de São Paulo nos permitiu atingir 24,5% de pessoas moradores do Centro da capital, próximo de 23,2% de moradores da Zona Sul, 18,1% da Zona Leste e 16,1% da Zona Norte. Além disto, 10,3% da amostra representam moradores da região metropolitana da cidade. Esses dados nos permitem verificar que a região central da cidade mantém-se como região importante na história da epidemia nesta população. Conseguimos atingir uma rede, com capilarização nas diversas regiões da cidade, considerando-se também certa diversidade de abrangência de diferentes municípios da grande São Paulo, ou melhor, da região metropolitana de São Paulo.

A questão da idade tem um peso importante na apresentação toda do trabalho, mas, dadas as limitações desta apresentação, acreditamos que um debate posterior seria muito interessante, devido ao já assinalado debate sobre o recrudescimento da epidemia entre gays jovens. Mas nesta apresentação ficaremos restritos a dois grupos de idade, sendo 52,9% de entrevistados com idade entre 18 e 23 anos e 47,31% de 24 a 30 anos. Embora a média de idade seja de 24 anos, ao estabelecermos uma organização da faixa etária em dois grupos, de uma forma talvez menos “clássica” que em faixas estanques, esta divisão permite uma visualização mais clara, de que esta é uma faixa de idade relativamente diferente de, um faixa populacional de quem tem 24 anos ou mais, dentro dos tempos formais até mesmo antes disso, é esperado encontrar um jovem concluindo o ensino universitário, vivenciando supostamente a entrada mais efetiva no mercado de trabalho. Atingimos um público jovem, definitivamente, e isto é importante.

Apesar do crescimento dos índices de escolaridade entre a população jovem (São Paulo, 1998), podemos perceber que na presente pesquisa o público pode ser representado como uma população com alta escolaridade, visto que 58,7% da amostra atingiram o Ensino Médio, enquanto 24,5% o Nível Universitário.

No momento da aplicação do questionário, 69% dos entrevistados relataram estar trabalhando, mas tendo uma renda relativamente baixa, portanto, diferente de outros estudos como em Bela Vista (São Paulo, 1999), por exemplo, no presente estudo muitos têm uma renda que encontra-se entre um e três salários, ou seja, o equivalente hoje a R\$720. Podemos arriscar que a faixa de renda estaria coerente com uma inserção relativamente recente no mercado de trabalho.

Realizamos os questionários com um grupo no qual 47,1% se auto-identificaram como *branco*, já 16,8%, como *negro* e outros 29,7% como *pardo*. Quando juntamos *negros* e *pardos*, temos uma indicação importante de 46,5%, como já ponderou Richard Parker, neste evento, sobre a importância da especificidade determinada pela questão da raça/etnia. Neste sentido, também nos chamou atenção em nossos dados os 3,9% de população indígena.

É importante ressaltar, aqui, que existe um debate interessante no momento, sobre a questão indígena, principalmente acerca de como são reconhecidas/identificadas estas populações; existem concepções que só consideram o índio aldeado um (suposto) índio legítimo. Por outro lado, cada vez mais nota-se as discussões acerca de vulnerabilidade e questões raciais permitem uma visão mais concreta da realidade, reconhecendo com isso peculiaridades de uma população, que embora vivendo em uma região urbana, ainda mantém um grau de identidade com a questão racial. Isto deve ser considerado como fator importante na ação de prevenção; ao adotar-se a visão de que só o índio que vive na aldeia “é índio”, o processo da pesquisa acaba por tornar invisível uma especificidade populacional muito valiosa para o trabalho de prevenção. Afinal, do ponto de vista da cultura e da etnia, em contextos urbanos, o que esse dado poderá indicar? Não podemos deixar de nos questionar sobre isso.

#### *Diagnóstico para HIV*

Em relação ao teste anti-HIV, tivemos 70% de entrevistados que relataram terem resultado negativo para o teste anti-HIV, embora 29% tenham relatado que nunca realizaram o teste ou ter desconhecimento sobre o resultado do exame. O tempo médio de testagem entre aqueles que já fizeram é de seis meses. Trata-se de uma população que se testa muito. O que isto significa? Será que realizar o teste é tido como uma técnica de prevenção? Será que é isso que está embutido nessa informação? Será que não pode ser indicativo de que as pessoas estão se utilizando de técnicas de negociação com seus parceiros, nas quais está implicada a realização do teste? O não uso do preservativo? Não sabemos ao certo estas questões mas temos que conhecê-las melhor.

#### *Parceiros e sexo*

Perguntamos sobre os locais de busca de parceiros sexuais. E, nesse campo, chamamos atenção para a internet. Muitas vezes pensamos que muito mais gente tem acesso à internet do que realmente tem. A busca de parceiro é mais efetiva nas boates. E as boates não são, no geral, os melhores parceiros das atividades educativas, pois geralmente essa parceria concorre com interesses econômicos e lucros. Com os bares, que são muito citados, ocorre o mesmo.

Em relação à utilização da paquera na rua, temos que considerar a sutileza e “disfarce” necessário para paquera em local aberto e público. Temos ainda as festas, que muitas vezes acontecem no anonimato para preservar a identidade e evitar o preconceito. Assim, são de difícil acesso. Nas situações de anonimato, o sexo desprotegido é uma possibilidade bastante presente, pelas situações de pressão e de transgressão total; não usar camisinha é só mais uma atitude que transgride.

Dos entrevistados, 27,7% disseram ter feito sexo anal ativo ou passivo desprotegido, com parceiro fixo. Já com parceiro ocasional, diminui um pouco. Entretanto, ainda é um número preocupante, 18,1% terem relatado ter feito sexo anal, passivo ou ativo com parceiro ocasional sem preservativo. Quando se trata de sexo oral, os números crescem bastante, como todo mundo já sabe.



*Percepção sobre antiretrovirais*

Ao perguntarmos se sabiam se os antiretrovirais eram os medicamentos utilizados no tratamento da AIDS, 72,9% dos entrevistados responderam não, 27,1% responderam sim.

As sentenças utilizadas nas questões de percepção ainda estão na categoria de “mal formuladas”. Se o estudo tiver prosseguimento, chegaremos mais perto de um instrumento fechado que permita medir uma escala de percepção. Essa é a primeira proposta de sentenças que foram formuladas a partir de um recorte feito no conteúdo das entrevistas em profundidade.

De acordo com os dados, 94,2% dos entrevistados concordam que os medicamentos para AIDS podem melhorar a qualidade de vida das pessoas, e 90,3% também concordam que eles prolongam a vida das pessoas. Quanto à afirmação de que os medicamentos são caros, 63,2% concordam, e 72,3% lembram que eles estão disponíveis nos serviços de saúde.

No primeiro olhar que lançamos para esses resultados, eles parecem revelar coisas que aparentemente são contraditórias.

Precisamos chegar mais perto de uma proposta para avaliar essas questões, mas se consideramos o universo das entrevistas em profundidade, a representação sobre os efeitos colaterais provocados pelo uso dos antiretrovirais é especialmente importante.

A associação rápida presente nas entrevistas em profundidade foi a do medicamento para AIDS a algo trabalhoso e muito ruim na execução do uso.

Tendo indicações de otimismo, em algumas outras respostas, ainda estamos no momento de não ter dados para afirmar nada. Estamos ainda no campo do difuso. Percebemos também que as pessoas conhecem pouco sobre os medicamentos.

Evidente! Qual o peso desta informação no cotidiano de vida dessas pessoas? Por que as pessoas teriam informações sobre os antiretrovirais?

*Aprofundando*

Mais do que qualificar entre otimista e pessimista as representações e percepções sobre Aids e antiretrovirais, devemos explorar mais o contexto que geram essas percepções. As associações mais próximas do pessimismo estão relacionadas à percepção sobre as pessoas que vivem com HIV/AIDS.

*E sobre a AIDS*

Quando exploramos o campo de percepção sobre a AIDS, temos as seguintes categorias de classificação como sendo importantes para o grupo estudado: a AIDS como preocupação importante na vida, AIDS é uma doença grave, AIDS é uma doença fatal, AIDS é uma doença crônica.

Uma coisa que chamou atenção é que 74,8% concordam que a AIDS é uma doença crô-

nica. Apesar de não sabermos exatamente o que isso significa, sabemos que é uma informação importante. O que significa entender a AIDS como sendo uma doença crônica? Podemos compará-la com a percepção que se tem do diabetes, que é uma doença crônica?

#### *Uso de camisinha*

Para enfocar a questão do estudo, foi perguntado diretamente aos entrevistados se eles acham que os homossexuais estão deixando de usar a camisinha por causa do tratamento com antiretrovirais. Dos 155, 56,1% acham que não estão deixando de usar, 25,2% acham que estão deixando de usar e 18,1% alegaram não saber sobre o uso do preservativo e ARV.

Finalizando com pontos para reflexão, nos chamou atenção à frequência da resposta **Não Sabe** para diversas perguntas do questionário e estamos refletindo sobre a questão. Será que há falta de informação?

Ainda não podemos concluir nada e por isso a apresentação neste debate pode ser muito rica. A primeira leitura nos faz refletir e arriscar alguns palpites. Um deles é que há mais pessimismo nas percepções sobre as pessoas vivendo com HIV/AIDS. Isto pode estar associado ao preconceito que ainda persiste ou pode estar associado ao simples fato de que estar doente não é bom, por si só.

Precisamos entender a dinâmica do sexo desprotegido e encará-lo como um fenômeno a ser estudado. Os estudos qualitativos costumam nos ajudar muito nesse campo. Não podemos responder à hipótese central do estudo. Não saberemos se há associação entre sexo desprotegido e percepções otimistas sobre a terapia. Por isso, precisaremos investir em mais estudos. Um investimento especial deve ser feito na investigação das razões que, realmente, estão associadas ao sexo desprotegido.

Além disso, qual o peso das metrópoles ou das cidades pequenas, e de todo seus contextos no trabalho de prevenção? Qual o papel das redes sociais e o local de inserção das pessoas na sociedade?

Precisamos rever informações e tentar estabelecer uma hierarquia que nos faça compreender o que está implicado na decisão de usar ou não o preservativo no momento do sexo. Apesar de uma produção importante, temos que investigar mais. Outro passo concomitante é pensar nos trabalhos educativos onde possamos incluir novas estratégias, como é a negociação do uso e do teste, onde a gente possa falar de negociações.

Temos que pensar em otimizar e considerar espaços onde encontramos pessoas de várias localidades, formando uma rede de sociabilidade. Os seres sociais ocupam várias posições, inclusive religiosas, familiares. Precisamos pensar na capilaridade das redes e nos seus cruzamentos. A partir delas, podemos estabelecer prioridades para definição de prevenção.

Por fim, temos que aprofundar a construção de uma prevenção que se baseie na integração com outros setores e na construção de uma cidadania ampla.

## Referências Bibliográficas

COX, J.; OTIS, J.; ALLARD, K. *et al.* *New HIV therapies: the attitudes and behavioral intentions of men who have sex with men (MSM)*, National HIV Prevention Conference, Aug-29-Sep 1, abstract n. 608, 1999.

DILLEY, J. W.; WOODS, W.; MCFARLAND, W. M. Are advances in treatment changing views about high-risk se? *New England Journal Medicine*, 337(7):501-2, August 1997.

PAIVA, V.; BUCHALLA, C. M.; AYRES, J. R. C. *et al.* Capacitando profissionais e ativistas para avaliar projetos de prevenção do HIV e de AIDS. Introdução – *Revista de Saúde Pública*, n. 36, supl. 4, p. 4-11, 2002.

PARKER, R. HIV/AIDS: avaliação democrática e a construção coletiva do conhecimento. Apresentação. *Revista de Saúde Pública*, n. 36, supl. 4, p. 2-3, 2002.

SÃO PAULO. Programa Estadual de DST/AIDS - SES/Coordenação Nacional de DST/AIDS. *Projeto Bela Vista*, 1999. (Relatório preliminar não publicado).

SÃO PAULO. Secretaria de Economia e Planejamento. Fundação Estadual de Análise de Dados. *Pesquisa de Condição de Vida – PCV 1998*. Disponível em <[www.seade.gov.br](http://www.seade.gov.br)>, acessado em 24 de abril 2004.

VAN DE VEN, P.; CRAWFORD, J.; KIPPAX, S. *et al.* A scale of optimism-scepticism in the context of HIV treatments. *AIDS CARE*, vol. 12, n. 2, p. 171-176, 2000.

VAN DE VEN, P.; KIPPAX, S.; KNOX, S. *et al.* HIV treatments optimism and sexual behavior among gay men in Sydney and Melbourne. *AIDS*, 13(16), p. 2289-94, Nov. 1999.

# PROJETO “PRAZER NÃO TEM IDADE” – DESPERTANDO PARA A BICHICE VETERANA

*Luís Gustavo Weiler*<sup>1</sup>



Boa tarde a todas e todos. Início esta comunicação lembrando que cada um tem uma melhor forma para se expressar: a minha é desenhando e escrevendo (certamente não é falando em público). Meu nome é Luís Gustavo, trabalho no nuances como voluntário há sete anos, discutindo as questões das homossexualidades em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, na tentativa de fazer com que as pessoas vivam melhor com os seus prazeres. Olhando ao redor da gente e vendo a realidade, surgiu a idéia de fazer esse pequeno projeto, Prazer Não Tem Idade, que se revestiu em material gráfico, uma sanfona de desenhos e um cartão postal, para divulgá-lo.

É certo que o lado ocidental do mundo tem na juventude o ideal da beleza e vitalidade, provocando nas suas sociedades o esforço permanente da busca da felicidade de ser eternamente jovem. Ou de o ser até uma certa altura, para depois usufruir o tempo de vida passado com lembranças, experiências e outras coisas bonitas que só existiriam lá, na juventude. Não basta ser jovem: é preciso atacar o velho, pois assim aproxima-se do seu oposto. Assim há a depreciação de uma situação que ainda está por vir na vida de todos e todas jovens, e da qual ninguém foge, que é justamente a maturidade. Essa distância do que é idoso tem a ver com uma fuga da solidão, do abandono, da dependência e evidentemente da morte, que, crê-se, cada vez se aproximam mais com a idade que aumenta.

Os gueis, imersos nesse caldo cultural, não ficam distantes dessa realidade, pelo contrário, e isso pode ser visto na supervalorização do corpo e da beleza estética da juventude em alguns lugares, como praias de pegação (no Rio há o Posto Nove, por exemplo) e discotecas. Há também a questão do mercado de sexo: em chats da internet é mais comum o sujeito diminuir sua idade, pois deseja estar inserido no grupo dos garotos, do que o contrário. Muitos brincam com seus aniversários, comemorando a mesma idade ano após ano... Querem fugir de um estereótipo que eles mesmos criaram quando eram bibas jovens.

Há inclusive alguns vocativos pejorativos usados para nominar as bibas veteranas: “Irene”, nome de uma personagem de Caio Fernando Abreu, serve para indicar bibas que trazem para

---

<sup>1</sup> Coordenador do *Jornal do NUANCES*.

hoje seus hábitos de outros tempos; “maricona”; “bicha velha”; entre outros. E assim parece não haver diálogo entre as diferentes gerações, mas afastamento.

Não foi difícil para o nuances – *grupo pela livre expressão sexual* constatar que os homens homossexuais também envelhecem, muito embora sua visibilidade seja enevoadada por serem gueis, e quase nula por justamente terem mais idade que os galãs novelescos. Se já são raras as campanhas destinadas às pessoas da terceira idade, por sua vez inexitem campanhas para gueis idosos. Porém, quem ficar atento vai reparar nas bibas veteranas que freqüentam os parques, as praças e os vapores das saunas, acompanhadas por rapazes bonitos e por outros homens maduros. Ou à procura deles. Os homossexuais envelhecem e estão fazendo sexo, que não é – como se faz querer crer – um privilégio da juventude.

Se elas não estão em casa fazendo tricô, mas circulando nas ruas, isso precisa ser considerado! O Projeto Prazer Não Tem Idade foi desenvolvido para dar visibilidade a essa parcela da população e com isso provocar sua auto-estima. Sempre com a observação direta da realidade, objetivou-se desmistificar a vitimização, a idéia de vida monástica que se reputa à dita terceira idade, o isolamento e o romance inexistente.

Primeiramente, o tratamento destinado aos sujeitos do projeto não tem a arrogância de diferenciá-los dos jovens, enquanto pessoas ativas. Não são coitados enclausurados, distantes do mundo, que precisam pedir licença para buscar seus prazeres. Se não existem campanhas pra essa população, por parte da iniciativa oficial, do Estado, é preciso rebeldia para exigir que sejam idealizadas campanhas para pessoas que não estão apáticas nem esquecidas dentro de casa, sofrendo por terem envelhecido.

Segundo, fica evidente que os locais de pegação contam com a presença dos gueis idosos que querem sexo (sem a idéia de serem exceção).

Terceiro, descreve-se uma vida social agitada, em que os protagonistas têm parceiros e, mesmo solteiros, têm amigos. É importante que o material informe que há essa expectativa de socialização no futuro de pessoas que não se casam e não formam uma família convencional.

Por fim, que os parceiros são conquistados tanto pela via afetiva quanto pelo viés econômico, sem que isso seja alvo de horror ou culpa. Pode ser algo romântico; e pode ser um namoro – como se vê nas saunas – com garotos de programa. Entre os mais experientes, muitas ilusões do romantismo desaparecem, há toda uma diversidade na busca de soluções para suprir as carências e desejos de cada um... Sem a burocracia das promessas de fidelidades, os gueis mais velhos dialogam com o corpo. E gostam muito dos corpos dos jovens michês...

O material gráfico mostra amigos que passeiam pelo parque para “caçar” parceiros, à luz do dia e com naturalidade. O Parque da Redenção é um lugar de pegação bastante forte à noite – e durante o dia os olhares são trocados com muita liberdade. Como em Porto Alegre isso é comum, e não existem reportes de agressividade, mostramos a biba circulando com a positiva atitude de estar inserida no contexto público, aberto, e não somente dentro de uma sauna, entre quatro paredes. A negociação do guei mais velho com o michê se dá na frente da fachada do Colégio Militar e é arrematada com a dica de como chegar a um acordo feliz. É de notar que o material



expõe a relação comercial estabelecida entre garotos de programa e seus clientes, bibas velhas, fenômeno recente e muito distante da “troca de gentilezas” que justificava há muitos anos atrás.

A cena das duchas declara o que acontece de fato nas saunas: a diversão dos amigos, a fruição dos corpos e que o contato afetivo e continuado, chamado namoro, também existe. O garoto pode ser o mesmo da semana passada, pode ser um novo... A biba pode estar pagando a universidade do rapaz, conhecer sua família, formando um vínculo. Aí aparece o relacionamento com os amigos, a cerveja compartilhada. O que não exclui o fato de que muitos vão a saunas e outros locais onde não há garotos de programa e onde esses relacionamentos se dão entre os próprios clientes!

Na seqüência, o protagonista é visto como cidadão que poderia estar aposentado, mas ainda está trabalhando, porque quer e porque é querido. Se antes ele estava num espaço público, agora está no privado, como professor de matemática. A sua sexualidade não está apartada da sua maneira de ser profissional, e a questão do educador homossexual é sugerida. A relação entre o público e o privado vem em seguida.

Defendemos a idéia de que privacidade não significa esconder-se dentro do armário: a combinação de um programa com o garoto, por telefone, vem com o texto que sugere precauções. Privacidade não tem como sinônimo o sigilo absoluto. As páginas policiais dos jornais trazem periodicamente casos de homens mais velhos, solteiros, pacatos e profissionais liberais, mortos invariavelmente de forma violenta em circunstâncias misteriosas que indicam latrocínio. Casos insolúveis, ainda mais pelo silêncio que suas famílias fazem questão de manter. O **nuances** acredita que os homens gueis assassinados podem ser vítimas do seu próprio armário, e busca dizer que tanto esforço em manter vidas paralelas é desnecessário – por vezes, mortal.

A descida da escada foi originariamente desenhada com o casal abraçado. No entanto, desenhados definitivamente separados, a distância entre eles não desqualifica as relações estabelecidas, mas reflete o medo pela discriminação que a nossa sociedade ainda impõe. O recado é claro: corra atrás do que ou quem você tem vontade, mesmo que tenha que pagar por isso – se você não puder, lance mão de outras estratégias – sem problema nenhum! As histórias contadas, da vida real, são tão tristes quanto muito divertidas, o que não pode de forma alguma ser desprezado. O humor é fundamental e esta é a intenção ao retratar o michê experimentando um tênis pago pelo seu acompanhante.

O final demonstra como o uso de camisa-de-vênus deve ser uma constante, mesmo entre casais formados há muito tempo e que nem todos firmam um pacto de não-uso de preservativo. A idéia é de que o “casamento” não é uma condição que imuniza. O uso do preservativo denota o amor à vida que se tem quando não mais se é jovem. Não é desejável a contração do vírus HIV e outras DSTs, e por isso é importante que as pessoas de todas as idades tenham ciência da existência da Lei Municipal de Porto Alegre que obriga as saunas, vídeos e motéis a distribuírem, gratuitamente, a seus clientes camisinhas-de-vênus (como está escrito lá no meio da sanfona, no quadro da sauna). Também no casamento é provocada a questão da fidelidade entre os antigos parceiros, que buscam – em comum acordo – prazer fora da relação.

O Prazer Não Tem Idade buscou uma linguagem descontraída e franca para dizer tudo isso, e apostou no humor para a desconstrução dos estigmas que envolvem os próprios gueis. Os nomes dos personagens, claramente em voga noutras eras; o militar que espia o encontro da biba e do garoto; o pagamento do programa com a compra de um tênis, são ferramentas de que o grupo fez uso conscientemente quando projetou a sanfona dos quadrinhos.

Mas seria inverdade sustentar que nós, nuanceiras, não pensamos em nossa própria velhice que, com sorte, virá. O Prazer Não Tem Idade, ao fortalecer a auto-estima dos “guris da terceira idade”, gera um espectro positivo para o futuro. Os jovens gueis que têm contato com ele também ficam contaminados com uma proposta de envelhecimento feliz, e acreditamos que isso é fundamental para que atitudes preconceituosas contra os mais velhos, entre os gueis, diminuam. Mais ainda, para que a vida seja vivenciada pelo que ela oferece no momento, sendo desejável que o tempo venha e nos transforme, deixando-nos mais lúcidos, eróticos e mais bonitos também.





# PARCERIAS SEXUAIS NA COMUNIDADE *ENTENDIDA* DO RIO DE JANEIRO – NOTAS ETNOGRÁFICAS EM TORNO DE QUESTÕES ETÁRIAS E DO AMOR ROMÂNTICO<sup>1</sup>

*Luís Felipe Rios*<sup>2</sup>



Estava lembrando agora que, semana passada, eu fui a uma festa de candomblé, na casa de um *tio de santo*. Esta festa foi muito legal. Sobretudo porque eu cheguei lá e a festa já estava pronta. Cantei, dancei, dei meu santo... Depois comi, bebi e fui embora. O que não é o caso de hoje. Nós, eu, Vagner, Josias, Fábio, Alainaldo, Wilma e toda a equipe da ABIA, enquanto anfitriões desta “festa”, tivemos que nos desdobrar ao máximo para oferecer para vocês o que de melhor nós temos. Ou seja, além de precisar trabalhar bastante para a organização deste seminário (e continuar o trabalho depois que esta mesa acabar, de modo que tudo corra a bom termo até o final), ainda vou ter que “dar o meu santo” a partir de agora...

Vamos ver se ele vai conseguir dançar bem!

Por falar nisso, o que eu vou apresentar hoje, na verdade, é uma pequena parte da minha tese de doutorado, que está em fase de finalização<sup>3</sup>. De certa forma, eu vou re-visitar alguns dos conceitos que já foram usados durante o seminário, hoje. Criticar alguns e assumir outros como sendo mais interessantes para compreender o que eu estou investigando.

Na verdade, o trabalho da tese versa sobre duas comunidades: a primeira eu estou chamando de *comunidade entendida*, e a outra é a *comunidade-terreiro*<sup>4</sup>. A pesquisa tenta entender como jovens com práticas homossexuais, integrantes destas comunidades, constituem suas parcerias e suas práticas eróticas.

---

<sup>1</sup> Texto editado a partir da transcrição da apresentação na ocasião do seminário.

<sup>2</sup> Assessor de Projetos da ABIA. Psicólogo, Mestre em Antropologia e Doutor em Saúde Coletiva pelo IMS/UERJ.

<sup>3</sup> O Feitiço de Exu. Defendida em março de 2004, no programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, do Instituto de Medicina Social da UERJ.

<sup>4</sup> Terreiros de Candomblé da periferia do Rio de Janeiro e da Baixada Fluminense.

A idéia de se trabalhar essa questão surgiu quando, em 2000, participando de uma análise de situação sobre barreiras e possibilidades para promoção de saúde entre jovens (Rios, Pimenta, Brito *et al.*, 2002), realizada através de uma parceria entre a ABIA e o IMS<sup>5</sup>, começamos a perceber que, além de já se falar de uma *juvenilização* da epidemia do HIV, havia uma carência de estudos e ações em saúde sexual sobre jovens com práticas homossexuais. Percebi, então, a necessidade de enfocar essa questão.

Do ponto de vista teórico, e me apoiando nas teorias da construção social da sexualidade e dos agravos a ela relacionados (Vance, 1995), estou pensando que o trajeto da infecção pelo HIV, por via sexual, tem mais a ver com o modo como são pensadas e constituídas as parcerias sexuais e as práticas eróticas, que com o caminho propriamente biológico do vírus (Parker, 2000). Também estou pensando que as formas de constituir parcerias e práticas são determinadas por culturas sexuais específicas e, também, variam de acordo com as diferentes comunidades sexuais integrantes da sociedade mais ampla (Parker, Herdt, Carballo, 1995). Ressalto que estou entendendo comunidades na perspectiva de que estas se constituem através de enredamentos, conexões e afinidades (Haraway, 1994) e, deslocando-as das perspectivas que as associavam a uma assunção ou a um pertencimento a identidades fixas, a redes familiares e circunscritas a espaços específicos (Thornton, 1997a).

## A Comunidade Entendida

| 101 |

Para trazer para discussão neste seminário, eu foquei apenas na comunidade *entendida* do centro do Rio de Janeiro<sup>6</sup>. De certo modo, para nomear esta comunidade, estou resgatando um termo que foi muito caro para os estudos sobre as homossexualidades nas décadas de 70 e 80 (Fry, 1982a), e que hoje caiu em um certo desuso, sendo preterido pelo termo gay, ou homossexual.

---

<sup>5</sup> Análise contextual dinâmica, desenvolvida no Brasil numa colaboração entre o Instituto de Medicina Social da UERJ e da Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS, com base em uma iniciativa internacional do *Center for Sexual Health Research of the University of Southampton* com o *Center for Population Studies at the London School of Hygiene and Tropical Medicine* e o *Thomas Coran Reserch Unit do Institute of Education of the University of London*, para a realização do estudo comparativo “Barreiras e oportunidades para a saúde sexual e reprodutiva entre a população jovem”. A equipe de pesquisa foi composta por: Richard Parker, Veriano Terto Jr., Cristina Pimenta, Luís Felipe Rios e Ivo Brito.

<sup>6</sup> Observando o mundo homossexual do Rio de Janeiro, e a depender do nível de análise em que o “olhador” se localize, pode-se identificar uma multiplicidade de subculturas formatadas por HSH convergindo, muitas vezes, na formação de diferentes enraizamentos comunitários. De outro modo, é possível ver várias e diferentes comunidades que irão se marcar no mundo, seja por suas localizações nos espaços socioculturalmente investidos dos subúrbios e bairros diversos, seja pelas origens e trajetos de vidas dos homens que as compõem.

Em meio à diversidade, precisava escolher um lugar para observar, e optei por focar a descrição no circuito entendido do centro do Rio de Janeiro – sem deixar de caminhar por outros lugares dos subúrbios e Baixada,



No entanto, observei que os termos homossexual e gay, de fato, no cotidiano dos homens investigados, não serviam como demarcadores de uma comunidade; tão pouco eram utilizados como identidades compartilhadas por todos os que nela interagem. Esta, ainda que não se configure através de redes familiares, ou tenha um espaço geográfico delimitado (o gueto), de fato se afigurava, aos meus olhos, enquanto comunidade, sobretudo porque oferecia os signos e sentidos que permitiam aos jovens com práticas homossexuais interagirem sexualmente.

O fato é que basta que eu, ou qualquer um, percorra com um olhar mais atento a vida urbana carioca, para se ver constituir lugares de homossociabilidade, ainda que dispersos entre a hegemonia heterossexual; para ver se configurar uma série de códigos, práticas e sentidos, compartilhados pelas pessoas que os freqüentam e que, a despeito de muitas delas quererem se dizer gays, homossexuais, ou outro termo correlato, as fazem se marcar, enquanto, não só integrantes de um circuito, que lhes é muito próprio, por que colaboraram pra sua constituição, mas também como *entendidas*, no que resulta de suas *práxis*: sistemas de significados e práticas que estruturam a sexualidade e mais amplamente a vida social nesses contextos.

Assim, o termo utilizado para a nomeação da comunidade investigada surgiu no meio do caminho, entre uma compreensão nativa e uma compreensão do investigador (ressalto, também nativo). Porque, como já me referi, por mais que ele – *entendido* – tenha sido abandonado por acadêmicos e ativistas, é um termo que continua vigente no mundo do vivido. As pessoas se dizem através dele, as pessoas falam do outro através dele.

| 102 |

## Roteiros da Vida Sexual

No trajeto que fiz junto com os meus interlocutores das suas infâncias às suas juventudes, ou pelos lugares homoeroticamente investidos, no Centro do Rio, meus olhos puderam perceber alguns, dentre os muitos *scripts* (Simon, Gagnon, 1999) encenados. Como recurso para apresentá-los, eu os categorizei como roteiros de práticas e roteiros de parcerias. Artifício que,

---

junto com jovens dos terreiros e também jovens não adeptos. Além da facilidade de acesso aos lugares que compõem este circuito, minha opção em escolhê-lo baseou-se, sobretudo, na existência de uma confluência para o centro de homens de todos os locais da cidade, incluindo subúrbio e Baixada. Lembro da própria dinâmica concernente aos centros urbanos: o caráter comercial que impele trabalhadores a transitarem por ele, o anonimato e impessoalidade das relações, a confluência das redes de transportes etc. O certo é que durante toda a semana e, sobretudo, quando vai chegando o seu final, partem para lá muitos homens com práticas homossexuais.

No meu entender, nesse cadinho, que “mistura” classes e culturas, se realiza a possibilidade de uma “miscigenação” das muitas comunidades e sub-culturas gays através do contato entre os seus integrantes, promovendo uma síntese que se constitui a partir da negociação entre os diferentes dialogantes neste processo. E, se o processo não for bem esse, ao menos o resultado que surge é a possibilidade de interação entre os homens, e se eles conseguem interagir é porque compartilham de um mínimo de repertórios de roteiros que lhes permite tal, que os constituem em membros do que chamo aqui comunidade entendida.



ainda que considere necessário, é falso. Na verdade, no mundo do vivido, os roteiros acontecem intimamente interligados; no momento das interações, uns parecem chamar pelos outros, para que os enredos efetivamente aconteçam.

Neste trabalho eu vou passar, muito rapidamente, sobre o que estou chamando de roteiro de práticas eróticas, e tentar focar um pouco mais nos roteiros de parcerias<sup>7</sup>.

### *Roteiros de práticas: as ordens eróticas*

Assim, no que se refere aos roteiros eróticos, eles têm a ver com as regras de proximidades corporais (Hall, 1997), a intencionalidade dos próprios atores e com o tipo de discursividade empregado na comunicação. Pude perceber que, em alguns lugares, esses roteiros pareciam quase que os constituir, uma vez que se tornavam preponderantes, se sobressaindo sobre os demais. Identifiquei quatro roteiros, ou ordens de roteiros:

- *azaração*, com foco no olhar;
- *sarração*, com foco nos contatos corporais e fricções;
- *baco*, com foco na introdução de partes côncavas em convexas, além de uma ênfase nas práticas que vão além do papai-mamãe;
- *relacionamento*, que tem o foco no verbal.

Os termos que eu estou usando para nomear as quatro ordens foram retirados do próprio discurso nativo. Na verdade, a reflexão que deu origem a essa conceitualização surgiu mais propriamente quando eu estava indo com o meu companheiro para o Baile Gay da Elite<sup>8</sup>, no carnaval de 2003. Já era o segundo dia de baile e no caminho nós íamos discutindo sobre a organização espacial do baile e as práticas que acontecem em cada espaço.

Então, pensando na organização espacial, fora do prédio, na rua, fica uma multidão de gente. Sobre este espaço, Leandro dizia:

Lá é bom pra azaração! E, também, de repente, dá até pra relacionamento!

Ressalto que, relacionamento – na minha conceitualização, do mesmo modo como no discurso nativo – não tem o sentido de parceria fixa; relacionamento tem o sentido de que, quando se vai estabelecer uma interação, ela vai começar pelo verbal. Claro que ela vem sempre atravessada pela azaração. Os flertes que acenam para um possível interesse entre os envolvidos e que diminuem a margem de possibilidades de negação às investidas. Neste caso, para se chegar a uma interação de maior proximidade corporal, como as da ordem do baco, você precisa passar necessariamente pelo verbal.

---

<sup>7</sup> Para um aprofundamento dos roteiros de práticas ler RIOS, (2003).

<sup>8</sup> A Elite é uma gafeira tradicional da cidade, que na época do carnaval se transforma em um lugar que oferece bailes gays.

Voltando a minha reflexão com Leandro, e à Elite, dizia ele:

Se você sobe e vai pro primeiro piso, é o lugar da sarração.

Quer dizer, as pessoas não precisam se falar para que a interação sexual aconteça, pra que a sarração se dê, em outras palavras, para que a fricção entre os corpos se inicie. Mas, se você ficou muito excitado no segundo piso e você quer “sexo propriamente dito” (sexo penetrativo), você pode subir para o mezanino. E ali é o lugar do baco, onde o foco vai ser, sempre, essas interações, digamos, de muita proximidade, de introduções e recepções de partes dos corpos. Ressalto que, em geral, nesta ordem de interações a roupa não vai estar mais mediando o contato entre os corpos.

### *Roteiros de parcerias: os personagens da vida sexual*

Até aqui eu vinha falando bem mais de um trajeto espacial, que pode ser atualizado em um único local, como a Elite, mas também em outros locais da cidade (ver Rios, *op cit.*, 2003). Vou tomar, a partir daqui, um outro trajeto, que diz respeito às histórias de vida das pessoas.

Quero iniciar esta segunda caminhada, assinalando um fato que me chamou bastante atenção, já desde o início, nas primeiras entrevistas. Meu foco na pesquisa eram os jovens, mas eu comecei a perceber que eu não podia perder de vista as suas próprias trajetórias de vida. Esses jovens tiveram infância e têm uma perspectiva de vida adulta e, mais, se relacionavam e se relacionam (sócio-sexualmente), também, com pessoas de diversas faixas etárias.

Muitas vezes eu começava a conversa, e os jovens me relatavam como “idade de iniciação sexual” os 14, 15 anos. Contudo, quando íamos aprofundando as conversas, quando a confiança se estabelecia, surgiam referências às “brincadeiras sexuais infantis”; que, muitas vezes, eram brincadeiras que envolviam penetrações.

*Quer dizer... que quando eu era criança aconteceram algumas coisas, né? Chamavam brincadeiras e isso aconteceu, né? (...) Eu já sentia atração também, inclusive eu também beijava na boca quando era criança. Brincar de chupar, essas coisas. Uma vez aconteceu no colégio onde eu estudava e outra vez foi na casa do menino.*

Eu percebi, neste e em outros relatos, como eram recorrentes as brincadeiras sexuais, e essas brincadeiras aconteciam desde os cinco, seis, sete anos. Em geral, essas interações sexuais se organizavam em cadeias que se configuram mais ou menos assim:

- crianças mais novas eram iniciadas nas brincadeiras por crianças um pouco mais velhas;
- estas últimas também se relacionavam sexualmente com crianças um pouco mais velhas que elas;
- que, por suas vez, tinham interações sexuais com adolescentes;
- e estes se relacionavam também entre si e com adultos jovens;
- enfim, isso formava uma cadeia sexual que atravessava as diferentes faixas de idade.

Gostaria que vocês guardassem esse fenômeno, que quero retomar um pouco mais adiante, depois que apresentar melhor os outros roteiros de parcerias. Sobre estes, eu percebi, ainda, que eles buscam fazer interagir algumas categorias transformadas em personagens:

- O *ativo* e o *passivo*;
- O *bofe* e a *bicha*;
- O *mais velho* e o *mais novo*;
- O *estabelecido* e o *outro*;
- O *mocinho em perigo* e o *príncipe encantado*.

No que se refere ao organizador das parcerias em termos de ativo/passivo, ressalto que, aqui, não os temos de um ponto de vista de performances de gênero, mas apenas de fontes privilegiadas de prazer corporal, o pênis e o ânus, por exemplo.

Esta categorização encontra-se estreitamente em diálogo com uma outra forma de categorização, essa sim, propriamente de gênero. Para me referir a ela, e até para que possamos distingui-la da primeira, uso de um outro par de termos nativos, o bofe e a bicha. Uma categorização que, ainda que reproduza os papéis de gênero da heterossexualidade e da hegemonia, bofe/masculino, bicha/feminino, muito mais dissimula, do que revela, a real preferência erótica dos atores entre quatro paredes.

Se o indivíduo vai para um lugar onde predomina a ordem do relacionamento, essas categorias, bofe e bicha, vão ter muito sentido em serem atuadas. Mas se ele vai, por exemplo, para um “Aterro do Flamengo”, um lugar onde a ordem baco predomina, essa marcação, em termos de bofe e bicha, quase que se apaga. Quase deixam de existir essas performances corporais, que objetivam marcar os sujeitos em suas masculinidades e feminilidades; pois elas parecem servir muito mais para constituir parcerias fixas – implicitamente marcando os poderes dos atores envolvidos, do mesmo modo como acontece entre homens e mulheres. No sexo anônimo e casual, o que importa mesmo é de onde, de que parte do corpo, a pessoa vai obter os prazeres eróticos.

Ainda no âmbito das parcerias, dialogam com estas duas categorizações anteriores, os sentidos atribuídos às diferenças de idade, que, como ressaltai, vêm marcado as interações sexuais desde a infância. Quando eu questionava aos meus interlocutores jovens a organização das parcerias em termos do mais velho e do mais novo, em geral os jovens diziam que este é um padrão absolutamente natural:

É natural o mais velho ensinar ao mais novo e inexperiente as artes do sexo.

Ronald que, na época que o entrevistei, tinha 22 anos, me relata um caso<sup>9</sup> que teve aos 16 anos e, no qual, o companheiro tinha 35 anos:

---

<sup>9</sup> Parceria fixa.

*Eu não consigo gostar de garoto novo. Até saio, até rola uma transa, duas, assim, mas não é aquela coisa, com cara mais velho. De se entregar totalmente, com um cara mais velho. Fazer aquelas putarias mesmo todas. Até faço com cara mais novos, mas tem uma diferença.*

Ele complementa dizendo que muitas dessas putarias, que hoje ele sabe muito bem fazer, aprendeu nesses relacionamentos com homens mais velhos.

Vale ressaltar que Ronald é negro e o referido companheiro era branco, médico, dentre outros marcadores que acenam para uma diferença de status social entre os dois. Fato que indica, além de uma possibilidade de aprender as artes do sexo, o desejo por uma interação de um jovem com um homem mais velho, pela possibilidade de, através de uma formação de parceria nestes termos, alcançar um certo acesso a bens e serviços. Lembro que os jovens que investiguei são, em grande maioria, de classes populares, marcados pelas desigualdades de classe, além do próprio fato de serem jovens e homossexuais. A fala de Ronald sobre esta temática é muito interessante:

*Felipe: Voltando um pouquinho, já que você falou em dinheiro (...) Você acha que a diferença econômica entre você, que estava estudando, começando a viver e ele um médico...*

*Ronald: Ah era! Era assim, muita, muita, muita, uma diferença muito grande!*

*Felipe: Como era que isso influenciava? Desde o começo, mudou?*

*Ronald: Eh! Na época, com ele, tinha, assim, a minha mãe...*

Resumindo, ele vai falar que a mãe é pobre, porque ele é filho de pais separados, o pai é que pagava a escola... Na seqüência ele vai lembrar:

*Mas, eu com ele, até de michê<sup>10</sup> já fui chamado! Eu não aceitava nada dele, assim; nada, entre aspas, assim... Muitas que ele me dava, eu não aceitava. E amigos dele me rotulavam como michê, que eu tava com ele por conveniência. E não era. Eu não me ligava a dinheiro. Mas isso ajudou muito, me ajudou muito, assim, a ver as coisas...*

Ronald sublinha o fato de ter tido acesso a lugares onde antes ele não podia ir:

*Com ele eu fui, pela primeira vez, ao teatro. Com ele, entendeu? Porque na época que eu conheci ele, meu negócio era mais baile funk, era favela. Aquele negócio de meus amigos ser tudo favelado, eram os amigos de minha idade, assim... Então, assim, com ele eu comecei a conhecer novas coisas. Assim, MPB. Quando ele saía, me levava, assim, num bar, que tocava música ao vivo...*

E Ronald segue relatando os lugares, e lembra que, muitas vezes, para ingressar em alguns deles, precisava de roupas adequadas, e o companheiro comprava. Sintetizando, ele diz:

---

<sup>10</sup> Profissional do sexo.

*Ele me ensinou muita coisa, muita coisa boa, de cultura. Algumas coisas assim que eu sei de cultura eu devo muito a ele. Tem os dois lados da moeda.*

O que eu fui percebendo durante a pesquisa é que, na verdade, parecia haver um “ponto de inversão do desejo”, que começa a se configurar aos trinta anos. Ao que aparece, aos 30, o que era capital sexual vai se transformando ou se crescendo em capital sócio-econômico; os quais os jovens relatam como uma estabilidade, estabilidade sócio-financeira – talvez uma espécie de mais valia que vai atravessar e alinhar juventude e vida adulta.

Comparando as parcerias homossexuais e as heterossexuais – e para isso me vali de um estudo realizado por Goldenberg (1990) sobre as mulheres que são amantes – vê-se que, se entendidos e mulheres heterossexuais jovens são sexualmente valorizados enquanto parceiros sexuais por homens mais velhos, a chegada de ambas as categorias aos trinta anos muda o trajeto dos não-casados.

As mulheres ficam mais próximas do celibato, como assinala Elza Berquó (1998). Tendência que, numa de suas primeiras interpretações, ela chegou a chamar de curva da solidão feminina e, depois, em um de seus últimos artigos sobre o assunto, ela vai repensar propondo o “ficar só” como a possibilidade de poder desfrutar da liberdade, o que não podiam fazer quando tinham maridos.

No caso dos homens homossexuais, perdendo os atributos de jovialidade e se conseguem atingir, ou performar, a estabilidade financeira, podem inverter os desejos e buscar os parceiros mais novos; ou, quando não atingem tal estabilidade, olhar para o fundo das hierarquias etárias e tentar as kakus de mais de cinquenta, que, em geral, precisam mais explicitamente pagar para ter alguma satisfação erótica. Após os quarenta os homens iniciam o processo de se tornar tias velhas, e é na idade dos cinquenta que, no imaginário gay, efetivamente precisarão pagar pra encontrar a satisfação sexual. Talvez esteja exagerando, o fato é que existem lugares em que você não precisa pagar ao parceiro para ter sexo, mesmo estando numa certa idade.

Vale ressaltar, também, que essa consciência que os jovens têm da valoração da juventude enquanto bem de troca, ou de acesso a bens e serviços, vai crescendo à medida que vão saindo dos arredores de suas casas e ganhando o mundo do anonimato em outros espaços sociais.

## **O Amor Romântico: alinhando as cadeias de desigualdade**

Continuando, ainda no âmbito dos roteiros de parcerias, quero passar para a segunda questão que eu queria estar discutindo nesta apresentação: o amor romântico. E que, me parece, vai alinhar todas as outras categorias que fazem interagir os homens na formação das parcerias.

Conforme Alberoni (1998), diferentemente de outras sociedades, que usam do parentesco como a base para constituir as alianças sociais, sendo este a chave para a constituição dos



casais, na sociedade ocidental contemporânea este lugar foi ocupado pelo enamoramento – a base do amor romântico. Este, conforme o autor, vai estar focado na liberdade de escolha e no estabelecimento de diferenças. Ele mostra como as diferenças de classe, idade, gênero etc, vão ser recorrentes na constituição do enamoramento.

Ainda conforme Alberoni, o enamoramento teria um caráter transgressivo, provocando o rompimento de um estado anterior, que dá lugar à constituição de uma nova instituição: o casal. Esse processo se inicia pelo apaixonamento: um momento de efervescência coletiva (ainda que uma coletividade formada por duas pessoas) onde os envolvidos vão erigir os laços sociais que os une. Ele assinala que a formação do casal, como um fato social, também vai precisar desse movimento para ocorrer, como apontado por Durkheim (1996).

É interessante que Alberoni toma uma descrição feita por Durkheim do fenômeno da efervescência e tira toda referência ao fato em análise:

*O homem tem a impressão de estar dominado por forças que não reconhece como suas; forças que o arrastam e que ele não domina(...) sente-se transportado a um mundo diferente daquele em que vive sua existência privada. A vida aqui não é somente intensa, mas qualitativamente diferente(...) perde o interesse por si mesmo e se entrega inteiramente aos fins comuns(...) [As forças] criam a necessidade de expansão por meio de movimentos sem qualquer finalidade aparente(...) Nesses momentos, essa vida superior é vivida com tal intensidade e de maneira tão exclusiva que ocupa quase por completo as preocupações pessoais e egoísticas<sup>11</sup>.*

| 108 |

Como podemos notar, esta descrição cabe perfeitamente para o apaixonamento amoroso!

Durante o enamoramento, há um foco nas trocas comunitárias. A pessoa deseja a felicidade do outro e se oferece para tudo dar-lhe. Quando o casal se constitui, haveria uma tendência de se sair desse estado de efervescência e se voltar ao estado de vida ordinária. Então, paulatinamente, o que era o tudo dar, vai se transformar em cálculo de investimentos e, nesse momento, os “verdadeiros” (pois que assim valorados) investimentos vão estar sempre do lado do mais velho, do que tem mais capital social e econômico. O investimento afetivo do parceiro, que é mais pobre, que é mais jovem, dificilmente vai ser considerado; o que, em muitos casos, leva à desilusão. E aqui voltarei para o meu diálogo com Ronald, cuja narrativa pode ser ilustrativa destes fenômenos:

*Felipe: Mas, você, em algum momento, chegou a pensar que ele era o homem da sua vida?*

*Ronald: Cheguei! Nossa, fui apaixonado por ele!*

Ele prossegue dizendo que o apaixonamento tem a ver com uma certa loucura; a que vai se expressar, por exemplo, pelo fato de ele muitas vezes ter “roubado” dinheiro dos pais para poder encontrar com o namorado. Continua Ronald:

*O Eugênio? Eu não tinha amor por ele, tinha paixão absoluta. Era cego por ele, assim, era obsessão.*

<sup>11</sup> Alberoni citando Durkheim na sua análise da Revolução Francesa e outros movimentos sociais.

Neste ponto, eu chego com ele àquele outro lado da moeda, a que ele próprio havia se referido antes:

*Felipe: Mas agora vamos pro outro lado da moeda. Em que essa questão, desse apoio que ele dava, como é que eu digo... Ainda dessa coisa, tanto dessa diferença de idade, dessa diferença econômica, dando coisas pra você, a ter acesso a alguns lugares, mas não sei se a gente pode chamar de cobrança...*

Neste momento eu fiquei procurando a palavra para falar das relações de poder, e é ele próprio que me diz como as pessoas, em seus cotidianos, o nomeiam:

*Ah sim! Tive muita. Você fala, você diz da influência dele...*

*Tive! Nossa! Bastante influência! Ele falava 'não quero que você ande com tal colega teu'... Eu não sei se foi, eu não sei dizer se foi influência financeira ou se foi influência mesmo de sentimento. Ele falava e eu falava pra ele...*

*Foi um tempo em que eu fiquei muito dependente dele. Fiquei muito dependente dele, em todos os sentidos, sentimental, financeiro. Então, assim, acho que, nesse ponto, ele começou a me comprar. Acho que ele já me via como uma propriedade dele, então ele me restringia muita coisa, me proibia de várias coisas, entendeu?*

Ressalto que, no momento de nossa conversa, Ronald estava fazendo uma releitura de seu passado e, na seqüência, quando pergunto o que é apaixonamento, ele já traz, mixados, o apaixonamento e a desilusão. Vejamos quando lhe pergunto, então, o que o namorado fazia para deixá-lo tão apaixonado:

*Nada! Nada. Parando pra pensar, ele nunca que fez nada comigo. Nunca! Acho que ele me esnobava com classe. Eu acho que era isso!*

Sobre esnobar com classe, ele diz:

*Tá sempre ocupado, não tratar com atenção, depois de determinado tempo. Sempre tinha desculpas pra tudo, entendeu? Não ia me buscar na escola com frequência, como ele ia sempre, nunca mais... Assim, eu almoçar com ele como eu fazia sempre (...) não fazia mais aquilo, sempre tava endividado, nunca podia gastar mais dinheiro.*

Neste momento, como podemos perceber na fala de Ronald, se instaura a troca calculista, acima referida.

Eu pude perceber, e resgatando Elias e o Scotson (2000), que parece se instaurar entre homens mais jovens e mais velhos a dinâmica entre os estabelecidos e os outros. Esta, através do amor romântico, parece reforçar todas as cadeias de desigualdade inerentes aos demais roteiros acima descritos. Devo enfatizar que, desde o fim e até o começo, o amor romântico possui fortes implicações de poder; o que Alberoni identifica como diferença, possui, ao menos nos relatos que tenho escutado, requintes de desigualdades.

Assim, jogar o jogo do enamoramento não significa simplesmente fazer interagir as categorias socialmente apartadas das hierarquias de gênero, classe, raça, idade, mas perpetuar relações de poder. No enamoramento as categorias hierárquicas se mimetizam de salvadores de mocinhos e donzelos em perigo, claramente deixando os últimos na dependência dos primeiros e reforçando as assimetrias socialmente imputadas às diferenças, também socialmente forjadas. Grosso modo, eu resumiria: o branco “salva” o negro, o bofe “salva” a bicha, o mais velho “salva” o mais novo, enfim, os estabelecidos “salvam” os outros.

Mas, será que salva mesmo? Os relatos que recolhi acenam que não. O salvar (ou ajudar, amparar etc.) aparece aqui mais como uma ferramenta ideológica que escamoteia a dominação.

### **Considerações Finais: complicadores para o sexo mais seguro**

Ficou claro durante a pesquisa que as construções, acima apontadas, vão se atualizar em relação ao sexo mais seguro. Quero, então, aprofundar mais um pouco a questão das parcerias interetárias, já apontada, uma vez que as cadeias sexuais que se formam podem se constituir em trajeto para o vírus da AIDS.

Como já assinali, o padrão que tenho visualizado funciona do seguinte modo: crianças interagindo sexualmente entre si, em geral com pequenas diferenças de idade; estas, por sua vez, estão interagindo sexualmente com crianças mais velhas; que, ao seu turno, estão tendo intercursos sexuais com jovens; estes também estão interagindo entre si, em diferentes faixas de idade; numa cadeia sexual que chega até a adultez...

Vale assinalar neste ponto as análises epidemiológicas que mostram aumento de casos de AIDS entre jovens de 13 a 19 anos. Também lembro do período assintomático que varia entre 5 e 10 anos. Ora, se os dados revelam um avanço da epidemia para meninos e meninas entre os 13 e 19 anos, os jovens devem estar se infectando entre os 7 e 15 anos – o que reflete a idade das experiências sexuais dos homens com que andei conversado.

A partir das análises apresentadas quero fazer algumas considerações em relação à formulação de respostas ao HIV/AIDS. Por um lado, ênfase que não podemos continuar a “tapar o sol com a peneira”, como se tem feito com a negação da sexualidade infantil, postergando a educação sexual para a adolescência, embora muitas crianças já cheguem a tal fase da vida enquanto elos de cadeias sexuais. Também não podemos “jogar o (que se supõe como sendo) lixo para baixo do tapete”, como se tem feito, por exemplo, com as formas e circuitos eróticos dos homens com práticas homossexuais. Tão pouco acredito que se inscreva, como melhor resposta, aquela que busca “pagar na mesma moeda”, ou seja, responder aos efeitos da opressão sexual com mais opressão.

Ênfase que as respostas ao HIV precisam cada vez mais adequar suas fórmulas, construídas dentro de um dispositivo (médico) de sexualidade, ainda focado no certo/errado, no

normal/patológico, no sã/pervertido, rumo a incorporar as compreensões sobre as formas de eroticidade como efetivamente acontecem; além de retomar os ensinamentos aprendidos com o paradigma comunitário de quando surgiu.

Lembro que a adoção do sexo mais seguro, mais que uma escolha individual é uma construção coletiva (Watney, 1999). Chico, que postergou sua iniciação sexual para após os 18 anos, e por já ter contato com a maciça veiculação de informações sobre o HIV, tem suas primeiras interações penetrativas em seqüência de solicitação do sexo oral com camisinha. Contudo, frente às recorrentes negativas dos parceiros, vem o abandono. Este exemplo mostra que a mesma coletividade que instrui os jovens da importância, e exige deles o sexo mais seguro, leva-os a deixá-lo de lado no caso do sexo oral.

Atravessando a resposta comunitária estão as estruturas socioculturais, que, e muitas vezes em detrimento de informações, criam outras motivações que levam a práticas de risco. Retomarei, para finalizar, mais uma fala de Ronald:

*Uso da camisinha? Bom! Ele por ser médico, eu confiava muito nele...*

*Assim, as primeiras transas foram com camisinha, aquele fato de se conhecer, mas depois não. Não teve uso da camisinha nenhuma, mas também foi aquela coisa de não gozar dentro.*

Aqui, vale interromper a fala de Ronald para chamar atenção para um fato que tem sido bastante recorrente: os homens têm resgatado o coito interrompido como forma de prevenção! Voltemos à fala de Ronald:

*Aquela coisa, assim, eu comecei a ser ativo. Com ele geralmente eu era ativo e também é aquela cultura... Você que come, geralmente tem aquele risco, mas na época eu não sabia. Aí ele falava: 'não tem problema nenhum'. Já gozei dentro dele e tal, ele já gozou na minha boca, na minha cara. Então, assim, tinha uma cumplicidade muito grande. Mas também eu nunca fiz o teste, nunca tive a curiosidade de saber se eu tenho ou não.*

E aqui temos o problema das interpretações da “hierarquia dos riscos” e, talvez, subliminarmente, a associação do ser ativo com a heterossexualidade, e a associação de que se está seguro quando se é ativo/heterossexual. Sintetizando, o comentário de Ronald (aos 16 anos, negro, pobre) sobre o abandono do sexo mais seguro com o seu ex-parceiro, um homem de 35 anos, médico, estabelecido, deixa claro como as diferentes linhas de desigualdade social (saber, idade, atividade/passividade, classe/renda, amor romântico etc.) confluem para torná-los, ambos, mais vulneráveis ao HIV.

A análise deste e de outros relatos sugere que é preciso juntar à ênfase dada à camisinha nos programas de prevenção, informações alternativas de como reduzir o risco de infecções sexuais para os que não querem ou para os que não podem utilizá-la, além de atacar os fatores que estruturam as desigualdades – um bom modelo para inspiração são as ações em redução de danos voltadas aos usuários de drogas (Marlatt, 1999).

Ao mesmo tempo, e como um antídoto aos conservadores, para termos mais sucesso em nossas abordagens de educação em saúde sexual e de advocacy por uma sociedade mais equitativa precisamos reforçar pesquisas e ações em direitos sexuais. Conceitualizar os desejos, os prazeres e vivências (homo)eróticas, tanto como construções sócio-culturais, quanto como bens afirmativos: o direito universal de usufruir plenamente do próprio corpo e dos prazeres que este pode oferecer (Petchesky, 1999).

## Referências Bibliográficas

ALBERONI, F. *Enamoramento e Amor*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

BERQUÓ, E. Rearranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica. In: SCHWARCZ, L. (org.). *História da Vida Privada IV: contrastes a intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

DURKHEIM, E. *As Formas Elementares da Vida Religiosa*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ELIAS, N; SCOTSON, J. *Os Estabelecidos e os Outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FRY, P. *Para Inglês Ver: identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982a.

GOLDENBERG, M. *A outra – um estudo antropológico sobre a identidade da amante do homem casado*. Rio de Janeiro: Revan, 1990.

HALL, E. *A Dimensão Oculta*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1997.

HARAWAY, D. Um manifesto para o cyborgs: ciência, tecnologia e feminismo socialista na década de 80. In: HOLLANDA, H. *Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

MARLATT, A. *Redução de danos: estratégias práticas para lidar com comportamentos de alto risco*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

PARKER, R. *Na Contramão da AIDS: sexualidade, intervenção, política*. Rio de Janeiro: Editora 34/ABIA, 2000.

PARKER, R.; HERDT, G.; CARBALLO, M. Cultura sexual, transmissão do HIV e pesquisas sobre AIDS. In: CZERESNIA, D.; SANTOS, E.; BARBOSA, R. et al. (orgs.). *AIDS: Pesquisa Social e Educação*. São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC/ABRASCO, 1995.

PETCHESKY, R. Direitos Sexuais: Um Novo Conceito na Prática Política Internacional. In: BARBOSA, R.; PARKER, R. (orgs.). *Sexualidades pelo Avesso: direitos, identidades e poder*. São Paulo: Editora 34, 1999.

RIOS, L. F. Parcerias e práticas sexuais de jovens homossexuais no Rio de Janeiro. *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, n. 19, supl. 2, p. S223-S232, 2003.

RIOS, L.; PIMENTA, C.; BRITO, I. et al. Rumo à Aduldez: oportunidades e barreiras para a saúde sexual dos jovens brasileiros. *Cad. CEDES*. Campinas, v. 22, n. 57, p. 45-62, 2002.

SIMON, W.; GAGNON, J. Sexual Scripts. In: PARKER, R.; AGGLETON, P. (eds.). *Culture, Society and Sexuality: a reader*. London: UCL, 1999.

THORNTON, S., 1997a. General Introduction. In: GELDER, K.; THORNTON, S. (eds.). *The Subcultures Reader*. London: Routledge.

VANCE, C. A Antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico. In: *Physis - revista de saúde coletiva*. Rio de Janeiro: IMS-UERJ/Relume-Dumará, v. 5, n. 1, 1995.

WATNEY, S. Safer Sex as community practice. In: PARKER, R.; AGGLETON, P. (eds.). *Culture, Society and Sexuality: a reader*. London: UCL, 1999.





S E S S Ã O 4

# PROCESSOS DE ESTIGMATIZAÇÃO E ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA

Violência, Exclusão e Sofrimento Psíquico

*William Siqueira Peres*

Políticas Públicas Contra o Preconceito e a Discriminação e a  
Participação da Sociedade Civil

*Karen Bruck*

A Guerra dos Mundos Homossexuais -  
resistência e contra-hegemonias de raça e gênero

*Osmundo Pinho*

# VIOLÊNCIA, EXCLUSÃO E SOFRIMENTO PSÍQUICO

*William Siqueira Peres<sup>1</sup>*



As idéias iniciais para fomentar uma discussão a respeito da violência vivida por travestis, transexuais e profissionais do sexo, nos levam a pensar, inicialmente, nos diversos contextos sócio-econômicos e culturais nos quais os atores envolvidos com essas práticas estão inseridos, assim como nas relações de poder que são estabelecidas e que definem as práticas de exclusão e opressão social, econômica, racial, cultural, sexual e de gênero.

Eis uma questão da contemporaneidade que se evidencia em todos os lugares, das mais diversas formas e nas mais diversas intensidades. Algumas vezes de forma sutil, invisível e transparente (violência simbólica), em outras vezes ela se expressa nas formas mais violentas e sanguinárias, associadas com golpes de crueldade.

No caso da violência sofrida pelas travestis, transexuais e profissionais do sexo, ou, de forma mais realista, das violências, porque o que presenciamos não é a expressão de uma forma de violência de cada vez, mas diversas formas de violência todas juntas, com especificidades e intensidades diferentes.

As violências, quer sejam simbólicas ou reais, promovem a perda de consciência sobre os direitos e deveres das pessoas, considerando que as mesmas são experimentadas nos planos físico, psicológico e moral, provocando sofrimento e impotência frente aos acontecimentos. Impotências que muitas vezes levam as pessoas a acreditarem que a única forma de revide é a própria violência, tal como as máximas ultrapassadas do “dente por dente, olho por olho”.

Estudos têm revelado que as experiências de violências produzem ações de violências, ou seja, a cada ação violenta vivida, novas aprendizagens se constroem de como também sermos violentos.

Em nossas experiências com travestis/transexuais de diversas partes do Brasil, temos tido a oportunidade de ouvir relatos das mais diversas formas regionais dos modos de vida com suas comunidades, assim como das atrocidades cometidas, dos preconceitos exercidos e das violências consumadas.

---

<sup>1</sup> Professor Assistente do Depto de Psicologia Clínica da FCL/UNESP - Assis/SP. Doutorando em Saúde Coletiva pelo IMS/UERJ-RJ.

A cada dia, a mídia e as nossas próprias experiências cotidianas têm revelado a produção de uma cultura da violência, marcada por ações concretas de agressões e mortes, mas também, por intenções perversas de pessoas que querem prejudicar seus semelhantes, visando obter vantagens e respeitabilidade a ferro e força.

Assim, determinadas expressões identitárias, tais como, gays, lésbicas, travestis e transexuais, por não reproduzirem os modelos dados pela heterossexualidade e casamento monogâmico, são classificados como anormais, criminosos ou pecaminosos, criando uma generalização de que todos seriam “farinha do mesmo saco”. Não podemos perder de vista que existem diferentes formas de sermos gays, lésbicas, travestis ou transexuais, marcando especificidades e necessidades que precisam ser consideradas.

Podemos perceber na atualidade o crescente aumento de grupos de gays e lésbicas, de travestis e transexuais que têm se organizado no sentido de reivindicar direitos e respostas às suas especificidades, tais como problemas ginecológicos que são específicos das lésbicas; problemas de aplicação de silicones que são específicos das travestis; problemas de cirurgias de transgenitalização que são específicas das transexuais, sem perder de vista alguns problemas que são coletivos, como as discriminações e violências sexuais e de gêneros, de classes sociais, raciais e étnicas, que muitas vezes culminam em agressões e violências que chegam às vias letais, com mutilações e mortes.

Embora possamos perceber os muitos avanços e vitórias por parte do movimento homossexual brasileiro, considerando as inúmeras cidades e estados que criaram leis anti-discriminatórias que favorecem o mínimo de cidadania para essa comunidade, ou ainda, as manifestações em comemoração ao Dia Internacional do Orgulho Gay – vide a última parada de São Paulo com mais de um milhão de participantes – são muitos os obstáculos que teremos que ultrapassar para podermos nos tornar cidadãos dignos e respeitados, para termos direitos equivalentes à sociedade como um todo.

São lutas coletivas que necessitam de organizações mais intensas, de modo a promover respostas mais efetivas em âmbito nacional. Penso nas várias denúncias de violações dos direitos humanos, de assassinatos, de que somos informadas através da mídia ou dos grupos de discussões de que participamos pela internet.

Cada caso é um caso ligado ao contexto de sua produção, mas também diz respeito a todos nós, se consideramos que contemplamos as mesmas formas de estigmas e discriminações. Não podemos deixar que as generalizações se perpetuem.

Assim, gostaria de deixar pontuado, que travesti/transexuais não são sinônimos de prostituição, ou seja, embora a formação de estigmas sociais sobre as travestis e transexuais tenha produzido uma tendência no imaginário das pessoas em associarem travestis/transexuais com a prostituição, a cada dia temos nos deparamos com travestis com as mais diversas ocupações.

É possível encontrar travestis e transexuais trabalhando nos serviços públicos, nos salões de beleza e de alta costura, na prestação de serviços domésticos, como web-designers, e também, embora em número reduzido, com formação universitária, como é o caso de travesti advogada, psicóloga, historiadora, engenheira, entre outras profissões.

**Mas, se não devemos associar as travestis/transexuais à prostituição, por que encontramos tantas e tantas batalhando, nas ruas e praças das cidades?**

Aos olhos dos menos avisados, ou seja, das pessoas que desconhecem as reais condições de vida das travestis e transexuais brasileiras, quando uma pessoa passa pela região de batalha das profissionais do sexo, ao ver as travestis e transexuais todas produzidas, glamurosas, lindas e disponíveis aos seus clientes, tem a impressão de que as mesmas vivem este glamour o tempo todo e que as mesmas só sabem fazer isso na vida. Sabemos que se trata de um ledó engano! Nada sabem das reais condições de vida dessas pessoas e dos motivos que levaram as mesmas a ocuparem esse lugar no mundo.

Se essas pessoas conseguissem se desvencilhar de seus preconceitos e discriminações que violentam o tempo todo as travestis e transexuais, se ouvissem os desejos das mesmas, descobririam que muitas travestis e transexuais sonham em poder estudar, trabalhar e circular pelo espaço público, desfrutando de tudo que a cidade possa oferecer em termos de acesso a bens e serviços de qualidade, cultura e lazer.

Muitos homossexuais, mesmo antes de se decidirem pela travestilidade, ao expressar sua homossexualidade dentro de suas famílias, são discriminados e perseguidos através de cobranças, controles e agressões físicas e verbais que denigrem a sua auto estima e sua capacidade de ação, fazendo-os perder a crença em si mesmos e acreditar nas acusações, classificações e penalizações que lhes são impostas. Ao expressar a sua tendência a travestilidade, essa discriminação não só aumenta, como acaba terminando muitas vezes na expulsão de suas próprias casas.

Paralelamente a essa exclusão familiar, em seu entorno já se configuram outras ondas de exclusão, que vão se conjugando, tais como, exclusão escolar, exclusão social, exclusão econômica, exclusão sexual, exclusão cultural, exclusão religiosa, exclusão racial, ou seja, uma total exclusão de direitos, que não só denigre como impossibilita a essas pessoas o direito fundamental de construir suas cidadanias. Vai se configurando aquilo que gostaríamos de chamar “rede de exclusão”.

Cada uma dessas experiências vividas de exclusão vai configurando ações de violências que esfolam os corpos e as almas humanas, encontradas muitas vezes de forma sutil e em outras de forma cruel, nas relações que mantemos com nossos familiares, amigos e vizinhos.

A violência à qual essas pessoas são expostas, gerada pelas forças sociais, com seus operadores morais, cientificistas e legalistas, vai produzindo diversas e intensas formas de opressão, evidenciando a desigualdade social, sexual e de gênero cada vez mais nítida e intensa.

Richard Parker (2000) tem chamado nossa atenção para aquilo que vem denominando de “sinergia de vulnerabilidades”, ou seja, a concentração de diversas formas de opressão, marginalização e violência às quais muitas pessoas são expostas. Neste sentido, o simples fato de uma pessoa manifestar sua homossexualidade faz com que seja estigmatizada, depreciada e desvalorizada frente às outras pessoas e às instituições com que se relaciona. Esta estigmatização e, por conseguinte, as ações de violência, vão se intensificando se essa mesma pessoa é pobre, é negra, é travesti ou transexual, e se for uma pessoa vivendo com HIV/AIDS.



Esse somatório de diferenças é que caracteriza a “sinergia de vulnerabilidades”, compondo uma rede de exclusão e de experiências de violências, que levam essas pessoas à marginalização e destituição do direito a ter direitos, logo, de ser cidadãos.

Essa contextualização busca clarificar nossa compreensão a respeito das sexualidades, dos gêneros e suas práticas, sempre entendidas como uma construção histórica e social, tais como alguns autores já pontuaram (Foucault, 1986; Weeks, 1998; Parker, 2001;2002).

Assim, tomando como referência o momento histórico e social no qual as relações, com seus significados e valores, são produzidas, vamos percebendo uma certa mudança nos níveis de tolerância e inclusão social que varia de país para país, de estado para estado, de cidade para cidade, de bairro para bairro, enfim, de cultura para cultura.

Pensamos que, devido ao fato de a sociedade ter dado uma conotação negativa, excludente e discriminatória às práticas de prostituição, a própria inserção das travestis e transexuais no mundo da prostituição já é uma experiência de violência. Uma violência que irá destituí-las dos seus direitos sociais, políticos e culturais de cidadãs, de circular pelos espaços públicos, levando-as muitas vezes a acreditarem nisso e se refugiarem durante o dia para só se exporem à noite.

Em nossas andanças por diversas localidades do Brasil, temos observado que muitas travestis apenas circulam por dois lugares: o espaço de suas casas (pensões e repúblicas) e a pista de batalha. Apresentam dificuldades para sair de casa durante o dia, saindo apenas para a batalha na noite. (Maite Schneider escreveu um belíssimo texto sobre isso).

No mundo da batalha, as travestis e transexuais são inseridas em uma rede de exploração e violência que se expressam de diferentes formas.

**Na relação com a dona do ponto de batalha ou da pensão** que a recebe para morar, configurando extorsões financeiras e sexuais. Como encontra dificuldades para alugar uma casa ou apartamento, as travestis e transexuais acabam aceitando esses tipos de imposições por falta de opções.

**Na relação com as colegas de batalha**, dada a concorrência e disputa pelos clientes. Em vários momentos de oficinas que coordenamos com travestis, quando propomos discussão sobre união e solidariedade, é comum ouvirmos perguntas do tipo: “você acha que travesti pode ser amiga na esquina? Evidenciando a disputa do aquí com as colegas, ou ainda, pontuando o seu lugar social ao afirmar que “travesti só é amiga dela mesma, sua companheira é a solidão”.

Acreditamos que essas situações denunciam a total descrença em si mesmas, que foi imposta pela própria sociedade, considerando que, por não receberem apoio, respeito e chances na vida, acabam tendo suas auto-estimas rebaixadas e ficam impossibilitadas de acreditar no grupo, na força da organização social e política de sua comunidade.

**Na relação com os clientes**, principalmente com as famosas “mariconas”, que muitas vezes se negam a pagar o preço combinado, ou ainda, aqueles clientes que após o programa sentem-se culpados e se acham no direito de poder agredir a travesti que se ocupou com ele.

**Na relação com a polícia**, que as violenta e extorque dinheiro e serviços sexuais, tanto



das próprias travestis, quanto dos clientes. Verdadeiros trogloditas que, por estarem fardados, se acham no direito de abusar da autoridade, humilhando e espancando as travestis e transexuais que se ocupam da batalha.

Todas essas formas de violências e opressões sociais, econômicas, sexuais e de gêneros, marcam índices fortes de desigualdades sociais, que impossibilitam as pessoas de acreditarem em si mesmas como cidadãs, na qualidade de ter direito a ter direitos. Acreditamos que essas experiências de violências e exclusões poderiam ser pensadas a partir de um operador que Richard Parker (2000) vem chamando de “violência estrutural”.

Parker (2000) tem alertado que a “violência estrutural” pode ser uma ferramenta importante para o entendimento dos estigmas e discriminações que são produzidos em nossa sociedade.

Aponta cinco fatores como sendo componentes dessa violência estrutural:

- 1) Divisão e desigualdade sociais;
- 2) Opressão sexual e discriminação de HSH/profissionais do sexo;
- 3) Marginalização e criminalização de UDI;
- 4) Relações de poder e gênero sobre as mulheres; e
- 5) Injustiça econômica sobre os pobres.

O enfoque da violência estrutural permite a possibilidade de um mapeamento dos modos de constituição da vida das travestis e transexuais em nossa sociedade, quanto às formas de socialização entre seus pares, com as pessoas no seu entorno e consigo mesmas, de modo a problematizar as formas mais emergentes de discriminação, opressão e violência às quais as mesmas são expostas.

Essa clarificação por sua vez nos permitirá avaliar os níveis de vulnerabilidades individuais e sociais, que favorecem ou facilitam a exposição dessas pessoas à infecção do vírus HIV e à AIDS, mas também, às diversas formas de estigmas e discriminações. Vulnerabilidades que são construídas independentes das vontades das travestis e transexuais, mas que tem a ver com os preconceitos e desinformações da própria sociedade.

Pesquisas recentes realizadas por Parker (2000); Farmer (1998), Aggleton (2001) e outros têm confirmado cada vez mais o quanto a vulnerabilidade aumenta juntos aos segmentos mais empobrecidos da população.

Tentando uma maior clarificação, trazemos um recorte da entrevista que o Dr. Otávio Cruz Neto, concedeu ao Boletim da ABIA de jan/março 2000, onde afirma que

“a pobreza é o indicador mais sensível da concentração de renda no Brasil, e, diante disso, a principal forma de violência passa a ser a ‘violência estrutural’, perpetrada pelo próprio Estado constituído, gerando a opressão de pessoas e grupos, negando-lhes bens e oportunidades necessárias, tornando-os mais vulneráveis às mazelas sociais, ao sofrimento e à morte. A relação entre violência, pobreza e vulnerabilidade não pode ser vista meramente no sentido de causa efeito, ou por mera associação. É preciso estar mais atento, pois o locus da violência estrutural é

exatamente uma sociedade de democracia aparente, que apesar de conjugar participação e institucionalização, advogando a liberdade e igualdade dos cidadãos, não garante a todos o pleno acesso a seus direitos. Infelizmente seu aspecto mais cruel é o de ser responsável pela instituição de um processo seletivo que tem o poder de decidir quais os cidadãos que desfrutarão do bem estar social e os que se incorporarão à grande massa de excluídos”.

Essa exclusão irá tecer, a partir de então, uma rede de exclusão, sobre a qual gostaríamos de refletir.

A violência se inicia com a expulsão da família, e por sua vez se expande pela vizinhança, que faz chacota e humilhação, seguindo pelos espaços escolares que discriminam, ridicularizam e expulsam essas pessoas, inibindo toda uma rede de sociabilização comum entre os cidadãos, que se envia pelos espaços públicos, quando, com alguma sorte, são abrigados por amigos ou instituições de apoio a marginalizados.

Com dificuldade para poder participar da formação escolar, ou profissionalizante, essas pessoas acabam sendo encaminhadas, por pessoas próximas que vivem experiências em comum, para o mundo da prostituição, o mundo da rua e aquilo que ele tem de mais negativo: a violência, a discriminação, o preconceito, o crime, as drogas, o tráfico.

A efetivação de uma vida humana justa e digna, que respeite a diversidade, e particularmente as travestis e transexuais, é condição necessária para a construção da cidadania que se quer plena, justa, digna e participativa.

As condições nas quais as travestis e transexuais vivem hoje é uma tessitura muito ínfima frente ao cenário cosmopolita e fascista que se impõe a todo instante nos modos de sociabilização e cristalização de modelos previamente dados.

As formas de prostituição, de atendimento sexual, poderiam ser muito interessantes a partir do livre arbítrio das pessoas em desejarem livremente serem profissionais do sexo. Como escolhas particulares e não como imposição de uma sociedade que lhes nega direitos e acessos a bens e serviços.

Mas, infelizmente, o que percebemos em nossa realidade social é a tomada da prostituição de forma negativa, estigmatizando e marginalizando todas as pessoas que exercem essas atividades.

Essas formas de estigmatizações e de discriminações agem intensamente sobre o estado psicológico e emocional das travestis e transexuais, roubando-lhes o direito de tranquilidade e de saúde mental, produzindo rebaixamento de suas auto-estimas, graves crises de angústias e de ansiedades, que chegam na maioria das vezes aos sintomas da depressão.

Em nossas oficinas semanais com as travestis de Londrina, mas também quando conversamos sobre o dia-a-dia e sobre cidadania, temos nos deparado com relatos freqüentes sobre as experiências de violências e discriminações, que, devido ao fato de não poderem contar com órgãos públicos da saúde, educação e de segurança pública, levam-nas a descreditarem que as mudanças sejam possíveis, promovendo algo que poderíamos chamar de naturalização da violência, expressada por frases do tipo “travestis são todas iguais, espreme umas quarenta que não sobra uma”.

Uma total descrença nas mudanças e na força da organização social e política das travestis e transexuais impede que novas ações de enfrentamento aos estigmas e discriminações possam ser criadas, desfavorecendo a diminuição das desigualdades sociais e impossibilitando a construção da cidadania.

Por cidadania, gostaríamos de dizer que não basta às travestis terem acesso a bens e serviços, mesmo porque, as formas de atendimentos de saúde, educação e de segurança ainda deixam muito a desejar. É preciso que cada vez mais as travestis participem das tomadas de decisões de nossa sociedade, reivindicando direitos e propondo saídas para a crise existente nestes serviços.

No imaginário social as travestis e transexuais seriam pessoas criminosas, doentes ou pecadoras que precisam ser revistas urgentemente.

Cada vez mais percebemos a necessidade das autoridades governamentais, dos formadores de opinião pública e de pesquisadores sensíveis às diferenças, de formular políticas públicas e ações solidárias e cidadãs de inclusão das populações marginalizadas, para que essas pessoas possam desfrutar dos mesmos direitos que são assegurados aos cidadãos comuns, de modo a terem as mesmas oportunidades e chances frente à vida.

Mas, acreditamos também que essas mudanças só serão possíveis quando travestis e transexuais se fizerem ouvidas e respeitadas. Para que isso aconteça precisamos invadir todas as áreas, da saúde, da educação, da segurança pública, entre outras, para falar a essas instituições e pessoas que as referências que elas possuem sobre as travestis e transexuais estão ultrapassadas e que são equivocadas.

É preciso, antes de mais nada, mostrar a esses indivíduos que as travestis e transexuais são pessoas dignas e que merecem respeito e oportunidades.

## Bibliografia

AGGLETON, P.; PARKER, R. *Estigma, discriminação e AIDS*. Rio de Janeiro: ABIA, 2001. (Coleção ABIA – Cidadania e Direitos, n. 1.

CRUZ NETO, O. *Um país de desigualdades*. Boletim ABIA, Rio de Janeiro, n. 44, jan./mar. 2000.

FARMER, P. *Infections and Inequalities: the modern plagues*. Los Angeles: University of California Press, 1999.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. São Paulo: Editora Graal, 1986.

PARKER, R. *Na Contramão da AIDS*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2000.

\_\_\_\_\_. *Abaixo do Equador: culturas do desejo homossexualidade masculina e comunidade gay no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2002.

WEEKS, J. *Sexualidad*. Buenos Aires: Editora Paidós, 1998.

# POLÍTICAS PÚBLICAS CONTRA O PRECONCEITO E A DISCRIMINAÇÃO E A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

*Karen Bruck*<sup>1</sup>



Uma das características marcantes da resposta brasileira à epidemia da AIDS tem sido a de transformar demandas e vulnerabilidades individuais em demandas coletivas. Na prática, isso tem significado ações convergentes, tanto da sociedade civil, como das instâncias governamentais, no desenvolvimento de estratégias que priorizem identidades de grupo no enfrentamento da epidemia. Estas identidades, estabelecidas em um espaço de relações entre sujeitos, têm garantido ações bem sucedidas, de prevenção, assistência e cidadania, principalmente aquelas direcionadas a populações mais vulneráveis.

| 123 |

Esta definição, como política pública, tem como desdobramento o estímulo, o fomento e, inclusive, o financiamento de programas que apontem para a perspectiva de construção de identidades coletivas, para além das chamadas “categorias de exposição” – homens que fazem sexo com homens, profissionais do sexo, usuários de drogas injetáveis.

Do ponto de vista governamental, duas modalidades de fomento têm sido amplamente utilizadas: apoio financeiro a projetos desenvolvidos por organizações da sociedade civil e a viabilização de condições para a participação das comunidades ou de populações específicas na definição das políticas voltadas ao HIV/AIDS.

O Programa Nacional de AIDS, mas especificamente a SCDH - Unidade de Articulação com a Sociedade Civil e Direitos Humanos, é a área do PN-DST/AIDS responsável pela articulação política com as organizações da sociedade civil, redes e movimentos sociais e pela promoção dos direitos humanos das pessoas vivendo com HIV e AIDS e das populações mais vulneráveis, com o objetivo de fortalecer a resposta nacional à epidemia.

As conquistas dos últimos anos permitiram ao Programa Nacional de AIDS se debruçar com um pouco mais de acuidade e de uma forma mais planejada para além da questão da AIDS

---

<sup>1</sup> Programa Nacional de DST/AIDS, SVS – Secretaria Nacional de Vigilância em Saúde – Ministério da Saúde.

especificamente, principalmente no que diz respeito à discriminação e ao preconceito. Os vinte anos de enfrentamento da epidemia permitiram o acúmulo de algumas certezas. Aprendemos que quanto maior o emponderamento menor a vulnerabilidade. Isso significa que, quanto maior a visibilidade, quanto maior a organização política, quanto maior a participação dos grupos, organizados ou não, mais atingidos pela epidemia, menor a vulnerabilidade ao HIV e ao adoecimento pela AIDS. Este “aprendizado” tem-se traduzido em uma linha de ação que tem privilegiado, para além de ações de prevenção e assistência, o apoio a projetos de desenvolvimento institucional das OSC, projetos de assessoria jurídica e de defesa dos Direitos Humanos, projetos de eventos e de fortalecimento de redes da sociedade civil.

Atualmente, o Programa Nacional de AIDS está envolvido com alguns macro-processos que são bastante significativos e que vão dar o tom da resposta à epidemia nos próximos anos, todos considerados cruciais para dar continuidade à resposta brasileira à AIDS. Esses processos estão ancorados nos princípios que norteiam o trabalho do SUS: equidade, universalidade e integralidade. Um deles é o Processo de Descentralização que, a partir de Política de Incentivo via Fundo a Fundo, amplia para os 27 estados da federação e para 410 municípios os repasses de recursos, no valor total de R\$ 100 milhões/ano. Estes recursos estão sendo repassados diretamente aos estados e municípios, de acordo com o Plano Anual de Metas apresentado. Estes planos, discutidos e pactuados com a sociedade civil organizada nos conselhos municipais, estaduais e nacional de saúde, prevêm o financiamento de projetos locais de organizações da sociedade civil.

| 124 |

Outro processo diz respeito à ampliação de articulação e diálogo com diferentes segmentos dos movimentos sociais. Para tanto em setembro de 2003, o Programa iniciou a reformulação de suas 21 comissões, comitês e conselhos assessores que atuavam nas áreas de promoção, atenção e gestão. Esse processo foi conduzido tendo como objetivos: garantir maior integração dos diferentes atores envolvidos nessas instâncias; proporcionar uma visão global de suas linhas de atuação; garantir a inclusão de todos os setores envolvidos com a questão de DST/HIV/AIDS; melhor definir suas funções dentro das instâncias e otimizar os custos das mesmas.

Na recomposição desses fóruns manteve-se o compromisso de garantir a representatividade dos diferentes setores – os três níveis de governo, sociedade civil organizada, universidades, setor privado e organismos internacionais – garantindo também a representatividade regional, o equilíbrio de gênero e a participação das pessoas vivendo com HIV/AIDS. Também foi contemplada a abordagem de temas considerados como fundamentais para o controle da epidemia, tais como sexualidade, vulnerabilidade, gênero, direitos humanos, diversidade sexual e viver com HIV/AIDS.

A atual estrutura é composta por três comissões nacionais que trabalham a política global em DST/HIV/AIDS e que possuem especificidades distintas: a Comissão Nacional de DST/AIDS – CNAIDS – integradora de todas as instâncias assessoras na definição das políticas públicas; a Comissão Nacional de Gestores de Programas de HIV/AIDS e outras DST – COGE – composta por representantes de Estados e Municípios para pactuação das políticas a serem

implementadas no âmbito do SUS (Sistema Único de Saúde); e a Comissão Nacional de Articulação com os Movimentos Sociais – CAMS, formada por representantes da sociedade civil organizada para realizar a interlocução do Ministério da Saúde com os movimentos sociais que atuam na área. A CAMS é formada pelas seguintes representações da sociedade civil:

- Fóruns de ONG/AIDS (10 representações)
- Rede de Profissionais do Sexo (01 representação)
- Movimento de Mulheres (01 representação)
- Movimento Homossexual (01 representação)
- Redutores de Danos e Usuários de Drogas (01 representação)
- Pessoas Vivendo com HIV/AIDS (01 representação)
- Estudantes Jovens (01 representação)
- Movimento Negro (01 representação)
- Transgêneros (01 representação)
- Populações Indígenas (01 representação)

### **Participação em Outros Espaços**

O Programa Nacional de AIDS tem promovido a ampliação da discussão sobre o HIV/AIDS em outras esferas de consulta e articulação no âmbito governamental. Desde 2002 o PN tem participado do Conselho Nacional de Combate à Discriminação – CNCD – uma instância plural, com participação de diferentes instituições governamentais e não governamentais, subordinada à Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério da Justiça.

Esse Conselho tem sido um espaço a partir do qual particularmente o movimento homossexual tem obtido algumas conquistas, no campo da participação, visibilidade e formulação de políticas públicas para além do HIV/AIDS. O CNCD vem realizando reuniões itinerantes em cada uma das instâncias governamentais que participam do Conselho, com o objetivo de mapear o que cada ministério vem fazendo com o intuito de combater a discriminação em seu âmbito de atuação. Isso mostra, por um lado, a disposição do governo em discutir temas de discriminação e preconceito com os movimentos sociais e, por outro, a possibilidade destes mesmos movimentos sociais ampliarem a sua agenda e inseri-la na formulação de políticas públicas.

Os Ministérios da Saúde e da Educação estão discutindo mudanças curriculares nos cursos das áreas biomédicas e esse é o momento dos movimentos sociais reivindicarem participação nesse processo.

No campo da saúde, especificamente, estamos discutindo estratégias para viabilizar o enfrentamento do estigma e da discriminação das populações mais vulneráveis no âmbito do Serviço Único de Saúde. Dois instrumentos têm servido de subsídio para esta tarefa: o acolhimento de denúncias e a “apropriação” de resultados de pesquisas, principalmente aquelas de-



envolvidas em teses e dissertações de mestrado e doutorado sobre este tema. Com base nestes dados, tem sido possível identificar as demandas diferenciadas e específicas de cada representação social, que irão subsidiar as respostas governamentais.

No âmbito do Ministério da Saúde três comitês técnicos foram criados a partir desta perspectiva: Saúde da População Negra; Saúde da População Indígena e Saúde da População GLTB. Cada um destes comitês terá como tarefa articular as ações entre as áreas do Ministério da Saúde e as demais instâncias do Sistema Único de Saúde, envolver e escutar diferentes atores sociais para o aprofundar conhecimentos e propor estratégias intra e intersetoriais de intervenção com o objetivo de sistematizar e implementar política de atenção integral à saúde para estas populações.

### **Desdobramentos Necessários e Urgentes**

O desafio nesse momento é o de gerar, a partir da perspectiva da promoção dos direitos humanos, a formulação de políticas com a participação de pessoas vivendo com HIV/AIDS e grupos mais vulneráveis, que atendam a outras demandas que direta ou indiretamente interferem no Direito à Saúde – inclusão social do ponto de vista de emprego, da geração de renda, educação, cultura e da perspectiva de qualidade de vida, pré-condição para o cumprimento da política de atenção integral.

# A GUERRA DOS MUNDOS HOMOSSEXUAIS – RESISTÊNCIA E CONTRA-HEGEMONIAS DE RAÇA E GÊNERO

*Osmundo Pinho*<sup>1</sup>



## Formação de Sujeitos Raciais e de Gênero<sup>2</sup>

Boa tarde a todos e a todas! Para mim é um grande prazer poder participar desse encontro. Gostaria de agradecer o convite da ABIA e nominalmente ao Luís Felipe Rios. Bom, acredito que vim aqui para que eu possa trazer algum tipo de reflexão que nos ajude a encaminhar algumas questões relativas à idéia de resistência, em associação com a problemática das masculinidades. Eu acho importante clarificar exatamente do lugar onde eu estou falando, esse lugar está marcado por um determinado cruzamento na minha carreira e na minha biografia. Eu sou alguém, quer dizer, eu sou um antropólogo que vem trabalhando e pesquisando na área de relações raciais, eu fiz uma dissertação de mestrado nessa área, uma tese de doutorado na área de relações raciais, etc. Ao mesmo tempo eu sou alguém que teve uma inserção breve no campo da intervenção. Durante dois anos tive a oportunidade de coordenar o Programa Homo-bissexuais do Gapa-Bahia, em Salvador. Mas também falo do lugar de um homem homossexual afro-descendente que tem uma experiência em comunidades gays no Rio de Janeiro, Salvador, Campinas (SP) e no Recife. Então é da confluência dessa experiência que eu imagino poder trazer aqui alguns pontos pra gente discutir.

Eu vou falar primeiro sobre a formação do sujeito racial de gênero, depois como esses sujeitos raciais de gênero se engajam na construção de mundos homossexuais... Mundos homossexuais de raça, de classe e desigualdade, e de como nesses mundos homossexuais a gente pode flagrar a constituição de performances, estratégias de resistência. Eu vou procurar me ater ao tempo, enfim, acho que é conveniente.

---

<sup>1</sup> Diretor do Centro de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Cândido Mendes. Doutor em Ciências Sociais (UNICAMP).

<sup>2</sup> Este artigo é a transcrição, revista pelo autor, de fala realizada no Seminário Homossexualidade: produção cultural, cidadania e saúde, promovido pela ABIA em 2003. Os subtítulos foram acrescentados para facilitar a leitura.

Bom, primeiro é importante pontuar aqui como que a gente pode entender o que seriam identidades sociais. No meu ponto de vista **identidades sociais são regras práticas para ação e significação social**. Então, eu gostaria de não pensar em identidades como objetos em si mesmos existentes, fechados, mas como processos que se realizam contra o pano de fundo de uma anterioridade histórica e cultural. Uma anterioridade formada por discursos, por práticas, por instituições que meio que formam uma mobília ou um ambiente com o qual agentes sociais interagem constituindo identidade. A gente pode falar então, na realidade, em processos de identificações ao invés de identidades monolíticas fechadas. Esses processos de identificação se realizam, poderíamos dizer, através da relação com imagens de identificação ou imagens de identidade. E (pensando como José Esteban Muñoz em seu *Queers of Color*) esses processos podem ser: processos de identificação, ou seja, o sujeito procura fazer uma identidade com um modelo qualquer exterior a ele; processos de contra-identificação, eu me identifico através da negação daquilo que eu não sou (numa atitude de contraposição), eu sou homem porque não sou mulher, eu sou negro porque eu não sou branco etc.; e em processos de des-identificação, que seriam talvez mais subversivos porque através destes as imagens de identidades são continuamente questionadas, apropriadas dos sistemas discursivos hegemônicos, mas transformadas nessa apropriação<sup>3</sup>. Então, a identificação passa pela reinvenção da relação entre os sujeitos e esses paradigmas de identidade ou essas ideologias de identidade. Eu queria pontuar aqui três apenas, três dessas ideologias de identidade que de algum modo habitam o cenário social e com as quais nós temos que nos relacionar.

| 128 |

Primeiro, a norma heterossexista ou a presunção de heterossexualidade que imagina que o mundo é de fato heterossexual e que diz que o comportamento homossexual é um desvio, uma anomalia, um acidente. Algo, por exemplo, pertencente aos “outros”, às classes populares, aos desviantes, à burguesia, aos brancos, aos pretos, assim por diante. Em segundo lugar, o paradigma familista que imagina que o modelo familiar burguês histórico, construído e representado continuamente de papai, mamãe e filhinhos, é o arranjo ideal para a convivência conjugal, afetiva ou sexual e de que esse modelo garantiria bem-estar ou adequação entre o sujeitos e o seu meio ambiente. Quer dizer, existe este modelo papai, mamãe, filhinhos como um modelo ideal que não corresponde à vivência real de muita gente no Brasil e no mundo. Este modelo também é normativo, porque projeta a sensação de inadequação para aqueles que não vivem esse modelo; por exemplo, as mães solteiras, os arranjos familiares monoparentais, ou arranjos familiares com avós e netos, e muitos outros, não apenas aqueles arranjos conjugais homossexuais, lésbicos ou gays. Então, quer dizer, esse modelo papai, mamãe e filhinho burguês é um modelo minoritário e que se impõe como uma norma através de procedimentos autoritários. E uma terceira ideologia de identidade que eu gostaria de destacar aqui seria aquela da brancura ou branquidade, a norma branca, o padrão estético branco, o desejo de identificação que existe entre os negros também. Quer dizer, o branco em nós que nos faz desejar o branco, o desejar ser branco através do desejo do branco, enfim, toda a complexidade que aí aparece colocado

---

<sup>3</sup> Este e outros trechos sublinhados foram acrescidos à transcrição original da fala para fins de clarificação.

para as relações inter-raciais, e eu aqui não estou fazendo nenhuma crítica de relacionamentos inter-raciais, mas chamando atenção para o caráter problemático desses relacionamentos, ou melhor, para os fantasmas que assombram estes relacionamentos.

Bom, essas ideologias de identidade são, vamos dizer assim, construções que estão presentes e que nos obrigam de algum modo a assumi-las ou arrebatá-las, ou contestá-las, ou negá-las. O processo dessa contestação, ou assimilação, codifica os processos de construção de sujeitos raciais e sujeitos sexuais. Sujeitos de raça e gênero que são produzidos, fabricados, que não são pré-existentes, que não caíram do céu, mas que são frutos da história, das lutas e dessas relações complexas entre agentes sociais, discursos e instituições. É o trabalho de práticas discursivas e discursos como a medicalização, a clínica, etc. —, eu não vou repetir Foucault aqui pra vocês —, que produz esses sujeitos. Então, práticas de subalternização, de submissão, de controle, produzem sujeitos subalternos. Mas esses sujeitos, é importante perceber isso, também são sujeitos de contestação, de subversão e de insubmissão que constroem contra-hegemonias, como a gente vai ver mais à frente.

O último aspecto que eu queria chamar atenção para esse campo da formação do sujeito é o aspecto da interseccionalidade que eu acho importante destacar. Quer dizer, no mundo real os sujeitos se produzem através da interseção de diferenças e desigualdades diversas. A interseção ou combinação dessas diferenças produz novas diferenças, então, não é apenas uma soma, ou seja, uma bicha preta não é um sujeito que acumula duas identidades, é outra posição diferente que é produzida através dessa interação ou dessa confluência. Essas diferenças reagem e se relacionam com outras desigualdades e produzem novas alternativas políticas. Então se a gente entende que a desigualdade, a exclusão, a pobreza e a violência se produzem inter-seccionalmente através dessas combinações que existem no cotidiano, no concreto e no vivido, a gente pode pensar também que a resposta a essas desigualdades também deverão ser respostas interseccionais, que levem em consideração a formação complexa desses sujeitos sociais.

| 129 |

É importante também a gente ter em mente como no Brasil, e imagino que no resto do mundo, raças e gêneros se constituem mutuamente. Não dá pra separar, raça é uma coisa, gênero é outra. Se a gente pensar no processo de formação nacional e na maneira como ele é explicado, a gente vai ver que existe um mito fundador que implica no sêmen branco, no inoculador português que penetra o útero negro, o útero indígena, e produz uma terceira coisa que seria o mestiço. Então, no núcleo de formação da nação existe um coito, uma cópula, e uma cópula inter-racial. A maneira como se representa o Brasil passa necessariamente para relação raça e gênero, mas também no dia-a-dia as coisas vão sempre juntas, se a gente pensar como a mulata é representada, como o corpo negro é seccionado, fetichizado, o homem negro e o corpo da mulher negra também.

Também é importante a gente pensar como o movimento social negro acabou por produzir um certo masculinismo negro como a pré-suposição de uma identidade negra que é masculina, que exclui a mulher, que exclui o homossexual. Do mesmo modo também que as comunidades gays, homossexuais, produziram uma determinada brancura ou a branquidade

gay como a norma estética. É mais, um lugar de poder, uma posição de sujeito branco, que é determinante para as interações sexuais e para o gerenciamento do desejo nos mundos homossexuais. O José Esteban Muñoz chama atenção para o fato de que a gente não pode cair no erro de imaginar ou implicar protocolos monocausais para a discriminação. A discriminação tem causas e raízes complexas nas diversas esferas da experiência social. Essas precisam ser tomadas em consideração se queremos promover uma emancipação efetiva, que só pode ser efetiva se contemplar as diferenças em suas combinações diversas. Quer dizer, reconhecer e enfrentar a diversidade e a pluralidade, me parece que é algo muito importante, que é um ganho real para o movimento social e para a reflexão teórica.

Bom, esses sujeitos sociais que são produzidos historicamente, que interagem com discursos médicos, discursos policiais criminalizantes, fundamentalistas são sujeitos de raça e gênero.

(E eu não resisto a comentar brevemente, um parêntese, que às vezes é a rua, um espaço do crime, ou da suspensão da “cordialidade”, etc., mas também é o espaço da alegria, da reinvenção das identidades e das trocas. Se a gente pensa um pouco, e o pouco que eu conheço, por exemplo, sobre a experiência de crianças de rua, muitas delas acham que a rua é um lugar muito legal pra se estar, melhor que a casa, essa sim, muitas vezes um espaço de brutalidade, medo, opressão e silenciamento. Então não acho “as ruas” um lugar necessariamente ruim. Ao criminalizar a rua a gente pode correr um risco de criminalizar um espaço público possível para sujeitos sociais subalternos. A rua, a esquina, pode ser um lugar, área de construção desse espaço público de negociação de diferenças, e um lugar de se fazer políticas também, políticas do dia-a-dia!).

| 130 |

### **Mundos Homossexuais e Esferas Públicas Alternativas**

Eu gosto de pensar que existem no Brasil comunidades homossexuais, não apenas uma comunidade, nem uma cultura gay. O conceito de cultura, aliás, é bastante problemático. Imaginar que existe algo como uma entidade, como um pacote, concebido como uma cultura, que tá dado, que é uma coisa, enfim... Então eu prefiro falar de comunidades homossexuais como redes de articulação e interação e como ambientes, ambientes de pluralidade, aonde convivem sexualidades não-conformistas, ou seja, aquelas que desafiam o estabelecido, que são irreverentes, irônicas, que embaralham os gêneros e que confundem o nosso olhar. Mas também existem não-conformismos conservadores, porque é evidente que um determinado sujeito possa ser muito progressista, ou não conformista, subversivo, de um certo ângulo, mas de outro ele pode, justamente, se prevalecer de determinadas prerrogativas para reproduzir privilégios e desigualdades. Esses ambientes homossexuais, como comunidades, são formados por gays, lésbicas, travestis, michês, drags, pintosas, barbies, bichas-paraíba, bichas-playboy, baitolas, “frangos”, uma multiplicidade de denominações como posição de sujeito, quer dizer, como etiquetas que os agentes usam para interagir e para construir naqueles contextos, senhas para efetivação de repertórios de desejo e de poder.

Essas comunidades homossexuais, do meu ponto de vista, parecem construir-se como

espaços, como territórios de articulação de mundos homossexuais, mundos de classe, mundos de raça, mundos de afinidades eletivas, de gênero, de faixa etária, etc., tudo o que foi dito muito bem aqui pelas mesas anteriores. Tudo isso conflui para um território de negociação, para um embate de algum modo significativo e estruturante das relações sociais.

Então eu gosto de falar de mundo com um sentido hermenêutico, como um horizonte de sentido, horizonte de antecipações. Esses mundos, como conjuntos de práticas e performances sociais e sexuais, interagem configurando o que eu gosto de pensar como uma Guerra dos Mundos Homossexuais. De modo que as comunidades homossexuais, as que eu conheço, sobre as quais eu tenho algum tipo de informação, são construídas através da desigualdade, através do racismo, através da violência que as estruturam de modo determinante. Não é que a violência, a desigualdade e o racismo sejam um acidente, uma contingência, um desvio. Nossas comunidades existem, são estruturadas, têm suas regras de convivência baseadas na desigualdade. Como também – acho que Felipe mostrou isso muito bem – um roteiro determinado de relação afetiva e de performance sexual e subjetiva é possível justamente porque existe uma desigualdade. Então, desancorar o mundo homossexual, por exemplo, da estrutura das classes, é fechar os olhos para o que é muito evidente. Eu me pergunto se essa cegueira, para essa condição, não tem a ver com o próprio lugar de classe ou o próprio lugar racial daqueles que produzem as leituras sobre esses mundos.

Na medida em que existem muito poucos, vamos dizer assim, sujeitos subalternos produzindo leituras sobre a sua própria condição, me parece que permanece um certo viés na formação das leituras sobre esses mundos homossexuais. De modo que o que é importante ressaltar é que esses mundos homossexuais, ou melhor, que essas comunidades homossexuais são comunidades fraturadas, marcadas pela desigualdade, pela competição e pela violência. Se eu incluo, por exemplo, na comunidade homossexual os michês, (e porque não incluiria se são tão presentes e mesmo centrais em alguns contextos) é importante perceber, pensar, como o tipo de relação violenta que é recorrente em nossas comunidades é formado também pela interação de michês e gays, que também constituem essa comunidade. Os michês não estão fora do mundo homossexual, os “boys” não estão fora, tão dentro e na verdade existem numa relação com esses mundos. Então, a questão que eu me coloco é como poderão ser formadas esferas públicas homossexuais, alternativas, como contra-públicos à esfera pública branca heterossexista, familista, prevalecente, se vivemos em nossas comunidades essas fraturas, ou essas desigualdades, como transformar as diferenças de privilégio e de identidade, de classe e de gênero de um déficit em um ganho, para constituir esferas públicas inclusivas, plurais, alternativas, fortes o bastante para fazer face a outras esferas públicas?

Eu creio, com certeza, que já existem esferas públicas homossexuais no Brasil, mais ou menos precárias, mais ou menos marcadas pela norma heterossexista ou por imagens de branquidade, ou classistas, enfim... Mas eu acho que faz parte do nosso papel, como ativistas, como pesquisadores, como atores sociais, trabalhar para fortalecer essas comunidades e para complexificá-las cada vez mais.



## Resistência e Contra-Hegemonia

O tema da mesa, aqui, é resistência, então eu queria falar só duas palavras com relação a isso, para não... enfim... Para não fugir um pouco do debate, digamos...

Falar em resistência implica pensar em hegemonia e contra-hegemonia, quer dizer, em como leituras do mundo social ajudam a construir o mundo social. Essas leituras, se a gente pensa que as sociedades não são sociedades iguais, mas marcadas por desigualdades de classe, essas leituras sociais também são leituras desiguais e marcadas pelas diferentes posições que os agentes que propõem leituras ocupam. Uma leitura do mundo hegemônica é a leitura de grupos dominantes que conseguem se impor à sociedade através de mecanismos diversos que, enfim, não é caso aqui de discutir, mas que formam a visão de mundo que é concordante com o seu próprio lugar social. Visões de mundo contra-hegemônicas são aquelas que dizem respeito a posições sociais subalternas ou subalternizadas: negros, mulheres, pobres, homossexuais etc. Pois bem, essa disputa, ou seja, a afirmação de contra-hegemonias é justamente o que eu gostaria de chamar de resistência. Performances de resistência, práticas de resistência, discursos de resistência, são aqueles que se engajam na luta contra-hegemônica para desmontar, desconstruir, des-identificar as leituras hegemônicas do mundo. Existe hegemonia heterossexual, mas também existem hegemonias homossexuais e reconhecer essas hegemonias interiores à nossa comunidade também é muito importante para enfrentar tudo isso, é importante pra gente conseguir avançar e construir esferas públicas homossexuais mais inclusivas e não exclusivas ou excludentes como a esfera pública hegemônica ou dominante. Desculpe ter ultrapassado o tempo, é isso. Obrigado.

| 132 |

## Pós-Escrito: Abalando

Não resisto a fazer um breve comentário que não foi contemplado em minha apresentação original, mas que estava presente como uma referência oculta na minha exposição e que acrescento agora, no momento em que faço a revisão da fala transcrita. Desde há algum tempo vem chamando minha atenção a proliferação de jornais e materiais impressos de divulgação que são uma presença constante na cena gay brasileira, de norte a sul<sup>4</sup>. Esse acúmulo discursivo-imagético proliferante também constitui de maneira objetiva os ambientes homossexuais, de modos associados, mas diversos, que vou apenas apontar aqui.

Em primeiro lugar, essa “imprensa GLS” funciona como uma usina de estilos, símbolos, referências e como repertórios de imagem e representação. Refletindo e ao mesmo tempo inovando os padrões de uma estética “GLS”<sup>5</sup> em constante transformação, mas que já pode ser

---

<sup>4</sup> Estou excluindo de propósito as revistas gays de grande circulação, que também são muito relevantes e multiplicaram seu número nos últimos anos apresentando também uma diversidade de perfis, as pornográficas, as que exploram a beleza de famosos, as de variedades etc.

pensada como uma tradição da modernidade e como um aspecto da “cultura material” desses mundos homossexuais. Esta produção tem inflexões locais no Nordeste e no Sul do Brasil, por exemplo, mas também tem alcance e circulação nacionais, servindo como uma “ponte” entre as experiências de diversas comunidades e mundos homossexuais, como os *bears* (ursos) de São Paulo; as *barbies* cariocas; as *drags* pernambucanas e assim por diante. Depositando-se como uma produção objetiva, quer dizer, exterior e independente dos atores, esse conjunto heterodoxo configura uma espécie de literaticidade “GLS” estruturando-se exatamente como uma tradição ou modelo(s) de interpretação. É assim, ao mesmo tempo, uma leitura, produzida pelos próprios agentes, de sua experiência e um mapa para a interpretação *a posteriori* de experiências localizadas.

Em jornais como *Abalo*, *Jornal do Sexo* e *O Grito G*, podemos ler uma variedade incrível de textos de opinião, matérias sobre moda ou sexo seguro, etc. Além de colunas regionalizadas (essa imprensa é basicamente paulista e carioca) e dirigidas. Sem deixar de lado matérias de saúde, direitos humanos e mesmo política. Só para dar um exemplo, no número 51, ano VII, do jornal paulistano *Abalo*, podemos ler: que a justiça colombiana negou residência a um casal gay; dicas de perfume da drag Dimmy Kieer; uma matéria sobre adoção homoafetiva; a programação do “Gaylígola – o primeiro sexclubes do Rio de Janeiro” e, entre outras notas, anúncios de boates e artigos, uma enquête sobre “relações abertas”. Talvez compense transcrever um trecho de ao menos um depoimento:

*“Rodrigo (22, atendente) e Marcos (21, promoter), paulistas, juntos há um ano: ‘Nos conhecemos na internet e a liberdade sempre foi o que nos aproximou. Depois de um mês já fomos morar juntos e nunca podamos nossa liberdade sexual. Transamos pelo menos três vezes por semana juntos, mas no fim de semana liberamos nossos hormônios. Nunca sonhamos com um casamento igual ao de nossos pais’”.*

| 133 |

Ou seja, uma utopia vivida, gay e juvenil, de relacionamentos amorosos. Ocorre que em geral tudo isso vem misturado a muita propaganda, porque os jornais são de distribuição gratuita e são pagos, suponho, pelos anunciantes, toda a enorme pletora de serviços voltados para as comunidades homossexuais: boates, saunas, bares, cinemas, salões de beleza, advogados, decoradores, *performers* etc.

Ora, como poderíamos constituir esferas públicas e mesmo identidades autônomas e emancipadas se todo o ambiente, retórica e “valores” destes mundos homossexuais estão assim atados à reprodução do capital, à mercadoria e a mercadificação da vida cotidiana? Parece-me que já estamos constituindo essas esferas públicas e identidades, justamente estruturadas em termos problemáticos em função dessas contradições. O mercado “GLS” é fundamental para a constituição e fortalecimentos de comunidades homossexuais, mas por suas características intrínsecas constroem esses mundos também como mundos de exclusão, desigualdade e alienação.

---

<sup>5</sup> Não gosto da expressão. Emprego aqui apenas porque é uma expressão de uso corrente na sociedade e nas comunidades homossexuais.



SESSÃO 5

# MÍDIA, CONSUMO E REDESCRIÇÕES DAS HOMOSSEXUALIDADES

Na Mira do Mercado

*Ronald Assumpção*

A Influência da Mídia na Formação da Identidade  
Homossexual Brasileira

*André Fischer*

# NA MIRA DO MERCADO

Ronald Assumpção<sup>1</sup>



O movimento mercadológico do grupo chamado de GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes) no Brasil ainda é muito recente e está concentrado nas duas principais cidades do país – São Paulo e Rio de Janeiro. Outras cidades como Salvador, Porto Alegre e Fortaleza, também passaram a muito se interessar por este consumidor em potencial. E por isso este nicho de mercado vem chamando mais e mais a atenção da grande mídia.

Quando tentamos analisar esse movimento, o material disponível ainda é muito incipiente. Os dados mais significativos são os de uma pesquisa realizada pelo Mix Brasil, dentro do Mercado Mundo Mix em 2003, e uma outra pesquisa, chamada Consumidor Saindo do Armário, que foi um estudo sobre o público gay promovido pela empresa de pesquisa L2, no mesmo ano.

Ambas comprovam alguns dados já conhecidos, como por exemplo: o alto grau de escolaridade deste grupo e a perspectiva salarial 15% maior do que a dos demais trabalhadores. Sabe-se também que é um grupo de pessoas mais exigentes, com um estilo próprio e que têm um padrão de gastos acima da média. Por exemplo: gastam muito com carros, viagens, programas culturais, jantares em restaurantes, bons vinhos, roupas de grifes, livros, CD's, etc. Ironicamente há pouquíssima ou nenhuma publicidade desses tipos de produtos ou marcas que falem diretamente a estes públicos, nem mesmo apenas estarem presentes nas revistas especializadas do mundo GLS.

No mundo inteiro já se percebe, há algum tempo, a força e o valor deste público. Nos Estados Unidos, estima-se que esse grupo represente 10% da população urbana americana, mas seu consumo é estimado na ordem de US\$ 514 bilhões/ano. Um mercado de grande peso na economia não só desse país como do mundo.

Tais números motivaram os americanos, que recentemente investiram US\$ 250 mil para pesquisar esse público, com o objetivo de melhor criar produtos e direcionar serviços especificamente para ele. A IBM foi uma das grandes empresas a já se interessar por este mercado e até lançou um software repleto de informações sobre viagem e turismo dirigidas especificamente a esse segmento. Outras empresas perceberam este filão mercadológico e passaram a constan-

---

<sup>1</sup> Sócio-presidente da CaliaAssumpção Publicidade.



temente lançar novos títulos – hoje mais de duzentos – e que também falam com este público. Canais de televisão em todo o mundo lançam continuamente programas de grande sucesso sobre o tema, e novos canais de tevê a cabo com programação 100% GLBTS vêm surgindo todos os dias em vários países.

Ainda é impossível comparar as iniciativas brasileiras com as já feitas no exterior, mas o nosso mercado está começando a dar maior atenção ao segmento GLS. Algumas iniciativas pipocam aqui e ali, como por exemplo, há pouco tempo, uma concessionária de automóveis em São Paulo – a Fiat Amazonas – que fez uma promoção, dando descontos para esse público. A Directv está planejando o lançamento de um canal de filmes em *pay-per-view* voltado para o público gay. Há, ainda, a organização de eventos específicos como o Queen Market e o Mercado Mundo Mix, sem falar na infinidade de festas, show e *raves* que assolam o país.

### **Dados Estatísticos Curiosos**

No Brasil, o perfil deste público apontado nessas pesquisas, traz algumas curiosidades importantes. É um mercado tremendamente jovem, com 63% dessas pessoas com até no máximo 30 anos de idade, 21% entre os 30 e 40, ou seja, 84% da população com menos de 40 anos de idade. Em termos de escolaridade, 58% têm nível superior, um dado estatístico igual aos de países do Primeiro Mundo.

Outros fatos que chamam a atenção é este ser um público muito voltado ao lazer, entretenimento, cultura, moda e informação. Pesquisas indicam que 89% vão regularmente ao cinema e 60% freqüentam muito teatro (40% é o índice entre o público heterossexual); 73% viajaram pelo Brasil a lazer nos últimos 12 meses, índice difícil de ser encontrado até em países mais avançados; 56% costumam comprar livros – nove livros nos últimos doze meses – e CD's, mais de 1 por mês (em média 13 em 6 meses) e têm o hábito de freqüentar livrarias da moda; 57% costumam visitar regularmente museus e galerias.

Existe também uma forte preocupação pela estética, já que 44% afirmam que freqüentam academia de ginástica regularmente, buscando resultados rápidos – corpos e músculos bem delineados.

Muito pode ser concluído da rápida análise desses dados, mas uma coisa é certa, as marcas que venham a ter algum envolvimento com esse segmento podem rapidamente vir a ser percebidas como marcas vanguardistas e que podem em muito vir a ajudar a promover a integração dos gays na sociedade.

Esse é o momento de entrarmos nessa briga, já que ter problemas na vida é inevitável, ser derrotado por eles é opcional. E essa, com certeza, não é a nossa opção.



# A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE HOMOSSEXUAL BRASILEIRA

André Fischer<sup>1</sup>



Para discutir a formação de uma identidade homossexual brasileira a partir da mídia eletrônica, é preciso voltar no tempo, até o surgimento do que chamamos de mídia gay no Brasil. O primeiro marco do aparecimento dessa mídia foi o lançamento dos BBSs, que eram sistemas de conexão via computador anteriores à Internet. Esses sistemas foram o ponto de partida para que as pessoas pudessem se conhecer e, mais tarde, criar uma comunidade.

O BBS do Mix-Brasil surgiu em 1994 e chegou a ter mais de mil assinantes entre o Rio de Janeiro e São Paulo. Numa época em que ainda não havia uma mídia especializada e grupos gays organizados, ele foi um instrumento alternativo para que essa comunidade começasse a se articular e a trocar informações.

Logo depois surgiram as revistas *Sui Generes* e *OK Magazine*, e com elas a discussão sobre a exposição do nu masculino. Com o lançamento da *G Magazine*, que se transformou num sucesso de vendagem com a exposição do nu frontal com ereção, passou-se a questionar até que ponto a nudez dificulta a captação de patrocinadores e grandes anunciantes para essa mídia ou dá substância para impulsionar a venda em banca.

Depois que a Internet se solidificou no Brasil, um outro fenômeno passou a aglutinar a comunidade gay: os blogues. Atualmente, existem vários grupos que se articulam através desses pequenos *sites* pessoais. Esses pontos de encontro na Internet foram os principais articuladores dessa comunidade no Brasil e permitiram que nos tornássemos menos dependentes dos grandes anunciantes/patrocinadores.

Essa forma de articulação ajudou o Mix Brasil, por exemplo, a conseguir, depois de 11 anos, patrocínio para o Festival de Cinema, que só no ano passado reuniu em São Paulo 35 mil pessoas, firmando-se como um dos maiores festivais de cinema, em termos de público, no Brasil hoje. Isso é um sinal positivo de mudança. O fato de a Petrobras e o Banco do Brasil entenderem que o festival é um evento de cinema importante e não uma coisa folclórica é um marco na história do movimento gay.

---

<sup>1</sup> Editor do site Mix-Brasil.

## Dificuldades

Uma das maiores dificuldades que enfrentamos quando conversamos com um patrocinador em potencial é o desconhecimento do público que pretendemos atingir. Sabemos que existem milhares de pessoas que freqüentam o festival de cinema e milhões que participam das Paradas Gays em todo país, mas não conhecemos o perfil desse público. A falta de pesquisas nessa área faz com que o trabalho seja desenvolvido quase que por intuição. Não sabemos exatamente quantas pessoas consomem um produto gay e isso dificulta muita a negociação com anunciantes e patrocinadores.

Um ponto que também precisa ser pensado é qual o tipo de informação, além do nu, que deve ser direcionada ao público gay. No Mix Brasil, há uma Central de Notícias que, depois da área erótica, é a mais visitada do *site*. Nessa Central, divulgamos notícias de interesse dos grupos GLS, notas sobre ativismo e fatos de interesse geral, mas temos enfrentado dificuldades para fazer um trabalho sério nos moldes jornalísticos, com independência na veiculação das matérias.

Temos enfrentado problemas, em alguns casos, porque o movimento gay tem uma expectativa de que sejamos apenas divulgadores da causa homossexual sem promover questionamentos a esse respeito. Por isso, devemos refletir sobre que tipo de mídia queremos ter: uma comprometida com os fatos jornalísticos dentro dos padrões tradicionais ou uma mídia voltada para a militância, a serviço de uma causa.



SESSÃO 6

# DIREITOS SEXUAIS DIREITOS CIVIS E DIREITOS HUMANOS

Parentalidade - de que direito se está falando?

*Anna Paula Uziel*

Direitos Sexuais, Direitos Civis e Direitos Humanos -  
convergências, divergências e humanidades

*Samantha Buglione*

Uma Reflexão sobre Direito Sexual

*Sérgio Carrara*

# PARENTALIDADE – DE QUE DIREITO SE ESTÁ FALANDO?

*Anna Paula Uziel*<sup>1</sup>



Imagino que minha fala possa ser entendida como uma complementação do que a Samantha Buglione (THEMIS) acabou de explicar. Sobre o tema da mesa, minha fala se encaixa perfeitamente, me parece, em direitos civis e direitos humanos. Em relação a direitos sexuais, depende da extensão do conceito e pode ficar para reflexão.

Vou utilizar, como material de análise, dados da minha tese de doutorado<sup>2</sup>, na qual analisei processos de adoção cujos requerentes eram declaradamente homossexuais. São processos do final dos anos 90, da comarca do Rio de Janeiro. É fundamental salientar o momento e o local da pesquisa, porque não é possível falar de uma conduta uniforme em termos de Brasil, no que diz respeito à habilitação para adoção, de modo amplo, o que dirá em relação especificamente à adoção por homossexuais... tema tão controverso.

De início gostaria de deixar claro a necessidade de se estranhar a relação dada entre homossexualidade e parentalidade. Explico. Tratar deste tema exige uma reflexão acerca da pertinência em se falar em orientação sexual quando o assunto em pauta é família, parentalidade. Se por um lado é verdade que a orientação sexual do sujeito faz parte da formação da sua família, por outro é importante ressaltar que o exercício da parentalidade não é determinado pela orientação sexual. A “saúde psíquica” dos sujeitos também não é pautada pela homossexualidade ou heterossexualidade de seus pais. Mesmo em países onde são feitas pesquisas para conhecer o desenvolvimento de filhos de homossexuais, nada se constatou que pudesse apontar para a existência de algum tipo de perigo, risco, desvio, perturbação.

Vou trabalhar a partir de um processo que tem como um dos eixos argumentativos em defesa da adoção a igualdade de direitos. Estamos na justiça, espaço de defesa de direitos, e este argumento é lançado apenas pelo defensor público ou pelo advogado, quando vislumbra a possibilidade de seu cliente ter o direito à habilitação cassado, antes de concedido, por conta da homossexualidade. Os argumentos que favorecem a adoção ou os pareceres favoráveis dos técnicos utilizam argumentos de outras ordens, como se observa a seguir.

<sup>1</sup> Professora do Instituto de Psicologia da UERJ, Pesquisadora do Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos IMS/UERJ.

<sup>2</sup> Homossexualidade e Família: velhas questões, novos problemas. Tese de doutorado em Ciências Sociais, Unicamp, 2002.

Trata-se de um sujeito de quase 40 anos, camadas médias, com emprego fixo e realização profissional, enfim, nada que o desabonasse para o exercício da paternidade.

Talvez pelo vício da Psicologia e do Serviço Social e por família ser marcada por vínculos afetivos, do campo privado, de preferência com um distanciamento do Estado, definida e decidida pelo afeto, e afeto estar colado ao feminino, é nas configurações do “feminino” que se encontram as “provas” de que um homem homossexual pode adotar.

Constata a assistente social: “Nelson é pessoa sensível que tem condições de enfrentar com alguma tranqüilidade os questionamentos de uma criança, diante das possíveis reações do meio frente à ausência de uma mãe e a presença de um pai homossexual”.

Diz a psicologia: “(...) “muito comunicativo, o requerente demonstra capacidade de maternagem, expressando com facilidade seus afetos”.

A fala dos pais nas palavras da assistente social também reforçam este mesmo lugar:

“Os pais o consideram pessoa boa, com propósitos dignos e com grande potencial para cuidar de uma criança com carinho e zelo”.

Embora não seja de praxe a convocação de pais de requerentes, nos casos de homens homossexuais acaba sendo uma prática comum... A opinião da mãe, sua concordância, estranheza ou condenação da idéia servem como dados relevantes. A homossexualidade também aparece como argumento. Combate-se seu estereótipo afirmando, através da negação de algumas imagens, o que aquele sujeito é:

“o requerente não se considera uma pessoa promíscua. Seleciona os amigos e possíveis namorados. Toma todas as precauções usando preservativos e anualmente se submete a um check-up”.

Além da promiscuidade, faz-se referência à saúde preservada por esse sujeito, certa alusão velada à AIDS, provavelmente.

O MP, no entanto, se coloca contrário, alegando que:

“percebe-se assim claramente que as avaliações posteriores, nos moldes sugeridos pela equipe técnica, colocam em risco a higidez psicológica do adotando, uma vez que seria colocado em família, não avaliada de forma definitiva”.

Mesmo a avaliação técnica e o depoimento da própria família não são suficientes para garantir ao MP uma boa avaliação do sujeito em tela. Como não é possível se opor a esta colocação em família substituta claramente em função da homossexualidade, as promotoras – resalto que são três mulheres – alegam que a família composta por pessoas do mesmo sexo ainda não está coberta pela lei, preocupação que escapa ao processo, visto que se trata de um pedido de um solteiro. Fazem ainda referência “aos costumes”, afirmando que não há matéria na sociedade brasileira que respalde a situação.

Apesar da setença favorável do juiz, o processo vai a segunda instância, em função de uma apelação do MP. Curioso é que ambos utilizam os mesmos argumentos para defender e combater a situação que se apresenta.

Pela primeira vez, então, a idéia de direitos, direitos humanos, igualdade, aparece no processo. O advogado cita dois artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos:



“II. Cada um pode prevalecer-se de todos os direitos e de todas as liberdades proclamadas na presente Declaração sem distinção alguma, principalmente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de política ou de qualquer outra opinião, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação. (...)”

VII. Todos são iguais perante a lei e têm direito sem distinção a uma igual proteção da lei. Todos têm direito a uma proteção igual contra toda discriminação que viole a presente Declaração e contra toda provocação a uma semelhante discriminação”.

O advogado não apenas toca exatamente no ponto do qual os promotores insistiam em fugir, como busca uma argumentação em um campo que até então não tinha sido vislumbrado.

Nelson consegue sua habilitação, visto que os desembargadores que analisaram o caso reconhecem na negativa do MP o preconceito em relação à homossexualidade e introduzem um outro elemento curioso, que também faz referência à personalidade do sujeito: sua honestidade é digna de elogio, visto que não tentou enganar ninguém em relação a sua orientação sexual.

Quis falar logo do desfecho do processo para que vocês tomassem conhecimento não apenas do final feliz do caso, mas para que pudéssemos pensar que mesmo nos núcleos que podemos conceber como os mais duros, como a justiça, há espaço, abertura para novas situações e configurações familiares.

Voltemos então à questão na qual gostaria de me deter e que, em parte, remete à discussão de ontem pela manhã. O serviço social e a psicologia, favoráveis ao requerente neste processo, buscaram

- 1) feminilizar o candidato, para aproximá-lo de um modelo palatável de componente de uma família monoparental que necessita da autorização da justiça. Era preciso provar que ele seria capaz de maternar.
- 2) E tentaram desmistificar a homossexualidade, discutindo os principais aspectos que a tornariam incompatível com a formação de uma família: promiscuidade, instabilidade.

O viés da igualdade de direitos não atravessa os discursos. Em nenhum momento, até a intervenção do advogado, consideraram a situação de igualdade deste sujeito. Ele, a partir da confissão da sua homossexualidade, perde o direito aos parâmetros utilizados para qualquer heterossexual que queira ser pai. Em relação às mulheres a questão é um pouco diferente; a orientação sexual não se coloca, se ela não for evidenciada e, mesmo se o for, traz menos ameaças.

O caminho dos direitos talvez não tenha sido utilizado não por não fazer parte do universo desses saberes, que poderiam ter argumentado com preocupações das suas esferas profissionais, mas tendo a igualdade de direitos como pano de fundo.

Reforçar os argumentos que utilizam a igualdade de direitos pode ser não uma forma de negar a diferença, mas de fazê-la aparecer apenas quando é necessária. Há que se pensar em estratégias que não façam do que escapa à heterossexualidade impedimentos para o exercício legal da parentalidade. Discutir gênero e sexualidade para ir além deles me parece fundamental para que travestis, transexuais e outras figuras que borrem mais as categorias tradicionais existentes não tenham que absorver outras identidades para garantir o que seria seus direitos.

Olhar para os sujeitos e entender que lugar ocupam na vida das crianças me parece mais oportuno

para o bem estar de todos, pais e filhos. Isso pode garantir, inclusive, que algum dia a legislação permita que um casal formado por dois homens biológicos em que um é uma mulher possa adotar uma criança como pai e mãe, visto que o que importa, de fato, é o exercício da parentalidade em relação às crianças.

### Sugestão de Leitura

CADORET, Anne (1999). Homosexualité et filiation. *La Mazarine*, Le troisième sexe. Paris, Éditions du treize mars, printemps, mars, p. 15-21.

CADORET, Anne (2000). Figures d'homoparentalité. In: GROSS, Martine (dir.) *Homoparentalités, état des lieux*. Paris: ESF, p. 169-173.

DE SINGLY, François; Descoutures, Virginie (2000). La vie en famille homoparentale. In: GROSS, Martine (dir.), *op.cit.*, p. 193-206.

DÉBATHÈMES (2000). Association de parents et futurs parents gays et lesbiens, Saison 1997-1999. Paris.

FASSIN, Éric (1998). L'illusion anthropologique: homosexualité et filiation, *Témoin*, n. 12, mai.

GIUSTA, Eliana (2001). Adoção por pares homossexuais: sim ou não? Quem sabe?, *Boletim IBDFAM*, n. 9.

IACUB, Marcela (1999). Le droit et l'horreur des filiations homoparentales, *La Mazarine*. Le troisième sexe. p. 38-41.

INSTITUTO INTERDISCIPLINAR DE DIREITO DE FAMÍLIA – IDEF (2001). *Homossexualidade. Discussões Jurídicas e Psicológicas*. Curitiba: Juruá.

KLEBER, David J.; HOWELL, Robert J.; TIBBITS-KLEBER, Alta Lura (1986). The Impact of Parental Homosexuality in Child Custody Cases: A Review of the Literature, *Bull. Am. Acad. Psychiatry Law*, vol. 14, n. 1.

LEROY-FORGEOT, Flora (2000). 'Nature' et 'contre-nature' en matière d'homoparentalité. In: GROSS, Martine (dir.), *op. cit.*, p. 140-153.

SCHILTZ, Marie-Ange. (1998). Un ordinaire insolite: le couple homosexuel. *Actes de la recherche en sciences sociales*, n. 125, p. 30-43, dezembro.

TARNOVSKI, Flávio Luiz (2001). "Paternidade gay?": sentidos da parentalidade para homossexuais adotantes. Trabalho apresentado na XXV Anpocs. Caxambu.

THÉRY, Irène (1996). Différence des sexes et différences des générations. *Esprit*, Malaise dans la filiation, 65-90, dezembro.

THÉRY, Irène (2000). Différence des sexes, homosexualité et filiation. In: Gross, Martine (dir.), *op. cit.*, p. 109-134.

UZIEL, Anna Paula (2002). Família e homossexualidade: novas questões, velhos problemas. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Unicamp. Campinas - SP.

VARGAS, Marlizete M. (2000). Prática da adoção segundo a ótica de seus operadores. Tese (Doutorado) - PUC. Campinas - SP.

VERDIER, Pierre (2000). Ce que l'adoption nous apprend à propos des enfants qui ne sont pas nés de la sexualité de leurs parents, in: GROSS, Martine (dir.), *op. cit.*, p. 33-39.

# DIREITOS SEXUAIS, DIREITOS CIVIS E DIREITOS HUMANOS – CONVERGÊNCIAS, DIVERGÊNCIAS E HUMANIDADES

Samantha Buglione<sup>1</sup>



## Sobre qual direito falamos? Definindo nossa arena de debate

A discussão sobre cidadania, direitos civis, direitos humanos e direitos sexuais tem implicações não apenas da ordem do reconhecimento, observação e conceituação de direitos, mas, principalmente, no que se refere à garantia, a sua efetividade.

O debate sobre o direito não é, apenas, um debate sobre poder, mas sobre o conteúdo de bens sociais e moralidades a serem preservados, “cuidados”, ou seja, sobre “valores” importantes. A história nos mostra que a modernidade, principalmente o que é chamado de Ocidente, tem sua raiz tanto no pensamento aristotélico quanto na escolástica<sup>2</sup> da Idade Média e nos ideais iluministas burgueses da era das revoluções entre os séculos XVII e XVIII. Isso significa que falar em direitos civis, direitos humanos e direitos sexuais significa falar em conflito. Significa observar o processo do pensamento e das relações sociais que passam a reconhecer e incorporar diversidades de comportamentos que antes não eram reconhecidas. Em outras palavras, significa dizer que o sentido e a definição sobre o que e quem são os humanos se altera e, com isto, alteram-se os sentidos sobre “importância”, sobre “o bem”, sobre o “necessário”, sobre o “correto” etc.. E é nesta diversidade da diferença reconhecida que surge o desafio de conceituar e pensar as estratégias de garantia sobre o que definimos como direitos sexuais.

O processo de significação do direito é fundamental porque o direito não se reduz aos

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Ciências Humanas na UFSC e Professora de Teoria Geral, Filosofia do Direito e Direitos Fundamentais.

<sup>2</sup> A escolástica eram os religiosos que estudavam nas Universidades. A escolástica tem início com Carlos Magno, cerca de 800 d.C e subsiste até a Revolução Francesa no século XVIII. Foram os escolásticos que resgataram o pensamento aristotélico e deram uniformização ao direito romano. Neste período, com o apogeu do cristianismo, o logos não é mais a natureza, mas *teo* (deus). Há um processo de sacralização do mundo, o *bem*, ao contrário do que pensavam gregos e romanos, não era mais alcançado com a política, mas com a religião.

textos normativos. O positivismo do século XIX, que busca uma objetivação das ciências, no sentido de que estas não sejam influenciadas por fatores morais, leva o direito a um processo de formalização e de redução a “textos escritos”. É importante observar que os significados sobre o direito se alteram. No período do pensamento clássico, no império romano (de aproximadamente 500 a.C a 800 d.C), estava inserido em um modelo de organização social que não era definida pelo Estado, mas pela *polis*. Este direito estava diretamente vinculado a idéia de prudência (*phronesis*), a idéia de um “saber agir”, que implicava conhecer a função de cada um, bem como a ordem natural<sup>3</sup> do mundo (truísmo). O fato é que, nesta sociedade, a ordem das coisas não era determinada por acordos racionais ou processos de negociação, mas decorria da ordem natural do cosmos. O social estava condicionado ao natural, o *logos* era a *physis*. Nesse sentido, o direito não estava em textos escritos, mas na tradição. Conhecer o direito, ou, para sermos mais precisos, conhecer a *prudência jurídica* exigia experiência. A autoridade não estava no texto, no procedimento definido e cumprido<sup>4</sup>, mas no homem prudente, no homem experiente que conhecia tanto o papel de cada um quanto a ordem natural do cosmos.

O direito passa a ser escrito como estratégia de centralização do poder e realização da segurança. A primeira carta de direitos escrita é a Carta Magna ou Declaração do João Sem Terra<sup>5</sup>, de 1215, que foi uma forma de limitar o poder do rei da Inglaterra; a intenção era a de proteger a propriedade dos nobres. No século XVII começam as cartas de direitos, entre elas a Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789<sup>6</sup>, que reconhece que “todos são livres e iguais...”. Nesse sentido a autoridade para ser e definir o que é o direito vincula-se ao Estado e não mais a idéia de experiência e conhecimento da ordem natural das coisas. Em 1804, com o Código Napoleônico, tem-se a “era” das codificações. Ao contrário do que ocorria na Idade Média, quando estudar o direito implicava estudar o direito romano, teologia, gramática e retórica, agora, significava estudar os códigos, os escritos. Napoleão, no sentido de preservar a idéia de um legislador universal e a manutenção da segurança e do seu poder, altera o ensino do direito nas universidades, reduzindo este ao estudo dos códigos. O direito, assim, começa a ser observado, prioritariamente, como procedimento, como forma. A importância não é mais a de restabelecer a ordem natural, de ser prudente, mas de decidir sobre

---

<sup>3</sup> Não se quer aqui debater as limitações das concepções de natureza do pensamento grego-romano, mas evidenciar o lugar onde o direito estava locado e destacar que os sentidos sobre o direito estão vinculados, também, aos diferentes sentidos atribuídos ao mundo pelo pensamento humano nos diferentes períodos da história.

<sup>4</sup> A idéia de autoridade, hoje, pode ser observada nos procedimentos. Ou seja, quem tem autoridade para definir o direito é o magistrado e este torna-se magistrado não por experiência ou por critérios subjetivos, mas por cumprir o procedimento de um concurso público. Ao passar no concurso, adquire a autoridade para o exercício de sua função.

<sup>5</sup> A Carta Magna não representa o processo de codificação do direito, mas expressa a estratégia de que “escrever” implica uma forma de previsão, estabilidade e segurança.

<sup>6</sup> Apenas para não deixar de mencionar: em 1791, Olympe de Gouge escreve a Declaração Universal dos Direitos da Mulher e da Cidadã no intuito de demonstrar que a declaração “universal” excluía parte da humanidade, no caso, as mulheres.

algo. O direito passa a se constituir em uma técnica de decisão. Técnica esta não preocupada em resolver conflitos, mas em decidir juridicamente sobre eles.

A importância de perceber este processo é que as definições sobre o direito não são definições sobre algo que tem um sentido essencial, imutável, permanente e universal. As definições do direito são sempre definições persuasivas, convencionadas<sup>7</sup>. Nesse sentido, para alterar os significados sobre o que é o direito é necessário alterar os significados sobre as autoridades que definem o que ele é.

### **Os Direitos Sexuais: nenhum direito é uma ilha**

O tema dos direitos sexuais como direitos civis e direitos humanos é extremamente instigante e difícil, porque são três categorias com uma história, um corpo e implicações extensas. Como se observou até aqui, o direito é um processo em constante construção e reconstrução. Assim, para abordar o tema e centrar a discussão, proponho partirmos de alguns questionamentos: Existem direitos sexuais? Os direitos sexuais são direitos humanos? Quais as implicações de observar estes direitos como direitos humanos?

Para começarmos a pensar as respostas proponho observarmos não apenas o processo de construção dos direitos sexuais, dos direitos civis e dos direitos humanos, mas, principalmente, de observarmos o processo de construção dos sujeitos de direitos, dos que são definidos e reconhecidos como cidadãos. Para isso gostaria de começar com dois pensadores. O primeiro é Michel Foucault, que diz que “o que não é regulado para geração ou por ela transfigurado, não possui eira nem beira, nem lei. Tampouco possui verbo. É ao mesmo tempo expulso, negado e reduzido ao silêncio. Não somente não existe como não deve existir e à menor manifestação fã-la-ão desaparecer, sejam atos e palavras” (Foucault, 1986). Assim, a partir desta idéia e necessidade de regulação, mas não de regulação como correção, mas como expressão daquilo que existe, daquilo que tem valor, que deve ser protegido, vamos pensar na afirmação de Hannah Arendt que diz que os direitos humanos não são um dado, mas um construído (Arendt, 2001). Assim, a partir destas duas idéias, da regulação e da construção, é que quero situar a discussão sobre direitos sexuais, cidadania e direitos humanos.

### **Do Sexual e do Ser Humano: entre a regulação e a construção de humanidades**

O fato é que a questão da sexualidade, sempre foi, de alguma forma, regulada na sociedade como lugar de determinação de certo e errado. A novidade, hoje, é observar esta discussão na perspectiva de direitos, principalmente de direitos subjetivos e individuais. Afirmar que direitos sexuais são direitos subjetivos significa dizer que são direito inerentes, que fazem parte

<sup>7</sup> Cabe destacar que existem várias teorias que buscam explicar o processo de significação do direito. Entre elas a teoria convencionalista e a teoria essencialista. Sobre isto ver Ferraz (2003).

do sujeito e da vontade do sujeito de dispor destes direitos. Os direitos subjetivos são um *faculta agendi*, uma faculdade de agir. O direito está lá, reconhecido e guardado, cabendo ao sujeito, titular e portador deste direito, usá-lo quando e como quiser.

A questão então não é tanto o que é o direito sexual, mas a quem cabe o direito sexual – quem é o seu titular. Nesse sentido gostaria de trazer uma imagem. De usar a simbologia como estratégia para imaginarmos e entendermos este processo de reconhecimento e significação de sujeitos a partir da imagem da justiça. Existem duas grandes imagens da justiça: a grega, que é *Diké* (filha de Têmis e Zeus) e a romana que é a *Iustitia*. Ambas são deusas e ambas seguram uma balança. A *Diké* possui a peculiaridade de estar com olhos abertos e ter uma espada. Já a deusa romana não possui espada, apenas uma balança e está com os olhos vendados. A simbologia representa nada mais do que diferentes concepções sobre o justo. Para a deusa grega, que tem os olhos abertos, a justiça vai implicar em isonomia, em equilíbrio, a espada representando não a força, mas a preocupação com a execução do direito (há um direito concebido como teoria e outro como prática). Já para a deusa romana, a idéia mais relevante não é a isonomia, mas a direção. O direito é o espaço de determinação do que devemos fazer. A representação do justo esta na retidão do fiel da balança. E a ausência de espada e os olhos vendados significa que o direito é enquanto ação, enquanto prática, enquanto fato real. Porém, o mais importante é o fato de a justiça estar representada na figura de duas deusas. A imagem da deusa representa a autoridade. O relevante aqui é observarmos que a idéia da justiça está relacionada com o que se diz sobre o que é o justo – e esta autoridade em dizer o que é o justo deve ser reconhecida, um reconhecimento que não está no arbítrio humano, mas na determinação dos deuses, dos deuses do Olimpo.

| 149 |

Observar que as definições de diferentes categorias existentes no mundo, entre elas o direito, estão diretamente vinculadas àqueles que têm autoridade reconhecida para sua “classificação” e definição implica perceber que estes processos são mutáveis e históricos. O que ocorre na história, que vai do pensamento clássico ao racionalismo kantiano, é um processo de ampliação dos sentidos sobre o que é a humanidade. Idéias como a igualdade, que tem início no pensamento cristão – “todos são imagem e semelhança de Deus” – se transforma em norma jurídica – “todos são iguais perante a lei”. A liberdade dos estóicos e dos cristãos sai do status social e é incorporada à consciência e à alma humana: o homem cosmopolita dos helenistas e o “livre-arbítrio” cristão torna-se o “todos nascem livres” e alimentam a idéia de que o homem “é um fim em si mesmo” (berço da compreensão sobre a dignidade humana, na modernidade). Essas idéias acabam por desestruturar as concepções tradicionais sobre a natureza das relações humanas, uma vez que desestruturam a própria idéia de humanidade. Não há mais uma ordem do cosmos, tampouco uma ordem oriunda de Deus que determina o valor humano. É a razão humana que define as estruturas sociais, o logos passa a ser o homem (*omni*).

A questão, então, não se concentra mais no argumento intangível da natureza, mas na necessidade de compreender como se constroem os sujeitos de direito dos direitos sexuais.

Ao romper com a lógica da sociedade hierárquica parte-se para a sociedade da igualdade,



em que o valor e a voz<sup>8</sup> humana passam a ter o mesmo peso – “todos nascem livres e iguais”. Será? Em que pese o império do direito sustentar-se nas idéias de liberdade e igualdade é no processo de definição de quem são os titulares dos direitos que se observa o peso e a força da voz.

Com a modernidade, com a diversidade de comportamentos (*ethos*) não é mais possível definir “a” conduta ideal. Assim, as estruturas de definição de conduta, as definições de autoridade não são mais valorativas, mas procedimentais. O que vale não é o bom ou o correto, mas o procedimento. Em outras palavras, para ser sujeito capaz não é preciso ser prudente, honesto, bom, e uma série de valores cujo significado carece de um consenso impossível de ser alcançado na modernidade. O sujeito torna-se capaz ao cumprir com o critério explícito na lei, ou seja, fazer 18 anos.

No entanto, por mais que o direito tente se definir a partir de um texto e de um procedimento, tanto o texto quanto o procedimento carecem de sentido, de significado. Ou seja, o direito é o que se define como sendo.

### O Simbólico e o Concreto: os direitos civis

Por que trazer a simbologia da justiça? Simplesmente porque a definição do que é algo é expressão do sentido simbólico dele. Em relação aos direitos sexuais isto também ocorre. Antes mesmo de se pensar em direitos sexuais já se tem uma pré-concepção sobre o seu significado, extensão e limites: uma simbologia. Ou, em outros termos, já há uma valoração. Por exemplo, os estereótipos em relação aos homossexuais, ou as “bichas” como foi tratado na mesa anterior. Claro que existem diferenças pontuais sobre o universo dos símbolos, da axiologia e dos significados; a pretensão aqui não é de abordar estas questões, mas de evidenciar que os direitos fazem parte destas representações, sendo que nenhum significado é objetivo ao ponto de se abstrair dos seus espaços significantes.

Assim, ao observar os direitos civis<sup>9</sup> é necessário eleger elementos considerados fundamentais para sua compreensão, em termos de extensão e limites. Nesse caso, a eleição que fazemos refere-se ao discurso sobre capacidade. A questão então é como será definida a capacidade para o exercício dos direitos sexuais, uma vez que a sexualidade está para além das definições jurídicas de capacidade.

---

<sup>8</sup> A idéia da voz aqui representa a possibilidade em expressar interesses, em definir condutas, em fazer escolhas. A idéia de voz está vinculada aos teatros gregos e à categoria pessoa. Pessoa vem de *persona* que eram os personagens dos teatros e somente os personagens que usavam máscaras, que eram os *personare*, tinham voz. Ter voz, implicava ter um papel, ser reconhecido como um personagem, como parte.

<sup>9</sup> É importante observar que os direitos civis e políticos têm sua história vinculada aos ideais iluministas do século XVIII e às revoluções burgueses. Um importante documento é o Pacto sobre Direitos Civis e Políticos de 1948, ratificado pelo Brasil.

A primeira questão a ser observada é que as definições jurídicas são sempre definições arbitrárias que ocorrem a partir de procedimentos previamente definidos e chancelados por autoridades reconhecidas. Isso permite que um adolescente possa votar aos dezesseis anos, mas somente possa dirigir aos dezoito e que para frequentar um serviço público de saúde seja necessário ir acompanhado de pai ou responsável. Em Porto Alegre é possível encontrar em vários postos de saúde da periferia cartazes informando que “menores de dezoito anos devem vir acompanhados de pais ou responsáveis”. Apesar do reconhecimento do direito à saúde, o seu efetivo exercício, quando vinculado às questões de sexualidade, sofre um processo de moralização que redefine seu status. A capacidade civil refere-se, para além do dispositivo formal da idade, o reconhecimento da autonomia do indivíduo em termos de condições de se observar como sujeito responsável pelas conseqüências de seus atos, ou, em outros termos, o reconhecimento do “sujeito moral” kantiano. Nesse sentido, o enfrentamento da compreensão dos direitos sexuais relacionadas aos direitos civis implica observar o reconhecimento de capacidades. O direito à liberdade, à privacidade, à não discriminação estarão condicionados à possibilidade de reconhecer no outro as condições de definir e eleger para si o que é o melhor. Ou seja, a realização dos direitos civis está condicionada, em parte, ao reconhecimento da capacidade do sujeito e, em parte, à garantia das condições de obtenção desta capacidade. O que quero dizer é que, por um lado, a capacidade se realiza por critérios formais de idade, mas, por outro, ocorre no processo de reconhecimento do sujeito como agente capaz. E, neste ponto – o do reconhecimento – os direitos sexuais, enquanto direitos civis, pressupõem a realização de condições sociais determinantes para a efetivação dos direitos civis (saúde, educação, alimentação, moradia...). Ou seja, os direitos civis, aqui, vinculam-se aos direitos sociais. A capacidade, assim, carece de um arsenal de condições para se constituir como tal. A liberdade de escolha implica a possibilidade real de se fazer escolhas. Além disso, se o sujeito não é reconhecido como um agente capaz de fazer escolhas, de determinar o que é melhor e pior para si, para arcar com os ônus e benefícios de suas escolhas, alguém deverá fazer por ele.

Quando aos adolescentes é negado o pleno exercício do cuidado com a sua saúde ocorrem duas conseqüências significativas: a) uma dissociação do direito à saúde dos direitos sexuais e b) que estes não são sujeitos responsáveis. Da mesma forma com os homossexuais ou transexuais quando lhes é negado o direito de realizar escolhas – como família, filhos etc.. Nestas proibições o que está sendo negado não é uma possibilidade apenas, mas o reconhecimento de sua capacidade, da sua condição de responsabilidade. Considerando que na modernidade a capacidade é elemento constituidor dos sujeitos de direito, a negação da capacidade representa um processo de separação entre sujeitos mais ou menos responsáveis, de sujeitos com mais ou menos voz. Apenas para fazer um *link* com as questões abordadas no início deste debate, anteriormente a “humanidade”, o universo de possibilidades de ação humana, estava vinculada às “explicações” sobre os ditames da natureza (nascer livre ou escravo, nascer homem ou mulher); hoje, vincula-se ao direito. Porém, um direito que não é uma ilha, que é permeável por moralidades que lhe dão significado. O discurso de capacidade é, por fim, um discurso de classificação de humanidades, eis que é a definição sobre o universo de possibilidades da ação humana.

## A Constitucionalização dos Direitos Civis: (re)definindo as possibilidades

Até aqui, então, podemos observar que o ponto chave dos direitos civis é o discurso e o reconhecimento de capacidades, sendo necessário ao pensar e abordar os direitos sexuais discutir este ponto.

Porém, ainda é importante observar que os direitos civis e políticos vinculam-se ao universo tanto privado, das escolhas individuais, da privacidade, quanto ao universo público de definição de interesses coletivos<sup>10</sup>.

No âmbito privado está a defesa da privacidade. Aqui, o privado, que também envolve o uso do corpo, implica uma “não” ação do Estado, uma ação negativa. Ou seja, ao Estado é negado a possibilidade de definir um padrão de comportamento (*ethos*). O Estado deve impedir que o privado seja violado, que as escolhas no âmbito da personalidade sejam elementos de limitação do exercício de outros direito. Em outras palavras, ninguém, pode, por ser homossexual, ter limitados direitos como acesso à educação, saúde, direito de ir e vir, acesso a locais públicos, trabalho etc.. E ninguém poderá ter seu universo privado invadido.

No âmbito público, de defesa de bens sociais prioritários, está a responsabilidade de fazer do Estado, de ação positiva. Falar em constitucionalização significa falar na necessidade de observar a hierarquia de bens sociais a ser protegida – hierarquia esta que está determinada na Constituição federal.<sup>11</sup> Ou seja, não está no topo da ordem social brasileira a proteção da heterossexualidade, mas a justiça social, a não discriminação, a dignidade humana, a liberdade. Isto significa que tanto as ações do Estado, quanto as relações entre os indivíduos estão subordinadas aos ditames constitucionais e não a moralidades de grupos específicos.

## Direitos Sexuais como Direitos Humanos: a comunhão na diversidade

O que são Direitos Humanos, afinal? Qual o seu fundamento? Seriam os direitos sexuais direitos humanos? Os direitos humanos e os direitos sexuais como direitos humanos devem ser pensados a partir de três princípios fundamentais: a) a idéia de universalidade; b) a idéia de indivisibilidade e c) a idéia de interdependência. Pensar direitos sexuais como direitos humanos significa dizer que eu não tenho “o” ou “um” direito sexual, mas que eu tenho vários direitos que vão construir os direitos sexuais em um universo relacional: de indivíduos entre indivíduos, de indivíduo com comunidade, de indivíduo e Estado e de comunidade e Estado. Por que isso? Porque os direitos sexuais não se reduzem à idéia de direitos de liberdade.

---

<sup>10</sup> É importante destacar que estas dicotomias entre público e privado são muito mais de âmbito formal do que de fato. No entanto, são necessárias para perceber as possibilidades objetivas de ação e não ação e as relações com o Estado.

<sup>11</sup> Ver os artigos primeiro, terceiro e quinto da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Significa afirmar, por exemplo, que o desenvolvimento das capacidades e da personalidade, tendo como base a dignidade humana, é constituidor dos direitos sexuais. Personalidade esta que não se equipara a modelos heterossexuais. Por outra perspectiva, ao falar de direitos sexuais como direitos humanos falamos do reconhecimento da diversidade humana, uma diversidade que passa a ser um valor social, um bem jurídico, que passa a ser protegido pelo Estado e deve ser respeitado nas práticas sociais.

Ocorre que podemos ter declarações, convenções, normas constitucionais, leis ordinárias (como o Código Civil), definindo e redefinindo comportamentos e possibilidades, porém, as relações sociais não se subordinam a decretos. Não que estes não influenciam as práticas sociais, ao contrário; no entanto, o nosso ponto de debate são os direitos sexuais, um tema recheado de moralidades. Assim, os decretos não podem definir o que são estes direitos, porque é impossível abarcar toda a diversidade humana em textos e textos normativos, mas os decretos (no caso o direito) deve reconhecer e proteger esta diversidade. E, para isso, para o constante processo de significação das práticas humanas é que a participação de diferentes atores é fundamental. Ter voz implica se observar como agente capaz e responsável nos processos de organização social. O direito, na realidade, é apenas mais um deles. Nesse sentido, o fundamental é não perdermos a capacidade de alteridade e de observar a diferença. Em outras palavras, o fundamental é fazer, constantemente, um exercício de desaprender; afinal, como já dizia Fernando Pessoa, “pobre de nós que trazemos a alma vestida”.

### Referências Bibliográficas

ARENDDT, Hannah. *A condição humana*, 10. ed., 2001.

FERRAZ, Tércio Sampaio. *Introdução ao Estudo do Direito*. São Paulo: Ed. ATLAS, 2003.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade: a vontade de saber*, vol. 1. São Paulo: Editora Graal, 1986.

# UMA REFLEXÃO SOBRE DIREITO SEXUAL

Sérgio Carrara<sup>1</sup>



Existe uma intensa discussão sobre o Direito Sexual. Do ponto de vista da antropologia social, o conceito de Direito Sexual poderia ser chamado de Significante Flutuante, ou seja, uma palavra que pode substituir várias outras e que ainda não tem uma definição precisa. O *site* da Organização Mundial de Sexologia, na OMS – Organização Mundial de Saúde, diz que são 11 os Direitos Sexuais. Já existe um esforço de sistematização e de formulação, mas ainda há muito a discutir em relação ao potencial desse conceito e não é necessário ter pressa em fechá-lo.

O primeiro ponto que merece atenção é a sua abrangência. Estamos assistindo, hoje, a uma unificação de diferentes agendas políticas, objetos de reflexão e de regulação política. Os direitos sexuais não são apenas tema de discussão dos homossexuais; eles fazem parte também das agendas do movimento de mulheres e dos trabalhadores do sexo, e da Academia, entre outros grupos. É uma discussão que atinge vários planos e sujeitos.

Numa concepção mais ampla, Direito Sexual é basicamente a sexualidade considerada do ponto de vista dos Direitos Humanos. Esse direito pode ser pensado a partir de três eixos principais: um eixo que é relativo à expressão da sexualidade ou da orientação sexual, onde a homossexualidade é o tema central, com várias questões ligadas à não-discriminação, adoção e união civil, entre outras; um segundo eixo ligado à relação sexual propriamente dita, que envolve a prostituição, idade do consentimento, divórcio e violência sexual; e um último eixo que aglutina as questões ligadas às conseqüências das relações sexuais, incluindo os temas da reprodução, AIDS e doenças sexualmente transmissíveis.

Em cada um desses eixos podemos identificar movimentos sociais diferentes e pensar em diversas políticas públicas. No entanto, a expressão “direitos sexuais”, de algum modo, propõe uma articulação dessas agendas, desses problemas e dessa reflexão. E é isto o que temos visto nesse último ano: uma articulação crescente entre os movimentos homossexual e feminista, por exemplo, quer seja em relação à orientação, às relações sexuais ou às suas conseqüências das relações sexuais.

---

<sup>1</sup> Antropólogo, Professor Adjunto do IMS/UERJ, Coordenador do Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (IMS/UERJ).

## Em Busca da Legitimidade

Merece destaque, também o modo como a legitimidade do conceito de Direito Sexual vem sendo construída. Há uma tendência a derivar a idéia de Direito Sexual, do ponto de vista da legitimidade, da idéia de saúde sexual. Esse é um caminho interessante e, em alguns pontos, muito fácil. Se levarmos em consideração que o Brasil é um país que reconhece o direito à saúde como um direito universal, se convenceremos o Estado de que existe uma saúde sexual, existirá, portanto, um direito à saúde sexual, o que seria, então, um Direito Sexual.

Para adotar essa derivação do Direito Sexual da idéia de saúde sexual, é preciso ter cautela, já que o conceito de saúde sexual remete às ciências biomédicas – que, por sua vez, costumam determinar o que não é saudável na área da sexualidade – e corremos o risco, nesse movimento, de jogar para uma outra instância a definição do que é e do que não é normal em termos de sexualidade, de fazer, sem querer, uma regulação pela saúde.

Um caminho interessante é pensar que a sexualidade sempre foi objeto privilegiado de intervenção do Estado. Para comprovar essa tese, basta fazer uma remissão até o Cristianismo, mas principalmente durante o século XIX até a II Guerra Mundial. Na “eugenia”, por exemplo, o Estado dizia com quem era permitido casar e quantos filhos ter. Esse plano da experiência humana é, tradicionalmente, um plano de intervenção e de interesse do Estado. Portanto é um plano privilegiado para pensarmos os Direitos Humanos, uma vez que eles surgem da idéia do direito do indivíduo em relação ao Estado.

| 155 |

## Regulação

Um último ponto que não pode deixar de ser pensado diz respeito ao que está sendo regulado nesse campo. Dentro da proposta de Direitos Sexuais, fala-se de liberdade sexual de um modo absoluto, mas não é isso o que se vê quando percebemos que a “promiscuidade” se mantém como um critério de avaliação moral da homossexualidade, por exemplo.

Se observarmos as formulações das conferências internacionais, veremos que duas palavras-chaves estão sempre associadas à liberdade: responsabilidade e consentimento. Sendo assim, podemos dizer que existe liberdade sexual desde que com responsabilidade e com consentimento. Isso é uma definição social e cultural, e é claro que através desses direitos há uma proposta de regulação.

Atentar para essa nova regulação é fundamental. É necessário adotar uma postura crítica em relação a isso e analisar o que está acontecendo com a sexualidade ao longo desse processo de criação de novos direitos. Não podemos permitir que junto com esse processo sejam criadas novas barreiras para as manifestações da sexualidade, nem que dele emergja um novo regime de perigo sexual.





SESSÃO 7

# SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA: PARA ALÉM DO HIV

Desconstruindo as Sexualidades

*Janaína Dutra*

Saúde dos Homossexuais - uma questão de resiliência

*Lula Ramires*

A Mídia Perversa e o Universo de Homens  
que Fazem Sexo com Homens

*Vagner de Almeida*

# DESCONSTRUINDO AS SEXUALIDADES

Janaína Dutra <sup>1</sup>



*“Nos ensinaram a carregar, a tirar da frente, a bandeira do pênis.  
Nos ensinaram a carregar atrás um ânus com armadura.  
Nos ensinaram assim, a carregar meia vida à frente e meia morte atrás.  
Nos ensinaram tudo pela metade.”*  
Ulisses Tavares

O poema de Ulisses Tavares retrata, com grande clareza, o hábito que temos de olhar a sexualidade através de uma ótica particular, esquecendo a pluralidade e a diversidade dos comportamentos humanos. Sua ótica desconstrutora nos remete ao processo de construção da travesti, que abriga o macho e a fêmea num mesmo corpo e nos conduz a uma reflexão sobre a homossexualidade e o preconceito que a cerca.

A relação conflituosa e preconceituosa do homem moderno com a homossexualidade tem como pilar as três instituições que fundamentam a nossa sociedade: o Estado, a Igreja e a Família. Um bom exemplo da dificuldade de diálogo com o Estado pode ser encontrado na própria Constituição Brasileira, em seu artigo 15, que versa sobre as garantias e direitos individuais. O artigo afirma que todos somos iguais perante a lei, sem nenhum tipo de discriminação de cor, sexo e credo religioso, no entanto, quando analisamos as relações sociais, notamos uma distinção na classificação dos cidadãos. Todos os que fogem do padrão heterossexista dessa sociedade, que tem como elemento legítimo o homem, de pele branca, com uma boa conta bancária, sofrem algum tipo de discriminação.

A Igreja, por repetir aqueles velhos ensinamentos de sempre, reforça, a cada dia, o preconceito em relação à homossexualidade e perde o foco da sua missão de construir uma sociedade mais justa, igualitária e fraterna, como prega o amor cristão. Se ela cumprisse o seu papel social nos ajudando no trabalho de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, por exemplo, teríamos um alcance muito maior e reduziríamos consideravelmente a discriminação.

---

<sup>1</sup> Presidente da Articulação Nacional dos Transgêneros – Antra.

A família é o lugar onde o preconceito é mais problemático e as relações mais dolorosas. É na família que os homossexuais sentem o peso maior da discriminação direta, do estranhamento em relação àquele corpo e àquela alma de padrões tão diferentes dos estabelecidos como normais pela sociedade, transformando-os em pólo captador desse preconceito.

### **Discriminação Acumulada**

Há ainda uma questão mais séria que envolve, além da discriminação à opção sexual, a discriminação maximizada por uma série de outros preconceitos relativos à raça, à classe social, à formação escolar, à cidade de origem, entre outras características. Este tipo de discriminação acaba por inviabilizar a cidadania do homossexual, em especial das travestis e dos transgêneros, conduzindo-os à prostituição como forma de sobrevivência.

Uma pesquisa realizada em 2001 com 165 travestis no Estado do Ceará revelou que 90% das entrevistadas se prostituem, mesmo que eventualmente. 62% delas vivem da prostituição e 40% dessas 62% que vivem da prostituição são arrimos de família. Os dados mostram a necessidade de se buscar políticas afirmativas para que essas travestis tenham uma melhor qualidade de vida. Uma outra necessidade urgente é acabar com o estigma que leva a sociedade a acreditar na periculosidade das travestis.

Um novo conceito que, talvez, possa ajudar a derrubar esse mito seja substituir o termo travestismo por travestilidade, uma vez que o sufixo “ismo” significa doença e disfunção, e a travestilidade é a qualidade de ser travesti 24 horas por dia. Esse processo de travestilidade é fundamental para minimizar o processo de discriminação que a travesti sofre, desde a mais tenra idade, na escola e em casa, provocando em muitos casos o abandono/expulsão da escola e da família. Por conta dessa estigmatização, encontramos uma população com baixa estima, pouca escolaridade e pouca qualificação profissional.

| 159 |

### **Movimento Organizado**

Como resposta ao movimento organizado que surgiu após a AIDS, no começo dos anos 80, houve uma organização política e social pela qual os gays, as lésbicas e as travestis começaram a atuar e a criar uma maior força de expressão e representação. Foi assim que nasceu, em dezembro de 2000, a Articulação Nacional dos Transgêneros – Antra, um órgão colegiado de todas as associações de transgêneros do país, através do qual são expostas as demandas dessa categoria por meio de uma grande rede nacional, em busca da visibilidade e da cidadania desse grupo. O objetivo da Antra não é ser dissidente do movimento organizado de gays e lésbicas, mas ser um instrumento de mobilização para o atendimento das demandas específicas dos transgêneros, que não são comuns aos outros movimentos.

A Antra está desenvolvendo o Projeto Tulipa, pelo qual serão criados cinco centros regionais de qualificação para a criação de novos grupos e o fortalecimento dos já existentes. Esses centros funcionarão nos mesmos moldes do Projeto Soma para os gays e os profissionais do sexo. O nome do Projeto Tulipa foi escolhido em homenagem à travesti Adriana Tulipa, que foi uma das primeiras militantes a assumir publicamente a sua soropositividade e enfrentar o preconceito. O sonho dela era criar uma ONG, a Travestis Unidas Lutando Incansavelmente pela Prevenção da AIDS.

Estamos galgando todos os espaços que nos são permitidos. Já temos assento no Conselho Nacional de Combate à Discriminação, o que nos possibilita dar idéias para atender as demandas específicas das travestis. Por exemplo, quando as reuniões foram realizadas no Ministério da Educação, sugerimos quais ações afirmativas poderiam ser utilizadas a fim de possibilitar uma maior visibilidade das travestis na educação. Na reunião realizada no Ministério da Saúde, encaminhamos, através da Carta de Porto Alegre, uma solicitação ao Governo Federal para que as clínicas de cirurgia plástica do Sistema Único de Saúde – SUS criem uma cota ou um programa especial para a colocação de próteses nas travestis, com o intuito de reduzir o índice de mortalidade causado por aplicações indevidas, que geralmente são feitas por pessoas que não têm conhecimento médico para realizar este procedimento.

Na última reunião, que aconteceu no Ministério da Cultura, sugerimos a realização de um concurso literário com o tema “Travestis”, a fim de dar maior visibilidade à categoria e mostrar os problemas enfrentados por ela, ajudando a diminuir a discriminação. Outra sugestão foi a produção de um vídeo, com qualidade, no qual as travestis e as transexuais sejam as atrizes principais. Seria uma excelente maneira de mostrar que do lado de cá também há poesia e arte.

# SAÚDE DOS HOMOSSEXUAIS – UMA QUESTÃO DE RESILIÊNCIA

*Lula Ramires*<sup>1</sup>



No mundo em que vivemos, nos habituamos a pensar na saúde somente nos momentos em que esta nos falta. Mas ela é uma palavra forte na nossa linguagem, pois alude ao bem-estar e o bom funcionamento do corpo e da mente. Reflete a capacidade para suportar e fazer várias coisas ao mesmo tempo.

Quando falamos em qualidade, nos referimos às propriedades e atributos que distinguem as pessoas/coisas umas das outras. Seguindo essa lógica de raciocínio, podemos afirmar também que quando dizemos “queremos saúde”, significa que desejamos qualidade de vida.

Esses dois conceitos – Saúde e Qualidade de Vida –, aliados à auto-estima e à cidadania têm sido uma constante nos trabalhos desenvolvidos para o combate às doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) e a AIDS, e na discussão sobre Direitos Humanos. Para os homossexuais, hoje, trabalhar a auto-estima significa combater o estigma, e lutar pela garantia da cidadania; significa lutar pelos próprios direitos.

| 161 |

O combate ao estigma tem um lado político e envolve melhorar a qualidade de vida dos GLBTs, sempre respeitando a diversidade e lembrando que ela envolve questões estruturais, como a classe social, a origem regional, o meio familiar, a idade, o estilo de vida, etc. Além disso, viver sob o preconceito não é tarefa fácil e produz efeitos nocivos à saúde psíquica de qualquer pessoa discriminada.

Em termos de sociabilidade, a questão central é o isolamento, seja ele vivenciado individualmente, seja ele o de comunidade inteira, como no caso dos homossexuais, com todas as conseqüências advindas. Daí, a preocupação com a saúde deve ser coletiva e não pode ser guiada pelo imediatismo, mas por ações preventivas que envolvam o conjunto dos indivíduos e suas condições de vida.

## **Resiliência**

Sendo um conceito utilizado na Física e posteriormente estendido à Psicologia, a resiliência refere-se à capacidade demonstrada pelos seres humanos de lidar cotidianamente com

---

<sup>1</sup> Presidente do Grupo CORSA.



pressões adversas. No caso dos GLBT's, a noção torna-se útil quando a aplicamos nas situações de estigma e discriminação. Para a Física, resiliência é a “propriedade pela qual a energia armazenada de um corpo deformado é devolvida quando cessa essa tensão causadora da deformação elástica”. No dicionário, encontramos a seguinte definição: “capacidade de alguma coisa que foi encurvada, empurrada, pressionada, comprimida ou esticada, de voltar ao normal”. Para a Psicologia, resiliência é a “disposição que o indivíduo possui para superar situações difíceis de perda, *stress*, e desafios em suas vidas”.

Desenvolver a resiliência, como capacidade de retornar ao seu ponto de equilíbrio, mesmo quando pressionado na direção contrária, é fortalecer a auto-estima, a confiança em si mesmo e a autonomia de cada um em relação à própria vida. A resiliência é o que nos impulsiona a ter coragem e ousadia para lutar por um projeto de vida e a nos unir a outros em busca de um mesmo ideal. Desta união será possível visualizar o que queremos para a nossa comunidade e estabelecer desafios a curto e a longo prazo, bem como transmitir um legado para as próximas gerações.

Como diz o educador Paulo Freire, “ninguém educa ninguém, ninguém se educa sozinho, os homens se educam em comunidade”. Por essa ótica, um projeto de vida é ao mesmo tempo algo individual e coletivo, é pessoal e político, pois ninguém pode se realizar como pessoa sem o apoio e o reconhecimento dos outros. A nossa alegria mais profundamente humana advém da partilha e da solidariedade, no esforço para garantir que EU e o OUTRO tenhamos juntos o direito à alimentação, saúde, moradia, trabalho, educação, cultura e lazer. Essa é a nossa luta e se ela ainda está longe de terminar, muito já avançamos nesta estrada. E para finalizar, como já disse um dia nosso poeta maior, Carlos Drummond de Andrade: “No final tudo dá certo. Se não deu ainda, é porque não chegou ao fim!”

# A MÍDIA PERVERSA E O UNIVERSO DE HOMENS QUE FAZEM SEXO COM HOMENS

Vagner de Almeida<sup>1</sup>



Falar sobre mídia é muito polêmico e cheio de interpretações, sobretudo porque, nos tempos atuais, esta, para o bem ou para o mal, permeia todos os processos sociais. Por isso mesmo devemos averiguar neste universo, que globaliza os dias e a sociedade em que vivemos, os efeitos “benéficos” e “colaterais” que a mesma mídia que constrói, inversamente, desconstrói as paralelas que orientam as vivências dos indivíduos.

A mídia expõe, investe no concreto e no abstrato do indivíduo deixando-o suscetível em suas infinitas e variadas tendências.

Diz o ditado popular; “*Quem pode, pode e quem não pode se sacode!*”.

| 163 |

Contemporaneamente, pode-se dizer que raros são os que **podem** e muitos são os que **não podem** acompanhar o consumismo capitalista e tendencioso da mídia posta a serviço do *marketing* e da propaganda.

“Mídia”, conforme o Houaiss, significa “*Todo suporte de difusão da informação que constitui um meio intermediário de expressão capaz de transmitir mensagens; meio de comunicação social de massas não diretamente interpessoais tais quais as conversas, diálogos públicos e privados. Abrangem esses meios o rádio, o cinema, a televisão, a escrita impressa (manuscrito no passado), em livros, revistas, boletins, jornais, o computador, o videocassete ou videogame, os satélites de comunicação e, de um modo geral, os meios eletrônicos e telemáticos de comunicação em que se incluem também as diversas telefonias...*”

Ainda conforme aquele dicionário “Perverso” significa: “*que revela perversão, que ou aquele que tem má índole, que tem a tendência de praticar crueldades, malvado, virando as avessas desordenando, feito em desacordo com as regras e os costumes, efetua alterações, desvirtua, põe às avessas, transforma, desordena, modifica, corrompe, vicia...*”

Partindo desses dois significados é possível retomar o universo sociocultural da população que tem sido objeto de minhas atenções nos últimos tempos: homens que fazem sexo com outros homens de classes menos favorecidas da cidade do Rio de Janeiro.

---

<sup>1</sup> Coordenador do Projeto Juventude e Diversidade Sexual da ABIA.

Dez anos se passaram desde que foi iniciado o Projeto de Prevenção de HIV/AIDS para homens que fazem sexo com homens (HSH) na ABIA. Durante todo esse tempo acompanho as mudanças nas **tendências**: da moda, da sexualidade, e do HSH. Também da epidemia do HIV, que cresce e se formata de acordo com uma outra tendência, esta mundial: a **pauperização**.

*“Cada vez mais percebemos o vínculo fundamental entre a desigualdade social e a vulnerabilidade diante da infecção pelo HIV. No Brasil, isto quer dizer que as populações mais vulneráveis à AIDS e à violência social do cotidiano brasileiro são justamente os mais excluídos, os mais oprimidos, os mais marginalizados...”* (Richard Parker).

No projeto HSH nos deparamos com os enfrentamentos que o homem com práticas homossexuais vive, dado as armadilhas de gênero, sexualidade, das desigualdades sociais. Neste contexto, o fenômeno da globalização mudou o eixo da discussão. Se, de um lado, ela supostamente liberou o acesso à informação, por outro, “fechou muitas portas”, porque os conglomerados multinacionais ficaram ainda mais poderosos.

## O Uso da Mídia

Ao longo desses anos diferentes formas de mídia têm sido usadas no Projeto HSH para revelar e expressar a luta contra o HIV/AIDS, a discriminação, o estigma e a desigualdade social. São boletins, jornais, livros, vídeos, folhetos e revistas. A ênfase do projeto, desde a sua criação, é possibilitar e desvelar o imaginário, os sonhos e desejos dos participantes das oficinas. Oferecer possibilidade dos homens assumirem a voz crítica de cidadãos, se expressar em uma sociedade que os cala, segrega e estigmatiza. Ênfase que se expressa em cada uma das produções que realizamos.

Destacarei aqui dois conjuntos de obras. *Cabaret Prevenção* começou a ser produzida em 1993 dentro da Oficina de Teatro Expressionista, sendo transformada em peça de teatro, livro e vídeo. Dez anos depois foi produzido *Ritos e Ditos de Jovens Gays e Juventude e Homossexualidade: o que os pais precisam saber*. Advindo também das Oficinas, transformado em vídeo e livro. As mudanças no imaginário homossexual são visíveis nas produções.

As diferenças entre *Cabaret Prevenção* e *Ritos e Ditos* são visíveis tanto pelo caminhar da história da epidemia do HIV/AIDS e da homofobia como também do movimento homossexual e de direitos humanos no Brasil. Ambas as produções usam a mídia digitalizada e escrita como veículos de denúncia, protesto, indignação e alerta.

Infelizmente a mídia, como toda construção social, enquanto instrumento/veículo, assume os aspectos que os seus utilizadores lhe conferem. Nesse exato momento é visível a contradição do uso da mídia em prol de causas sociais. Se por um lado vemos iniciativas (nas quais se inserem a nossa) de fomentar mudanças na visão de mundo hegemônica, rumo a uma sociedade mais equitativa e, do ponto de vista do HIV/AIDS, segura, por outro, muitas vezes em um mesmo veículo midiático um mundo de futilidades e exclusão é oferecido ao consumo.

Há duas passagens no documentário *Ritos e Ditos*, fragmentos importantíssimos para prosseguir com os argumentos de como a mídia é também tendenciosa e gera efeitos extremamente danosos no imaginário social e, por conseguinte, nos indivíduos.

#### Fragmento I

*“Meu sonho é ser rica igual à Xuxa, fazer tudo o que eu quero... Eu já tenho saúde, tenho vários bofes, faço tudo o que quero, então, já tenho vários dos meus sonhos. Mas o meu sonho maior é ser rica, e um dia eu vou ser, com certeza!”* (Marco Aurélio, Wolpy, Lacraya, participante das oficinas de Teatro Expressionista, no documentário *Ritos e Ditos*; hoje é um mito na mídia brasileira).

#### Fragmento II

*“A minha primeira vez, a minha primeira transa com outro homem, aconteceu, foi muito engraçado do jeito que aconteceu. Eu tenho um amigo, que ele sempre dizia, já tinha conhecido esse rapaz pela Internet, então... sempre falava dele para mim, dizia que ele tinha sido ruim na transa, falava que ele era uma pessoa muito fria, fiquei assim, como que uma pessoa bonita, uma pessoa rica, uma pessoa bem tratada, uma pessoa que tinha um BMW branco, podia ser ruim na cama?...”* (Anderson ex-evangélico, participante do Projeto Juventude e Diversidade Sexual, um dos participantes do documentário *Ritos e Ditos*).

Ao observar esses dois fragmentos podemos identificar um conjunto de palavras/imagens que são apropriadas pelos depoentes através dos meios de comunicações massa. Não quero, neste momento, me deter no gênero ou vontade sexual expresso pelos dois garotos, apenas reter a idéia de como a mídia está presente na vida de cada um deles.

A tevê exerce uma forte influência no imaginário do indivíduo, mas não é a única. O ruim é quando a televisão exagera e ao invés de educar estimula a ansiedade do indivíduo.

A tevê que apresenta a novela, o programa de moda, policial, a prima dona nacional e internacional, a musa do verão e a milionária loira em um país em que as pessoas ainda morrem de fome, cria uma situação complexa de exacerbação das situações tirando o parâmetro da realidade e conseqüentemente criando um outro contexto de realidade.

“Ser igual à Xuxa” e “*ter tudo o que quiser*”, são as imagens passadas pela mídia. Possuir um “BMW” é sinônimo de ser bom de cama ou bem dizendo “*ser obrigado a ser bom de cama*”. Todas essas fantasias são advindas de toneladas de informações recebidas diariamente pelos meios de comunicações tais quais televisão, internet, telefone celular, o qual passou a ser sinônimo de status entre as classes populares, embora até pouco tempo objeto de desejo só das classes dominantes. Hoje podemos observar o telefone celular nos locais mais remotos do Brasil; é a guerra do *marketing* e do estilo.

São esses argumentos, que a população assistida pelo Projeto HSH expõe nas oficinas e nas atividades desenvolvidas com o grupo. Questões relevantes as quais necessitam ser observadas. Simples exemplos que precisam ser discutidos e avaliados: “*Ser rica igual à Xuxa!*” e “*Como uma pessoa bonita, branca, com BMW poderia ser ruim na cama?*”.

Observa-se a vulnerabilidade inserida neste assunto. A arapuca que a mídia oferece aos indivíduos. O indivíduo sabe expor sua vontade e desejo claramente. Há muitos protestos calados e desabafos verbalizados.

*“Enquanto estivermos calados, permanecendo estagnados, nos omitindo sobre aquilo que realmente pensamos, nada vai mudar. É importante frisar que a população brasileira não está acostumada a questionar, a reivindicar, a exigir o que é melhor, necessário e primordial para a vida do cidadão. Nós gays, homossexuais e entendidos, que seja, nos acostumamos e achamos normal viver em uma sociedade que exclui constantemente todos que são considerados diferentes do perfil de beleza estabelecido por essa sociedade brasileira, excludente, escravocrata, misógina, machista, religiosa e tantos outros etc. Enfatizo porque reclamamos, especulamos, mas ainda permanecemos porque aceitando o modelo perverso que a mídia se mantém, sufocando todos os ideais e anseios pelos quais vivemos e acreditamos, mas que ainda não sentimos a coragem de modificar. Temos enraizada uma estima que oscila, baseada no preconceito que ainda impera na mídia brasileira”.* (participante da oficina Juventude e Diversidade Sexual)

No universo de muitos homossexuais que adotam o ser feminino para o seu cotidiano é visto que em meio a tantas tendências, uma que muito é discutida e enfatizada é a da moda. Moda essa da indumentária, da maquiagem, da nova prótese, perfume, da coluna social do jornal diário etc. Todos ou todas são Gisele Bündchen, Xuxa Meneghel, Julia Roberts, Elizabeth Taylor, Madona, Vera Loyola, e tantas outras figuras femininas poderosas. Nenhum deles identifica-se como Maria da Silva, Irene da Conceição, Raimunda Silveira, pois esses personagens só são mostrados na mídia através das filas de hospitais, portas de presídio, catástrofes ecológicas nas favelas, alagados ou em filas da Fome Zero.

| 166 |

## Mercado Cor de Rosa

Comparando a população alcançada pelo Projeto HSH da ABIA e a chamada população GLS é observado uma especificidade bem diferente. De um lado um grupo de pessoas com poder aquisitivo quase zero e do outro lado, bem paralelo, um grupo de consumidores com um poder de compra sonhado por muitos e alcançado por poucos.

*“É impossível fechar os olhos diante de um nicho de mercado que começa a chamar a atenção da mídia e na mídia: o público GLS (gays, lésbicas e simpatizantes). Este público está definitivamente saindo do armário e formando um mercado a partir de uma das características psicográficas: o comportamento sexual”.* Ronald Assumpção em O Consumidor Saindo do Armário, O público Gay e a Mídia.

A população trabalhada na Baixada Fluminense do Rio de Janeiro pode ser categorizada como GLS, mas sem o poder de consumo no Mercado Cor de Rosa dominante. Segundo Ronald Assumpção, o movimento mercadológico para os GLS ainda é recente no Brasil e concentrado principalmente nas cidades (São Paulo e Rio de Janeiro). Mas, já chama a atenção dos profissionais de comunicação e de mercado para as seguintes questões:

- Como tratar e atingir esse público?
- Quais as características que diferem os gays mercadologicamente?

Se observarmos, veremos que toda essa população para quem o projeto trabalha tem a informação, mas não tem o acesso, pois quando questionados sobre as tendências da moda são quase unânimes em citar revistas tais como a Vogue Magazine, Marie Claire, Cláudia e tantas outras. G Magazine, Homens, OK, Um Outro Olhar, apesar de serem consideradas ainda como títulos pornográficos, a ex Sui Generis (totalmente dirigida para a camada GLS bem estabelecida no mercado de consumo) são edições, como tantas outras que surgem no mercado todos os dias, que revelam a preferência desse público ou, bem dizendo, do nicho em que o mercado consumidor vem investindo.

Estes veículos de comunicação são os mesmos que corrompem, realizam modificações, alteram comportamentos e atitudes dos indivíduos. Não importa que se esteja na Baixada Fluminense do Rio de Janeiro, Jardim Ângela na periferia de São Paulo, Maputo em Moçambique, Sidney na Austrália, Londres, Paris, Nova Iorque, pois a mídia é a mesma neste mundo globalizado. Como exemplo podemos ver a escola de luxo e beleza se repetindo nos mais audaciosos concursos de beleza gay do mundo. Interessante ressaltar que nesse exato momento, simplesmente é reproduzida a imagem que é exposta e imposta no regime capitalista, egoísta e, adicionando, também racista.

Trabalhando anos a fio com população muito carente, percebemos a luta constante do imaginário de cada indivíduo, a angústia e a necessidade de se identificar com alguma marca famosa, não importa que seja no vestuário, no point noturno ou diurno, na bebida – *absinto ou a vodca* – da moda. Se observarmos, veremos que a cerveja ingerida tem que ser a que a propaganda vencedora na luta constante das companhias de cervejas está mostrando nas telas de televisão, cinema, *outdoors*, revistas, jornais.

| 167 |

Pequenos detalhes que sendo visualizados a olho nu passam despercebidos, mas que observados atentamente verifica-se uma tremenda mudança social e comportamental proporcionada pela mídia. Tudo tem que ser da moda e estar na moda e estas mudanças repentinas não chegam tão rapidamente, financeiramente falando, no universo do HSH da Baixada Fluminense do Rio de Janeiro como tantos outros em todo Brasil.

Visivelmente no Rio de Janeiro é possível anotar os points da moda e das classes GLS dominantes. As praias da zona sul, os discos elitizados, as saunas tanto de rapazes de programas como as só de relax, os restaurantes e pubs da zona sul. Neste exato momento a tendência da mídia da moda necessita ser seguida a qualquer preço criando, assim, uma suscetibilidade ao consumismo nos menos favorecidos. Cruzar a cidade geograficamente da Baixada Fluminense para a zona sul no Rio de Janeiro requer tempo e dinheiro. Comprovadamente a maioria não possui um poder de locomoção fácil e dispendioso.

Observando o embranquecimento da mídia, racista, de imediato se depara com o estigma tanto visual como verbal. Basta virar-se na esquina e lá estarão os *outdoors* estampados a olho nu expondo seus néons repletos de personagens brancos vendendo ilusões a quem possui poder



para aquisição, iludindo o imaginário da maioria dos não favorecidos com cartões de créditos, cheques e empregados.

“Como convencer alguém que nem tudo na vida é alcançável e muito menos no mundo em que vive a maioria dos brasileiros?” Não se convence e a vontade, o sonho e a decepção permanecem.

Convivendo, trabalhando com o gay pobre observa-se que Versace é mencionado como o ator da moda da novela da moda da Rede Globo, pois essa é a que mais transforma o imaginário brasileiro no cotidiano desse povo.

A Rede Globo vende o BMW branco, Skol neste verão e Brahma no próximo, colabora hoje com o político X e o derruba no dia seguinte, estabelece que a marca Y é a melhor e desconstrói por completo o que foi ontem construído pela marca B. Com tantas mudanças tendenciosas a população se torna “barata tonta”, despersonalizada, descompassada, informada de um lado e desinformada do outro.

A televisão mostra o céu e o inferno ao mesmo tempo e com isso cria o ser despersonalizado, sem idéias próprias, manipula e apaga, tal como o controle remoto que manipula os canais da televisão.

A televisão vulnerabiliza, informa, constrói, desconstrói? Possivelmente, sim (ou não)! Mas certamente cria tendências às vezes positivas e muitas não. Basta observarmos como a homossexualidade é tratada pelo veículo de maior acesso no Brasil, que é a televisão. Estatisticamente, para cada dez casas existem nove aparelhos de televisão. Diferente entre a televisão e outros meios de comunicação é que o acesso à televisão é menos caro do que outros meios. Por esse motivo, neste exato momento, o que é vendido na tv certamente tem um acesso infinitamente maior (incluindo desigualdade social, racismo, fundamentalismo e tantas outras coisas).

No seriado da Globo “Meninos do Brasil” há um episódio que demonstra nitidamente o *apartheid* brasileiro na guerra de tráfico nos morros e nas favelas. Em uma das cenas é visivelmente observado o exército de jovens encapuzadas, armados com suas R15, jovens não mais de 15 anos lutando em uma guerra territorial das drogas e usando as suas marcas da moda. Tragicamente observa-se um menino-soldado assassinado por uma bala no peito de uma escopeta do bando de oposição. Rapidamente ele é saqueado por um membro da mesma facção e seu tênis novo é arrancado de seus pés. Era um Nike, pois essa é a marca que permeia o imaginário de consumo desses jovens. Esta marca está bem patenteada entre os GLS, os gays pobres, as travestis esportivas e tantos outros sem acesso a Nike ou Reebok.

### Do Consumo à Marginalidade

As marcas da Yves Saint Laurent, Versace, Dolce Gabbana, Calvin Klein, Prada, Louis Voulton, Banana Republic, GAP, Nike, Hugo Boss, Giorgio Armani, Victoria’s Secret, Gucci e tantas outras etiquetas e pessoas das passarelas causam uma tragédia no homossexual pobre,

jovem e excluído. Conseqüentemente, para adquirirem esses produtos é relatado que há a necessidade de se inserirem em atividades tais como o tráfico de drogas, no trabalho de mula, avião e tantos outros nomes adicionados a esse vocabulário tão extenso do querer e não poder. A prostituição e tantas outras atividades não muito dignas para o ser humano fazem parte das atividades dessa população. Ressaltando que todos são livres de praticarem qualquer atividade que lhe interesse e de que tenham vontade.

Se observarmos como os territórios se dividem podemos de imediato ver como a população HSH se divide, como as siglas se separam, tanto no Rio de Janeiro, em outras partes Brasil como também em outros países. No Rio de Janeiro é visível Zona Sul versus Zona Norte, Baixada e periferia, Zona Oeste.

A mídia engrandece a zona sul em suas telenovelas, comerciais de carros, bebidas e shoppings, enquanto a zona norte serve de cenário para os noticiários sensacionalistas da guerra civil silenciosa que mata mais do que qualquer outra guerra no Oriente Médio.

A televisão está lá dentro de cada casa, barraco ou boteco de becos e esquinas das favelas. O bonito está estampado e criando no imaginário de cada um sonho, um desejo de ser igual ou melhor do que aquele personagem bem sucedido na novela da moda ou no programa seu Talão Vale um Milhão.

O protótipo de beleza é massificado. Bonita é a palavra, uma expressão bem conhecida no vocabulário do HSH, das travestis e dos transexuais. Não há permissão para ser feio, e quem não se encaixar no padrão de beleza imposto pela mídia está fora, é cafona, é pobre, “bicha pão com ovo”. Por obrigação o indivíduo necessita ser fino, elegante e alvo, não branco, alvo! Palavra também para determinar estilo de beleza. Em revistas e desfiles do mundo fashion é observado todo esse estilo exposto, é evidente que é uma ordem, um dever ser bonita. Como diz o ditado popular entre a população HSH: “*Ta bonita bicha? Caso não, fora!*”.

Discriminação parte de um olhar, um sorriso do lado da boca, uma piada sem sabor de mel.

Quem não viu ou proferiu uma piada a alguém que supostamente não fazia ou faz parte do seu círculo social?

No Rio de Janeiro, a discriminação está bem visível nas duas partes da cidade. Uma parte da cidade é antes do túnel, Barra, Leblon, Ipanema e Copacabana, esta já se encontra afamada pelas classes dominantes. A outra é depois do túnel, onde o Projeto HSH da ABIA tenta democraticamente alcançar as camadas menos favorecidas, excluídas e discriminadas. Observando o universo HSH é importante realmente redesenhar constantemente a categoria de círculo social ou círculos sociais. Entre a Zona Sul e a Zona Norte existem semelhanças e diferenças gritantes. O mesmo Hit que toca nos discos da Zona Sul são tocados na Zona Norte. Em ambos os locais a moda chega através do rádio e da televisão. Na Zona Sul se concentram os ricos e turistas e na zona norte os pobres e os estranhos no ninho. Todos aparentemente se democratizam ouvindo e dançando o mesmo hit, mas não conseguem se sociabilizar economicamente. As diferenças são imensas e visíveis a olho nu.

Observando a Classe A, os ricos que formam uma ala do HSH, este pedaço da sociedade é realmente poderoso e conhecedor do mundo fashion, restaurantes da moda, compra BMW branco, viaja de primeira classe, quando não senta na classe executiva e dali não passa “nem morta” ou, bem dizendo, morto. Classe econômica não existe para ele. Visita ou mora em Londres, Nova Iorque, Paris e faz jet set ao redor do mundo. Fala francês, inglês, italiano, japonês, sem mencionar nos cursos básicos no Japão para poder ser um exímio conhecedor da culinária japonesa. Essa classe existe no Brasil e está estampada com a sua fotografia tirada de uma máquina digital nas revistas *Flash e Caras*, evidentemente que nunca aparecerá fazendo o social na *G Magazine*. Não é uma classe em extinção, e o Mercado Cor de Rosa é o seu favorito. Esta classe A é poderosa e os não favorecidos não existem para ela a não ser para servi-la na hora que são solicitados.

A Classe B é a pior, em se tratando de discriminar e estigmatizar os que menos possuem ou nada possuem. Nunca foi a Londres, Paris ou Nova Iorque, mas possui a pretensão dos que já foram e podem ir. Sabe até a letra de cor de “New York, New York” ou “La Vie En Rose”, mas nem se quer tenta cantar “Aquarela do Brasil” ou “Tico-Tico no Fubá”. Esta classe não possui limites e tudo que não seja rótulo caro não tem valor para, inclusive o ser humano.

A Classe C, D e E é a população que o Projeto HSH e Juventude e Diversidade Sexual tenta alcançar na Baixada Fluminense do Estado do Rio de Janeiro. Essa população veste roupas da Rua da Alfândega do Centro da cidade do Rio ou tendências da moda com marcas famosas tais como Nike, Reebok, Louis Vuitton, adquiridas no camelódromo da Central do Brasil ou nas feiras populares. Essa geração de jovem HSH não possui a pretensão da camada A e B, mas possui auto-estima abalada. Simplesmente tem um sonho, desejo e um imaginário de um dia chegar a ser respeitado e ter uma condição de vida melhor e digna. É importante observar a categoria de poder, o mais bem abastecido com o menos favorecido. Como as terminologias se modificam perante classes sociais. O mais bem abastecido é o que paga, compra e, conseqüentemente, o menos favorecido passa a ter o nome de *michê*, *usurpador*, *tá usando a cacura velha e rica*, *a bichinha pão com ovo se deu bem com a bicha velha*, *tá com o gringo* etc. As terminologias usadas para se referir à Classe A e B são bacana, doutor, gente fina, tem berço, sangue azul, é uma pessoa muito importante, enquanto as classes C, D, E recebem títulos completamente contrários.

Exclusão social ou delírio social? Nas oficinas promovidas pela ABIA é percebido que os participantes, todos sem exceção, levando em conta grau de escolaridade ou não, podem mencionar no mínimo doze marcas famosas, não alcançáveis por eles monetariamente. As mais mencionadas foram Calvin Klein, Louis Vuitton, Nike, Versace, Yves Saint Laurent, Dolce Gabbana, Fórum,...Isto sem mencionar centenas de outras marcas referidas por eles.

Um fato que marcou muito em 2002 foi um jovem de 19 anos, convivendo com o HIV/AIDS, tem como parceiro fixo um traficante famoso da cidade do Rio de Janeiro. Em sua entrevista ele diz:

*“Hei de morrer antes de comprar um vestido bem bonito na Sachs Fifth Avenue em Nova Iorque e fazer um show, neste caso uma dublagem, para as outras bichas pobres se cortarem de inveja dele”.* (jovem dublador de uma boate da Baixada Fluminense vive sobre a proteção de seu parceiro traficante em uma das tantas favelas da periferia, folheia as revistas da moda e a sua preferida é a *Vogue*).

*“Concordo que a mídia de um modo geral faz com que nós nos sintamos humilhados diante de tantas novidades, novidade a qual percebemos que o nosso poder de aquisição é mínimo. São mostrados vários produtos, de várias marcas que podem ser famosos e muito atraentes. Quem mora na periferia e lê revista de moda, jornais, livros etc. conhece um conceito de vida, um estilo de vida que a maioria da população não tem como comprar. Penso que o ser humano em geral tem a possibilidade de mudar o seu modo de vida, estudando, trabalhando, sendo humilde sem deixar-se humilhar.”* (participante da Oficina Juventude e Diversidade Sexual da ABIA)

As disparidades do imaginário, essas são armas que constroem ou desconstroem toda uma edificação do jovem HSH, não importa quantas vezes ele retorne para casa via trem, van, ônibus, seu imaginário estará na mira das imagens absorvidas pela mídia perversa. Um exemplo a ser seguido na época era a novela da Rede Globo intitulada *“Celebridade”*. A maioria de alguns meninos das oficinas já haviam se apoderado de alguns personagens poderosos, ricos e famosos e já se chamavam pelos nomes. Mesmo fenômeno ocorrido com a personagem Odete Roitman em *“Vale Tudo”*. Todos eram Odete Roitman e até a sua perversidade era aceitável por ser o protótipo de riqueza e poder.

| 171 |

### **O que fazer com uma população de jovens vulneráveis nesse mercado de vaidades e contradições?**

Essa imagem de poder exposta diariamente no espaço GLS ou HSH compra crack, cocaína, cristais e todos os outros apetrechos da moda. Tudo tem que estar empacotado para que o gay do mercado cor de rosa, forte, bonito, olhos azuis, louro, alto e não afeminado esteja inserido, aceito e vivendo o espetáculo ocasional do momento.

Partindo para o protótipo de beleza, esse realmente é perverso, pois é assim que a tendência da mídia, principalmente do mercado cor de rosa, expõe seus produtos no mercado de vaidades. Requisitos importantes são necessários para o indivíduo ser aceito neste mercado tão competitivo e lucrativo. Inicialmente ser forte, musculoso, alvo, bem dotado, olhar fatal, deixando claro que os olhos necessitam ser azuis, não valem as lentes de contato baratas. Ser elegante e usar os terninhos da moda. Dentro de uma vasta lista de requisitos impostos pelo mundo fashion, caso o indivíduo não consiga se inserir em uma dessas modalidades, ele será imediatamente deletado do universo que constrói no mundo esse espaço de sonhos e fantasias, mas só se transformam de sapos para príncipes uma camada muito pequena de pessoas.

Os afeminados, como se referem os demais, *“Não, não e não!”*. Exemplo estampado nos

anúncios de cuecas Calvin Klein, fenômeno criado pela mídia e difundido no Mercado Cor de Rosa com uma separação de gênero masculino. Como diz o ditado popular “*Ser viado sim, mas que seja macho*”. É importante observar no mundo homossexual essas diferenças, principalmente quando essa empada ou pão com ovo, assim chamado o HSH menos favorecido, vem recheado de pobreza. O mundo é dos fortes, brancos, musculosos, as Barbies tão difamadas por alguns e idolatradas por outros. Observando centenas de revistas de cultuação do corpo, é evidente que 90% dos tipos, modelos são brancos e raramente encontram-se negros ou mulatos, só quando famosos ou ricos, bem tratados, massudos, e como dizem os HSH, tem que ter por obrigação a “*neca grande*”.

Este mesmo fenômeno é encontrado em série em boletins informativos de prevenção de HIV e AIDS no Brasil.

O homossexual feio, isto se referindo ao padrão de beleza imposto pelo sistema, pobre, mal nutrido, não vende no Mercado Cor de Rosa e, conseqüentemente, é excluído do circuito dos favorecidos, os quais são os brancos e fortes, protótipos de macho e alazão, vitalidade e exuberância tal qual os ditados populares “Um colírio para os olhos! O genro que a minha mãe queria! Pedaco de mau caminho! Isto que é corpo o resto é Chupeta!”. Tanto lá quanto cá, a tendência do embranquecimento difundida pela mídia é a mesma. Não importa que estejamos em Nova Iorque, com um das maiores etnias do mundo por metro quadrado. Se observarmos o mercado cor de rosa brasileiro, com uma mistura étnica fascinante, encontraremos como raras exceções o negro estampado nas capas de revistas famosas, em personagens de destaques “*ricos e famosos*” em novelas da rede Globo ou qualquer outra emissora de televisão brasileira.

| 172 |

### **Somos uma sociedade que, indecentemente, excluimos mesmo!**

Há uma população extremamente vulnerável perante a mídia perversa. São pessoas que não alcançam, mesmo que queiram, a corrida exposta sobre um consumo exacerbado. De forma direta ou indireta são indivíduos que querem reivindicar uma vida melhor, aprender, ensinar, perceber que o mundo da exclusão deforma a personalidade desses personagens que tanto têm a oferecer em uma sociedade que só os subtrai.

No Rio de Janeiro, o Projeto da ABIA não está nas orlas marinhas tão endeusadas pela mídia e foram esses grupos de HSH pobres, lutadores, jovens, negros e brancos que fizeram repensar a existência desse mundo perverso, são grupos de pessoas, indivíduos que quando oportunidades têm, transformam o sistema sempre para melhor.

O Mercado Cor de Rosa perverso, e atraente também, vulnerabiliza as pessoas. Cria dependência deixando o indivíduo frágil diante de tantas opções impostas pelo mercado de consumo. Fazendo com que os jovens abandonem sua adolescência e vão em busca do perigo, do inexplorado, o diferente, o objeto de desejo que tanto sonham em conseguir. Uma simples

marca de tênis, um celular que tira fotografias, uma camiseta maneira são o suficiente para inserir esse jovem no mundo da criminalidade e da prostituição. Estatisticamente sabemos o fim de cada um desses jovens. Quando não mortos passam a conviver com o HIV/AIDS, pois facilmente abandonam o sexo seguro em troca de acesso a bens e serviços que lhes é negado dado as suas condições sociais. Como eles mesmo relatam, tudo é possível para se conseguir o rótulo, a marca, que estão exibidos nos *outdoors* das estradas e avenidas ou nos comerciais de televisão.





SESSÃO 8

# CONSTRUINDO PROJETOS DE MUDANÇA:

ENTRE NÓS E PARA O MUNDO

Homofobia em Foco - compartilhando experiências e impressões

*Benedito Medrado*

Formação de Parcerias -  
o caminho para a construção de projetos de mudança

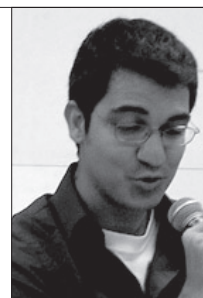
*Beto de Jesus*

Soropositividade, Homossexualidade e Direitos Sexuais

*Roger Raupp Rios*

# HOMOFOBIA EM FOCO – COMPARTILHANDO EXPERIÊNCIAS E IMPRESSÕES

Benedito Medrado<sup>1</sup>



Este texto não tem a pretensão de apresentar uma leitura teórica lapidada sobre a questão da homofobia. Ao contrário, minha intenção é, antes de tudo, compartilhar experiências extremamente ricas que temos vivenciado e que têm nos colocado uma questão intrigante: como trabalhar a temática da homofobia (entendida como expressão de intolerância frente à diversidade sexual), no contexto dos direitos sexuais, atuando com grupos de jovens homens. Para tanto, estarei me baseando em idéias inacabadas (pedras ainda brutas) que expus durante o Seminário “Homossexualidade: produção cultural, cidadania e saúde”, organizado pela ABIA, entre 28 e 30 de outubro de 2003, no Rio de Janeiro.

Quando fui convidado para participar daquele seminário, pensei, por um bom tempo, por onde deveria começar e que pontos poderia levar para uma discussão sobre homossexualidades, particularmente focando a idéia de “projetos de mudança: entre nós e para o mundo” (tema da mesa para a qual fui convidado).

Começemos com uma breve história... Há alguns anos, um tio meu relatou uma experiência que me deixou bastante intrigado. Estávamos bebendo na casa dele, num daqueles “domingo-família”. Carne na churrasqueira, cerveja no copo. Muitas garrafas já vazias do lado. Entre as várias lembranças de nossa terra natal<sup>2</sup>, ele me contou que, quando adolescente, “não sabia bem porque”, sempre que encontrava uns “veadinhos” na esquina de sua rua, quando voltava para casa com os amigos, costumavam “entrar de sola naqueles caras”, aos socos e pontapés. Essa descrição do meu tio, embora em um tom de arrependimento, soava-me muitas vezes como uma expressão de prazer. E eu me perguntava: o que leva uma pessoa a fazer isso? Fiquemos um pouco com essa história do meu tio em mente, pois quero retomá-la adiante.

Na instituição que coordeno, o Instituto PAPAI, temos trabalhado, ao longo dos últimos anos, com homens jovens (entre 13 e 25 anos), a maioria negros, em situação de pobreza que “talvez” se definam como heterossexuais. Digo “talvez”, porque realmente nunca perguntamos. O que pode parecer curioso, mas justificável, na medida em que evitamos, em nosso trabalho,

<sup>1</sup> Instituto PAPAI (Recife – PE).

<sup>2</sup> Sou de Juazeiro da Bahia e nesta época fazia doutorado em São Paulo. Meus tios moravam em Santos.

trabalhar a partir da identidade sexual, seja ela homo, heterossexual ou qualquer outra variante (catalogável ou não!).

A referência à heterossexualidade desses jovens poderia ser comparável aqui ao catolicismo da população brasileira, ou seja, muitas vezes nos dizemos católicos, pela falta de opção melhor, embora pouco saibamos sobre o que é verdadeiramente ser católico. Eu diria o mesmo em relação à heterossexualidade. Ou seja, parece que a heterossexualidade está para a sexualidade assim como o catolicismo para a religião. Não sabemos muito bem o que é, mas dizemos sempre que é maioria.

Em relação ao grupo de jovens, de fato, pobreza e cor/raça talvez sejam as únicas características (ou fatores) que eles compartilham. Porque, em seus corpos, em seus desejos e em sua linguagem expressam uma genuína diversidade. E “diversidade” é uma palavra muito especial para aquele grupo. Uma palavra que mal sabiam pronunciar, até quando tiveram a oportunidade de participar da Primeira Parada da Diversidade de Recife, em 2001.

Naquele ano, em discussão de colegiado, resolvemos que o Instituto PAPAI apoiaria a organização da Parada, oferecendo-nos para montar um *stand* e distribuir material sócio-educativo. Conseguimos montar um stand num ponto estratégico, onde foi possível distribuir materiais, particularmente sobre DST/AIDS, e conversar com as pessoas que passavam pela Conde da Boa Vista, uma das avenidas principais da cidade.

Coincidentemente, nosso *stand* foi colocado em frente a uma igreja evangélica. A presença na frente da igreja foi questionada, tivemos que conversar com o pastor e nosso argumento (embora não ouvido) era único: nós e a igreja, por caminhos diferentes, pregamos a mesma coisa: a felicidade das pessoas. O argumento do pastor foi um pouco mais contundente: “Vou telefonar para nosso deputado!”. Voltamos para o *stand* e felizmente (principalmente para o pastor!) antes do deputado chegar, o cortejo já havia começado e tivemos que segui-lo.

Mas, o que eu gostaria na verdade de compartilhar com vocês não é bem a Parada, que foi um sucesso, reunindo mais de 4.000 pessoas. O que gostaria de focar mesmo é o que antecedeu e o que sucedeu à Parada. Como disse anteriormente, temos um grupo de homens jovens que participam de atividades sócio-educativas no Instituto PAPAI. Nem todos são pais. Ou seja, esse não é grupo de jovens pais com o qual trabalhamos. É um grupo de homens jovens com os quais desenvolvemos atividades sócio-educativas sobre saúde, sexualidade e reprodução, a partir do olhar de gênero.

Para participarmos da Parada, como de costume, fizemos algumas atividades em oficinas, uma delas foi orientada pela exibição da primeira parte do filme *Desejos proibidos*. No caso, selecionamos o trecho em que as duas senhoras vivem juntas há anos e uma delas vem a falecer, iniciando um processo de luto e perdas para a parceira. Seu sofrimento se vê multiplicado quando um parente distante da sua parceira falecida se aproxima para receber os bens que herdara.

Ao escolher este filme, optamos por focar nossa discussão menos no sofrimento da personagem, mas principalmente na reação do grupo diante da postura homofóbica de vários personagens, ressaltando em que medida aquela mulher estava tendo seus direitos respeitados.

A discussão em torno do filme e a experiência de participar da Parada possibilitou a abertura para um longo processo de reflexão com o grupo sobre a questão da homossexualidade, não na busca de um consenso sobre “o que é um homossexual” ou sobre “porque alguém se torna homossexual”, mas principalmente tentando analisar como manifestações homofóbicas são construídas e muitas vezes aceitas e legitimadas pela sociedade.

Essas reflexões geraram depoimentos ricos em significados: “Participar da parada não foi tão estranho quanto eu imaginava”. “Se eu quero meu direito respeitado, tenho que lutar pelo direito de todo mundo”. “Porque na hora de pagar impostos todo mundo é igual e na hora de ter direito não”.

Assim, a partir dessa experiência, passamos a trabalhar mais intensamente com a temática da homossexualidade, ou mais particularmente a homofobia, com esses rapazes em diferentes situações, às vezes propostas por nós, às vezes propostas por eles mesmos. Muitas vezes neste processo, temos reorientado o olhar e a pergunta que nos é feita pelos garotos.

Quando os jovens nos questionam “Como uma pessoa se torna homossexual?”, respondemos com outra pergunta: “Que fatores sociais fazem com que uma pessoa se torne intolerante e muitas vezes agressiva em relação ao amor e/ou sexo entre homens ou entre mulheres?”. Se nos perguntam “Como saber se uma pessoa é homossexual?”, respondemos “Como identificar e como reagir a comportamentos homofóbicos?”.

Muitas vezes, percebemos que as perguntas dos jovens (e de muitos adultos) estão recheadas de fetichismo, quase um “voyerismo cego” ou uma espécie de curiosa visita ao zoológico, onde queremos saber de que se alimentam as zebras ou como os macacos se seguram tão bem nas árvores. E esse fetiche é compartilhado por hetero, homo, bi... por “pessoas sexuais”. E esse processo é tão complexo quanto seria (também complexa) a tentativa de responder a essas questões. Muitas vezes, a intenção é das melhores: “Ah, mas eu preciso saber como ajudá-lo. Se eu tenho um aluno que parece ser homossexual eu tenho que dar um jeito de protegê-lo. É preciso fortalecê-lo e para isso eu tenho que saber como ele é”. Uma questão sobre a qual vale a pena refletir: a tentativa de “saber como ele é” não seria, na acepção de Foucault, a forma mais efetiva de controle?

O tema da homofobia tem sido também o tema central do roteiro de um vídeo que o Programa tem produzido. O Programa H é coordenado pelo Instituto Promundo e integra o Instituto PAPAÍ (PE), a Ecos - Comunicação em Sexualidade (SP), Instituto Promundo (RJ) e Salud y género, uma instituição mexicana. Juntos, produzimos um vídeo, através do qual buscamos traçar alguns dos dilemas e conflitos que um garoto enfrenta em sua vida, buscando (e sendo cobrado) a responder a um padrão de masculinidade tomada muitas vezes a partir do referencial branco, heterossexual e de classe dominante. O vídeo se chama “Minha vida de João”, um desenho animado, sem fala, somente com música e sonoplastia, que retrata várias situações, particularmente na infância, em que os meninos são levados muitas vezes a reprimir desejos, práticas e palavras, para que possa provar que é “macho”

Atualmente, estamos trabalhando novamente em conjunto na produção de um vídeo nos

moldes do primeiro, buscando entender o que aconteceria com esse garoto se ele, ao invés de conhecer uma garota e ficar apaixonado por ela, tivesse conhecido um garoto e tivesse se apaixonado por ele. Nosso foco tem recaído menos numa análise do impacto que isso poderia gerar para ele em termos de subjetividade e mais nas reações das pessoas ao seu redor e as implicações disso para sua vida.

Essas estratégias visam, em última instância, deixar claro que o preconceito e a discriminação em relação às pessoas que mantêm relações afetivas e/ou sexuais com pessoas do mesmo sexo não são problemas que dizem respeito exclusivamente aos homossexuais. O preconceito e a discriminação são produtos sociais construídos e mantidos por todos. Todos precisam, portanto, ser mobilizados.

Trabalhar a questão das homossexualidades pela via da homofobia, no diálogo com homens jovens que se identificam (ou são identificados) como heterossexuais, certamente não é o melhor caminho, nem sozinho vai muito longe, mas certamente, enquanto um lugar de estudo e experiência, para nós, tem sido uma experiência muito enriquecedora...e para eles também.



# FORMAÇÃO DE PARCERIAS – O CAMINHO PARA A CONSTRUÇÃO DE PROJETOS DE MUDANÇA

*Beto de Jesus*<sup>1</sup>



Pensar a construção de projetos de mudança para o cotidiano das pessoas que vivem com HIV/AIDS, exige, antes de qualquer coisa, abandonar a postura de uma militância vitimizante. Tanto o movimento de luta contra a AIDS como o movimento homossexual, de mulheres e de negros adotaram, durante muito tempo, um discurso vitimizante forte como estratégia para ter acesso às linhas de financiamento. Mas está na hora de adotar uma nova postura, principalmente em se tratando do movimento homossexual.

| 180 |

Ao longo de todos esses anos de ativismo, conseguimos uma grande visibilidade massiva. Fomos para as ruas e mostramos quantos somos nas capitais e nas pequenas cidades, mas é o momento de começarmos a qualificar as nossas ações. Nesses sete anos de parada gay em São Paulo, conseguimos um número cada vez maior de adeptos, mas ainda não foi possível qualificar o evento e fazer entender que ele é mais que uma celebração.

O caminho para isso pode ser o estabelecimento de uma agenda comum entre os vários movimentos sociais. As feministas, os negros e os gays... têm cada um agendas próprias que, apesar de suas especificidades, possuem pontos em comum que precisam ser unificados e trabalhados em conjunto. Embora possa parecer difícil para alguns pensar essa possibilidade, o estabelecimento de uma agenda política comum contra o preconceito, as desigualdades raciais e sexuais, permitirá uma maior visibilidade para o movimento social brasileiro e, conseqüentemente, mais efetividade nas suas ações e resultados.

A parceria com o mercado também é fundamental nesse processo. Se hoje a Parada Gay de São Paulo tem a participação de 800 mil a um milhão de pessoas, isso se deve, em parte, à parceria feita com empresas que não estavam ligadas diretamente ao movimento. O marco inicial se deu em 2000 com o acordo fechado com o Portal IG. Na época, o IG investiu R\$ 60

---

<sup>1</sup> Educador, Consultor em Educação e Diversidade e Secretário Executivo do Instituto Edson Neris de São Paulo.

mil na parada como cota de patrocínio, com base em uma pesquisa que mostrava que 40% dos usuários de Internet no Brasil eram gays e que esses permanecem conectados o dobro do tempo que os heterossexuais. Nesse mesmo ano, o portal pagou a veiculação de quatro anúncios com o slogan “IG: patrocinadora oficial com orgulho da Parada...” nos dois principais jornais de São Paulo – *Folha de S. Paulo* e *O Estado de São Paulo*.

### Ponto de partida para uma discussão maior

Essa parceria mostrou que devemos apostar na função social das empresas e usar esse apoio para realizar, no futuro, negociações que os sindicatos ainda não fazem, uma vez que ainda não existem no Brasil sindicatos que defendam de forma explícita em sua plataforma o direito do (a) trabalhador (a) homossexual. Então, se conseguirmos estabelecer projetos com determinadas empresas, poderemos começar a discutir também de que forma essa empresa se relaciona com seus empregados homossexuais e quais políticas afirmativas irá aplicar para esse segmento.

Um outro ponto em que precisamos avançar ainda mais é a parceria do movimento homossexual com as universidades. Essa aproximação com o mundo acadêmico vai nos ajudar a mostrar aos pesquisadores a nossa experiência e garantir que as pesquisas e teses não se afastem da nossa realidade.

Devemos também trazer a discussão de gênero para dentro do movimento homossexual; isso é fundamental para pensarmos esses projetos de mudança. Isso significa criar um diálogo sobre as identidades de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros e fazer uma interlocução sobre os problemas enfrentados por cada um deles.

| 181 |

### Crítica responsável

O comprometimento das pessoas envolvidas no Programa Brasileiro de AIDS possibilitou a obtenção de resultados significativos no combate à epidemia no país, mas para avançarmos mais é necessário haver uma crítica forte e responsável às ações do governo. Precisamos reordenar os quadros e identificar de onde os recursos devem vir. Não podemos permitir que a nossa militância política nos impeça de apontar os erros.

Temos que ser conseqüentes a fim de mostrar as situações insustentáveis defendidas pelo Governo Federal. Um bom exemplo disso é a forma como a Secretaria Especial de Direitos Humanos está estabelecida<sup>2</sup>. Apesar de termos três pessoas no conselho, o fato da comunidade

---

<sup>2</sup> Quando essa comunicação foi feita no Seminário da ABIA, ainda não havíamos avançado junto à SEDH. Em 25 de maio de 2004 a SEDH, juntamente com os Grupos do Movimento Homossexual Brasileiro lançaram o Programa “Brasil sem Homofobia” que elenca uma série de ações interministeriais em defesa da cidadania da comunidade homossexual.

homossexual, em dez meses de trabalho, ainda não ter sido escutada pelo Ministro Nilmário Miranda é sintomático e o governo só vai avançar na medida em que nós fizermos as críticas certas.

Fortalecer a articulação nacional é o caminho. Esse fortalecimento pode se dar através de projetos pontuais com a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transexuais – ABGLT, mas precisa haver também uma agenda nacional. O XI Encontro de Gays, Lésbicas e Transgêneros talvez possa apontar para uma pauta mínima que leve à centralização e ao robustecimento dessa articulação nacional. Só assim poderemos transformar o Brasil em um país mais democrático. Na medida em que conseguirmos fazer os direitos de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros serem respeitados, vamos melhorar a cara do nosso país, porque a verdadeira democracia só existe de fato com respeito à diversidade e todas as possibilidades.

# SOROPOSITIVIDADE, HOMOSSEXUALIDADE E DIREITOS SEXUAIS

*Roger Raupp Rios*<sup>1</sup>



## 1. Introdução

Neste trabalho, enfrento o problema da proteção jurídica a soropositivos, examinando a relação entre a condição soropositiva e a homossexualidade, bem como apontando uma compreensão de direitos sexuais que viabilize o combate à discriminação sofrida pelos portadores do HIV, especialmente em se tratando de homossexuais.

Com efeito, a efetividade de muitos direitos reconhecidos a soropositivos esbarra em preconceitos vinculados à orientação sexual. Compreender este fenômeno, salientando alguns de seus aspectos mais relevantes é o objeto da primeira parte deste artigo. Realizo esta tarefa enfatizando as conseqüências da homofobia.

De fato, não obstante a positivação jurídica de direitos sociais relativos à assistência à saúde e à proteção aos riscos sociais advindos da incapacidade laborativa que possa decorrer da soropositividade, a homofobia constitui uma das maiores ameaças à realização destes direitos.

A seguir, na segunda parte, esboço algumas reflexões sobre a compreensão dos direitos sexuais como categoria valiosa na superação dos mencionados desafios.

## 2. Soropositividade, Homossexualidade e o Sujeito de Direito Soropositivo

Nesta seção, analiso sucintamente a conexão entre a soropositividade por HIV e a homossexualidade.

Trata-se, em um primeiro momento, de apontar algumas das raízes do estabelecer-se desta relação, responsável pela presença de muitos preconceitos que desafiam a efetividade dos direitos conferidos a soropositivos. Após, examino a concepção de sujeito de direito pela qual, de modo velado mas prenhe de conseqüências, são veiculados estes preconceitos, atingindo todos soropositivos, principalmente soropositivos homossexuais.

---

<sup>1</sup> Juiz Federal, Doutor em Direito Público pela Faculdade de Direito/UFRGS.

## 2.1. Soropositividade e homossexualidade

Desde o início da epidemia da AIDS, estabeleceu-se a relação direta entre a soropositividade por HIV e a homossexualidade. Tanto que, como se sabe, esta doença foi inicialmente associada à condição homossexual, recebendo inclusive a denominação pejorativa de “câncer gay” ou a classificação “científica” de Imonodeficiência Relacionada à Homossexualidade (GRID – Gay Related Imunodeficiency). (Ver Terto Jr., 1996).

O homossexual, desde então, é percebido como o lugar e o veículo “natural” da patologia (ver Sharrock, 1997). Constituiu-se, a partir de uma lógica reativa e discriminatória, a distinção entre o “aidético intrinsecamente homossexual” e o “heterossexual saudável” ou, quando muito, entre o “aidético intrinsecamente homossexual” e o “heterossexual aidético vitimizado pelo ‘aidético genuíno, homossexual’”.

Esta identificação binária e discriminatória implica a caracterização do homossexual como causador do contágio, num movimento que conduz ao banimento do homossexual do âmbito da comunidade, ao mesmo tempo em que consolida os parâmetros de “normalidade” e “saúde” compartilhados por uma maioria heterossexista e discriminadora (ver Stychin).

Toda esta dinâmica revela a lógica imanente à regulação social da saúde e da doença instituída a partir de um modelo que reprime e estigmatiza “o outro”, “o diferente”. Ele é o responsabilizado pelo perigo e pela morbidez experimentadas pela comunidade organizada a partir de uma visão de mundo comum a uma maioria instituidora das normas e das práticas sociais, religiosas e jurídicas.

As relações sexuais heterossexuais, neste movimento, são legitimadas, assumidas como “naturalmente” saudáveis e não infecciosas. Assim concebidas, elas são o espaço a partir do qual, de modo direto e privilegiado, o “outro indesejável” é responsabilizado pela epidemia (ver Sharrock, *op cit.*, p. 364).

Esta associação entre homossexualidade e soropositividade por HIV não é um fenômeno novo. Antes do surgimento da AIDS, outras epidemias, especialmente doenças sexualmente transmissíveis, foram relacionadas com minorias indesejáveis, perturbadoras dos padrões dominantes, sejam estes sexuais, morais ou econômicos. Basta relembrar a relação entre doença, desordem familiar e prostituição ou entre a sífilis e os africanos escravizados trazidos para a “civilização” (ver Costa, 1999; Sharrock, *op cit.*, p. 359).

## 2.2. Homossexualidade e sujeito de direito soropositivo

Do ponto de vista jurídico, direitos são consequência da incidência de uma norma jurídica que reconhece certos poderes (direito a rescindir um contrato de locação, por exemplo), certa liberdade (direito de locomover-se, sem restrições, pela via pública, por exemplo) ou até mesmo certos benefícios sociais e econômicos concretos (direito de receber educação formal

em estabelecimentos públicos, por exemplo) a todos aqueles que estejam enquadrados em uma determinada previsão abstrata, veiculada pela norma jurídica (por exemplo, para alguém ser titular do direito de receber certa medicação quando acometido de determinada moléstia é necessário, obviamente, padecer da respectiva doença). Diz-se, assim, que alguém tem “direito subjetivo” a receber tal prestação (um tratamento médico) ou direito subjetivo, a realizar algum ato, ou mesmo omitir-se, sem ser constrangido por quem quer que seja.

Para ser titular de direitos subjetivos é preciso ser “sujeito de direito”. Nos ordenamentos jurídicos contemporâneos, todos os seres humanos são sujeitos de direito (obviamente, nem sempre foi assim, uma vez que durante muito tempo admitiu-se a exclusão de certos grupos humanos da condição de ser sujeito de direito, como atesta a escravidão).

Esta sumária e simplificada compreensão do sujeito de direito é fundamental para a problematização das respostas jurídicas frente à epidemia da AIDS. Isto porque, como tentarei demonstrar a seguir, este esquema conceitual abstrato é influenciado decisivamente pelas concepções hegemônicas sobre a soropositividade. Discutir este fenômeno é imperioso para compreender a razão pela qual as respostas jurídicas diante da soropositividade são diversas e especialmente desencorajadoras quando se trata de soropositivos homossexuais.

De fato, as concepções presentes na maioria da sociedade obviamente se refletem na interpretação do direito pelos operadores jurídicos (advogados, promotores, juízes, professores e estudantes de direito, delegados). Seus conteúdos acabam por atribuir significados peculiares às normas jurídicas e subverter até mesmo os postulados jurídico-políticos mais caros aos regimes democráticos.

Com efeito, em nossa tradição jurídico-política, até a superação do estado estamental com a Revolução Francesa, vigia o particularismo jurídico, onde direitos e deveres eram desigualmente distribuídos entre homens e mulheres, conforme a origem e a posição social do sujeito. Aos princípios da legalidade e da igualdade sobrepunha-se o princípio do privilégio. Com a vitória da burguesia revolucionária, aboliu-se o regime jurídico de privilégios (= leis especiais, atribuindo direitos diversos em função do grupo) e todos passaram a ser considerados, abstratamente, iguais: é a afirmação da *igualdade perante a lei*, idéia fundamental na formulação do novo regime. É o regime do *igualitarismo jurídico*, marcado por uma simplificação racional do sistema jurídico (mediante a eliminação da pluralidade de *status* subjetivos e a universalização do conceito de sujeito de direito) e pela supremacia da visão de mundo burguesa (Tarello, 1995).

Esta visão de mundo, por sua vez, naquilo que interessa diretamente a este trabalho, estruturou-se mediante a idéia da supremacia masculina, da centralidade da família monogâmica como célula-mãe da sociedade capitalista e da busca da eficiência econômica, implicando a valorização do auto-controle e da disciplina, num quadro geral de austeridade reprovador dos excessos, especialmente sexuais. Neste contexto, como expõe David Greenberg<sup>2</sup>, afirma-se a literatura anti-masturbação e a condenação à prostituição. Já com relação à homossexualidade,

---

<sup>2</sup> Ver Greenberg (1988), bem como Weber (1987) e Foucault (1988).



vigiam os paradigmas do caráter doentio e anormal do homossexual, sendo excluído, portanto, de qualquer consideração positiva (Hawkes, 1996).

Aliás, mais do que qualquer consideração positiva, a homossexualidade acaba sendo objeto de hostilidade, qualificada como motivo de aversão e rejeição (Borrillo, 2000, p. 3).

Alinhavados estes dados, expõe-se claramente as origens homofóbicas da percepção jurídica do homossexual. Efetivamente, a orientação sexual “invertida”, no universo ideológico burguês, não é alcançada pela compreensão imanente à afirmação da *igualdade perante a lei*.

Como explica o citado Daniel Borrillo (*op cit.*, 2000, p. 84-87), a homofobia acaba sendo um elemento constitutivo da identidade masculina, implicando portanto a exclusão e a estigmatização de homossexuais. Ela constitui uma aversão não somente a gays, lésbicas e bissexuais, mas a todo aquele que não se conforme às características pretensamente relacionadas com o sexo biológico (objeto de naturalização). Trata-se de uma lógica binária, instituída a partir das oposições homem-mulher, heterossexual-homossexual, deflagradora de condenação sempre que a dinâmica androcêntrica dominante seja traída. Esta lógica se manifesta por meio de um processo de socialização masculina onde a aprendizagem se dá mediante uma constante oposição à feminilidade e à rejeição a tudo aquilo que possa significar um déficit de virilidade. Deste modo, a homofobia constitui um mecanismo essencial de reforço da masculinidade socialmente hegemônica. Ela aparece, junto com o sexismo, como uma manifestação do mesmo fenômeno social, por meio do qual se constitui o indivíduo masculino, protótipo do sujeito de direito em sua percepção social e jurídica dominante.

Aos homossexuais, portanto, é atribuído um papel subjugado, em posição similar àquela reservada às mulheres, que são concebidas mais como objetos do direito “masculino pequeno-burguês” do que como sujeitos de direito. Como demonstra Richard Collier (1995), mulheres são tratadas juridicamente como mães, esposas, objetos sexuais, grávidas, mães solteiras, prostitutas; elas não são, efetivamente, incluídas na categoria do “sujeito de direito”, uma vez que o protótipo do destinatário desta abstração conceitual é o homem<sup>3</sup>.

Assim como mulheres são ideologicamente excluídas da universalidade da categoria do sujeito de direito, também o são os homens “invertidos”, seres humanos cujo desenvolvimento psíquico estancou, representantes de uma humanidade desviante. Neste universo machista heterossexual, o “homem” sujeito de direito é o heterossexual, numa operação mental que subverte a inspiração original contida no igualitarismo jurídico superador da sociedade estamental e na idéia mesma do sujeito de direito abstrato e universal, como acima mencionei (Lochak, 1998). Para a homossexualidade em geral, o discurso dominante reserva o tratamento repressivo (Ussher, 1997), jamais a dignidade de um sujeito de direito<sup>4</sup>.

<sup>3</sup> Como reação a esta abordagem machista do direito, o movimento feminista mobilizou no meio jurídico a produção de um discurso feminista, elaborado como uma “teoria feminista do direito”. Ver Schultz (1990), Frug (1992), Barlett (1990) e Dahl (1993).

<sup>4</sup> Assim como o movimento feminista engendrou uma “teoria feminista do direito”, registra-se o surgimento de estudos de teoria jurídica a partir de uma perspectiva gay e lésbica. Ver, por exemplo, Bamforth (1997).

Ora, se o soropositivo foi, inicialmente, identificado com o homossexual e se este padece, na prática, desta condição jurídica inferiorizada, compreendem-se as raízes ideológicas que desafiam, na realidade jurídica, a efetividade dos direitos de soropositivos em geral e, de modo mais dramático, a efetividade dos direitos de soropositivos homossexuais.

É preciso, portanto, para aprofundar o debate sobre as respostas jurídicas frente à epidemia da AIDS, examinar muito mais que a mera catalogação de normas jurídicas pertinentes à epidemia. Impõe-se descortinar a mentalidade que subjaz às intervenções e às formulações dos operadores jurídicos neste campo. Além disso, não se podem menosprezar, também, os usos do direito que militantes e autoridades públicas em geral fazem quando agem e reagem diante da epidemia de AIDS. Tais tarefas são imprescindíveis.

Se a argumentação por parte dos operadores jurídicos e a invocação do direito por militantes de entidades de direitos humanos voltadas para intervenções neste campo não se livrarem destes preconceitos e estereótipos, que constituem soropositivos como culpados (homossexuais) ou vítimas (na prática, todos os demais infectados), muito pouco se avançará na efetividade destes direitos.

Diante desta constatação, proponho uma compreensão da categoria “direitos sexuais” que supere estas armadilhas.

### 3. Direitos Sexuais, Soropositividade e Combate à Discriminação

| 187 |

Uma adequada compreensão dos direitos sexuais pode propiciar que se abranjam as situações vinculadas a soropositividade sem assumir-se o protótipo do sujeito de direito acima indicado.

Este desenvolvimento, a propósito, pode ser juridicamente frutífero tanto quando se trata de demandas individuais, assim como quando se trata de demandas transindividuais.

Além disso, a categoria “direitos sexuais” mostra-se capaz de abarcar discussões jurídicas mais amplas, envolvendo o exercício da sexualidade sem associá-la aos estigmas da “regulação do outro” e ao binômio “aidético culpado homossexual”/“vítima inocente heterossexual”.

#### 3.1. Em busca do conceito de direitos sexuais

Não há um conceito jurídico sedimentado de direitos sexuais no ordenamento jurídico brasileiro. De fato, tanto do ponto de vista legislativo quanto do ponto de vista doutrinário, a elaboração jurídica nacional a respeito destes direitos ainda está longe do amadurecimento ou mesmo da definição dos temas-chave nestes domínios.

Com efeito, na prática jurídica tais idéias são articuladas a partir das demandas envolvendo situações individuais representativas das lutas e das reivindicações dos movimentos sociais

feministas, que vão desde as realidades sociais da discriminação sexista e da violência largamente experimentada pelas mulheres na sociedade brasileira até as questões relativas à saúde reprodutiva, especialmente no que diz respeito ao acesso às técnicas contraceptivas e ao aborto. Não fogem deste contexto discriminações voltadas contra portadores do HIV, na medida em que estas decorrem de preconceitos que vinculam conduta sexual e soropositividade.

Esta dinâmica engendra uma compreensão da temática dos direitos sexuais por meio de uma perspectiva centrada na situação da violação de direitos experimentada pelas mulheres, visualizadas tanto como vítimas de discriminação ou de violência, quanto como seres humanos direta e especialmente envolvidos com a reprodução ou a saúde de uma forma mais geral.

Sem subestimar em nenhum momento tais realidades, avançar na compreensão dos direitos sexuais no quadro maior dos direitos humanos (especialmente daqueles reconhecidos expressamente pelo ordenamento jurídico brasileiro, principalmente em sede constitucional) implica um alargamento de perspectiva. Isto porque, como a seguir será indicado, direitos sexuais alcançam realidades que abrangem, além das referidas esferas da violência, da discriminação e da gestação, outras situações onde mulheres relacionam-se social, política e economicamente.

Além disso, direitos sexuais são categorias jurídicas aptas a problematizar fenômenos e relações sociais entabuladas não só por mulheres, mas também por homens. Tais direitos se fazem necessários, de modo proeminente, nas discussões a respeito da expressão sexual, aqui entendida na sua forma mais ampla, abarcando orientação sexual homossexual, heterossexual, bissexual, transexualidade e travestismo. A eles também não pode se furta o debate sobre o acesso às diversas modalidades técnicas de reprodução assistida, bem como ao sistema de saúde.

Efetivamente, todas estas situações, aqui apenas enumeradas, dizem respeito à pretensão do ordenamento jurídico de conformar uma série de relações sociais onde aspectos relacionados à sexualidade apresentam-se de modo direto e decisivo. Para tanto, é necessário, como dito, atribuir ao conceito de direitos sexuais um espectro mais amplo, capaz de responder a tantas e tão distintas e variadas demandas.

Fixar a compreensão destes direitos exclusivamente às mencionadas realidades, vinculadas particularmente a certos aspectos da condição feminina, portanto, produziria inevitavelmente lacunas diante da diversidade das questões envolvidas. Ademais, poder-se-ia correr o risco de reduzir a operacionalidade destas categorias jurídicas, inclusive no que respeita ao universo feminino, num enfraquecimento indesejável e desnecessário.

Os direitos humanos, especialmente quando reconhecidos constitucionalmente de modo amplo e extenso, em um texto jurídico fundamental aberto a novas realidades históricas, têm a vocação de proteger a maior gama possível de situações.

Neste ponto, a Constituição da República de 1988 consagra sem sombra de dúvida tal abertura, seja pela quantidade de normas constitucionais expressas, definidoras de direitos e garantias individuais e coletivas, seja pela explícita cláusula de abertura a novos direitos humanos:

“Artigo 5º, parágrafo 2º. Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.”

A esta cláusula explícita de abertura constitucional ao reconhecimento de outros direitos humanos, deve-se acrescentar a enumeração constitucional de direitos nos artigos 5º, 6º e 7º, bem como a previsão de outros tantos direitos humanos individuais e coletivos ao longo do texto, tais como os direitos relativos à seguridade social e à comunidade familiar (artigos 194 e 226, respectivamente).

Todos estes dispositivos constitucionais fornecem bases sólidas e terreno fértil para o reconhecimento dos direitos sexuais no ordenamento jurídico brasileiro, na perspectiva aqui defendida. A seguir, procede-se a referências fundamentais para a consolidação destes direitos, tarefa cujo encargo incumbe aos operadores do direito e à doutrina jurídica.

### 3.2. Direitos sexuais e direitos humanos constitucionalizados

Como dito, direitos sexuais devem ser compreendidos, no contexto jurídico brasileiro, a partir dos dispositivos constitucionais consagradores de direitos individuais e coletivos, sem prejuízo da incorporação ao direito nacional dos tratados e convenções ratificados pelo Brasil.

Esta perspectiva, efetivamente, agrega a estes direitos conteúdo jurídico suficiente a enfrentar uma série de situações envolvendo relações individuais e sociais onde o exercício da sexualidade está presente de modo significativo, assim como discriminações experimentadas por soropositivos quando a estes é associado um estereótipo vinculado a certas condutas sexuais.

Esta aptidão depende da compreensão jurídica, principalmente daquela disseminada entre os operadores jurídicos, relativa às conseqüências jurídicas de muitos direitos humanos clássicos, bem como do nível de informação acerca da vigência e da eficácia jurídicas dos instrumentos internacionais de direitos humanos incorporados ao direito brasileiro que se referem particularmente a estas situações.

Com efeito, os direitos humanos clássicos, reconhecidos desde os primórdios do constitucionalismo liberal, registram liberdades individuais cuja dimensão contemporânea alcança, sem maiores polêmicas, diversas esferas constitutivas do exercício da sexualidade e dos estereótipos relacionados a este exercício.

Conteúdos jurídicos pertinentes a liberdades clássicas, tais como o direito à privacidade ou à liberdade de ir e vir, podem ser eficazmente desenvolvidos diante de fenômenos como a prostituição ou o exercício da autonomia reprodutiva.

Toda a compreensão jurídica sedimentada na doutrina e na jurisprudência constitucional pertinente às dimensões formal e material do princípio da igualdade, por sua vez, fornece diretrizes jurídica sólidas em face da discriminação fundada no sexo ou na orientação sexual.

No campo do direito constitucional de família, a seu turno, a combinação da igualdade entre homens e mulheres (artigo 5º, inciso I, da Constituição de 1988) com a abertura constitucional para novas comunidades familiares (artigo 226), aliada à superação já assente do modelo institucional de família instaurado pelo Código Civil napoleônico, produz uma regulação jurídica capaz de albergar uma nova distribuição de direitos e deveres referentes às relações de gênero no seio da família.

Ainda a título exemplificativo, as diversas questões relativas à regulação da transexualidade podem encontrar suas diretrizes fundamentais na conjugação do direito ao livre desenvolvimento da personalidade e do direito à igualdade, este concebido inclusive como direito à diferença. Isto sem falar em uma interpretação atualizadora da teoria geral dos direitos de personalidade, inicialmente desenvolvida no campo civilista em nossa tradição jurídica.

Trata-se, pois, do reconhecimento e do desenvolvimento do conteúdo jurídico dos diversos direitos constitucionais clássicos, tarefa apta a constituir formas de convívio diversificadas e renovadas; nelas, a afirmação da autonomia e da liberdade nas esferas da sexualidade e da reprodução podem concretizar-se, como ilustram decisões judiciais tratando da proibição de discriminação por motivo de sexo e de orientação sexual (envolvendo precisamente acesso ao tratamento do HIV)<sup>5</sup> e também recomendações provenientes do Ministério Público em programas de saúde reprodutiva.

Além destas citadas normas constitucionais que veiculam direitos humanos clássicos (igualdade, liberdade de locomoção, direito à privacidade, proteção à dignidade da pessoa humana), outros dispositivos constitucionais explícitos são vocacionados a fornecer proteção jurídica para o exercício da sexualidade e da reprodução. Dentre eles, deve-se arrolar a proibição de tratamento desumano ou degradante (art. 5º, III), a liberdade de expressão (art. 5º, IX), a inviolabilidade da intimidade, a proteção da imagem, o direito à indenização pelo dano moral (art. 5º, X), o respeito à integridade física e moral dos presos (art. 5º, XLIX), a garantia da permanência dos filhos com presidiárias durante o período de amamentação (art. 5º, L), a proteção à maternidade (art. 6º), a proibição de despedida arbitrária na relação de emprego (art. 7º, I), a proteção do mercado de trabalho da mulher, com incentivos específicos (art. 7º, XX), a assistência a filhos e dependentes até seis anos de idade (art. 7º, XXV) e a proibição de discriminação quanto a salários, exercício de funções e critérios de admissão por motivo de sexo (art. 7º, XXX). Saliente-se que estes dispositivos constitucionais dizem respeito a muitas situações de discriminação enfrentadas por soropositivos (ver Parker, Aggleton, 2001).

Outro aspecto de fundamental importância que decorre de uma compreensão alargada dos direitos sexuais, centrada na tradição dos direitos humanos, é sua conexão com os chamados direitos sociais, econômicos e culturais. Estes direitos são reconhecidos no direito interno brasileiro, seja pela sua menção direta no texto constitucional e infraconstitucional, seja pela incorporação de tratados e convenções internacionais de direitos humanos.

---

<sup>5</sup> Ver, por exemplo, a sentença proferida na Ação Ordinária nº 96.00002030-2, Juízo Federal da 10ª Vara de Porto Alegre, confirmada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, reproduzida no livro de minha autoria (ver Rios, 2001).

Neste âmbito, direitos sociais de cunho prestacional, tais como os direitos à saúde, à previdência e à assistência social, mostram-se aptos a abarcar uma série de situações pertinentes ao exercício da sexualidade e da reprodução.

Este ponto é de extrema relevância, na medida em que uma perspectiva dos direitos sexuais forjada a partir da idéia de direitos humanos opera uma politização do debate acerca das políticas públicas, inserindo de forma direta na agenda dos direitos sexuais conteúdos presentes no debate jurídico relativo ao respeito à liberdade e à construção da igualdade.

Esta dimensão, longe de constituir um truísmo, importa na “desmedicalização” do discurso e do debate social a respeito dos direitos sexuais, num movimento de genuína democratização dos temas relacionados à sexualidade.

Na mesma linha, tal dimensão implica refutar discursos fundados em premissas meramente religiosas, uma vez que a “juridicização” dos direitos sexuais na tradição dos direitos humanos coloca este debate na arena mais ampla do princípio democrático, em sintonia com ideais republicanos. Concebidos a partir destes marcos fundamentais, os direitos sexuais podem constituir-se como espaços políticos onde sociedade civil e Estado devem manter-se autônomos diante das instituições religiosas e preservar pluralismo e respeito às minorias.

Por fim, a compreensão dos direitos sexuais numa perspectiva de autonomia, liberdade e igualdade, pressuposta na atualidade dos direitos humanos, fornece ferramentas para que se desafiem os padrões machistas, patriarcais e heterossexuais hegemônicos na sociedade brasileira. Cuida-se, inclusive, de enfrentar o risco de enfraquecimento dos direitos humanos em virtude das conseqüências geradas pelo confinamento destes direitos (e das respectivas políticas públicas) aos discursos biomédico e religioso.

| 191 |

### **3.3. A proteção e a promoção dos direitos sexuais no ordenamento jurídico brasileiro**

Por fim, ao encerrar-se esta seção, é importante pontuar as formas de proteção e de promoção dos direitos sexuais.

A compreensão destes direitos na perspectiva alargada dos direitos humanos, acima indicada, aumenta significativamente as possibilidades de discussão legislativa e judicial relacionadas ao exercício da sexualidade.

De fato, independente de legislação específica, o debate jurídico de questões relativas à sexualidade é plenamente possível a partir dos direitos humanos já reconhecidos pelo ordenamento jurídico brasileiro, especialmente por meio das normas constitucionais instituidoras dos direitos fundamentais. Mais ainda, tal debate deve sempre reportar-se ao conjunto dos direitos fundamentais previstos pela Constituição Federal de 1988, especialmente diante da possibilidade de legislação ordinária ou de políticas públicas que reproduzam estereótipos e representações discriminatórias e restritivas de direitos humanos.

Outro dado importante neste debate a respeito das possibilidades de proteção e de pro-



moção jurídicas dos direitos sexuais é a sua caracterização como direitos difusos, coletivos ou até mesmo individuais homogêneos. Sem adentrar na polêmica doutrinária acerca dos conceitos destas espécies de direitos, o fato é que o ordenamento jurídico brasileiro admite interpretações que viabilizam a defesa judicial ou extrajudicial de direitos sexuais por entidades da sociedade civil (ONGs) ou pelo Ministério Público, de forma transindividual. Neste ponto, devem ser desenvolvidos estudos jurídicos específicos, aliando à dogmática jurídica constitucional dos direitos humanos a preocupação processual.

Ao encerrar esta seção, não se pode esquecer de relembrar a preocupação presente em todas as áreas onde se discute a efetividade social das normas jurídicas diante dos desafios da realidade. Tornar o ordenamento jurídico operativo, especialmente quando se trata de direitos sexuais, exige a capacitação dos operadores jurídicos e o desenvolvimento acadêmico destes temas. Os desafios lançados no campo dos direitos sexuais são paradigmáticos para mais uma vez constatar-se tal exigência.

#### 4. Conclusão

Como desenvolvi ao longo do trabalho, um dos maiores desafios à efetividade dos direitos de soropositivos vincula-se à associação que se fez entre homossexualidade e soropositividade no alvorecer e durante o desenrolar da epidemia. Tal visão acabou por constituir dois grupos de contaminados: os homossexuais culpados e as demais vítimas inocentes.

Esta perspectiva enfraquece demasiadamente a efetividade destes direitos, compreendidos restritivamente como “direitos de soropositivos”. Como apontado, este viés estigmatiza todos os envolvidos, espalhando prejuízos indistintamente e, de forma ainda mais grave, aos homossexuais.

Com efeito, a mentalidade que forjou o conceito de “sujeito de direito” e que reflete o senso comum compartilhado por grande parte da população é refratária ao reconhecimento da dignidade destes grupos, num movimento que acaba por enxergá-los quase e praticamente à margem da abrangência deste conceito jurídico básico.

A compreensão da categoria “direitos sexuais”, todavia, pode fornecer uma resposta a estes desafios. Isto porque estes direitos, entendidos de forma ampla e como concretização de princípios fundamentais, possibilitam uma prática jurídica que inclua no campo normativo, com dignidade recuperada, todos os acometidos do HIV, sem distinguir entre culpados e vítimas inocentes. Os direitos sexuais conseguem, por sua simultânea abstração e concretização, abarcar as múltiplas situações experimentadas por soropositivos, apartando-se da cosmovisão excludente que engendrou a categoria de sujeito de direito.

Trata-se, à evidência, de um estudo preliminar, que reclama aprofundamento, crítica e desenvolvimento. Todavia, sem a exposição aos riscos e aos desacertos desta reflexão, talvez acabemos desatentos a uma das possibilidades de conferir maior efetividade à proteção jurídica

existente frente à epidemia da AIDS. Este trabalho terá atingido seu objetivo na medida em que colabora nesta tarefa.

## Referências Bibliográficas

- BAMFORTH, Nicholas. *Sexuality, Morals & Justice* – a theory of lesbian & gay rights law. Londres: Cassel, 1997.
- BARLETT, Katharine T. Feminist Legal Methods, *Harvard Law Review*, vol. 103, n. 4, p. 829-888, fev. 1990.
- BORRILLO, Daniel. *L'homophobie*. Paris: Presses Universitaires de France, 2000.
- COLLIER, Richard. *Masculinity, Law and Family*. Londres: Routledge, 1995, p. 236.
- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999, p. 265.
- DAHL, Tove Stang. *O Direito das Mulheres* - uma introdução à teoria do direito feminista. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 7ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988, p. 9-11.
- FRUG, Mary Joe. A Postmodern Feminist Legal Manifesto (an unfinished draft), *Harvard Law Review*, vol. 105, p. 1095, 1992.
- GREENBERG, David. *The construction of homosexuality*. Chicago: Chicago Press University, 1988, p. 347-368.
- HAWKES, Gail. *A sociology of sex and sexuality*. Philadelphia: Open University Press, 1996, p. 125.
- LOCHAK, Danièle. Égalité et différences. Réflexion sur l'universalité de la règle de droit. In: *Homosexualités et droit*. Paris: PUF, 1998, p. 41-43.
- PARKER, Richard; AGGLETON, Peter. *Estigma, Discriminação e AIDS*. Rio de Janeiro: ABIA, 2001, p. 28-34. (Coleção ABIA - Cidadania e Direitos, n. 1).
- RIOS, Roger Raupp. *A homossexualidade no direito*. Porto Alegre: Editora Livraria do Advogado, 2001.
- SCHULTZ, Vicki. Telling Stories about women and work: judicial interpretations of sex segregation in the workplace in Title VII cases raising the lack of interest argument, *Harvard Law Review*, vol. 103, p. 1750-1843, 1990.
- SHARROCK, Cath. 'Pathologizing Sexual Bodies'. In: MEDHURST, Andy; MUNT, Sally R. (orgs.). *Lesbian and gay studies* – a critical introduction. London: Cassell, 1997, p. 356-368.
- STYCHIN, Carl F. *Law's desire: sexuality and the limits of justice*. London: Routledge, 1995, p. 126.
- TARELLO, Giovanni. *Cultura jurídica y política del derecho*. México: Fondo de Cultura Económica, 1995, p. 50.
- TERTO Jr., Veriano. Homossexuais soropositivos e soropositivos homossexuais: questões da homossexualidade masculina em tempos de AIDS. In: PARKER, Richard; BARBOSA, Regina Maria (orgs.). *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ABIA: IMS/UERJ, 1996, p. 90.
- USSHER, Jane. Framing the sexual 'other': the regulation of lesbian and gay sexuality. In: USSHER, Jane M. (org.). *Body Talk - the material and discursive regulation of sexuality, madness and reproduction*. New York: Routledge, 1997, p. 131-158.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, 5ª edição. São Paulo: Pioneira, 1987, p. 110-132.



# PROGRAMA

**Dia 28/10**

**Workshop 1: Aconselhamento para casais HSH**

Coordenador: Humberto Carolo (AIDS Committee of Toronto – Canadá)

**Workshop 2: Atualização em HIV/AIDS**

Coordenador: Juan Carlos Raxach (ABIA)

**Workshop 3: Mídias Alternativas**

Coordenadora: Rachel Quintiliano (Fala Preta/GRAL-FCC)

Experiências: rádio, fanzine, jornal, postais, folhetos e vídeo

Rachel Quintiliano (Fala Preta/GRAL-FCC)

Marjorie Bastos (Espaço Feminino e Rede Brasileira de Hip Hop)

Luís Gustavo Weiler (NUANCES)

Vagner de Almeida e Luís Felipe Rios (ABIA)

| 195 |

**Mãos à obra: fazendo um Fanzine**

Rachel Quintiliano (Fala Preta/ GRAL-FCC)

**Conferência de Abertura:** Richard Parker (ABIA, Columbia University, IMS/UERJ)

**Dia 29/10**

**POR DENTRO DO ARMÁRIO**

Coordenadora: Cristina Pimenta (ABIA)

Expositores: Mario Pecheny (Instituto Gino Germani – UBA e CONICET)

Regina Facchini (NEPO-UNICAMP)

Marcelo Santana Ferreira (PUC-RIO)

**NO PLURAL DAS EROTICIDADES: NOVAS PRODUÇÕES (SUB)CULTURAIS**

Coordenador: Marcelo Nascimento (GGAL e ABGLT)

Expositores: Carlos Alberto Messeder (UFRJ)

Fabiano Gontijo (UFPI)

Luís Henrique Sacchi dos Santos (ULBRA)

## **HOMOSSEXUALIDADES E FASES DA VIDA**

Coordenadora: Wilza Villela (Instituto de Saúde - USP)

Expositores: Cristiane Gonçalves (CE-SP, NEPAIDS e PN-DST/AIDS)

Luís Gustavo Weiler (NUANCES)

Luís Felipe Rios (ABIA/IMS-UERJ)

## **PROCESSOS DE ESTIGMATIZAÇÃO E ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA**

Coordenadora: Rosangela Castro (Grupo Felipa de Sousa)

Expositores: Wiliam Siqueira Peres (UNESP e IMS/UERJ)

Karen Bruck (PN-DST/AIDS)

Osmundo Pinho (UCAM/GRAL-FCC)

### **Dia 30/10**

## **MÍDIA, CONSUMO E REDESCRIÇÕES DAS HOMOSSEXUALIDADES**

Coordenador: Liorcino Mendes (AGLT)

Expositores: Ronald Assumpção (CALIA Assumpção Publicidade)

André Fischer (MIX-Brasil)

Roldão Arruda (O Estado de S. Paulo)

## **DIREITOS SEXUAIS, DIREITOS CIVIS E DIREITOS HUMANOS**

Coordenadora: Yone Lindgren (Movimento D'ELLAS e CERCONVIDH)

Expositores: Anna Paula Uziel (IMS-UERJ)

Samantha Buglione (THEMIS)

Sérgio Carrara (IMS-UERJ)

## **SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA: PARA ALÉM DO HIV**

Coordenadora: Regina Barbosa (NEPO-UNICAMP, Instituto de Saúde-USP e ABIA)

Expositores: Janaína Dutra (GRAB)

Lula Ramires (CORSA)

Vagner de Almeida (ABIA)

## **CONSTRUINDO PROJETOS DE MUDANÇA – ENTRE NÓS E PARA O MUNDO**

Coordenador: Carlos Passarelli (ABIA)

Expositores: Benedito Medrado (Instituto PAPAÍ)

Beto de Jesus (Instituto Edson Nérís)

Roger Raupp Rios (Justiça Federal RS)